



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

História Indígena de Longa Duração: Um estudo Arqueológico na Ilha de Piraçú, médio Rio São Francisco, Orocó - PE

JÉSSICA RAFAELLA DE OLIVEIRA

Laranjeiras – SE
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ- REITORIA DE PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

História Indígena de Longa Duração: Um estudo Arqueológico na Ilha de Piraçú, médio Rio São Francisco, Orocó - PE

JÉSSICA RAFAELLA DE OLIVEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Domingues Duran.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Lorena L. W. G. Garcia.

Agência financiadora: CAPES/FAPITEC

Laranjeiras - SE
2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE LARANJEIRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48h Oliveira, Jéssica Rafaella de
História indígena de longa duração: um estudo arqueológico na Ilha de Piraçú, médio Rio São Francisco, Orocó - PE / Jéssica Rafaella de Oliveira; orientador Leandro Domingues Duran. - Laranjeiras, 2023.
305 f., il.

Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Arqueologia e história - Orocó (PE). 2. Cerâmica. 3. Índios Kariri. 4. Levantamentos arqueológicos - São Francisco, Rio. 5. Indígenas da América do Sul - Brasil. I. Duran, Leandro Domingues, orient. II. Título.

CDU 902(813.4)

CRB-5/1494

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmãos.

Ao Vinícius, pelo amor e companheirismo.

E a todos que construíram suas histórias nas águas do Rio São Francisco.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Assis e Salete, pelo esforço de uma vida, por terem abdicado dos seus sonhos pessoais para que eu, minhas irmãs e meus irmãos pudéssemos estudar e, assim, alcançarmos lugares aos quais as desigualdades sociais desse país nunca lhes permitiram chegar.

Às minhas irmãs, Bel, Maiany e Érika, pelo amor incondicional, por serem minha base e exemplo de tudo que há de mais justo nesse mundo, por diariamente me fazerem ter certeza de que nunca estive/estarei sozinha e por serem mulheres fortes e corajosas.

A Vinícius, por sempre estar ao meu lado, por todo amor, paciência, companheirismo, por todas as trocas de conversas e leituras que muito me ajudaram na construção dessa pesquisa, serei eternamente grata.

Aos meus irmãos, Sérgio e Jucelino, por todo incentivo e apoio durante essa jornada acadêmica.

Aos meus sobrinhos, Marcos, Alexandre, Heitor, Benjamim, Bernardo e Benício que encheram nossa casa de alegria, deixando os dias mais felizes e esperançosos.

À Universidade Federal de Sergipe, por possibilitar a realização da minha formação profissional e pessoal.

À fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC), por garantir o apoio financeiro fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a todos os professores que me ajudaram a chegar até aqui e, de forma muito especial, agradeço ao meu orientador Leandro Domingues Duran, por acreditar em mim, mesmo com toda minha imaturidade científica no começo dessa jornada, pelas orientações, incentivos desde o mestrado, por ser um exemplo de uma pessoa ética e um professor dedicado.

À minha coorientadora, Lorena Garcia, pelas leituras cuidadosas, correções, sugestões, conversas e paciência na construção desse trabalho.

À banca examinadora, Professora Daniella Amaral e aos Professores Fernando Ozório, Gilson Rambeli e Bruno Sanches, por terem aceitado fazer parte da construção dessa pesquisa e pelas importantes contribuições.

Aos colaboradores da UFS, em especial a Leli e ao Carlos por toda boa vontade em ajudar sempre que precisei.

Ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade do Estado da Bahia – MAE/UFBA, por autorizar o acesso à reserva técnica. Agradeço, de forma muito especial, a Tainã Alcântara, por toda dedicação e amizade.

Aos que, ao longo do caminho, tornaram-se família: Diana, Jean, Savany, Conceição e Juscelino, pelas conversas filosóficas e por todo apoio de sempre.

A Bruno Farias e Augusto Miranda, por fazerem parte de toda a minha jornada acadêmica, pelos incentivos e por todo dado apoio durante a pesquisa.

A Flávio Carvalho, pela sincera amizade, pela elaboração gráfica, cartográfica e vetorização dos desenhos dos perfis, muito obrigada.

A Eduardo Oleiro, pela cuidadosa elaboração cartográfica da pesquisa de campo.

A Felipe Charles, pelo primor na elaboração dos desenhos técnicos e por sempre me ajudar quando preciso.

A Vitor Colares, pela gentileza de ir a campo realizar as imagens aéreas e pela elaboração cartográfica.

A Naiane Lima, por todo auxílio durante a realização da análise do material cerâmico e pela amizade.

A Jaqueline Colares, pelo importante auxílio nas análises odontológicas.

Aos meus amigos de vida, Dileni, Paula, Thauan e Marcelo, por todo incentivo e por torcerem sempre para dar tudo certo. Agradeço a Denison, por ser alguém com quem posso contar em qualquer momento. A Sérgio Almeida, pela sincera amizade e por partilhar desse sonho comigo.

Aos amigos que a UFS me presenteou, Josué, Cleiciane, Miriam Cazzeta, Ana Carolina, Natália e Luzia, por toda leveza que trouxeram a essa jornada.

Aos estudantes da disciplina de Prática de Campo da graduação (Semestre: 2/2022) de Arqueologia da UFS por toda dedicação durante os dias que estiveram em campo conosco.

A Morgana Ribeiro, pela partilha de bibliografia e conversas norteadoras.

A Eyla Campos, por me auxiliar pacientemente em momentos difíceis da minha trajetória e por, em cada sessão de terapia, encorajar-me a seguir, mesmo quando desacreditei de alguns sonhos. Você tem um lugar muito especial em mim.

Ao Padre Francisco José, por ter me apresentado os encantos históricos, arqueológicos e paisagísticos de Orocó, pelas trocas de conversas, incentivos, apoio durante a pesquisa de campo e pela sincera amizade.

Agradeço imensamente a toda família do Seu Guilherme e Dona Maria, por sempre me receberem cheios de carinho, por autorizar a realização da pesquisa de campo na ilha de Piraçú, mesmo com nossa presença alterando a rotina cotidiana da família. Essa pesquisa jamais seria possível sem esse apoio.

A toda família de Zé de Severo e de Dona Preta, de forma muito especial a Daniel e Danielson, pelo apoio desde que fui a primeira vez a Orocó, por nos ajudarem durante toda a pesquisa de campo. Zé, o melhor barqueiro que esse rio já viu, por me fazer perder o medo de andar de canoa, mesmo quando a gente passava pelas corredeiras (risos) e pela amizade que levarei eternamente comigo.

Aos Truká da ilha de São Félix e, de forma especial, à pessoa de Carão e Edilma por todo apoio recebido.

Agradeço à Igreja Católica de Orocó, por ter nos cedido o alojamento para ficarmos durante toda a pesquisa de campo e por ter aberto o espaço da igreja para que pudéssemos falar com a comunidade sobre a pesquisa que estávamos realizando. Agradeço, de forma muito especial, ao Padre Felipe.

Agradeço ao importante apoio recebido da Prefeitura Municipal de Orocó, especialmente na pessoa de Anastácia, por acreditar no nosso trabalho e por sempre se disponibilizar a nos ajudar.

Esse trabalho jamais seria possível caso não tivesse caminhado ao lado de cada um de vocês e com a certeza de que nunca estive sozinha, especialmente por ele ter sido produzido quase que em sua totalidade durante um dos períodos mais difíceis da nossa história, que foi conviver com a pandemia de Covid-19.

EPÍGRAFE

“A arqueologia tem como meta compreender a estrutura, o funcionamento e os processos de mudança das sociedades do passado a partir dos restos materiais, produzidos, utilizados e descartados pelos indivíduos que compunham essas sociedades. A cultura material é o objeto de estudo da arqueologia. Os vestígios arqueológicos constituem documentos para o estudo da história social e material indígena.

Por causa da arqueologia, podemos dar uma noção de tempo para um povo que não contava o tempo. E, pela medida desse tempo, verificamos diversas passagens dos antepassados dessa terra. Por exemplo, sabemos que há cerca de 14 mil anos, uma parcela significativa do território brasileiro era ocupado por populações de caçadores e coletores, segundo pesquisas feitas em regiões como as bacias do rio Madeira, em Rondônia, do rio Guaporé, em Mato Grosso, do rio Uruguai, no Rio Grande do Sul, na Serra da Capivara, Piauí, regiões de Lagoa Santa, serra do Cipó, em Minas Gerais e Vale do Peruaçu, em Goiás.

Caçadores coletores, ceramistas, flecheiros e artistas são os personagens reais que os resquícios da terra vão recompondo para melhor compreendermos esse período da “Grande Mãe”.

A tarefa principal do arqueólogo é fazer os objetos falarem sobre si mesmos e sobre os homens que os fabricavam. [...] Um pequeno objeto encontrado no chão pode contar a história de uma civilização inteira, [...] Essas pistas registram o movimento dos que ergueram a tradição do sonho, embora não expressem nem por um lapso o espírito desses povos ou o rastro de seus conhecimentos sagrados”.

(KAKA WERÁ JACUPE, 2020, p. 36-37).

RESUMO

A região do vale do São Francisco há décadas é palco de pesquisas arqueológicas, as quais, em maioria, voltam-se ao estudo das ocupações humanas do período pré-colonial nessa região do Brasil. A realização desse estudo tem auxiliado a compreensão das ocupações humanas existentes nas margens e ilhas do curso médio do Rio São Francisco. As ilhas do arquipélago de Orocó, no sertão pernambucano, receberam grandes aldeamentos religiosos em meados dos séculos XVII e XVIII, algumas das ilhas do arquipélago como as ilhas de Santa Maria e São Félix possuem edificações religiosas que datam do período de contato entre os povos indígenas e os colonizadores e da fixação das missões religiosas no local. O presente estudo parte especialmente, do sítio arqueológico Piraçú, localizado em uma pequena ilha do arquipélago onde a presença indígena é marcada desde o período pré-colonial e aqui compreendida, sobretudo, através da cerâmica arqueológica. A partir do estudo das cerâmicas arqueológicas, buscou-se compreender as histórias indígenas de longa duração nessa região do Nordeste, com uma dedicação especial as histórias indígenas dos povos Kariri do médio Rio São Francisco. Através de diálogos com outras áreas de conhecimento, firmando compromisso com a multidisciplinariedade da ciência arqueológica, a presente pesquisa buscou compreender o que vem a ser a materialidade cerâmica dos povos Kariri do médio Rio São Francisco através dos conjuntos cerâmicos identificados no sítio Piraçú e em pesquisas arqueológicas realizadas anteriormente nessa mesma região do médio Rio São Francisco. A tese corrobora a construção de uma arqueologia que reconheça o protagonismo indígena na formação sociocultural do sertão nordestino e suas resistências frente às dinâmicas coloniais e do colonialismo.

Palavras-chave – Arqueologia, História indígena de longa duração, Cerâmica arqueológica, Ilha de Piraçú, Orocó - PE.

RESUMEN

La región del valle de São Francisco ha sido escenario de investigaciones arqueológicas durante décadas, la mayoría de las cuales se han centrado en el estudio de las ocupaciones humanas en el período precolonial en esta región de Brasil. La realización de este estudio ayudó a comprender las ocupaciones humanas existentes en las riberas e islas del curso medio del río São Francisco. Las islas del archipiélago de Orocó, en el interior de Pernambuco, fueron escenario de grandes asentamientos religiosos a mediados de los siglos XVII y XVIII. Algunas de las islas del archipiélago, como las islas de Santa María y São Félix, cuentan con construcciones religiosas que datan del período de contacto entre indígenas y colonizadores y el establecimiento de misiones religiosas en esta región del país. El presente estudio parte especialmente del sitio arqueológico de Piraçú, ubicado en una pequeña isla del archipiélago donde la presencia indígena es marcada desde la época precolonial y comprendida aquí principalmente a través de la cerámica arqueológica. A partir del estudio de la cerámica arqueológica, buscamos comprender las historias indígenas de largo plazo en esta región del Nordeste, con especial dedicación a las historias indígenas de los pueblos Kariri del medio río São Francisco. A través de diálogos con otras áreas del conocimiento, estableciendo un compromiso con la multidisciplinariedad de la ciencia arqueológica, la presente investigación buscó comprender lo que viene a ser la materialidad cerámica de los pueblos Kariri del medio río São Francisco a través de los conjuntos cerámicos identificados en el sitio de Piraçú y en investigaciones realizadas anteriormente en esta misma región del medio río São Francisco. La tesis corrobora la construcción de una arqueología que reconoce el papel indígena en la formación sociocultural del sertão nororiental y su resistencia a la dinámica colonial y al colonialismo.

Palabras Clave – Arqueología, Historia indígena de largo plazo, Isla Piraçú, Orocó - PE.

ABSTRACT

The region of the São Francisco valley has been the scene of archaeological research for decades, which most often focus on human occupations from the pre-colonial period in this Brazilian region. Carrying out this study has helped to understand existing human occupations on the banks and islands of the middle course of the São Francisco River. The islands of the Orocó archipelago, in the hinterland of Pernambuco, were the scene of large religious settlements during the 17th and 18th centuries, some of the islands of the archipelago, such as the islands of Santa Maria and São Félix, have religious buildings that date back to the period of contact between indigenous peoples and colonizers and the establishment of religious missions in the place. This study departs especially from the Piraçú archaeological site, located on a small island of the archipelago where the indigenous presence is marked since the pre-colonial period and understood here, above all, through archaeological ceramics. From the study of archaeological ceramics, an attempt was made to understand the long-term indigenous histories in this region of the Northeast, with a special dedication to the indigenous histories of the Kariri peoples of the middle São Francisco River. Through dialogues with other areas of knowledge, establishing a commitment to the multidisciplinary of archaeological science, this research sought to understand what comes to be the ceramic materiality of the Kariri peoples of the middle São Francisco River through the ceramic sets identified at the Piraçú site and in research previously carried out in this same region of the middle São Francisco River. The thesis ratifies the construction of an archeology that recognizes the indigenous role in the sociocultural formation of the northeastern sertão and its resistance to colonial dynamics and colonialism.

Keywords – Archeology, Long term indigenous history, Piraçú Island, Orocó - PE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cachoeira de Paulo Afonso (Fonte: Henrique Halfeld, 1860).....	73
Figura 2 - Croqui da Planta Baixa das ruínas na ilha de Santa Maria: Igreja central, Convento e ruínas de uma construção cujo tipo de espaço não foi identificado (OLIVEIRA, 2016).	85
Figura 3 - Ruínas da Igreja de Santa Maria e elementos decorativos geométricos existentes no arco lateral da Igreja, ilha de Santa Maria – Orocó-PE (Fonte: Jéssica Oliveira, 2014).	86
Figura 4 - Ruínas da Igreja de Santa Maria e elementos decorativos geométricos existentes no arco lateral da Igreja, ilha de Santa Maria – Orocó-PE (Fonte: Jéssica Oliveira, 2014).	86
Figura 5 - Ruínas da Igreja de Santa Maria, ilha de Santa Maria – Orocó-PE (Fonte: Jéssica Oliveira, 2014).	87
Figura 6 - Ruínas do convento edificado também no período do aldeamento religioso, ilha de Santa Maria – Orocó-PE (Fonte: Jéssica Oliveira, 2014).	87
Figura 7 - Festa anual do Umbu realizada na Ribeira da Floresta, Parnamirim – PE. (Foto: Jéssica Oliveira, 2016).	95
Figura 8 – Estrutura das Famílias Linguísticas Macro-Jê. Fonte: QUEIRÓZ, 2012, p. 40-41.	100
Figura 9 - Localização das Terras Indígenas em Pernambuco. Dados: FUNAPI, 2010 - Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2015.	106
Figura 10 – Imagem de satélite com indicação da Ilha de São Félix T.I Truká e a Ilha de Piraçú. área da pesquisa. FONTE: Google Earth, 2021.	107
Figura 11 - Indígenas da Ilha de São Félix, TI do Povo Truká, apresentando o Toré como convidados na Festa do Umbu, Parnamirim-PE (Foto: Vinícius Colares, 2022).	113
Figura 12 - Antônio Cirilo, cacique Truká, paramentado para ritual, Ilha da Assunção, “Cabrobó”, Pernambuco. Foto: Aderbal Brandão Gomes de Sá, 1980.	115
Figura 13 - Cruzeiro em madeira localizado na frente da Igreja de São Félix, TI do Povo Truká (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	116

Figura 14 - Fachada da Igreja de São Félix - Ilha de São Félix, TI do Povo Truká (Foto: Jéssica Oliveira, 2014).....	117
Figura 15 - Lateral esquerda da Igreja de São Félix - Ilha de São Félix, TI Truká (Foto: Jéssica Oliveira, 2014).....	117
Figura 16 - Edificações de Pau a pique, também conhecido como taipa de mão, taipa de sopapo e taipa de sebe na TI do Truká, Ilha de São Félix (Foto: Jéssica Oliveira, 2014).	118
Figura 17 - Edificações de Pau a pique, também conhecido como taipa de mão, taipa de sopapo e taipa de sebe na TI Truká, Ilha de São Félix (Foto: Jéssica Oliveira, 2014).	119
Figura 18 - Vasos cerâmicos com decoração externa utilizados para armazenamento de água e confeccionados na Aldeia Truká, Ilha de São Félix. (Foto: Jéssica Oliveira, 2014).....	119
Figura 19 - Antiga capela dos Trukás em ruínas. Ilha da Assunção, “Cabrobó”, Pernambuco. Foto: Aderbal Brandão Gomes de Sá, 1980.....	120
Figura 20 - Sítio Sinal Verde, São Lourenço da Mata, PE (S. Luna, 1991). Cerâmica da tradição Tupi-guarani, Sub-tradição Pintada. Aplique de cerâmica em forma de cabeça de quelônio (MARTIN, 2013, p. 199).....	127
Figura 21 - Cerâmica da tradição Tupi-guarani, sub-tradição Pintada; a, b, c,) Via da Flôr, RN; d) Beberibe, Recife, PE (MARTIN, 2013, p. 194).....	127
Figura 22 - Formas de cerâmicas da tradição Tupi-guarani de duas aldeias de Pernambuco; a) Aldeia do baião, Araripina, PE; (A. Nascimento, 1991); b) Aldeia Sinal Verde, São Lorenõ da Mata, PE (S. Luna, 1991). Fonte: Martin, 2013.	129
Figura 23 - Cerâmica da tradição Aratu; a, b, c, d, e) urnas e vaso imitando uma cabaça, recôncavo baiano (V. Calderón, 1969, 1971); f) urna funerária de Palmeira dos Índios, AL. (MARTIN, 2013, p. 205).	131
Figura 24 - Urna funerária da fase “Cabrobó”. Urna escovada. (Fonte: CALDERÓN, 1967).	134
Figura 25 - Urna funerária da fase “Cabrobó”. Urna corrugada. (Fonte: CALDERÓN, 1967).	135
Figura 26 - Enterramentos da fase Curaçá. Vista geral de três enterramentos. (Fonte: CALDERÓN, 1967).....	136
Figura 27 - Enterramento da fase Curaçá com cerâmica associada. (Fonte: CALDERÓN, 1967).	136

Figura 28 - Cerâmica “Cabrobó”, PE (V. Calderón, 1967); a) Urna Funerária de “Cabrobó”, PE (V. Calderón, 1967, b, c) urnas funerárias de Zorobabel de Itacuruba, PE (MARTIN, 2013, p. 211).	140
Figura 29 - Urna funerária da Gruta do Padre, Petrolândia, PE. (MARTIN, 2013, p. 212).	140
Figura 30 - Registro fotográfico das atividades de campo sendo realizadas em conjunto com os moradores locais.	146
Figura 31 – Fragmentos cerâmicos pertencentes a mesma vasilha, sítio arqueológico de Piraçú (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	149
Figura 32 - Borda de vasilha cerâmica identificada no sítio arqueológico de Piraçú. Material coletado por moradores locais no ano de 2015 (Foto: Jéssica Oliveira, 2015).	149
Figura 33 - Vasilha cerâmica identificada no sítio arqueológico de Piraçú parcialmente reconstituída em laboratório. Material coletado por moradores locais no ano de 2015 (Foto: Jéssica Oliveira, 2015).	150
Figura 34 - Urna funerária identificada no Sítio Piraçú. Material coletado por moradores locais no ano de 2015 (Foto: Jéssica Oliveira, 2015).	151
Figura 35 - Escavação da urna funerária por morador da ilha de Piraçú, ano de 2016 (Foto: Pe. Francisco José Cavalcante, 2016).	153
Figura 36 - Urna funerária encontra por moradores na ilha de Piraçú, no ano de 2016 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	154
Figura 37 - Fragmentos ósseos identificados dentro da urna; trata-se de fragmentos de crânio, costelas e falanges. (parte dos fragmentos identificados) (Foto: Jéssica Oliveira, 2019).	155
Figura 38 – Vasilha utilizada como tampa da urna funerária encontrada por moradores na ilha de Piraçú, no ano de 2016 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	156
Figura 39 - A vasilha foi guardada pelos moradores, próximo ao local onde foi identificada até que pudéssemos realizar a coleta (Foto: Pe. Francisco José, 2016).	157
Figura 40 - Vasilha cerâmica identificada por moradores na Ilha de Piraçú e associada à urna funerária (Foto: Jéssica Oliveira, 2019).	158
Figura 41 - Fragmentos da urna funerária, fragmentos ósseos identificados no Sítio Piraçú por moradores (Foto: Pe. Francisco José, 2016).	159

Figura 42 - Fragmentos de urna funerária identificada por moradores da ilha de Piraçú (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	160
Figura 43 - Fragmentos ósseos identificados dentro da urna funerária (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	160
Figura 44 - Dentes permanentes de um indivíduo adulto com grandes desgastes, identificado dentro da urna funerária (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	161
Figura 45 - Parte da estrutura de uma antiga roda d'água no limite ao sul da ilha de Piraçú (Foto: Jéssica Oliveira, 2019).	166
Figura 46 - Início da primeira unidade escavada com dimensões de 1x1m ² (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	170
Figura 47 – Vista panorâmica do entorno imediato da área escavada (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	172
Figura 48 – Vista panorâmica do entorno imediato da área escavada (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	172
Figura 49 – Unidade Ampla de escavação e entorno imediato (Foto: Vinícius Colares, 2020).	175
Figura 50 - Residência dos proprietários da ilha, localizada próxima à área da escavação (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	176
Figura 51 - Unidade Ampla de escavação - Área 1 e a nomenclatura recebida por cada quadra, que corresponde aos números finais das coordenadas geográficas em UTM (Foto: Vinícius Colares, 2020).	178
Figura 53 - Buraco de estaca identificado na Unidade: 5839/5109 - Área 1. (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	180
Figura 52 - Mancha escura e fragmentos cerâmicos associados ao buraco de estaca e ao piso com alta compactação, unidade 5839/5110 - Área 1. (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	180
Figura 54 - Registro do início da escavação da quadra - 5837/5109 - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).	181
Figura 55 - Vasilha cerâmica identificada na Unidade 5839/5109 - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).	183
Figura 56 - Realização da coleta da vasilha e acondicionamento para transporte até o laboratório. (Foto: Érika Oliveira, 2020).	184

Figura 57 - Solo compacto existente na camada onde a vasilha foi depositada. Provável piso de ocupação, unidade: 3839/5109 - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).	184
Figura 58 - Realização da coleta da vasilha em casulo e acondicionamento para transporte até o laboratório. (Foto: Érika Oliveira, 2020).	185
Figura 59 - Escavação da primeira decapagem da Quadra 5850/5109 - Área 1. (Foto: Bruno Vieira, 2020).	185
Figura 60 - Escavação da decapagem 01 da Quadra 5839/5108 - Área 1. (Foto: Bruno Vieira, 2020).	186
Figura 61 - Fragmento cerâmico corrugado, associado a fragmentos ósseos, localizado na unidade: 5838/5110 - Área 1 (material datado). (Foto: Érika Oliveira, 2020).	187
Figura 62 - Fragmento cerâmico corrugado, associado a fragmentos ósseos, localizado na unidade: 5838/5110 - Área 1 (material datado). (Foto: Érika Oliveira, 2020).	188
Figura 63 - Escavação da decapagem 01 da Quadra 5837/5110 - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).	188
Figura 64 - Macha de combustão contemporânea identificada na decapagem 2 da Quadra: 5839/5110 - Área 1. (Foto: Bruno Vieira, 2020).	189
Figura 65 - Escavação da decapagem, 2 da Quadra 5838/5108 - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).	190
Figura 66 - Registro fotográfico das quadras escavadas na Unidade Ampla de escavação - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).	191
Figura 67 - Abertura sistemática da unidade de escavação - Área 1. (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	192
Figura 69 - Escavação da Unidade Ampla - Área 1. (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	193
Figura 68 - Escavação da Unidade Ampla - Área 1. (Foto: Vitor Colares, 2020).	193
Figura 70 - Escavação da Unidade Ampla - Área 1. (Foto: Vinícius Colares, 2020).	194
Figura 71 - Localização da vasilha na Unidade Ampla de escavação – Área 1. (Foto: Vinícius Colares, 2020).	195

Figura 72 – Vetorização dos perfis estratigráficos da Unidade Ampla de escavação – Área 1 (Elaboração: Flávio Carvalho, 2020).	199
Figura 73 - Escavação das sondagens (Foto: Érika Oliveira, 2020).	201
Figura 74 - Daniel, Dona Maria e Zé de Severo, moradores de Orocó, auxiliando na realização da pesquisa de campo (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).	203
Figura 75 – Equipe delimitação da área da Unidade Ampla – Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	206
Figura 76 – Marcação das quadras da Unidade Ampla – Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	206
Figura 77 - Escavação da Quadra B1 - Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	207
Figura 78 - Escavação da Quadra E5 - Área 2 (Foto: Karla Oliveira, 2022). ..	208
Figura 79 - Escavação da Quadra D4 - Área 2 (Foto: Luana Sena, 2022).	209
Figura 80 - Escavação da Quadra C3 - Área 2 (Foto: Débora Silva, 2022).	210
Figura 81 - Escavação da Quadra B2 - Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	210
Figura 82 - Escavação da Quadra E2 - Área 2 (Foto: Débora Silva, 2022).	211
Figura 83 - Escavação da Quadra Q1 - Área 2 (Foto: Débora Silva, 2022).	212
Figura 84 - Escavação da Quadra Q1 - Área 3 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	213
Figura 85 - Escavação da Quadra Q2 - Área 3 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	214
Figura 86 - Realização da escavação dos poços-testes (Foto: Leandro Duran, 2022).	214
Figura 87 - Unidade ampla - Área 2 com o nivelamento das quadras escavadas na profundidade de 30cm (Foto: Débora Silva, 2022).	215
Figura 88 - Vetorização dos perfis estratigráficos da Unidade Ampla de escavação – Área 2 (Elaboração: Flávio Carvalho, 2022).	217
Figura 89 - Curadoria da vasilha cerâmica identificada na Quadra 5838/5109 (Foto: Érika Oliveira, 2020).	222
Figura 90 - Vasilha cerâmica identificada in situ na Quadra 5838/5109 (Foto: Érika Oliveira, 2020).	222
Figura 91 - Fragmentos cerâmicos identificados na Quadra: 5838/5110 com presença de fuligem (Foto: Vinícius Colares, 2020).	224

Figura 92 - Fragmentos cerâmicos com presenças de bordas alisadas identificadas nas Quadras: A- 5838/5110, B e C- 5838/5109 e D- 5839/5109 (Foto: Vinícius Colares, 2020).....	224
Figura 93 - Fragmentos cerâmicos com decoração plástica inciso e engobo branco, identificados nas Quadras E5 e Q1 – Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	225
Figura 94 - Fragmentos cerâmicos de borda com decoração externa corrugada identificado na unidade: 5838/5110 associados a fragmentos ósseos (Foto: Vinícius Colares, 2020).	226
Figura 95 - Dentes identificados na Quadra: 5838/5110 na camada 01 – prof. 10cm (Foto: Vinícius Colares, 2020).	229
Figura 96 - Fragmentos ósseos bastante fragmentados, identificados na Quadra: 5838/5110 na camada 01 – prof. 10cm (Foto: Vinícius Colares, 2020).	230
Figura 97 - Fragmentos ósseos de fauna, identificados na Quadra Q1 - Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).....	231
Figura 98 - Lascas identificadas no PT 1 e na Quadras Q1 - Área2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	231
Figura 99 - Instrumento identificado na Quadra B5 - Área 2 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).	232
Figura 100 - Instrumento identificado na superfície da Quadra E4 - Área 2 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).	232
Figura 101 - Lítico identificado em superfície no sítio Piraçú (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).	233
Figura 102 - Fragmentos vítreos, identificados na Quadra Q1 – Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	235
Figura 103 - Vasilha cerâmica, identificada na Quadra 5839/5109 no ano de 2020 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).	239
Figura 104 - Vasilha cerâmica, identificada na Quadra 5839/5109 no ano de 2020 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).	239
Figura 105 - Vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).	239
Figura 106 - Vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).	240

Figura 107 - Vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2020).....	240
Figura 108 - Fragmentos de bordas de uma vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).	240
Figura 109 - Fragmentos de bordas de uma vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).	241
Figura 110 - Vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 e utilizada como tampo da urna funerária (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).....	241
Figura 111 - Vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 e utilizada como tampo da urna funerária (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).....	241
Figura 112 - Fragmento de urna funerária, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).....	242
Figura 113 - Fragmento de urna funerária com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).....	242
Figura 114 – Vasilha com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022). .	242
Figura 115 - Vasilha com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).....	243
Figura 116 - Vasilha com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).....	243
Figura 117 - Vasilha com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).....	243
Figura 118 – Urna funerária com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016. A mesma foi identificada com tampo (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).....	244
Figura 119 - Urna funerária com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016. A mesma foi identificada com tampa (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).....	244
Figura 120 - Vasilhas com decoração plástica corrugada do Sítio Piraçú.	246

Figura 121 - Cerâmicas identificadas na região da Serra da Capivara - PI, classificadas por Cláudia Alves Oliveira como decoração corrugada. (A) Sítio Barreirinho "Corrugado Oblíquo". (B) Sítio Toca do Fundo do Baixão da Pedra Furada.	247
Figura 122 - Exemplo de corrugado oblíquo de acordo com La Salvia e Brochado, (1989, p.48). “As dobras em sua terminação formam uma linha contínua e oblíqua à borda. Corrugado Oblíquo com Intensidade 1.	247
Figura 123 - Corrugado indefinido próxima à base da urna funerária, identificada com tampa no sítio Piraçú (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).	248
Figura 124 – Urna identificada por Calderón em Curaçá-BA em 1967, classificada como pertencente à fase “Cabrobó”. Imagem apresentada no artigo e a urna na data da visita técnica à reserva do MAE/UFBA (Foto: Jéssica Oliveira, 2021).	252
Figura 125 – Urna funerária, identificada por Calderón em Curaçá-BA em 1967, classificada como pertencente a fase “Cabrobó”. Imagem apresentada no artigo e a urna na data da visita técnica a reserva do MAE/UFBA (Foto: Jéssica Oliveira, 2021).	253
Figura 126 - Fragmentos cerâmicos da urna escovada, identificada por Calderón em Curaçá-BA em 1967, classificada como pertencente à fase “Cabrobó”. Acervo reserva técnica do MAE/UFBA (Foto: Jéssica Oliveira, 2021).....	254
Figura 127 - 1 – Urna da fase Cabrobó, identificada por Calderón em Curaçá. 2 - Urna identificada no sítio Piraçú.	255

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Indicação das ilhas com registros de ocupações desde o período de contato as quais três delas foram estudadas na primeira fase da pesquisa, sendo elas: Ilha de Santa Maria, Ilha Das Almas e Ilha de Piraçú (Elaboração: Vitor Colares, 2020).....	32
Mapa 2 - Mapa com a localização da Ilha de Piraçú (Elaboração: Vitor Colares, 2020).	35
Mapa 3 - Localização do Arquipélago de Orocó com indicação da provável localização da Ilha de Piraçú no “Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio São Francisco”, produzido por Henrique Halfeld em 1860 (destaque da localização da ilha de Piraçú, produzido pela autora).....	74
Mapa 4 - Área ocupada pelos Kariri no século XVII (FERRARI, 1957, p.18). ..	77
Mapa 5 - Mapa de localização da Ilha de Piraçú. Elaboração: Flávio Carvalho, 2021.	89
Mapa 6 - Distribuição geográfica das línguas e culturas Macro-Jê por (Rodrigues 1999). Mapa elaborado por Itamar Sales (2020).	101
Mapa 7 - Recorte do mapa etno-histórico de Cart Nimuendajú da região do sertão do Nordeste com destaque dos Dzublikua Kariri (1944), Pimenteiros, Pankaruru e os Tupinambá, presetes próximos a região de Orocó - PE.	109
Mapa 8 - Mapa de Curva de Nível da Ilha de Piraçú, com indicação da área escavada, etapa de campo1. (Elaboração: Vitor Colares, 2020).....	174
Mapa 9 - Localização das atividades interventivas realizadas no sítio arqueológico Piraçú, etapa de campo 1. (Elaboração: Eduardo Oleiro, 2020).	177
Mapa 10 - Localização do material arqueológico identificado na Unidade Ampla de escavação – Área 1. (Elaboração: Eduardo Oleiro, 2020).....	197
Mapa 11 - Indicação das intervenções realizadas durante as etapas de campo 1 e 2 (Elaboração: Eduardo Oleiro, 2022).....	205
Mapa 12 - Localização da ilha de Piraçú, no limite do município de Orocó, divisa com Curaçá (Elaboração: Flávio Carvalho, 2022).	250

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Terras indígenas em Pernambuco. Dados: FUNAPI, 2019.	103
Tabela 2 - População Indígena por localização do domicílio e percentual nas Terras Indígenas. Dados: FUNAPI, 2010 - Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.	105
Tabela 3 - Tipologia dos fragmentos cerâmicos.	147
Tabela 4 - Tratamento de superfície interna dos fragmentos cerâmicos.	148
Tabela 5 - Tratamento de superfície externa dos fragmentos cerâmicos.	148
Tabela 6 - Presença de decoração externa nos fragmentos cerâmicos.	148
Tabela 7 – Quantificação dos artefatos cerâmicos coletados no sítio Piraçú por moradores da ilha.....	163
Tabela 8 – Intervenções realizadas e quantificação do material arqueológico coletado durante a etapa de campo 1.....	202
Tabela 9 - Intervenções realizadas e quantificação do material arqueológico coletado durante a etapa de campo 2.....	218
Tabela 10 - Código DAT, amostra, dose anual, paleodose média e idade média.	236
Tabela 11 - Amostra, Th (Tório), U (Urânio), K (Potássio) e Umidade.	236

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Terras indígenas regularizadas por região administrativa. Fonte: FUNAPI, 2019	104
Gráfico 2 - Quantificação da natureza dos fragmentos (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).	226
Gráfico 3 - Quantificação da Matéria-prima (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022)... ..	227
Gráfico 4 - Quantificação dos tipos de queima (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).	227
Gráfico 5 - Quantificação dos tratamentos de superfície interna e externa. (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).	227
Gráfico 6 – Quantificação do Estado de Conservação (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).	228
Gráfico 7 – Quantificação da espessura dos fragmentos (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).	228
Gráfico 8 – Quantificação da morfologia de bordas e lábios (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).	228
Gráfico 9 - Quantificação do tipo de vestígio (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022). ..	233
Gráfico 10 - Quantificação do tipo de matéria-prima (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).	234
Gráfico 11 - Quantificação do estado de preservação (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).	234
Gráfico 12 - Quantificação da natureza da transformação (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).	234

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ocupação Tupi-guarani no Estado de Pernambuco, Fonte: Martin, 2013.	128
Quadro 2 – Possíveis relações entre as tradições ceramistas e os troncos linguísticos de acordo com Gabriela Martin (2013, p. 190).....	141

LISTA DE ABREVIATURAS

PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FUNAPI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
T.I.	Terra Indígena
TL	Termoluminescência
CPRM	CPRM - Serviço Geológico do Brasil
MAE/UFBA	Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
1 CAPÍTULO	41
HISTÓRIA INDÍGENA DE LONGA DURAÇÃO E A ARQUEOLOGIA NO NORDESTE.....	41
1.1 POR UMA HISTÓRIA INDÍGENA DE LONGA DURAÇÃO NA COMPREENSÃO DOS CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS DO NORDESTE	41
1.2 MATERIALIDADE ARQUEOLÓGICA E A HISTÓRIA DE LONGA DURAÇÃO – Longue-Durée	49
2 CAPÍTULO	62
ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS INDÍGENAS DO MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO	62
2.1 CONHECENDO O ARQUIPÉLAGO DE OROCÓ, SERTÃO DE PERNAMBUCO – BREVE HISTORIOGRAFIA.....	62
2.2 CONFLITOS E RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE CONTATO – OS ALDEAMENTOS MISSIONEIROIS NO ARQUIPÉLAGO DE OROCÓ	76
2.3 ILHA DE PIRAÇÚ – NOSSO PONTO DE PARTIDA PARA ADENTRAR NAS HISTÓRIAS INDÍGENAS DE LONGA DURAÇÃO DO MÉDIO DO SÃO FRANCISCO.....	89
3 CAPÍTULO	93
UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO PROTAGONISMO INDÍGENA NAS OCUPAÇÕES FLUVIAIS DE OROCÓ.....	93
3.1 TRONCO MACRO-JÊ - FAMÍLIA LINGUÍSTICA KARIRI - O INDÍGENA NÃO TUPI NO MÉDIO SÃO FRANCISCO	93
3.2 SÃO FRANCISCO INDÍGENA – ETERNO RIO OPARÁ.....	103
3.2.1 Terra Indígena no arquipélago de Orocó - O Povo Truká Existe e Resiste na ilha de São Félix	110
3.3 TUPIS E NÃO TUPIS NO SERTÃO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	121

3.4	A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA NO MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO	124
4	CAPÍTULO	144
	ATIVIDADES DE CAMPO E ESTRUTURAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS	144
4.1	SÍTIO ARQUEOLÓGICO PIRAÇÚ – CONTEXTUALIZAÇÃO E PESQUISAS ANTERIORES	144
4.2	PESQUISA DE CAMPO INTERVENTIVA NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE PIRAÇÚ	164
4.3	ETAPA DE CAMPO 1 - CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS ESCAVADAS	169
4.4	ETAPA DE CAMPO 2 - CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS ESCAVADAS	204
4.5	ANÁLISE TÉCNICA DOS ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS COLETADOS DURANTE A PESQUISA INTERVENTIVA DE CAMPO NO SÍTIO PIRAÇÚ – ETAPAS DE CAMPO 1 E 2	220
5	CAPÍTULO	238
	A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO PIRAÇÚ	238
5.1	CONJUNTO DE VASILHAS CERÂMICAS DO SÍTIO PIRAÇÚ	238
5.2	VISITA A RESERVA TÉCNICA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – MAE/UFBA	250
6	CONSIDERAÇÕES INICIAIS DE UMA LONGA HISTÓRIA: A CERÂMICA KARIRI DO MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO	257
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267

INTRODUÇÃO

*Vieram de muito longe, bem depois do nosso mar
Amarraram suas velas, nos deram caraminguás
Aprenderam nossa língua, pra depois nos enganar
Nos batizaram com o medo, queimaram nosso altar.*

*Corromperam bravos índios, os guerreiros de Tupã
Hoje tementes ao inferno, fogem de um tal de satã
Vieram outras doenças, nem minha crença os ajudou
Rezei com boas ervas, de herege um padre me chamou.
Mataram crianças e velhos, idosos do meu povo inteiro
Hoje os vivos são pedintes, capangas, medrosos vaqueiros
E hoje eu tenho no peito, uma ferida que não sara
Sangra como o São Francisco, meu eterno rio OPARA.*

*Cadê meus companheiros, minha tribo minha raiz
errantes caiporas, nossos índios cariris?*

Wagner Miranda - Cariris, 1999.

Esta tese é um desdobramento de indagações surgidas durante a minha pesquisa de Mestrado concluída no de 2016 no Programa de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Ao desenvolver o estudo arqueológico sobre o arquipélago de Orocó no sertão de Pernambuco, busquei identificar as relações estabelecidas entre indígenas e missionários no período de contato nos séculos XVII e XVIII, na paisagem fluvial de Orocó-PE, bem como identificar as ilhas que foram áreas de aldeamentos religiosos e os sítios arqueológicos existentes no arquipélago.

Os questionamentos iniciais do presente estudo partiram da análise dos fatos históricos e, sobretudo, do olhar crítico sobre as descrições históricas desses fatos presentes nos registros “oficiais”, os quais, por vezes, são imbuídos de uma tentativa de apagamento dos povos indígenas dos processos históricos e sociais do Brasil. Apagamento esse fruto das ideias eurocêntricas ainda reinante nas pesquisas acadêmicas as quais se dedicam a estudar os povos do sertão nordestino baseados em uma leitura exteriorizada.

Os povos do sertão aqui resgatados, para o fortalecimento e reconhecimento de sua existência, são muitas vezes reduzidos na historiografia genericamente como pertencentes aos “Tapuias”, ou mesmo, apagados, tendo seus artefatos catalogados como pertencentes a outros povos. Esta é uma questão que precisa ser observada a luz dos modelos de políticas públicas para a região Nordeste e dos investimentos para estudos e pesquisas que, historicamente construiu um o modelo de desenvolvimento que considerou a importância e potencialidade desta região apenas do ponto de vista econômico e exploração de seus recursos e, neste contexto, negaram o reconhecimento dos povos originários e de seu importante papel na formação da estrutura social brasileira.

Sob esta lógica, apresenta-se a grande dificuldade do pesquisador de ciências humanas no Nordeste que enfrenta as mais variadas adversidades mediante ao pouquíssimo incentivo e investimento na produção do conhecimento científico para a formação de uma bibliografia com os aprofundamentos da história e arqueologia que os povos desta região necessitam. É importante destacar que esse projeto iniciado, como apontado anteriormente, na pesquisa de mestrado, só foi possível em face de um momento em que tivemos governos com ideias progressistas, onde indubitavelmente, a educação brasileira e com ela os investimentos em pesquisa tiveram seu melhor momento. Este estudo é fruto destes investimentos que humildemente tentaram reparar, dentro das especificidades e de seu contexto, a dívida histórica que temos com os povos originários do Brasil e principalmente, do Nordeste. Posteriormente, esses avanços foram sendo gradativamente desprezados nos últimos anos diante do retorno da negação da ciência e de seu papel, mas que novamente reencontra o caminho da esperança para fortalecer e reconhecer a importância do nosso povo.

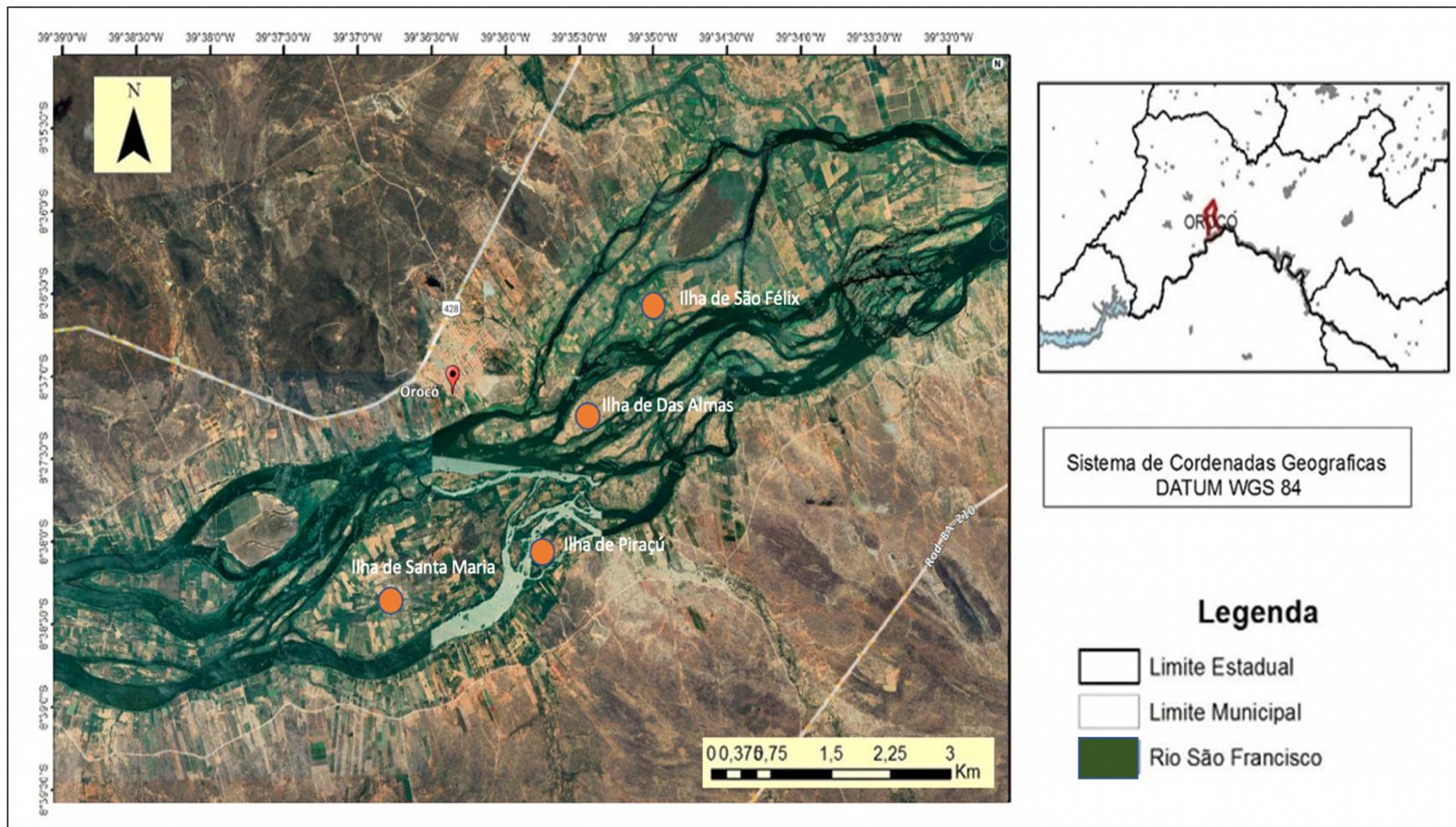
Os povos que habitaram a região do sertão nordestino tiveram sua história entrelaçada com o Rio São Francisco, relação que perpassa as demandas básicas de sobrevivência. O São Francisco, simboliza o que há de mais afetoso na relação do sertanejo com o seu lugar, com suas memórias, identidades e relações de pertencimento. Ciente disto, o presente estudo

precisou compreender que as ocupações humanas do arquipelágico de Orocó caminham também pelo São Francisco e que as ilhas do arquipélago são constituídas de histórias vivas as quais necessitam ser compreendidas também pelo viés da pesquisa arqueológica.

Neste ínterim, o presente estudo buscou compreender a partir da construção de uma história indígena de longa duração no Nordeste e, baseado sobretudo pela cerâmica arqueológica, trazer a realidade a forte presença e história indígena do médio Rio São Francisco com atenção especial aos povos Kariri com estudos realizados nas ilhas do município de Orocó - PE. Buscou-se ainda, fortalecer o diálogo da ciência arqueológica com outras áreas de conhecimento para melhor compreender os conjuntos cerâmicos desta área para identificar se sua classificação realmente é pertencente aos levantamentos já realizados nesta região.

O município de Orocó margeia um trecho do curso médio do Rio São Francisco. Nessa região, há um complexo de ilhas que, durante séculos, foram ocupadas por povos indígenas, e que, posteriormente, serviram como área de aldeamentos indígenas durante o processo de colonização atrelada às atividades missionárias no sertão nordestino. A área serviu para instalações de aldeamentos de ordens religiosas dos Capuchinhos Franciscanos e, posteriormente, Jesuítas, envolvidas no longo processo de conquista e consolidação de territórios da coroa portuguesa e que, posteriormente, foram passagens para os currais de gados vindos dos sertões da Bahia.

Durante o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado, foram estudadas três ilhas do arquipélago de Orocó: as ilhas de Santa Maria, Ilha Das Almas e a Ilha Piraçú. Para a tese, nos dedicamos ao estudo especificamente da ilha de Piraçú, conforme localização no mapa abaixo:



Mapa 1 - Indicação das ilhas com registros de ocupações desde o período de contato as quais três delas foram estudadas na primeira fase da pesquisa, sendo elas: Ilha de Santa Maria, Ilha Das Almas e Ilha de Piraçú (Elaboração: Vitor Colares, 2020).

Como resultado da pesquisa de Mestrado, foi possível compreender o quão complexo foram os aldeamentos fluviais do submédio São Francisco e o quanto as informações históricas e arqueológicas precisavam ser analisadas conjuntamente e criticamente, para que fosse possível nos aproximar de uma história indígena de longa duração no sertão nordestino, histórias estas que, por vezes, foram excluídas das fontes historiográficas oficiais até o presente, reforçando uma lógica colonizadora ainda tão atual.

Com relação às informações históricas ligadas aos missionários acerca dos povos indígenas do interior do Brasil, os relatos são, por vezes, contraditórios, quando analisados e comparados com outros registros históricos e arqueológicos. Esse fato reforça, mais uma vez, a complexidade dos processos migratórios, sobretudo no interior do Brasil. No caso dos aldeamentos religiosos no arquipélago de Orocó, a realidade não era diferente.

Durante séculos, os indígenas estiveram numa situação marginal na história com relação ao seu papel na formação social e identitária brasileira. De acordo com o historiador e especialista em história indígena, John Manuel Monteiro (2001, p. 04), este problema deve-se a duas questões específicas: “A primeira diz respeito à exclusão dos povos indígenas enquanto legítimos atores históricos, [...] a segunda noção é mais problemática ainda, por tratarem os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento”.

Na historiografia oficial dos povos indígenas do sertão de Pernambuco, durante o processo de colonização, há registros recorrentes sobre as ocupações dos povos Kariri na região do médio São Francisco. No período de contato, no entanto, estudos arqueológicos realizados demonstram também a presença dos povos Tupis nessa região, identificados, sobretudo, através da cerâmica arqueológica.

Nesse sentido, além das questões que envolvem as fontes históricas sobre a presença indígena na região Nordeste, precisamos ainda estar atentos aos movimentos de expansão populacional indígena em períodos pré-coloniais, os quais podem ter levado à inserção desses povos no sertão através do Rio São Francisco.

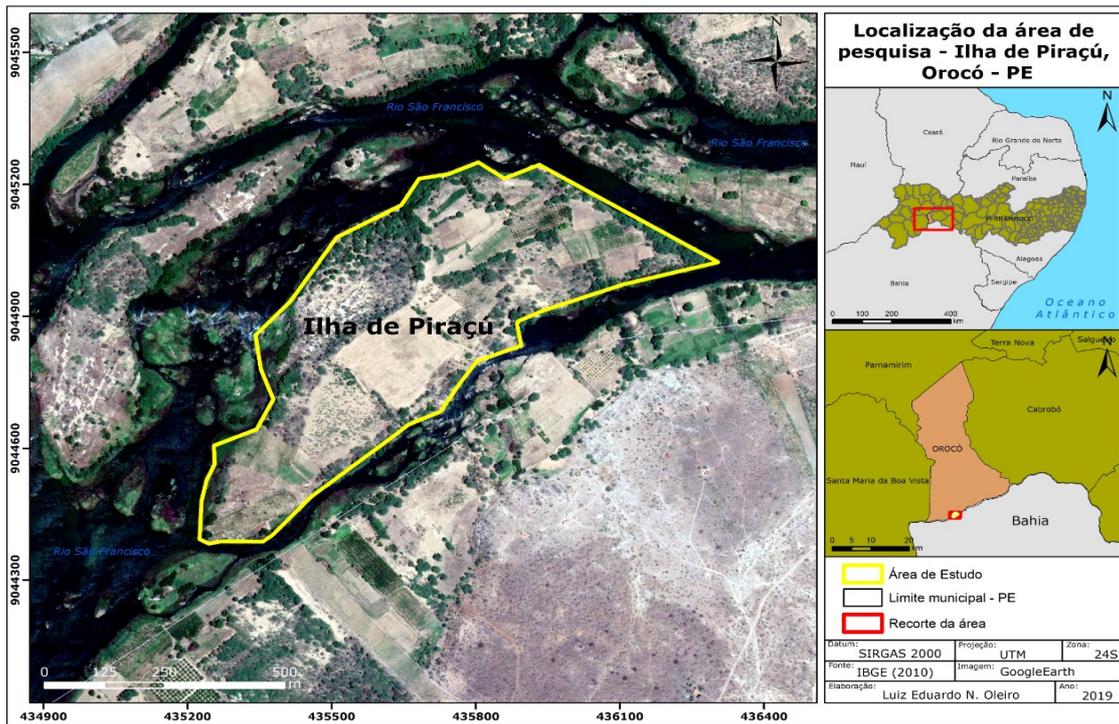
A presente pesquisa, por vezes, precisou lidar com essa dualidade da cerâmica arqueológica de Orocó, buscando incluir se pertencentes a uma ocupação Tupi ou Kariri e de qual momento histórico da ocupação indígena estávamos tratando. Essa indagação parte, sobretudo, da fragilidade das pesquisas até então realizadas na região, onde, muitas vezes o enquadramento dos estudos ceramistas se reduziu a classificar a materialidade cerâmica e inseri-las em categorias de análises reducionistas. Estas cerâmicas, ao somente serem classificadas em fases, tradições e subtradições, sem maiores questionamentos e diálogos com outras áreas de conhecimento, visando incluir o maior número de dados na compreensão dos contextos arqueológicos, construiu-se narrativas que em muitos casos se distanciaram de suas realidades.

Através de diálogos com outras áreas de conhecimento, firmando compromisso com a multidisciplinariedade da ciência arqueológica, a presente pesquisa buscou compreender o que vem a ser a materialidade cerâmica dos povos Kariri do médio Rio São Francisco através dos conjuntos cerâmicos identificados no sítio Piraçú e em pesquisas arqueológicas realizadas anteriormente nessa mesma região do médio Rio São Francisco. A tese corrobora a construção de uma arqueologia que reconheça o protagonismo indígena na formação sociocultural do sertão nordestino e suas resistências frente às dinâmicas coloniais e do colonialismo durante o período de contato.

Para a realização do presente estudo, a ilha de Piraçú foi um importante ponto de partida para o aprofundamento das pesquisas iniciadas no arquipélago de Orocó, recebendo, nesse momento, uma grande atenção devido ao volume de artefatos arqueológicos cerâmicos identificados na ilha.

Ilha de Piraçú – Sítio Arqueológico Piraçú

A ilha de Piraçú, é uma pequena ilha do arquipélago localizada a 15 minutos de barco, partindo do porto da cidade de Orocó em Pernambuco. É uma área do Rio São Francisco que, do lado outro, está margeado pelo estado da Bahia, como pode ser observado no mapa que segue.



Mapa 2 - Mapa com a localização da Ilha de Piraçú (Elaboração: Vitor Colares, 2020).

Na ilha de Piraçú, é realizada uma intensa atividade agrícola, durante quase todos os períodos do ano, sendo de forma mais recorrente o cultivo das culturas de mandioca, cebola, feijão e milho. E foi nesse intenso trabalho agrícola que, apesar de serem culturas de raízes rasas, exigem grandes revolvimentos de solo, que os moradores da ilha começaram a se deparar com material arqueológico, sobretudo artefatos cerâmicos que, por vezes, eram identificados em um excelente estado de conservação, como vasilhas cerâmicas e urnas funerárias. É importante ressaltar que, com exceção dos artefatos coletados durante as etapas de campo da presente pesquisa, que foi coletado através de escavações arqueológicas sistemáticas, a maior parte do acervo arqueológico proveniente do Sítio Arqueológico de Piraçú ao qual tivemos acesso, foram coletados e ‘escavados’ pelos moradores, sem qualquer tipo de monitoramento arqueológico.

Buscando um distanciamento da arqueologia iniciada no arquipélago de Orocó, que buscava, através dos espaços missionários e dos aldeamentos, entender o processo de colonização e as próprias relações de poder e

resistências nesses espaços, optou-se, no presente estudo, por voltar o olhar especificamente para a ilha de Piraçú ou “Sítio Arqueológico Piraçú”, por ser uma pequena ilha do arquipélago, próxima à ilha de Santa Maria, local onde houve um grande aldeamento religioso no século XVII e, mesmo diante da proximidade com a ilha de Santa Maria, a ilha de Piraçú não é marcada por nenhuma estrutura arquitetônica religiosa que remeta à ocupação missioneira, como as encontradas em Santa Maria. Esse fato foi uma das inquietações iniciais do presente estudo, pois a ilha de Piraçú é o local onde se identifica de forma expressiva cerâmica arqueológica indígena em contextos preservados.

A identificação de vasilhas cerâmicas, incluindo urnas funerárias, foram cruciais para o despertar de que era necessário voltar o olhar para os contextos indígenas e entendê-los como protagonistas no processo de colonização do sertão, visando assim construir uma narrativa menos excludente e não colonizadora dos processos históricos, buscando, dessa vez, não unicamente procurar através dos espaços missionários compreender os processos colonizantes, mas voltar o olhar para compreender os espaços indígenas e seu protagonismo na formação social e identitária do sertão.

Por meio da compreensão do que chamo aqui de história indígena de longa duração, pudemos identificar intensos períodos de ocupações no arquipélago de Orocó. Processos de ocupações com cronologias situadas no período pré-colonial, colonial e pós-contato. Esse fato permitiu nos aproximar da perspectiva da *Longue-Durée* de Fernand Braudel (1965) e inseri-la na compreensão dos contextos arqueológicos do sertão do Nordeste.

Ao que concerne o campo prático da ciência arqueológica, atividades de campo como prospecções de superfície e subsuperfície, bem como escavações arqueológicas sistemáticas foram realizadas, assim como as atividades de curadorias e análises laboratoriais de todo acervo arqueológico coletado. Visando, sobretudo, compreender o período histórico da materialidade com a qual estávamos lidando, foram realizadas também datações absolutas de amostras cerâmicas coletadas durante as escavações.

As atividades práticas associadas aos levantamentos documentais e firmando diálogos com a multidisciplinariedade a que se propõe a ciência arqueológica, laços foram construídos com a etnoarqueologia, sociologia, geografia, linguística, antropologia e a própria história, visando corroborar a construção de uma ciência arqueológica, atenta aos processos de transformações socioculturais, dentro do tempo longo com que as relações se estabelecem, sendo este também um dos desafios assumidos para realização do presente estudo. No entanto, inserir as histórias dos povos Kariri na historiografia oficial contemporânea do sertão e reconhecê-los como protagonistas nas ocupações dos sertões adentro, através da pesquisa arqueológica, foi nosso maior objetivo.

Apresentação dos Capítulos

Para a construção dessa pesquisa, caminhos foram trilhados conscientemente e escolhas metodológicas foram assumidas, as quais, necessariamente, percorreram pela multidisciplinariedade a que tanto se propôs a ciência arqueológica, acreditando que é na construção de diálogos com as diversas áreas de conhecimento que a ciência arqueológica assume seu papel como uma ciência humana, preocupada em compreender as diferentes realidades sociais deste país.

A presente pesquisa está estruturada em cinco (05) capítulos, seguindo uma ordem lógica para compreensão do desenrolar da pesquisa, sendo estruturados da seguinte maneira:

O capítulo 1 está estruturado em dois tópicos, apresenta as discussões teóricas iniciais, as quais nortearam o caminhar desta pesquisa. Apresentando os importantes caminhos já trilhados pela arqueologia no Nordeste, permitiram alcançar uma maior e mais profunda compreensão do arquipélago de Orocó. Em defesa da construção de uma história indígena de longa duração da compreensão dos contextos arqueológicos da região Nordeste, firmou diálogos com a *Longue Durée* de Fernand Braudel (1965), para a compreensão das

materialidades arqueológicas, buscando compreendê-las dentro do seu tempo histórico e cientes dos processos de etnogênese existentes na ocupação do arquipélago.

A construção deste capítulo se deu simultaneamente ao caminhar da pesquisa, na medida em que o amadurecimento dos contextos pesquisados e a interpretação dos dados coletados nos direcionavam conscientemente aos caminhos que estavam sendo percorridos e, sobretudo, como eu compreendo e interpreta o mundo.

No capítulo 2, há uma contextualização histórica da área pesquisada, estruturado em três tópicos. O primeiro apresenta uma breve historiografia do arquipélago de Orocó, a partir da união de dados que, vem sendo também por nós pesquisados desde 2013. O segundo apresenta os dados adquiridos em decorrência da realização da primeira pesquisa arqueológica, desenvolvida no arquipélago, através da realização da minha pesquisa de mestrado sobre aldeamentos missionários (OLIVEIRA, 2016); o terceiro tópico, adentra nas histórias indígenas de longa duração, no médio São Francisco, partindo da Ilha de Piraçú.

O capítulo 3 apresenta uma contextualização da história indígena de longa duração no médio São Francisco e os dados atuais sobre as populações indígenas no estado de Pernambuco. O capítulo está estruturado em quatro tópicos, firmando diálogo com diversas fontes de conhecimentos para compreender a realidade das ocupações Tupi e Kariri no sertão do Nordeste. Traz uma contextualização histórica da Terra Indígena do povo Truká que existe e resiste há séculos, na Ilha de São Félix, sendo essa uma importante ilha do arquipélago, buscou-se contextualizá-la arqueologicamente com os dados da pesquisa. Ainda neste capítulo, introduzimos as primeiras discussões arqueológicas sobre os Tupi e os Kariri, através da cerâmica arqueológica da região do médio São Francisco.

No capítulo 4, apresentamos os caminhos percorridos para realização da pesquisa de campo, bem como as bases teóricas e metodológicas assumidas para execução dessas atividades. O capítulo está estruturado em cinco tópicos,

apresentando detalhadamente as pesquisas interventivas realizadas no sítio arqueológico.

No capítulo cinco há uma análise comparativa dos resultados alcançados durante a pesquisa realizada no sítio arqueológico de Piraçú, com as informações coletadas pelo arqueólogo Valentin Calderón (1972), na região do médio São Francisco, sobre a tradição ceramista Cabrobó, juntamente com as contribuições trazidas pela arqueóloga Gabriela Martin, sobre pesquisas realizadas, nessa mesma região, nos anos 80.

O capítulo está estruturado em três tópicos que apresentam os resultados obtidos em uma visita técnica por mim realizada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia – MAE/UFBA, que teve como objetivo realizar uma análise do acervo arqueológico coletado por Calderón e compará-lo com o acervo arqueológico de Piraçú, para termos ciência de que estávamos tratando de materialidades, com as mesmas características do que ele denominou de tradição Cabrobó, na qual realmente estávamos. Nesse capítulo, também realizamos as interpretações acerca do contexto e da cerâmica arqueológica de Piraçú.

Nas considerações finais, que opto por chamar de “considerações iniciais de uma longa história”, está a sintetização dos resultados aqui alcançados e é com base nos dados até aqui levantados, acerca das longas ocupações do arquipélago de Orocó, que se fez necessário um universo maior e mais profundo de pesquisas a serem desenvolvidas no arquipélago de Orocó, para que as ideias, iniciadas no projeto de Mestrado (2014-2016), pudessem ser aprofundadas com essa pesquisa de Doutorado.

E é nesse caminhar que a presente pesquisa se mostrou de fundamental importância para compreender a dinâmica de ocupação não só no arquipélago de Orocó, mas da região como um todo e trazer contribuições para a história indígena, de longa duração, no sertão pernambucano.

Cientes de que apenas foi dado um passo inicial para o entendimento das complexas relações estabelecidas no arquipélago de Orocó, deixamos aqui expresso o desejo de que pesquisas futuras possam dar continuidade aos

estudos aqui iniciados, e que arqueologia no Nordeste se volte a compreender a história indígena de longa duração, presente nos contextos pré-coloniais, e que as insira nas análises dos contextos históricos contemporâneas, para que a arqueologia aqui produzida possa ter significado para as sociedades vivas e, sobretudo, para os povos indígenas.

1 CAPÍTULO

HISTÓRIA INDÍGENA DE LONGA DURAÇÃO E A ARQUEOLOGIA NO NORDESTE

“A objetividade do tempo e do espaço advém, em ambos os casos, de práticas materiais de reprodução social; e, na medida em que estas podem variar geograficamente e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferentemente. Em suma, cada modo distinto de reprodução ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço”.

(David Harvey, p.198, 2009)

1.1 POR UMA HISTÓRIA INDÍGENA DE LONGA DURAÇÃO NA COMPREENSÃO DOS CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS DO NORDESTE

Arqueologia como uma ciência humana e concordando com o arqueólogo Ian Hodder (1992), se “fez com base em relações dialéticas entre passado/presente e entre sujeito/objeto”. É partindo desse pressuposto que iniciamos o caminhar desta pesquisa arqueológica, em que as relações entrelaçadas entre passado e presente, sujeito e objeto direcionam a busca para a compreensão das relações socioculturais que se moldaram através do tempo e espaço.

As inúmeras transformações sociais ocorridas através dos processos colonizantes, dividiram e fragilizaram as relações de pertencimento perante o nosso passado. E, dentro dessa realidade, os recortes cronológicos fechados/isolados reduzem, dividem e, por ora, impossibilitam a compreensão dos processos históricos, dentro da longa duração em que eles acontecem,

acarretando a fragmentação de pequenas porções da história que, compreendidas isoladamente, tornam-se caóticas.

A inserção das ocupações humanas do Nordeste do Brasil, dentro de uma perspectiva contínua, seguido da criação de uma linha imaginária do tempo, fragmentada pela colonização, formulou-se em uma compreensão dos povos pré-coloniais como a-históricos, dentro dos discursos científicos e convertendo-se também em um certo distanciamento das sociedades vivas com o passado, distante do que deveria ser, como afirma o arqueólogo Ângelo Corrêa (2014, p. 24), uma “história indígena de longa duração ou até mesmo a história antiga do Brasil”.

Arqueologicamente falando, há múltiplas fontes que evidenciam a continuidade das ocupações humanas na região Nordeste. Essas mesmas evidências nos fazem pensar em uma história indígena de longa duração nessa região do país. As transformações da paisagem e as datações científicas disponíveis nos mais variados métodos e nos principais centros de pesquisas, sugerem ocupações em períodos pré-coloniais tardios à história recente e contemporânea.

A região do Nordeste do Brasil, há muito tempo, é palco de pesquisas arqueológicas. Um número expressivo delas voltaram-se para o estudo da compreensão das ocupações pré-coloniais nesta região do país. Fato é que o grande interesse nas ocupações primevas do sertão do Nordeste nos levam hoje a refletir sobre a longa história indígena dessa região.

É sintomático perceber que, na presente data, distintas abordagens dentro da ciência arqueológica são utilizadas na busca de compreensão das realidades históricas do sertão nordestino. Falar em ‘Sertão’, e me atrevo aqui a uma licença poética, não somente como categoria regional de análise, é perceber as nuances e excentricidades de um povo com modos particulares de vida e, como tantos outros povos do Brasil, com parte de suas histórias por ora exclusas das fontes históricas oficiais.

A arqueologia, dentro dessa realidade, surge como uma alternativa necessária para a compreensão das histórias construídas pelas sociedades que

nos antecederam e que, por fatores distintos, acabamos delas nos distanciando, assim como das histórias, memórias e identidades coletivamente construídas. Para a Arqueóloga Gabriela Martin, em sua obra História da Pré-história do Nordeste (2013), essa região do Brasil “ficou à margem da pesquisa científica quando esta dava seus primeiros passos no país, ainda na década de 40 e 50” (MARTIN, 2013, p. 37). Para Martin, tal fato é o que justificaria ausência de pesquisas arqueológicas, sobretudo no sertão adentro na região do semiárido nordestino.

A arqueologia no Nordeste, assim como em outras regiões do Brasil, surge com demandas científicas específicas e fortemente influenciada por programas arqueológicos estrangeiros como o PRONAPA¹ e, de forma ainda mais expressiva, a Missão Arqueológica Franco-Brasileira, em parceria com Fundações, Museus e Institutos regionais de pesquisas que, sobretudo, a partir da década de 70, voltaram-se à realização de pesquisas arqueológicas realizadas no interior do país que seguem até o presente momento.

É necessário que, neste contexto arqueológico, dediquemos um instante para adentrar na antiguidade das ocupações reveladas através das pesquisas arqueológicas e como as descobertas dessas datações recuadas impulsionaram as pesquisas na região nordeste, na busca do homem “pré-histórico”², ampliando assim as pesquisas no que ainda segue sendo intitulada como a “Arqueologia pré-histórica do Nordeste”.

Não trazemos para conhecimento ou crítica pesquisas arqueológicas individualmente realizadas na região Nordeste, mas chamamos atenção para reproduções de discursos não mais aceitos dentro do atual cenário científico brasileiro, ou seguir dando continuidade e criando espaço para a construção da imagem do homem “pré-histórico”, sem conhecimento do distanciamento cultural e identitário que esse discurso, legitimado pela ciência arqueológica, causa para as sociedades vivas perante o seu passado.

¹ Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.

² Pré-histórico: Dentro da arqueologia do Nordeste é um termo constantemente e equivocadamente utilizado para definir os habitantes do atual território do Brasil antes da colonização portuguesa. Pré-histórico é sinônimo de ante-histórico, arcaico, obsoleto, ultrapassado o que não era o caso das sociedades indígenas antes da colonização.

Pareceria redundante a necessidade de dedicar um tempo para falar sobre a importância da desconstrução da imagem do “homem pré-histórico” que a arqueologia no Nordeste, durante décadas, contribuiu para a construção, se esta imagem não mais se mantivesse viva, ou se o termo não mais fosse utilizado, mas é notável como está enraizado e presente em pesquisas atuais, mesmo que algumas delas tratem de contextos históricos recentes ou do período do contato entre colonizadores e povos originários.

Compreende-se, dentro dessa realidade arqueológica, que, há milhares e centenas de anos, densas e vastas ocupações povoaram a região Nordeste e seus interiores, a existência de sítios arqueológicos já catalogados, pesquisados e datados, possibilitam-nos conhecer partes desse imenso quebra-cabeças que são as complexas e longas histórias das ocupações humanas no sertão nordestino.

Em se tratando do interior de Pernambuco, pesquisas realizadas às margens do Rio São Francisco recebem grande atenção desde o início dos investimentos em estudos arqueológicos na região, uma vez que o próprio rio foi compreendido como um fator indicativo da presença de ocupações pré-coloniais, diante do cenário de uma região semiárida.

Datações recuadas como as dos sítios arqueológicos Gruta do Padre e o Letreiro do Sobrado, localizados no sertão pernambucano, direcionaram as pesquisas na região, como mostra a arqueóloga Jacionira Silva;

As datações possibilitaram determinar o início da ocupação da área, que ocorreu na Gruta do Padre, por volta de 7000 – 8000 anos, como local de habitação, e no Letreiro do Sobrado, como acampamento, por volta de 6.300 anos. Na Gruta do Padre, o uso como habitação teria cedido lugar às práticas funerárias, seguramente em torno de 4.500 anos. Mil anos depois, a cerâmica seria introduzida nesses rituais, nesse mesmo sítio, que seria abandonado por volta de 2.000 anos. Um hiato no uso do abrigo, detectado inclusive por Calderón, teria acontecido em torno de 2.000 a 2.500 anos, registrado também no Letreiro do Sobrado, o qual voltaria a ser utilizado há 1.600 anos. No Abrigo do Sol Poente, iniciada a ocupação em 2.700 anos, deduz-se ter sido abandonado setecentos anos depois. Teria tido início, então, uma fase mais intensa do estabelecimento das aldeias nas ilhas ou nas margens do rio (SILVA, 2003, p. 11).

Foi impulsionado por esses dados que indicam uma ocupação recuada no sertão nordestino que a atenção das arqueólogas e arqueólogos se voltaram para o estudo da cultura material pré-colonial e, dentro dessa realidade de estágio inicial da pesquisa arqueológica na região, alguns universos comparativos visando compreender, catalogar e registrar as materialidades arqueológicas identificadas foram sendo agrupadas em categorias de análises que se organizavam em blocos distintos como: Tradição, sub-tradição, fases, grupos, variedades e estilos. Essas categorias foram sendo criadas com o interesse de definir um perfil técnico e formas de agrupar esses vestígios dentro de categorias.

De acordo com estudos de Jacionira Silva (2003, p. 34), “pequenas variedades de componentes são suficientes para estabelecer um novo perfil técnico”, Silva, afirma ainda que “em suma, o perfil técnico seria utilizado, assim, como um “conceito operacional diferenciador de cultura” (SILVA, 2003, p.35).

Para a arqueóloga Denise Paul Schaan, esse modelo adotado pelo PRONAPA gerou um mal-estar entre os arqueólogos, “pois as relações entre as fases e tradições eram pouco claras. Como exemplo disso, podemos citar a identificação, às vezes inesperada, de duas ou mais fases, convivendo em vários níveis da camada de ocupação em um sítio” (SCHAAN, 2007, p.2). Schaan, afirma ainda que, ao tratar as categorias de tradições e fases como “entidade homogênea e não passível de transformações, fossilizamos o registro arqueológico e deixamos de utilizar o estudo dos artefatos para entender processos de mudança cultural de longo tempo, um dos objetivos maiores da arqueologia” (SCHAAN, 2007, p.15).

Diante disso, a historiadora Jóina Borges (2010, p.40) chama atenção para o conceito de grupo étnico e de cultura, adotado dentro desses estudos, ao afirmar que “existe na arqueologia brasileira uma grande influência de abordagens difusionistas e evolucionistas simplificadoras, assim como forte ascendência de perspectivas deterministas”.

As definições desses perfis técnicos, às vezes, caracterizados por diferenças de pequenos atributos são reducionistas e não definem, tão pouco caracterizam, a complexa materialidade arqueológica dos povos indígenas do sertão. Abordagens como essas não mais deveriam ser reproduzidas em trabalhos arqueológicos contemporâneos, que utilizam categorias unicamente técnicas como definidores de cultura para colocar os povos originários do Nordeste em uma categoria de “pré-históricos” e compreendê-los fora do seu processo histórico, em um recorte cronológico fechado. Essa abordagem já deveria ter sido superada pelo entendimento de que, quando falamos em materialidade arqueológica antes do contato, estamos falando de “História Indígena de Longa Duração” e não de um período a-histórico ou pré-histórico da região Nordeste.

É importante considerar que temos paisagens, aqui compreendidas como lugares inteiros humanizados, vividos, construídos e que se apresentam como parte do processo dialético da relação das pessoas com os lugares e, nesse contexto, corroboro com as palavras de Willian Balée (2008, p. 08), ao afirmar que são “[...] paisagens humanizadas feitas por povos sofisticados do passado [...]”. São nessas paisagens que me amparo para buscar compreender o que nos aproxima do nosso passado. Balée (2008) afirma que:

As “[...] paisagens indígenas de terra e mar foram consideradas terra *nullius* [...]” pelos europeus, pelo motivo de não se considerar seu valor, seu uso e sua “[...] transformação primária [...]”, havendo, inclusive, certa naturalização das ações indígenas sobre seus territórios (BALÉE, 2008, p. 09).

A construção de uma arqueologia pré-colonial, distante das realidades indígenas ou estreitamente interessadas em catalogar os artefatos em um exótico inventário, desumaniza esses povos e transmite a errônea simplificação dos modos de organizações sociais dos nativos brasileiros, de acordo com Borges, (2010);

O modo de viver destes povos, chamados genericamente de nômades, foi, por muito tempo, tratado pelas ciências sociais de maneira simplista, refletindo uma perspectiva evolucionista, que via as sociedades que não se fixavam em determinados territórios, como

estando na base da “escala evolutiva” humana. A grande mobilidade dos grupos indígenas ainda é, atual e frequentemente, analisada como uma falta de opção destes grupos, por lhes faltar a técnica agrícola, visão determinista que coloca o homem como refém das forças da natureza (BORGES, 2010, p.49).

Essa perspectiva segue ecoando em pesquisas arqueológicas, sobretudo, na região nordeste, como uma arqueologia distante das sociedades vivas e próximas de análises simplistas diante dos complexos modos de vida aqui estabelecidos. Mas também é buscando se distanciar das interpretações reducionistas que novas perspectivas se firmam dentro da arqueologia do Nordeste.

De acordo com o arqueólogo Marcos André Torres da Souza (2017), esse processo de desaparecimento indígena dos contextos arqueológicos histórico surge atrelado à centralização de pesquisas na arqueologia histórica, voltadas aos não menos relevantes processos de diásporas e escravidão dos povos africanos durante a colonização do Brasil. O arqueólogo afirma ainda que há, no presente, um desinteresse desses estudos acerca dos povos indígenas em períodos pós-contato, sendo poucos os estudos voltados para esse tema.

Esse desinteresse progressivo pode ser explicado, pelo menos em parte, pela crítica hermenêutica. Nessa direção, o argumento de Chris Matthews (2007) merece ser levado em conta. Segundo ele, o conceito de pré-história coloca a identidade indígena em outro campo discursivo, associado a tudo aquilo que diz respeito aos momentos anteriores ao contato e, dessa forma, destacados da realidade colonial. Para explicar esse processo, relembra o conceito de “lugar seguro” (“*safe place*”) elaborado por Marx e Engels, que se refere a uma espécie de estado natural original, onde os índios estavam ainda livres dos mecanismos corruptores da expansão europeia, responsável pela destruição gradual da sua cultura. Segundo ele, ao tornar-se esse “lugar seguro”, a pré-história terminou por negar coexistência ao indígena. Por essa razão, pensá-lo como sujeito histórico parece apenas razoável em contextos anteriores ao contato (SOUZA, 2017, p.145).

Com os caminhos parcialmente trilhados, outras abordagens e meios de compreender os contextos arqueológicos vão suavemente se firmando, sobretudo, no contexto da história recente. Perspectivas, às vezes mais proporcionais, diante das diversas possibilidades interpretativas, em que

diferentes pontos de vista e lugares de fala vão se apresentando no atual cenário da arqueologia brasileira e, de forma gradativa, também segue se firmando na região Nordeste.

A passos lentos, esforçamo-nos para a construção de uma arqueologia que compreenda os processos de ocupações dentro de tempos contínuos sem, necessariamente, dividi-los dentro de recortes cronológicos fechados e isolados. Para Corrêa (2014, p.91), o “termo pré-história vem sendo substituído por perspectivas politicamente mais conscientes”; como pré-colonial, reflexo das críticas modernas, que advogam a favor de uma arqueologia menos colonizadora, constroem abordagens que tornam os povos indígenas participantes ativos da história do Brasil e corroboram para a construção de um arcabouço teórico conceitual que traga novas perspectivas e métodos analíticos para a produção do conhecimento científico crítico, atento à importante necessidade de construir um pensamento descolonizador dentro das ciências.

E é através de abordagens interpretativas entre diferentes áreas de conhecimento que caminhamos, buscando integrar, além dos conhecimentos já adquiridos por pesquisas anteriores, agregar a esse cenário novos dados acerca dos processos de ocupações das terras do sertão pernambucano, tratando a cultura material identificada como parte da História Indígena de Longa Duração dos povos do sertão.

1.2 MATERIALIDADE ARQUEOLÓGICA E A HISTÓRIA DE LONGA DURAÇÃO – *Longue-Durée*

David Harvey, em sua obra “Condição Pós-Moderna” (2009), ao pensar sobre as relações simbólicas do espaço e tempo e como o uso simbólico do espaço³ produz as relações sociais para além do indivíduo, afirma que não só a representação do mundo é alterada, mas sim o próprio grupo é moldado através da relação dicotômica entre o espaço e suas temporalidades, afirmando que “espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana”.

Entretanto, não é habitual discutirmos em nossa sociedade a forma como experienciamos a nossa relação tempo e espaço. Às vezes, apenas registramos a passagem do tempo, como se tudo tivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva.

Disto podemos inferir que as relações em que as sociedades experienciam o tempo e os lugares nos seus mais diversos universos simbólicos, necessitam ser compreendidas com cautela, pois não cabe recortá-las em fragmentos de uma linha do tempo marcada apenas pela forma em que compreendemos para registrá-lo, pois estes fragmentos de tempo tendem a se enquadrar dentro de recortes cronológicos limitantes que não nos permitem compreender o todo das relações sociais na qual ele foi experienciado.

Braudel (1965), ao discorrer sobre a multiplicidade do tempo e o valor excepcional do tempo longo – *Longue-Durée*, assegura que “das experiências e tentativas recentes da história, desprende-se consciente ou não, aceita ou não uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo” (BRAUDEL, 1965, p. 263).

Para Braudel, a noção de tempo social pode ser percebida em três dimensões concretas: O tempo curto pode ser visto dentro de uma escala para

³ O espaço é resultado da ação do homem sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 1994, p. 71). Dentro dessa categoria é aqui compreendido como as superfícies que abrigam as relações humanas e suas produções materiais.

tratar a produção das materialidades arqueológicas, sendo possível identificar como as transformações na materialidade se mantêm ou se modificam ao longo do tempo. O tempo médio é percebido na produção, reprodução, alteração e/ou criação de escolhas, práticas e padrões que podem ser percebidos de formas recorrentes ao longo de um tempo médio. Quanto à longa duração, é representada por meio das transformações das paisagens/lugares como resultado da ação humana, que pode ser percebida, por exemplo, nos sítios arqueológicos, através do uso persistente dos lugares durante períodos distintos. (KATER, 2018; KATER & LOPES, 2021, p.24), ou seja, tempo geológico material, onde as transformações se fazem perceptíveis.

No caso da área estudada nesta pesquisa, especificamente do sítio arqueológico Piraçú, é possível percebermos o tempo curto na materialidade através da cerâmica arqueológica, dos diversos usos, atributos técnicos, morfológicos, da ressignificação que esses objetos possuem no tempo presente e como essas mudanças ocorreram de formas graduais, ao longo de um tempo curto, entre um período pré e pós contato com os colonizadores.

O tempo médio pode ser percebido no convívio do sertanejo com o semiárido nordestino, desde o manejo do solo para produções agrícolas, no comportamento apreendido entre gerações e percebidos ao longo do tempo na região como meio de adaptação e convivência com a paisagem e com o semiárido nordestino.

O tempo longo é experienciado através das modificações das paisagens e no uso persistente do arquipélago desde o período pré-colonial até o presente.

Ciente das temporalidades percebidas através de Braudel, é possível compreender, de forma dialética e processual e não isolada, os fatores socioculturais que se apresentam no contexto arqueológico, em que temporalidades dialogam constantemente e não podem ser pensadas isoladamente.

Firmando diálogos na excepcionalidade das escalas temporais de Fernand Braudel, em que os caminhos para o desenvolvimento desta pesquisa são trilhados, o desafio de pensar além do tempo curto, recortado e isolado, dá

espaço a uma compreensão de tempo que se molda por meio das relações do sujeito com os lugares e com as coisas/materialidades por ele produzida, utilizada e ressignificada ao longo do tempo.

Não ir além do tempo curto e trazendo essa realidade para o universo arqueológico, ou atravessar os recortes cronológicos fechados na compreensão isolada dos sítios arqueológicos, às vezes não possibilita compreender a longa história das ocupações desses lugares, ou até mesmo compreendê-las de formas desconexas.

Braudel ressalta ainda a importância da perspectiva de longa duração, por ela se apresentar em tempos distintos da história, “como uma personagem embaraçosa, complicada, muitas vezes inédita. Admiti-la no coração de nosso trabalho não será um simples jogo, o habitual alargamento de estudos e curiosidades”. Admitir essa perspectiva, torna-se para o historiador e, por consequência, para o arqueólogo, “uma mudança de estilo, de atitude, a uma mudança de pensamento, a uma nova concepção do social” (BRAUDEL, 1965, p. 271).

Compreender os processos históricos pelos vieses de recortes cronológicos fechados, ou mesmo compreender os contextos arqueológicos dentro apenas dos limites criados e definidos por arqueólogas e arqueólogos do que seriam as extensões dos sítios arqueológicos dentro de uma abrangência cronológica recortada e compreendê-las, exclusivamente, dentro da perspectiva de um tempo curto, são barreiras claras que precisam ser ultrapassadas, uma vez que se trata do estudo de sociedades complexas com construções e relações sociais e simbólicas que se estruturaram através de longos e contínuos usos dos lugares que não foram experienciados, durante a construção de um tempo longo.

David Harvey (2009), ao discorrer sobre a estruturação do tempo e espaço, em um diálogo com Bourdieu, afirma que “as ordenações simbólicas do espaço e do tempo fornecem uma estrutura para a experiência mediante a qual aprendemos quem ou o que somos na sociedade”. Assim, produzem não

somente a representação de mundo de um determinado grupo, mas o próprio grupo é definido por essa representação (HARVEY, 2009, p.198).

A partir da perspectiva do Materialismo Histórico-dialético, Harvey (2009), afirma que,

As concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social. Os índios das planícies ou nueres africanos objetificam qualidades de tempo e de espaço tão distantes entre si quanto distantes das arraigadas num modo capitalista de produção. A objetividade do tempo e do espaço advém, em ambos os casos, de práticas materiais de reprodução social; e, na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferentemente. Em suma, cada modo distinto de reprodução ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço (HARVEY, 2009, p.189).

Ampliar os universos interpretativos dos contextos arqueológicos, buscando compreendê-los dentro de uma perspectiva de um tempo longo, nos permite maiores possibilidades interpretativas. O diálogo com outras áreas de conhecimento, a exemplo, História, Antropologia, Linguística e a própria Geografia nos permite um universo maior e mais profundo na tentativa de buscar compreender as diferentes temporalidades e multivocalidades que configuram a compreensão dos lugares/sítios arqueológicos.

É conhecendo as distintas temporalidades que podemos nos aproximar da contínua vida dos sítios arqueológicos. Harvey (2009) não defende “uma dissolução total da distinção objetivo-subjetivo”, mas insiste em que se reconheça “a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção”.

Reconhecer a multiplicidade das qualidades objetivas do tempo e do espaço nos permite percorrer universos que não cabem dentro de dias, horas, meses e anos cronologicamente fechados. Permite-nos, ainda, reconhecer que o tempo se apresenta de diferentes formas para cada grupo que o experiencia e, nesse sentido, atribuir os sítios arqueológicos bem como sua materialidade a tempos fechados que são experienciados apenas no tempo presente, no “tempo curto”, não nos levará a reconhecer o tempo e lugares em que eles estão inseridos.

Não são vastas as pesquisas que se voltam a perspectivas de longa duração na arqueologia brasileira. Há uma recorrência maior, excepcionalmente, em pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região Norte, em contextos de uma arqueologia amazônica, mas são vastas as contribuições destas para a pesquisa arqueológica brasileira.

Em relação aos estudos brasileiros, Ângelo Corrêa (2014, p. 38) afirma ainda que, “no Brasil, o conceito de longa duração vem sendo aplicado para dar maior rigor teórico às pesquisas que buscam entender o registro arqueológico como vestígios das populações indígenas atuais”. Assim, trabalhos como os de Heckenberger (1996, 2001), Noelli (1993, 1999-2000, 2004), Heckenberger & Neves (2009) e Cabral (2014), dentre outros pesquisadores, vem corroborando para incluir, na historiografia, uma história profunda dos povos indígenas do Brasil.

Para Franchetto & Heckenberger (2001, p.58), os antropólogos têm a difícil tarefa de “desenvolver meios para elucidar essa profunda história da cultura, ligando o presente a um passado remoto, cobrindo, assim, uma fissura de 500 anos”. Essa questão não está limitada apenas aos antropólogos, mas principalmente a nós, arqueólogas e arqueólogos, e a todos que se dediquem a estudar as complexas ocupações e os conflitos sociais ocorridos ao longo do tempo, sobretudo em territórios marcados pelas rupturas e transformações interligadas às dinâmicas coloniais entre as sociedades nativas e os colonizadores.

Stephen W. Silliman, em um diálogo entre a *Longue Durée* e a *Short Puré*⁴, que realiza uma série de apontamentos sobre pensar tempo, cultura e materialidade, afirma que “arqueólogos que estudam culturas indígenas, no contexto do colonialismo Europeu, estão, frequentemente, presos em um enigma de escala temporal” (2019, p. 19). Trazendo essas discussões para a arqueologia brasileira, dedicada a estudar os contextos arqueológicos indígenas no período do contato, as preocupações seguem sendo as mesmas: buscar

⁴ Pode ser chamado de *short purée* – a mistura e esmagamento de culturas Indígenas e coloniais em um pedido relativamente curto.

interpretar a complexidade das relações no período do contato entre indígenas e colonizadores e inseri-las dentro de escalas temporais de curto e longo prazo.

Parte desse problema é que os arqueólogos não têm atendido completamente à chamada de Lightfoot (1995), a fim de conduzir verdadeiros estudos multiescala e diacrônicos sobre colonialismo e respostas indígenas para as suas várias formas. Parte disso se relaciona às maneiras como conceitos arqueológicos, termos e métodos ainda não estão descolonizados e ainda não estão sintonizados às formas que pessoas, passado e presente se relacionam com suas próprias histórias (SILLIMAN, 2019).

Nesse sentido, a historiografia que parte seus estudos, na maioria das vezes, de documentos oficiais, acaba ficando aquém do potencial da arqueologia que, no caminho contrário e se baseando em princípios da etno-história, pode ajudar a compreender a leitura indígena do contato. Inclusive, tornou-se foco da teoria social antropológica, “como os povos indígenas responderam ao contato europeu e ao colonialismo e como os resultados desses encontros influenciaram os desenvolvimentos culturais em contextos pós-coloniais” (LIGHTFOOT, 1995, p. 201).

A questão que devemos fazer não é se os arqueólogos norte-americanos devem usar documentos etno-históricos e etnográficos, mas sim como eles devem ser empregados de maneira mais eficaz na pesquisa arqueológica. Se lido criticamente, há uma riqueza de informações em documentos escritos que podem ser empregados por arqueólogos em estudos de mudança cultural (LIGHTFOOT, 1995, p. 208).

A proposta de uma etnoarqueologia interessada no desenvolvimento de novas epistemologias e sensível às histórias e percepções nativas, surge atrelada à inserção de narrativas indígenas na compreensão e interpretação dos contextos arqueológicos. Trata-se de muito mais que uma correlação entre etnografia e arqueologia, necessitando ser “empregada como instrumento útil para constatar as possíveis variabilidades e mudanças culturais ocorridas ao longo do tempo” (SILVA, 2011, p.127).

É ciente dos processos dialéticos aqui abordados e que permeiam a ocupação dos lugares, que Braudel afirma ser “lícito desprender-se do tempo

exigente da história, dele sair, depois voltar, mas com outros olhos, cheios de outras inquietações, outras perguntas” (BRAUDEL, 1965, p.271).

É sabido que Braudel não pensou em história indígena propriamente dita, mas a perspectiva da “*longue-durée*” ganha um sentido especial numa arqueologia comprometida em escrever a história indígena de longa duração e na compreensão do tempo longo.

Fernand Braudel (1983), explica que essa dicotomia do tempo histórico usualmente utilizada nas investigações, corroboram para criações de histórias e silenciamento de outras;

Permanece imutável o problema de fundo, deste como de qualquer outro trabalho histórico: será possível captar simultaneamente uma história em permanente transformação, vedeta das suas próprias mudanças e dos seus espetáculos, e uma outra história, subjacente, mais silenciosa, discreta, passando quase despercebida às suas próprias testemunhas e atores, e que, não obstante, contra tudo e contra todos, e até contra a usura obstinada do tempo? Esta contradição, decisiva e ainda inexplicada, é um grande meio de conhecimento e investigação (BRAUDEL, 1983, p. 28).

A utilização das ferramentas apresentadas por Braudel na definição da “*longue-durée*”, utilizadas por arqueólogas e arqueólogos, ao estudar os contextos arqueológicos do Brasil, vem corroborando para a construção de uma história indígena de longa duração e na compreensão do tempo longo dos lugares arqueológicos.

Outra perspectiva é a noção de história indígena colocada, por um lado, pela Manuela Carneiro da Cunha (1992), Viveiros de Castro (1984), Jonh Monteiro (1995) e outros; e, na arqueologia, a exemplo de Noelli (1993, 1999-2000, 2004), Heckenberger (1996, 2001), Neves (2009), Corrêa (2014), Garcia (2018) e outros já citados anteriormente. Embora haja um alinhamento de perspectiva, existem diferenças conceituais-metodológicas importantes.

Os primeiros estão pautados fundamentalmente na etnografia e etno-história no sentido dado por Viveiros de Castro (1984), como história narrada pelas pessoas indígenas e documentos históricos. Sob outra perspectiva, a

arqueologia, além de lidar com as particularidades inerentes a nossa disciplina, procura estabelecer diálogo mais próximo com a linguística histórica. Do ponto de vista conceitual, para a arqueologia, especialmente, aquela praticada em continentes colonizados, a noção de “*longue-durée*” assume importância fundamental para a desconstrução de discursos que separam friamente passado-presente e corroboram para o apagamento das histórias indígenas.

Para nós, existem claras relações entre o passado arqueológico, o passado histórico e o presente etnográfico. Tais relações, porém, nem sempre apareceram de forma clara para os arqueólogos e, em parte, isto está relacionado ao modo como a arqueologia se desenvolveu no Brasil – quase sempre distanciada das demais disciplinas e dos povos indígenas (SILVA & NOELLI, 2016, p. 14).

Nesse sentido, a proposta de uma arqueologia que dialogue com a “*longue-durée*” de Braudel, na construção de histórias indígenas de longa duração, é poder compreender de forma não isolada os contextos arqueológicos e formações sociais indígenas. É abarcar, através das relações dialéticas, a interação sociocultural e meio físico dentro de um tempo superior à nossa própria duração.

Compreender a paisagem como resultado dos processos de escolhas pensadas coletivamente, permite entender muito além das demandas físicas e biológicas humanas, e nos distancia dos reducionismos culturais e formas simplistas de discutir a intrincada relação das pessoas com os lugares⁵.

Outro viés, dentro dessa perspectiva de longa duração, pode ser alcançado a partir do que Jonathan Hill entende quando afirma que o “abandono do determinismo ambiental para dar cada vez mais atenção à paisagem como algo construído historicamente, [...] deixam impressões visíveis da agência

⁵ Parafrazeando o geográfico Milton Santos (2003), lugar é o depósito final dos eventos, é onde o indivíduo desenvolve sua percepção crítica de mundo e estabelece construções sociais. Para Santos: Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (SANTOS, 1994, p. 97).

humana passada” (HILL, 2013, p. 61) e, no caso do arquipélago de Orocó, cenário desta pesquisa, não poderia ser diferente.

É transportando essa perspectiva para o estudo arqueológico que permitirá que os vestígios materiais arqueológicos sejam compreendidos para além dos atributos técnicos e morfológicos, contribuindo para a construção da uma história indígena de longa duração no Nordeste, uma vez que as análises isoladas de atributos técnicos nos distanciam dos movimentos constantes que os constituem na práxis⁶ arqueológica.

Como afirma Ângelo Corrêa (2014, p.87), a análise arqueológica “dos vestígios do passado se firma como uma ciência que traduz o passado no presente, buscando estruturar argumentos que permitam fundamentar uma história de longa duração para as Américas”. Tal história só se faz possível, reconhecendo que ela não se inicia com a colonização europeia, reconhecendo que os povos ágrafos são detentoras de histórias vivas, renegando, como já comentado anteriormente, termos como pré-história para se referir aos povos indígenas nativos.

Estudos arqueológicos, cientes da importância dos processos de etnicidade, deverão encarar a materialidade como parte de um processo de formação e transformação social. Para Jonathan Hill, (2013, p.61), “ao reconhecer as mudanças profundas trazidas pela colonização europeia e a ascensão dos Estados-Nação independentes, podemos também evitar abordagens essencialistas que categorizam os indígenas pré-contato como povos sem história. A história indígena de longa duração, materializada na paisagem que forma e constitui os sítios arqueológicos, quando compreendida pelos vieses dos processos de etnogênese⁷, é um caminho “para o refazer autêntico de novas identidades sociais” (HILL, 2013, p. 64).

⁶ A teoria da práxis argumenta que a teoria científica possui um poder transformador das relações sociais, onde o pesquisador não apenas observa o mundo, mas o transforma. A ciência não pode, portanto, ser separada da sociedade.

⁷ Etnogênese, aqui entendida através do conceito antropológico que busca compreender as coletividades étnicas como resultados dos distintos processos históricos de migrações, invasões, conquistas e fusões. E de acordo com Jonathan Hill, podendo ser usado também na compreensão dos processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação (HILL, 1996).

Brochado (1984, p.566 *apud* CORRÊA, 2014, p.69) explica “que as distribuições étnicas históricas coincidem precisamente com a distribuição dos materiais arqueológicos que representam tradições e sub-tradições cerâmicas distintas”. Por conseguinte, a arqueologia possui as ferramentas e as alternativas metodológicas para compreender a materialidade através dos processos de etnogênese e conhecer uma história profunda dos povos indígenas atuais, ficando sob a responsabilidade da arqueologia “estudar minuciosamente os sítios arqueológicos, gerados por cada uma das populações indígenas indicadas, produzindo uma arqueologia reversa, ou seja, dos períodos históricos recentes para os mais recuados” (CORRÊA, 2014, p.128). O que permite construir uma relação entre a surgimento e a história presente de cada sociedade.

Compreender o papel do indígena de forma crítica e como elemento crucial na história de formação sociocultural, política e identitária do Brasil, necessita ser a base conceitual de um esforço desmedido para que a história indígena se faça presente em cada materialidade arqueologicamente compreendida, bem como os processos pelos quais passaram até a forma que se apresentam no atual cenário.

Vejamos, por exemplo, o contexto da arqueologia amazônica, onde Hill explica que no diálogo com outras áreas de conhecimento, linguística e etno-história, a arqueologia abre caminho para novas abordagens em processos históricos de longa duração, reunindo as disciplinas “dentro de um modelo holístico de arqueologia, etnografia, história e linguística que utiliza as tensões criativas entre história e etnografia como trampolim para a geração e teste de novas hipóteses” (HILL, 2013, p.60), o que possibilita a construção de pontes entre a “etnicidade na Amazônia Antiga” com a “Nova História da Amazônia” e a “Nova Etnografia da Amazônia” (FAUSTO; HECKENBERGER, 2007), sem privilegiar uma ou outra.

Descentralizar essa perspectiva de uma etnoarqueologia a qual vem sendo, há décadas, aplicada na compreensão dos contextos arqueológicos amazônicos e trazê-la para a compreensão das realidades arqueológicas da região Nordeste, irá permitir a inserção das histórias indígenas nas pesquisas

arqueológicas de forma cada vez mais inclusivas e menos distantes das sociedades vivas.

Quanto aos estudos de contato, é necessário estar atento aos impactos desses processos em escalas regionais que precisam ser analisados por vieses particulares diante de cada realidade que nos for apresentada em momentos pré-coloniais, de contato e pós-contato, bem como as realidades contemporâneas que se firmam em decorrência desse todo, haja vista que “padrões culturais relevantes são reconstruídos, em vários momentos, ao longo de um *continuum* histórico-cultural ‘fatias de tempo’, isto é, compreendendo o ‘sistema’ ou partes significativas deste em diferentes pontos do tempo e do espaço” (FRANCHETTO & HECKENBERGER, 2001, p.25).

Tratando-se da longa história indígena, Franchetto e Heckenberger (2001, p.78) acrescentam ainda que o “impacto regional do contato deve ser reconstruído não apenas no que diz respeito à duração e natureza das forças exógenas”, mas considerando ainda, as “respostas ativas dos povos nativos, enraizadas em condições sócio-históricas locais e em uma lógica cultural específica”.

Um dos procedimentos mais complexos da pesquisa arqueológica encontra-se em perceber os processos de etnogênese presentes nas materialidades identificadas nos sítios arqueológicos estudados.

Compreendida nestes termos, a etnogênese permite que exploremos a criatividade cultural de povos indígenas e não indígenas, como a elaboração de novos espaços políticos e de interpretação que permitem às pessoas e aos grupos construir identidades sociais persistentes ao mesmo tempo em que modelam seu futuro no contexto de globalização dos estados-nação da América Latina (HILL, p. 61, 2013).

Para Jonathan Hill, (2013, p.61), é necessário “reconhecer as mudanças profundas trazidas pela colonização europeia e a ascensão dos Estados-Nação independentes pode também evitar abordagens essencialistas que categorizam os indígenas pré-contato como “povos sem história” partindo do conceito de etnogênese.

A pesquisa arqueológica permite aproximar passado e presente, que busca estruturar fundamentos para a compreensão e estruturação da história de longa duração das terras baixas da América do Sul. Tal história só se faz possível reconhecendo que ela não se inicia com a colonização europeia, reconhecendo que os povos originários do Brasil de norte a sul, do litoral ao sertão, são partes de uma longa história que aqui buscamos conhecer.

No caso do sítio de Piraçú, área de estudo da presente pesquisa, mesmo estando inserido em um importante espaço historicamente ocupado de um “tempo longo”, desde o período pré-colonial, associado às atividades missionárias durante o período de contato, ainda é um grande desafio identificar as transformações ocorridas na paisagem e na materialidade em decorrência desses processos. No entanto, como será apresentado nos próximos capítulos, há uma quantidade significativa de registros arqueológicos de diferentes épocas que auxiliarão nessa busca.

É possível progredir com o entendimento sobre os povos Kariri a partir dos registros cerâmicos ali encontrados, da mesma forma que vem sendo possível com os povos tupi, em que, “a partir do estudo de suas cerâmicas, padrões de assentamentos e subsistência, de sua distribuição/dispersão no tempo/espaço e de sua língua”, foi possível verificar “tanto as continuidades como as transformações culturais vivenciadas por esses povos na longa duração” (SILVA & NOELLI, 2017, p. 24).

Silva e Noelli entendem “que os povos Tupi do passado estão conectados aos povos Tupi do presente, e suas histórias específicas” permitem “aprender a notável persistência estrutural na relação entre cultura e língua (2017, p. 24). Dito isso, o discurso científico necessita trazer à tona as diferentes realidades indígenas do sertão, como a dos povos Kariri, para a historiografia oficial, por meio da ciência arqueológica e, nesse viés, compreender as histórias indígenas, através da longa duração, do tempo longo que elas acontecem e perduram, e como isso se atrela às relações de poder, corroborando para a construção das relações de pertencimentos dos povos indígenas contemporâneos com seus antepassados.

Compreender o papel do indígena de forma crítica e como elemento crucial na história de formação sociocultural, política e identitária do Brasil, necessita ser a base conceitual de um esforço desmedido para que a história indígena se faça presente em cada materialidade arqueologicamente compreendida, bem como os processos pelos quais passaram até a forma que se apresentam no atual cenário.

A ciência arqueológica deverá auxiliar nas lutas do presente dos povos originários, com uma perspectiva de estudo pautada no olhar crítico que permita a reafirmação desses povos para suas lutas e o reconhecimento do seu papel na formação social da região estudada, contribuindo na práxis para as transformações sociais.

2 CAPÍTULO

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIAS INDÍGENAS DO MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO

“No mês de setembro do ano de 1978, teve início a primeira retomada pela Ilha de São Pedro e a participação das mulheres foi muito importante, muito além de cozinhar, lavar e cuidar dos filhos, a missão das mulheres era vigiar os jagunços dos fazendeiros e assim evitar qualquer violência, inclusive as balas.

Na retomada, a comunidade morava embaixo dos pés de árvores; e, apesar de todo sofrimento, as mulheres sempre mantinham a fé. Todos viviam bastante assustados diante de tudo o que estava acontecendo, até mesmo com medo da polícia aparecer, mesmo assim, elas cantavam: “Se a polícia vier, o que é que nós faz? Morre tudo na bala e ninguém sai”.

A história da mulher Xokó na retomada foi de muita luta e resistência e hoje todas só queremos contar, cantar e registrar para nossos filhos e netos, para que eles não se esqueçam de tudo o que vivemos”.

(Edriane Xokó, p.62, 2015).

2.1 CONHECENDO O ARQUIPÉLAGO DE OROCÓ, SERTÃO DE PERNAMBUCO – BREVE HISTORIOGRAFIA

A região do vale do São Francisco é formada por sucessivas ocupações há milhares de anos. Muito do que se sabe acerca das ocupações da região do médio São Francisco, em se tratando da história recente, parte de relatos de viajantes e missionários que, durante o processo de colonização das terras baixas na América do Sul, também adentraram o sertão do Nordeste e, através

de pesquisas arqueológicas, há décadas, buscam compreender o passado pré-colonial dessa região.

As escassas documentações históricas, referentes ao momento que marca o contato entre europeus e indígenas na região do médio São Francisco e, especificamente, sobre as ocupações do arquipélago de Orocó, estão concentradas em relatos de viajantes e de missioneiros que se fixaram na região para instalação de grandes missões religiosas e da organização de aldeamentos indígenas em meio às ilhas do Rio São Francisco, durante o processo de colonização do Brasil.

Em relação às atividades missioneiras em Pernambuco, elas teriam se dado do litoral para o Sertão, de modo que a maioria dos relatos de cronistas sobre o médio São Francisco, como descrito pela arqueóloga Jacionira Silva, (2003, p.160), implicam em simplificações quanto à denominação das populações que ali habitavam, sendo reduzidos a “Tapuias, Kariri e Tupinaés”. No entanto, à medida em que nos debruçamos em livros, documentos e relatos históricos, deparamo-nos com uma situação bem mais complexa.

Frei Martinho de Nantes, missionário capuchinho que, mais de uma vez, cumpriu a jornada entre 1672 e 1683 pelo submédio São Francisco, indica três pontos por onde passava para visitar os aldeamentos dessa região do São Francisco: a aldeia de Canabrava, hoje Pombal, em águas do Itapicuro, Jeremoabo, em águas do Vazabarris e uma passagem no Rio São Francisco, abaixo das ilhas Pambu e Aracapá, (pela indicação faz referência ser a Ilha de Santa Maria por estar localizada abaixo da Ilha de Aracapá, sendo a ilha mais próxima da atual ilha de Piraçú.

Pereira da Costa (1953, p. 40) relata a fundação de duas aldeias, “entre elas, a sediada na Ilha de Santa Maria”; a outra era na Ilha de Assunção, localizada hoje no município de Cabrobó-PE, “que prosperaram tanto, que as suas povoações foram eretas em paróquias e depois em vilas, tendo ambas título nobiliárquico de Vila Real, de grande honorabilidade em sua época” (COSTA, 1953, p. 41),

A vila da Ilha de Santa Maria ou antiga Arapuá foi criada pelo ouvidor da Comarca das Alagoas, Manoel de Gouveia Alvares e as aldeias existentes nessa vila ou agregadas eram: Coripós, Inhamuns, São Felix, Aracapá, Araripe e Pontal. Todas essas aldeias somavam aproximadamente 668 indígenas, isso em 1761, de acordo com os relatos históricos (MEDEIROS, 2007). No entanto, esses dados demográficos precisam ser utilizados com ressalvas, pois são censos demográficos subestimados, que, às vezes, podem não transpor a fiel realidade da época.

Houve, posteriormente, um rearranjo das aldeias que foram concentradas em dois grandes aldeamentos religiosos: os da ilha de Assunção e da ilha de Irapuá, hoje ilha de Santa Maria, ambas no curso médio do São Francisco, localizadas atualmente nas cidades de Cabrobó e Orocó respectivamente. Como afirma Medeiros,

Em 13 de maio de 1761, o governador de Pernambuco escreve ao governador interino do Estado Thomas Ruby de Barros Barreto, informando que das dez ou doze malocas e índios de corso que havia, fez duas povoações nas ilhas de Assunção e do Irapuá, chamada de Santa Maria, no sertão do rio de São Francisco (MEDEIROS, 2007, p.09).

Marcos Galindo Lima, em sua obra *O Governo das Almas – A expansão colonial no país dos Tapuias 1651-1798* (2004), relata que, durante uma década (1672 – 1682), os capuchinhos permaneceram livres da concorrência de outras ordens religiosas, até a chegada de missionários Jesuítas no médio São Francisco. Conforme descrito por Martinho de Nantes, os jesuítas haviam ficado impressionados com os resultados obtidos pelos capuchinhos nestes sertões e espalharam sua fama nos meios públicos da Bahia acerca da organização dos aldeamentos nas ilhas do São Francisco. Pouco depois, já aparece, na documentação jesuítica, o registro de algumas aldeias administradas pela Companhia de Jesus no Rio São Francisco.

A imagem dos indígenas Kariri, associada a bravos guerreiros ou sempre associada ao Rio São Francisco, é uma característica presente nos relatos de Frei Martinho de Nantes, escritos em 1706, sobre a região do sertão. Nantes

também destaca o uso do ambiente aquático que esteve fortemente presente no cotidiano desses povos, fato que levou, por exemplo, Nantes (1706) a se referir aos indígenas, em seus escritos, com a expressão de “os habitantes do rio”, como sinônimo da forte relação dos Kariri com o ambiente fluvial e arquipelágico do São Francisco.

A ocupação histórica das ilhas do São Francisco que motivou os indígenas, bem como os missioneiros a optarem por uma moradia nas ilhas e não nas margens do Rio São Francisco, será sempre avaliado sob a luz de hipóteses, uma vez que não podemos reduzir tal escolha a compreensões simplistas, a exemplo, por tratar-se de um solo apto a agricultura ou por aspectos básicos de sobrevivência.

Os relatos de Frei Martinho de Nantes (1706), os quais descrevem os indígenas da região do médio São Francisco como hábeis navegantes, tal fato, logo percebido pelos colonizadores, fez com que indígenas se tornassem os principais membros das expedições ocorridas pelo São Francisco, assim como ocorreu em outras regiões do país durante a colonização. Os povos indígenas, com seu conhecimento, teriam sido utilizados para adentrar em trechos desconhecidos pelos colonizadores, atuando como verdadeiros guias, como mostra Carvalho Júnior (2013), em sua obra “Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte” (séculos XVII e XVIII);

Os índios, nos rios e mares, eram também incomparáveis e conheciam todas as ilhas e furos. Chamados de práticos, eles eram imprescindíveis para as viagens fluviais. Os navios não se aventuravam naquelas águas sem levar consigo algum daqueles tapuias como prático. O conhecimento dos rios e das técnicas de navegação era questão de honra para os índios e chegavam a arriscar a própria vida para não perderem as embarcações (CARVALHO JUNIOR, 2013, p.78).

O conhecimento indígena sobre o Rio São Francisco foi importante definidor no progresso colonizador em sua expansão pelo sertão, pois, além da sabedoria sobre os caminhos fluviais, traziam a vivência em uma região avessa

do que se encontrava no litoral do Brasil, em se tratando da caatinga e de uma região semiárida com baixos índices pluviométricos anuais.

Ainda sobre estes primeiros séculos de colonização, não se pode deixar de comentar o período holandês, cuja invasão encampada em meados do século XVII também traz registros de contato com os Kariri. Contextualizando o período, a Holanda foi umas das principais financiadoras da produção de cana-de-açúcar por Portugal no Brasil Colônia, sendo também responsável pelo refino, ao mesmo tempo em que travava uma guerra com a Espanha por décadas, quando a Espanha unificou seu reino ao de Portugal, os Holandeses perderam sua participação no negócio, iniciando um intenso conflito pelo controle desse mercado e do tráfico de seres humanos, culminando na Invasão de Pernambuco no início de 1630.

Invasão que teve seu ápice entre 1637 e 1644, período em que foi comandada pelo conde de Nassau-Siegen, Johan Mauritis, conhecido no Brasil como Maurício de Nassau.

Ao chegar ao Brasil, o Conde de Nassau enfrentou os portugueses em Porto Calvo, fazendo com que estes recuassem até a margem direita do rio São Francisco para a região onde hoje se situa o estado de Alagoas. Durante a sua estada no Brasil, ampliou o domínio holandês, fazendo com que o Brasil Holandês, obtivesse a sua maior expansão, compreendendo as capitanias do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (MACHADO, 2010, p. 05).

Outro aspecto relevante foi a mudança da sede da capitania de Olinda para Recife, onde o governante Holandês preferiu se estabelecer e a relação desse com mercadores Judeus que “possuíam contatos internacionais e uma rede de comunicação, que servia de valioso elemento para o desenvolvimento do comércio internacional” (LUCENA, 2011, p. 1491), que inclusive construíram nesse período a primeira sinagoga das Américas. Não é preciso explicar, portanto, o quanto isso gerou desconfiança nas autoridades eclesiásticas já consolidadas em Olinda, apesar de não existir por parte dos holandeses, nenhum conflito com os cristãos, que foram incentivados inclusive, a manter a atividade missioneira.

Mas como se encontrava nesse momento a relação dos povos indígenas do sertão com os novos colonizadores? Sabemos da relação nada amistosa desses indígenas com os Portugueses, que se aliaram primeiro aos tupis. E com isso, deu-se uma boa abertura de relação com os Kariris, que inclusive, guerrearam com os lusitanos ao lado dos holandeses.

Sobre esses encontros, existem os relatos do teólogo Gaspar Barléu, que fez parte da comitiva de Mauricio de Nassau e foi incumbido de descrever esse período no livro “História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes sob o Governo de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange” cuja primeira edição data de 1647 quando os Holandeses ainda se encontravam no Brasil.

Mauricio de Nassau estabeleceu uma fortificação as margens do Rio São Francisco a área como o limite sul de seus domínios e de onde partiria a expansão, em uma de suas expedições ao local, Barléu descreve um encontro com emissários e povos indígenas do sertão;

Demorando-se Nassau às margens do São Francisco, vieram ter com ele emissários do rei dos tapuias, com presentes, arcos, flechas, lindíssimas penas de ema, com as quais se enfeitam indo para a guerra. Com a devida cortesia, aceitou-os como dádivas de paz e de um começo de concórdia e penhores de bem-querença, e, tratando digna e magnificamente aos embaixadores, retribui os mimos, mandando-lhes vestimentas de linho, camisas de mulher, facas, chocalhos, miçangas, corais, anzóis, pregos, objetos para eles desconhecidos ou pelo menos raros. Sobremodo contentes com isso, retiraram-se, prometendo persuadir seu rei de aproximar-se do Conde e vir saudá-lo (BARLÉU, 2005, p.96).

O rei do “Tapuias” descrito, aparece outras vezes na obra, sendo conhecido pelo nome de Janduí ou Jandovi, em certo ponto, Barléu (2005, p. 48) explica: “De todos foram os tapuias os mais dedicados a nós. Com o auxílio de suas armas e forças, comandadas por Janduí, pelejamos contra os portugueses”. Ainda segundo Barléu, ele “havia dobrado os 100 anos” e teria catorze mulheres e sessenta filhos. Mesmo com uma visão um tanto romantizada da relação no mínimo conflituosa existente entre os holandeses e os povos do sertão, a qual necessita ser compreendido com total profundidade crítica, o que

gostaríamos de aqui destacar é o relato da relação existente entre indígenas e holandeses na luta contra o domínio português em Pernambuco.

Em outro trecho, ele cita uma expedição ao interior do estado realizada por Rodolfo Baro (também conhecido em outras obras como Roulox Baro), onde o nome Kariri é citado em referência a aldeia dos “Tapuias”, mas que trouxe pouco retorno no sentido de contato, muito embora descreva relatos de expedicionários sobre nações poderosas que habitavam vales com abundância de rios.

Afamou-se no Brasil pelos seus arrojados tentames certos Rodolfo Baro, que, auxiliado pelos tapuias, empreendeu, em companhia de três desses selvagens, uma viagem para o ocidente com o fim de descobrir as terras dos waripebas e dos caripatós. Saiu da aldeia do Cariri sem levar mantimento, que os tapuias, habituados a viver dia a dia, procuravam para si, caçando. Tendo deixado à direita a serra de Cupaova, junto ao rio da Paraíba, penetrou no sertão, num percurso de sessenta ou setenta léguas, sem encontrar nenhuma população. Foram ter somente a uma serra, onde havia talco ou vidro moscovítico. Voltaram dali e dirigiram a derrota para o sul, chegando às aldeias dos waripebas e caripatós. Estes, depois de os receberem cortesmente, quiseram que de cada aldeia se escolhesse um para companheiro, a fim de visitarem e saudarem o Conde. Acolheu-os Nassau com igual cortesia, remetendo-os aos seus, não sem presentes. Habitavam em quatorze aldeias na serra que aparta o Brasil das terras ocidentais, e viviam de caça, pesca, mel agreste e outros produtos do seu solo. Ouviram-lhes os expedicionários que mais além, para o poente, estanciavam nações mais poderosas e beligeras, com que costumavam guerrear. Moravam elas em planícies e vales e tinham abundância de rios e de virtualhas. O Conde contratou este Baro, mediante um ordenado anual, para ele, como explorador inquieto, dedicar-se ao descobrimento de terras. Mas para não escaparem os tapuias a quem trata do Brasil, merecem que deles se faça também uma descrição. É célebre no Brasil holandês o nome dos tapuias, por causa do seu ódio aos portugueses, das guerras com os seus vizinhos e dos auxílios mais de uma vez prestados a nós. Habitam o sertão brasileiro, bastante longe do litoral, onde dominam os lusitanos ou os batavos (BARLÉU, 2005 p.286).

Ainda sobre essa expedição, Albuquerque (2006, p. 21), cita dois documentos datados de agosto de 1643, que Baro partiu em direção ao sertão com o intuito de criar laços com as nações Waipebas e Caripatous, “Levando alguns machados e “quinquilharias” como presentes, voltou da aldeia dos tapuias Cariris, na companhia de alguns de seus habitantes”.

Além de Baro, outro nome responsável pela aliança dos Holandeses com os Kariri, foi Jacob Rabbi,

Um judeu alemão enviado aos Tarairius para estreitar laços e que acabou se tornando uma importante liderança para esses indígenas, sendo muito respeitado, e chefiando grandes vitórias, saques e batalhas sanguinolentas. Rabbi era considerado tão sanguinário quanto os Cariris, fez grande fortuna à frente das batalhas e chocou a todos pela crueldade de seus atos (GOMES, 2017, p. 25).

De acordo com a historiografia, Rabbi, ganhou grande admiração de Janduí, se adaptando aos costumes indígenas e vivendo como eles, e quando foi assassinado por um holandês, Janduí exigiu que o condenado fosse entregue para que fosse feita justiça com as próprias mãos, quando os holandeses negaram o pedido, iniciou-se uma ruptura na relação com os “tapuias” (GOMES, 2006, p. 26). Ruptura que não se desenvolveu em novos episódios de conflitos registrados, haja vista que a própria passagem dos holandeses pela região também foi breve.

É sólido afirmar que a cooperação de nações “tapuias” sempre descritas pelos holandeses como um povo bravo e de força física admirável, foi crucial na resistência contra os portugueses. Por outro lado, também é possível inferir, seguindo a mesma lógica, que esses povos sofreram retaliações terríveis quando os portugueses retomaram o poder no território, o que ecoa inclusive no apagamento desses povos em registros oficiais dos séculos seguintes.

Avançando pouco mais de um século, temos os estudos de Henrique Guilherme Fernando Halfeld (1797-1893), engenheiro responsável por criar um dos primeiros atlas da região, bem como um relatório concernente à exploração do Rio São Francisco, obra de grande relevância para o estudo de todo o trecho submédio.

No fragmento que descreve a ilha de Santa Maria, área do aldeamento e uma das ilhas mais próximas da ilha Piraçú, Halfeld afirmar que já há o completo abandono da área pelos missionários no momento da sua visita:

A Ilha de Santa Maria, esta última tem em sua ponta ocidental uma igreja, caída em ruína e o lado desta, igualmente decaído um convento e outras casas com colunas de pedra, tudo em ruína e debaixo do mato. Ainda se enterram os defuntos na mencionada igreja, porem com tão pouca piedade, que apenas os cadáveres acham-se cobertos com pouca terra solta, e que exalam um insuportável fedor cadavérico. Aquele templo foi edificado por missionários da companhia de Jesus (HALFELD, 1860, p.38).

A historiadora Bartira Ferraz Barbosa na obra *Paranambuco: Poder e herança indígena* (2007), identifica o fim das missões religiosas nessa região, no ano de 1817, descrevendo ainda os arranjos sociais da população que ali permaneceu, já com os hábitos incorporados dos missionários lusitanos. A Ilha de Santa Maria;

[...] apresentava um aspecto humilde e população de apenas 160 vizinhos, composta por nativos caçadores, agricultores, isentos de tributos, e as mulheres entregues à indústria de fiação e tecidos de algodão, cultivado na ilha, e ao trabalho da olaria para uso interno e para exportação (BARBOSA, 2007, p.123).

Não se tem registros se as missões que se fixaram nessa região do São Francisco tinham alguma semelhança em relação às missões de outras partes do Brasil, por exemplo, as grandes missões jesuíticas do Rio Grande do Sul. O que podemos destacar é que ela assumiu características próprias para o desenvolvimento de uma economia e uma forma de organização que, provavelmente, adequou-se a essas novas condições ambientais que lhes foram impostas.

Tal fato nos permite refletir sobre a complexidade das relações que nesses aldeamentos estabeleceram. Cada aldeia, aldeamento e missão com suas particularidades, sobretudo pelo fato de as mesmas estarem estabelecidas em pequenas ilhas dos arquipélagos do médio São Francisco.

Muitas medidas para desarticular os povos indígenas foram tomadas para que as criações de vilas que, posteriormente, se transformaram em pequenos municípios do sertão pernambucano.

Tais medidas ocorriam desde o início do contato, não se restringindo à criação dos aldeamentos e as práticas culturais indígenas iam sendo proibidas, paulatinamente, como mostra o historiador Ricardo de Pinto Medeiros (2007, p.03), ao citar “toda uma série de medidas no sentido de anular a identidade étnica dos povos indígenas”, como proibição da língua nativa, em benefício à língua portuguesa; proibição do consumo de álcool e obrigatoriedade do uso de roupas e de moradias separadas por “famílias”, bem como “a obrigação que os indígenas tivessem nome e sobrenome, sendo escolhidos para tal, nomes de famílias portuguesas”. Estes são apenas alguns exemplos das primeiras modificações da colonização frente à organização social dos povos indígenas. Dentro dessa realidade, um absoluto apagamento dos vínculos linguísticos entre os povos indígenas era possível dentro de uma geração.

No caso da colonização do sertão nordestino, não foi uma realidade diferente. Em um curto espaço de tempo, toda uma dinâmica social foi alterada após o contato entre indígenas e europeus. E, em um curto espaço de tempo, também durou a projeto colonizador, através das missões religiosas, nas ilhas do médio São Francisco.

Assim como em outras regiões do Brasil, o rápido declínio das missões nas ilhas do Rio São Francisco deu-se com a expulsão dos missionários da região, em um movimento conturbado por poder político e econômico, uma vez que disputas para a dominação da terra pela Casa da Torre fora o estopim para a banimento das missões no médio São Francisco.

A expulsão dos Jesuítas, em outras regiões do Brasil, e o sufocamento das missões apostólicas francesas no final do século XVII fecham uma era de intensa combatividade nos sertões interiores do Nordeste (LIMA, 2004). De acordo com Silva: “[...], a última daquelas aldeias foi a primeira a ser restabelecida, no século passado, como reserva indígena, a dos Pankararu” (2003, p.164), localizada no sertão do estado de Pernambuco, em suas terras originárias.

Hohenthal relata que a “[...] extinção dos aldeamentos no sertão de Pernambuco aconteceu quando só restavam três no São Francisco: Assunção,

Santa Maria e Brejo dos Padres” (apud SILVA, 2003, p. 164), tendo sido ordenada, em 27 de março de 1872, por aviso do Ministério de Agricultura Comércio e Obras Públicas, órgão que, na época, era responsabilizado pela administração das aldeias.

Sobre esse período, há relatos importantes de viajantes os quais nos permitem conhecer um pouco desses espaços de navegação e moradias no médio São Francisco, como os de Aires do Casal (1817) descrito abaixo;

Por volta de 1817, Aires do Casal descrevia o médio São Francisco dividido em três partes: uma superior, navegável, uma intermediária com corredeiras, rápidas e cachoeiras sem navegabilidade, e uma terceira, navegável, mas ainda assim em trecho estreito e pedregoso. Reportava-se à Aldeia da Vargem [Várzea] Redonda como ponto final da navegação “de cima” desenvolvida em trecho bastante largo, ao longo do qual o rio formava grande número de ilhas e alguns declives que não impediam a navegação; porém, a partir daí elevavam-se suas margens e o leito se estreitava entre rochas azuis ou enegrecidas e envernizadas até a aldeia de Canindé, termo da navegação “de baixo”. Entre um e outro ponto, localizavam-se várias cachoeiras grandes, das quais destacava-se uma [Paulo Afonso] avistada desde essa aldeia. O rio ainda corria apertado entre margens pedregosas até a foz do Jacaré, onde terminava o setor pedregoso. Informava ainda que essas condições topográficas tornavam independentes ambos os trechos navegáveis (CASAL 1976 apud SILVA, 2003, p.39).

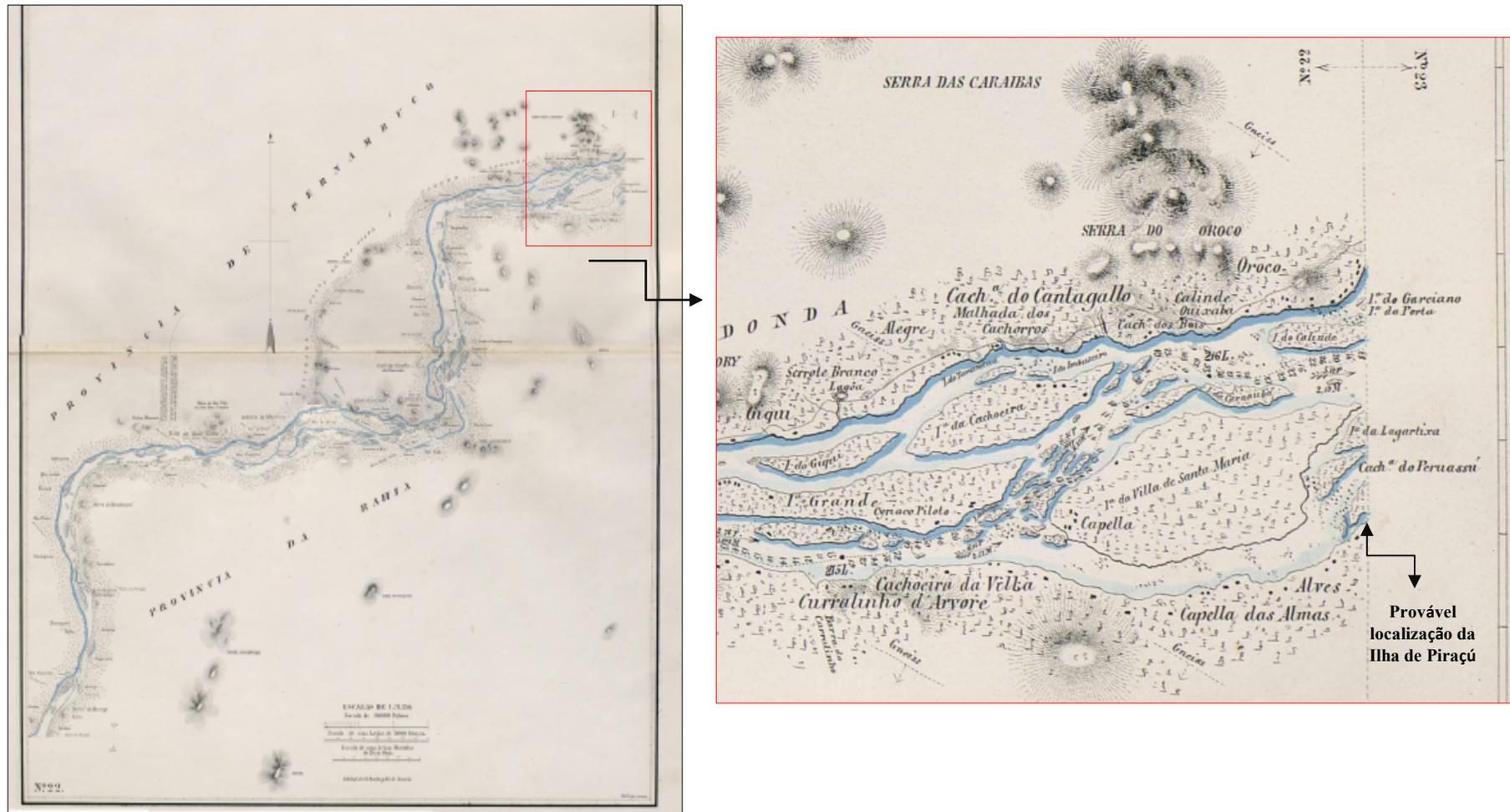
As cachoeiras e corredeiras de Paulo Afonso também foram descritas e representadas por Henrique Halfeld, no relato sobre sua expedição pelo São Francisco, sempre ressaltando o alto grau de dificuldade de navegação que essa região apresentava como observado na ilustração por ele elaborada da cachoeira de Paulo Afonso.



Figura 1 - Cachoeira de Paulo Afonso (Fonte: Henrique Halfeld, 1860).

É diante desse cenário desafiador do São Francisco, que as histórias dos povos do sertão se entrelaçam e que o protagonismo indígena, na formação sociocultural dessa região, está presente e sempre conectadas com as águas do São Francisco.

O Arquipélago de Orocó é bem identificado no mapa a seguir, elaborado por Henrique Halfeld em 1860;



Mapa 3 - Localização do Arquipélago de Orocó com indicação da provável localização da Ilha de Piraçú no “Atlas e Relatório Concernente à Exploração do Rio São Francisco”, produzido por Henrique Halfeld em 1860 (destaque da localização da ilha de Piraçú, produzido pela autora).

Halfeld (1860) foi um dos primeiros a mapear a região do São Francisco, que tinha como objetivo apresentar a geomorfologia do rio e identificar as localidades existentes ao longo do seu curso, apesar de ser um registro que, às vezes, apresenta um imenso vazio de gente, o mapa de Halfeld, já faz menção aos aldeamentos religiosos existentes nas ilhas do curso médio do São Francisco, como os existentes no arquipélago de Orocó.

A partir deste importante documento cartográfico, é possível identificar entre as ilhas descritas, a de Santa Maria com indicação do aldeamento religioso e das ruínas da igreja de Santa Maria e, ao lado, podemos observar a indicação do que vem a ser a ilha de Piraçú.

2.2 CONFLITOS E RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE CONTATO – OS ALDEAMENTOS MISSIONEIROS NO ARQUIPÉLAGO DE OROCÓ

A historiografia oficial, narra que, durante os primeiros séculos da colonização, as Ilhas do Rio São Francisco foram locais de aldeamentos religiosos que funcionaram como verdadeiras praças de armas e acampamentos militares, onde se preparavam as guerras contra os indígenas beligerantes, ou ainda como postos avançados na defesa contra eles, na Paraíba, Rio Grande e no São Francisco.

Enquanto isso, “Os colonos, por sua vez, demonstravam alguma simpatia ao projeto de aldeamento enquanto alternativa à escravidão, desde que este garantisse mão de obra abundante e barata” (MONTEIRO, 1995, p. 44). Esse seria o ponto de partida para a colonização dos sertões, o que incluiria a fixação das missões religiosas.

Retroagindo um pouco mais no tempo, estes documentos narram também que, antes do contato entre indígenas e europeus, as ilhas do Rio São Francisco eram ocupadas por povos indígenas, que pertenciam à nação dos Cariris ou Kariri (variando a grafia entre estudiosos), que teriam sido expulsos do litoral pelos povos Tupis. Eles encontraram, nas margens do grande rio denominado Opará, um local fértil e de recursos abundantes, conforme demonstrado no mapa;



Mapa 4 - Área ocupada pelos Kariri no século XVII (FERRARI, 1957, p.18).

Esta narrativa, especializada e reforçada com a reprodução destas imagens, mesmo que simplista e sem muito aprofundamento histórico, é reproduzida em algumas obras históricas que tratam sobre a chegada dos Kariri ao sertão do nordeste, como resultado de um possível conflito com os Tupis no litoral, culminando no povoamento dessa região pelos povos Kariri, advindas unicamente do fato de uma expulsão do litoral. Observa-se que estas narrativas não trataram de outros movimentos dos povos indígenas, desconhecendo os

processos de migração e expansão de formas voluntárias pelas quais passaram estes povos ao longo do tempo.

É ciente dessas realidades que se faz necessário uma investigação arqueológica que dialogue com a perspectiva de longa duração aqui proposta, na tentativa de que as lacunas existentes nas fontes históricas possam ser entendidas sob um olhar crítico e não como ausência de povos e suas histórias.

Os escritos do Pe. José de Anchieta revelam a participação ativa e beligerante dos colonizadores na expulsão dos indígenas do litoral pernambucano para o sertão, sem mencionar conflitos com outros povos indígenas:

Da capitania de Pernambuco foi o senhor e povoador Duarte Coelho. Nunca houve nela conversão de gentio; guerras muitas e alguns combates de franceses em vida de Duarte Coelho e muitas em tempos de seu filho Duarte Coelho, que deu tantas guerras aos índios com favor de um clérigo que se sentia por nigromântico que destruiu toda a sua capitania e assim, desde o Rio S. Francisco até lá, que são 50 léguas, não há povoação de índios e fica agora sem nenhuma ajuda deles [...] (ANCHIETA, 1990, p. 41).

De acordo com Júlio Cezar Melatti (2007), citando escritos de Hemming (1978), a estimativa da população indígena antes do contato na região do Vale do São Francisco estava em cerca de 100 mil indígenas, “Os quais tinham sua língua no tronco Macro-Jê. A família latê só inclui a língua deste mesmo nome falada até hoje pelos Fulni-ô, no estado de Pernambuco” (MELATTI, 2007, p.46).

De acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, (2013), as missões religiosas “foram criadas para facilitar o trabalho de conversão e, ao mesmo tempo, cooperar com o processo de colonização através do fornecimento de mão de obra e pacificação dos nativos” (CUNHA, 2013, p.28). Nesse sentido, o critério para a escolha da aldeia para sediar uma missão era decidido pela que melhor correspondesse à expectativa de conversão (SILVA, 2003).

Houve uma forte resistência indígena ao processo de colonização e à formação dos aldeamentos em toda a margem do São Francisco, fato que levou

a numerosas mortes em conflitos. A resistência indígena entrava em dissonância não só com os interesses dos colonizadores, como também dos missioneiros e seus aldeamentos que, em princípio, foram “instituídos com a intensão de proteger as populações indígenas”, mas acabaram por acelerar “o processo de desintegração de suas comunidades” (MONTEIRO, 1995, p.43).

Essa desintegração foi sentida na mudança radical dos modos de vida que as missões provocaram nos indígenas missionados, pois elas visavam, sobretudo, o crescimento econômico da corte portuguesa:

Implantar novas técnicas artesanais, ensinar o processo de domesticação dos animais, ensinar aos indígenas novas técnicas agrícolas voltadas para a economia colonial, catequizar e amansar os indígenas, introduzir os costumes europeus como a monogamia e o casamento cristão, fusão do cristianismo e preparar mão-de-obra barata para o novo sistema implantado no Novo Mundo, sistema este voltado para suprir as necessidades consumistas dos europeus (SANTOS; OLIVEIRA, 2011 p.78).

Dentro desse contexto, o historiador Petrone Pasquale (1995) define os aldeamentos religiosos como algo que deve ser “[...] compreendido à luz da dinâmica do povoamento, definida com o processo de colonização” (PASQUALE, 1995, p.54). Por isso, deve ser compreendida também e, sobretudo, sob à luz das múltiplas relações que esse processo implicou entre o elemento indígena e os fatos do povoamento’ (PASQUALE, 1995, p.53).

No entanto, para o historiador John Manuel Monteiro (1995), os aldeamentos eram mais que um projeto de formação de mão-de-obra indígena,

O projeto dos aldeamentos também definiu a questão das terras dos índios. Com o intuito de providenciar uma base para o sustento dos habitantes, cada aldeamento foi dotado de uma faixa considerável de terras. Ao mesmo tempo, porém, as doações de terras tinham o objetivo menos nobre de restringir os índios a áreas determinadas pelos colonizadores, abrindo assim acesso a regiões antes ocupadas pelos grupos nativos (MONTEIRO, 1995, p.44).

Os povos indígenas perdiam não só o conhecimento de sua língua e cultura, mas também o contato com suas terras, com o próprio lugar, em uma troca que curiosamente se assemelha ao tão propagado e, muitas vezes, falsos relatos de primeiros encontros, em um processo de escambo, em que os indígenas trocavam mercadorias supérfluas para os europeus por produtos mais valiosos, dentro de uma lógica econômica europeia, como madeira e ouro.

A ideia de assimilação, por sua vez, estava intimamente ligada à transformação dos indígenas em força de trabalho, Pilleti, (1996, p. 56), ao se referir à colonização do sertão, afirma que foi “início de um intenso processo de expansão territorial, com bandeiras cortando o sertão em todas as direções, em busca de escravo e ouro”. Sobre os conflitos, existentes entre a fixação e finalização dos aldeamentos na região do São Francisco, a historiadora Maria Pires (2002) descreve:

Logo no início das primeiras hostilidades entre indígenas e colonos no sertão de Rodelas, em Pernambuco, ocorreram atritos entre os Capuchinhos – que começavam a sua ação missionária naquela região, em 1670 – e senhores da Casa da Torre – que detinham a posse legal da maioria daquelas terras. As desavenças surgiram principalmente, pelo fato de os sesmeiros estarem explorando a mão-de-obra desses indígenas, praticando abusos e excessos contra eles, além de cobiçarem as terras da missão. Exemplo significativo desses conflitos foi o que se deu entre Francisco Garcia d’Ávila, da casa da Torre, e o padre Capuchinho francês Martinho de Nantes. Segundo Pereira da Costa aquele sesmeiro, “Contrariado com o aldeamento dos índios, cujos serviços explorava, como vis escravos, nas suas fazendas pastoris, começou a perseguir o padre de um modo bárbaro, feroz, compelindo logo os seus neófitos da ilha de Urapaca (Aracapa) ao abandono da missão, à realidade o maioral do cavalo e ordenando a soltar as suas cavalhadas nas ilhas do Pambu e Aracapá, reduzindo assim os pobres índios à mais desgraçada ruína, pela destruição de suas lavouras e limitadas economias” (PIRES, 2002, p. 99).

Como podemos observar nos escritos de Maria Pires, (2002), o processo de colonização do sertão foi marcado por intensos conflitos, entre eles os missionários e a Casa da Torre, liderada por Francisco Garcia d’Ávila⁸. À luta por

⁸ A sesmaria, instituição de origem medieval portuguesa, foi, desde o início, o meio, por excelência, de alienação da terra. Sua distribuição acompanhava os fluxos e os interesses do povoamento. [...] Em 1563, o antigo governador, Tomé de Sousa, recebeu em troca de seus serviços à Coroa uma sesmaria de 6 léguas ao longo da costa da Capital da Bahia, que terminava a duas léguas do rio Itapicuru. Tomé de Sousa não quis, porém, ocupar-se de tamanha área,

terra, durante as distribuições de sesmarias, e aos conflitos gerados a partir do contato, deu-se o nome de “Guerra dos Bárbaros” (PIRES, 2002). A decisão de quem usaria a mão de obra indígena foi o principal motivo desses conflitos.

A ocupação do período colonial do interior do Nordeste se deu também pela agricultura e pecuária; como afirma Piletti, (1996): “partiu de dois núcleos principais: Bahia e Pernambuco. Da Bahia, as fazendas de gado chegaram ao Rio São Francisco, já em meados dos séculos XVII”. (PILETTI, 1996, p.71). A pecuária foi o setor que mais impulsionou a ocupação dos sertões pelos colonizadores, utilizando toda mão de obra indígena e, posteriormente, a de negros escravizados para tal produção (BARBOSA, 2007).

É pertinente destacar que a forte adaptação do indígena às condições climáticas secas do sertão e seu conhecimento dessas terras ocuparam um caráter definidor para fixação dessas novas práticas no interior do Nordeste, mas isso não foi suficiente para lhes pouparem a vida, como mostra Piletti, (1996), ao discorrer sobre a colonização do Brasil: “[...], os indígenas resistiram à escravização. Porém, apesar de sua superioridade numérica, foram quase sempre derrotados pela superioridade das armas de fogo dos colonos” (1996, p.50).

Nesse sentido, a criação de aldeamentos religiosos, foi algo comum, nesse período, em muitas das ilhas do médio São Francisco.

No avanço para o sertão defrontaram os índios, em que sobressaiam os cariris, antigos dominadores do litoral, então acuados pelo S. Francisco e a Ibiapaba. A sua resistência foi terrível, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país; mas atacadados no Rio S. Francisco, no Piranhas, no Jaguaribe, no Paraíba, do Ceará foram uns mortos e outros reduzidos a aldeamentos, outros agregados a fazendas, fundia-se e confundia-se com os colonizadores alienígenas (ABREU, 1988, p.180).

transferindo-a para um antigo companheiro de viagem, o Garcia d'Ávila. O novo proprietário passou a se dedicar à criação de gado e à expansão de seus domínios, marcando o início do que viria a ser o maior latifúndio em terras brasileiras. [...]À medida em que a produção canavieira se expandia, provocando o adensamento populacional do Recôncavo e da Bahia, crescia também a demanda de gado. Este era peça vital para a sobrevivência da colônia e o auferimento dos lucros da Coroa (DANTAS, 2000, p. 10-11).

No início do século XVII, há relatos dos primeiros missionários sobre a ocupação indígena do sertão pernambucano, subentendendo-se que, possivelmente, esses povos estariam nessa região há mais tempo, uma vez que se tratava de aldeias já estabelecidas.

Frei Martinho de Nantes, missioneiro capuchinho responsável por iniciar os trabalhos de catequização com os indígenas dessa região, ao entrar em contato com índios dessa nação na Paraíba, ficou sabendo das aldeias existentes no Rio São Francisco e resolveu partir em missão. Na sua obra *Relação de uma missão no Rio São Francisco*, escrita em 1706, Nantes escreve; “[...] tendo sabido desses mesmos índios, um dos quais falava alguma coisa do português, que havia no Rio S. Francisco uma grande quantidade de aldeias de sua mesma nação, resolvi transferir-me para lá” (NANTES, 1979, p.2).

A partir do trabalho de Francisco Augusto Pereira da Costa, de 1983, podemos observar no quadro abaixo a relação dos aldeamentos existente no submédio São Francisco neste período,

Quadro 01 - Aldeamentos indígenas da região do submédio São Francisco.

ALDEAMENTOS	LOCALIZAÇÃO
Missão nova de S. Francisco do Brejo	Ribeira de Pajeú
N. S. do Ó	Ilha de Zorobabé
N. S. de Belém	Ilha de Acará
N. S. da Várzea	Ilha de Gambu (Pambu)
N. S. da Conceição	Ilha de Gambu (Pambu)
S. Francisco	Ilha de Aracapá
Missão nova de S. Francisco do Brejo	Ribeira de Pajeú
S. Felix	Ilha de São Félix (Cavalo)
Santo Antônio	Ilha de Arapué (Santa Maria)
N. Senhora da Piedade	Ilha de Inhenhum
N. Senhora do Pilar	Ilha Caropós
N. Senhora dos Remédios	Ilha do Pontal

Fonte: Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais de Pernambuco*. 1983.

No Rio São Francisco, as primeiras missões implantadas regularmente foram erigidas por capuchinhos italianos, seguidos posteriormente por jesuítas e outras ordens. Eram dirigidas por missionários permanentes, em número de

dois, por ordem de Roma e do Rei e tinham como sede a aldeia principal, circundada por outras, secundárias, localizadas nas imediações. Assim, o lugar do nativo deixava de ser o que escolhera, para ser o escolhido pelo missionário ou passava a ser o lugar da missão, do missionário, do estranho, confundindo-se a aldeia com a missão, mesmo quando a legislação mantinha o direito de livre escolha (SILVA, 2003).

Para a implantação dos aldeamentos e a escolha dos locais onde foram erguidas as igrejas, os missionários tinham autonomia para decidir, mas é importante destacar que, de acordo com a historiografia acima citada, os povos indígenas antes da chegada dos missionários já faziam das ilhas seus lugares de moradia. Assim, os religiosos apenas se utilizariam de uma paisagem indígena para fixação dos aldeamentos (PASQUALE, 1995).

Documentos e registros de passagens dos missionários pela região do médio São Francisco comprovam a existência de aldeias e, posteriormente, de aldeamentos nas Ilhas do Rio São Francisco, algumas delas localizadas especificamente no município de Orocó como destacado no quadro 02.

Quadro 02 - Aldeias Indígenas na Capitania de Pernambuco no Sertão do Médio São Francisco nos Séc. XVI e XVIII.

MUNICÍPIO	POVO	LOCALIZAÇÃO
Santa Maria da Boa Vista	Tamaqueus	Ilha do Pontal
Santa Maria da Boa Vista	Caripós	Ilha dos Coripós
Santa Maria da Boa Vista	Cariri	Ilha de Inhamum
Orocó	Cariri	Ilha de Arapuá (Santa Maria)
Orocó	Cariri	Ilha de São Miguel
Orocó	Cariri	Ilha do Cavalo (São Félix)
Orocó	Cariri	Ilha de Aracapá
“Cabrobó”	Cariri	Ilha da Assunção
“Cabrobó”	Cariri	Ilha do Pambu
Belém de São Francisco	Poru e Brancararu	Ilha Beato Serafim (Vargem)
Belém de São Francisco	Poru e Brancararu	Ilha de Acará
Itacuruba	Poru e Brancararu	Ilha de Sorobabel
Tacaratu	Pankararu	Aldeia Brejo dos Padres

Fonte: BARBOSA, Bartira Ferraz. PARANAMBUCO poder e herança indígena, 2007.

Pereira da Costa, no livro *Anais de Pernambuco* (1983), apresenta uma descrição dos aldeamentos existentes no Rio São Francisco, entre eles, os existentes no município de Orocó e no sertão do Cabrobó, cidade que faz divisa com Orocó, onde havia a freguesia de N. S. da Conceição de Rodelas, de grande importância durante esse período para a região.

No desenvolvimento do aldeamento religioso, no arquipélago de Orocó, destacamos o da ilha de Santa Maria que, além de ter sido um dos maiores da região, estabeleceu-se sob condições específicas, assim como as ocupações fluviais como um todo. Sobre este contexto, cabem aqui algumas reflexões, entre elas a de que existiu um aldeamento na Ilha de Santa Maria, numa área inicialmente indígena, que não necessariamente, obedeceu à lógica de organização há muito levantada para a criação de aldeamentos.

Nesse período, as igrejas eram geralmente edificadas nas porções mais elevadas dos terrenos, no caso do aldeamento da ilha de Santa Maria, essa não foi uma lógica obedecida, uma vez que ela está localizada em uma das porções mais baixas do terreno e, na ponta da ilha, obedecendo talvez à realidade das ocupações pré-existentes da ilha.

Como parte desse momento histórico, há ainda edificada, na ilha, parte do parque arquitetônico religioso composto pelas ruínas de um convento, uma edificação composta apenas por duas paredes e as ruínas de uma igreja, material produzido pela autora durante pesquisa de mestrado em 2016⁹.

⁹ Para um conhecimento mais profundo das missões religiosas e do conjunto arquitetônico existente na ilha de Santa Maria recomendo um retorno a pesquisa de mestrado intitulada "OS HABITANTES DO RIO E AS MISSÕES RELIGIOSAS NO SERTÃO PERNAMBUCANO: Uma Arqueologia da Paisagem Fluvial do Rio São Francisco – Orocó" (OLIVEIRA, 2016), onde é tratado especificamente das questões dos aldeamentos religiosos e do conjunto arquitetônico existente na ilha de Santa Maria, sendo esse o início das nossas pesquisas no arquipélago de Orocó.

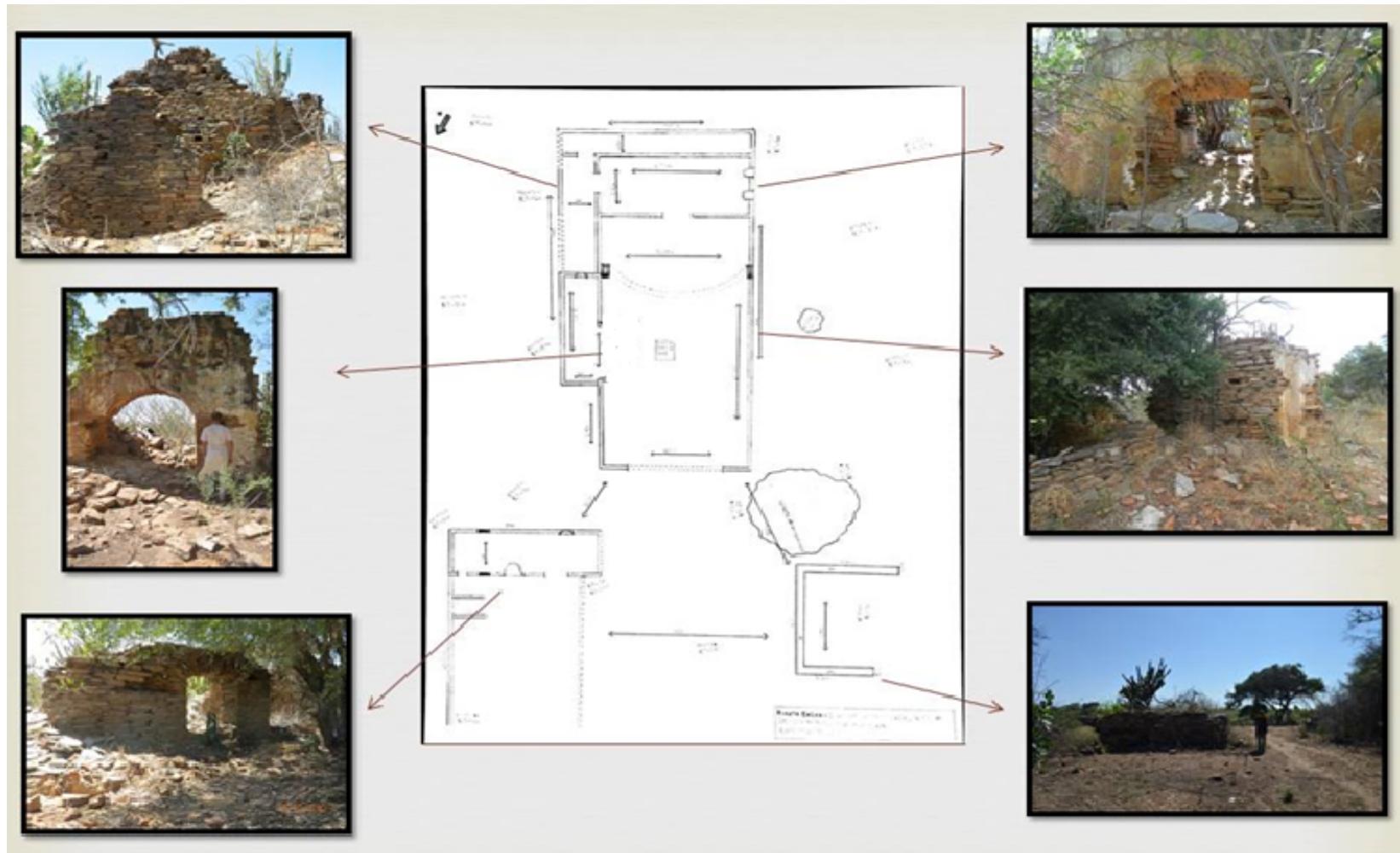


Figura 2 - Croqui da Planta Baixa das ruínas na ilha de Santa Maria: Igreja central, Convento e ruínas de uma construção cujo tipo de espaço não foi identificado (OLIVEIRA, 2016).



Figura 4 - Ruínas da Igreja de Santa Maria e elementos decorativos geométricos existentes no arco lateral da Igreja, ilha de Santa Maria – Orocó-PE (Fonte: Jéssica Oliveira, 2014).



Figura 3 - Ruínas da Igreja de Santa Maria e elementos decorativos geométricos existentes no arco lateral da Igreja, ilha de Santa Maria – Orocó-PE (Fonte: Jéssica Oliveira, 2014).



Figura 5 - Ruínas da Igreja de Santa Maria, ilha de Santa Maria – Orocó-PE (Fonte: Jéssica Oliveira, 2014).



Figura 6 - Ruínas do convento edificado também no período do aldeamento religioso, ilha de Santa Maria – Orocó-PE (Fonte: Jéssica Oliveira, 2014).

Com relação às missões, dialogando com a fluvialidade, podemos observar a edificação de igrejas e capelas em distintos pontos da área do arquipélago de Orocó, em ilhas relativamente próximas umas das outras. Isso

parece indicar uma tentativa de reforçar o controle do espaço fluvial e do próprio ambiente arquipelágico por parte das instituições missioneiras. Havia uma relação de predomínio frente a esse ambiente fluvial e uma nítida apropriação dessa paisagem indígena pelos missionários, que, aos poucos, foram inserindo na paisagem as suas diferentes formas de vivenciá-la.

O espaço fluvial, sendo esse claramente indígena, foi o que propiciou a criação de aldeamentos e de missões com organizações próprias, as quais se adequaram a essa realidade indígena e a esse ambiente aquático como próprio instrumento também de sobrevivência.

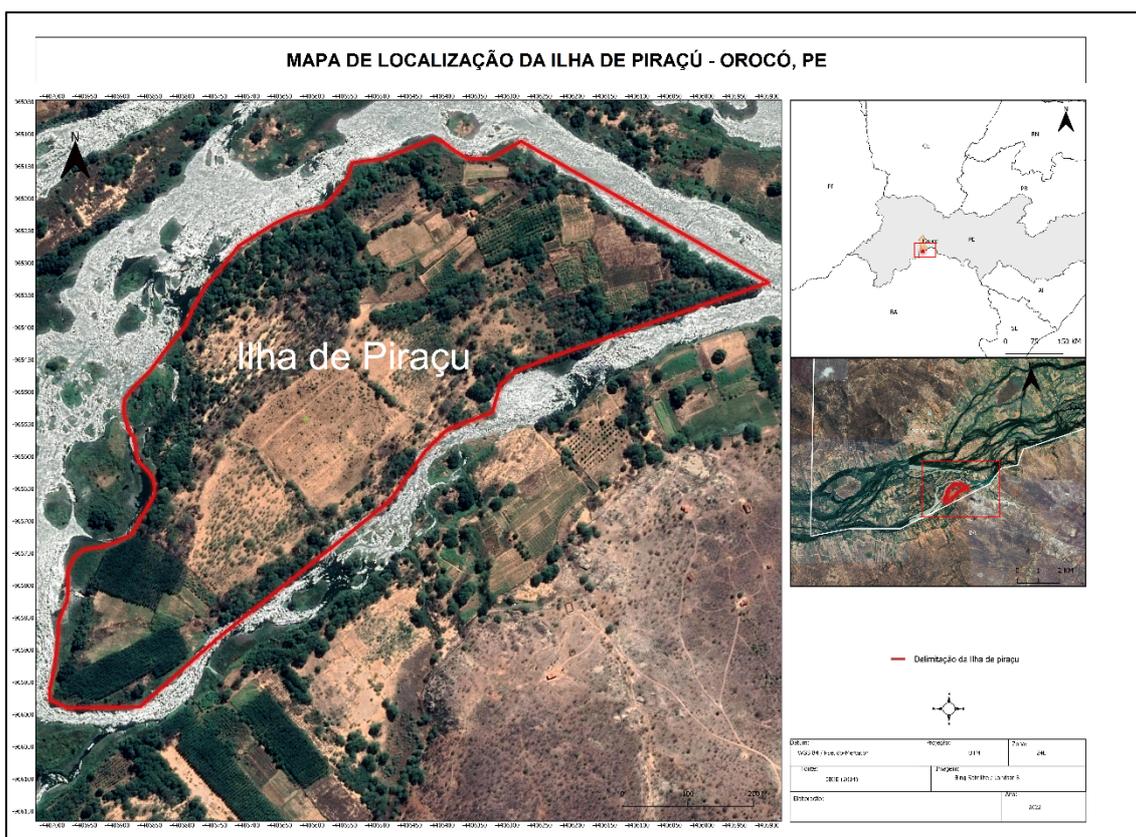
Quanto ao período missionário, é necessário refletir, de forma ampla, sobre seu papel como instrumento de colonização e estruturação econômica, livrando terras e criando trabalhadores úteis à produção para formação de um capital comercial.

Tal fato nos permite refletir sobre a complexidade das relações que, nesses aldeamentos, se estabeleceram. Cada aldeia, aldeamento e missão com suas particularidades. Buscar compreender todos esses fenômenos dentro de uma mesma lógica seria um grande equívoco.

Compreendemos, assim como a historiadora Ione Pereira, que as áreas aldeadas são reflexos de ações mútuas "[...] este espaço não foi resultado apenas da ação de colonizadores, mas, principalmente da ação de vários povos indígenas que colaboraram de igual maneira nesta produção do espaço" (PEREIRA, 2010, p.804).

2.3 ILHA DE PIRAÇÚ – NOSSO PONTO DE PARTIDA PARA ADENTRAR NAS HISTÓRIAS INDÍGENAS DE LONGA DURAÇÃO DO MÉDIO DO SÃO FRANCISCO.

Piraçú é uma pequena ilha do arquipélago, localizada a, aproximadamente, 15 minutos de barco, partindo do porto da cidade de Orocó, em Pernambuco.



Mapa 5 - Mapa de localização da Ilha de Piraçú. Elaboração: Flávio Carvalho, 2021.

Na ilha de Piraçú, é realizada uma intensa atividade agrícola, durante quase todo período do ano, sendo de forma mais recorrente o cultivo das culturas de mandioca, cebola, feijão e milho. E foi nesse intenso trabalho agrícola que, apesar de serem culturas de raízes rasas, exigem grandes revolvimentos de solo, que os moradores da ilha começaram a se deparar com material arqueológico, sobretudo artefatos cerâmicos, que, às vezes, eram identificados em um excelente estado de conservação, como vasilhas cerâmicas e urnas

funerárias. É importante ressaltar que, com exceção dos artefatos identificados durante a etapa de campo da presente pesquisa, através de escavações sistemáticas, praticamente todo o acervo arqueológico proveniente do Sítio Piraçú os quais tivemos acesso, foram coletados pelos moradores, sem monitoramento arqueológico.

Buscando se distanciar um pouco de uma arqueologia que parte, sobretudo, do estudo dos espaços missioneiros e dos aldeamentos, para compreender o processo de colonização e as próprias relações de poder e resistências nesses espaços, optou-se, no presente estudo, por voltar o olhar especificamente para a ilha de Piraçú ou Sítio Arqueológico Piraçú, localizado próximo a ilha de Santa Maria, onde houve um grande aldeamento religioso no século XVII, como mostrado anteriormente, mas, mesmo diante da proximidade com a ilha de Santa Maria, a ilha de Piraçú não é marcada por nenhuma estrutura arquitetônica religiosa que remeta à ocupação missioneira. Esse fato foi uma das inquietações iniciais, pois a ilha de Piraçú é o local onde, de forma expressiva, identifica-se cerâmica arqueológica indígena em contextos preservados.

O nosso interesse na ilha de Piraçú, se deu durante as pesquisas iniciais, desenvolvidas no arquipélago de Orocó, em meados de 2014, em que necessitávamos como ponto de partida, compreender o universo arqueológico presente no arquipélago. Através de informações coletadas junto à comunidade local, optamos por trabalhar com três ilhas específicas, sendo: Ilha de Santa Maria, Ilha Das Almas e a Ilha de Piraçú, ambas já com relatos de identificação de vestígios arqueológicos.

No ano de 2014, realizamos as primeiras idas a campo na região de Orocó, com objetivo de identificar e registrar as estruturas arquitetônicas religiosas presentes nas ilhas as quais datam do período da fixação dos missioneiros na região, entre final do século XVI e início do XVII, bem como realizar o cadastro dos sítios arqueológicos ali existentes.

No entanto, a identificação de artefatos arqueológicos, sobretudo, “cerâmica de índio” como é popularmente chamado em Orocó, já era de natureza comum aos residentes do arquipélago e da Ilha de Piraçú, especificamente, e

foram esses artefatos arqueológicos que nos levaram a compreender a ilha de Piraçú como uma das áreas mais importantes para os estudos arqueológicos do arquipélago que compreende a realidade dos povos indígenas.

Foram as cerâmicas arqueológicas que nos conduziram, ao longo do caminho da pesquisa, a outras etapas de campo, inclusive algumas delas de natureza interventiva, que serão mais bem detalhadas no capítulo 4 deste estudo.

Os artefatos cerâmicos identificados e estudados nas ilhas do arquipélago de Orocó nos revelaram ocupações extensas e em distintos períodos até o presente momento. Frei Martinho de Nantes (1706), missioneiro responsável por iniciar as atividades de catequização religiosa com os indígenas nas ilhas do médio São Francisco descreveu-os, como já citado, de “os habitantes do rio”, reforçando a intrincada relação dos povos do sertão com o Rio São Francisco, bem como suas altas habilidades de sobrevivência nessas águas, fato que, sem dúvidas, foi crucial para a permanência das missões nas ilhas do médio Rio São Francisco.

Os relatos históricos de Nantes (1706), sobre as missões no Rio São Francisco, dão um arcabouço inicial sobre os hábitos desses povos que fizeram das margens, das ilhas, e, sobretudo, do rio, o seu lugar¹⁰, especificamente ao que concerne à ocupação dos povos Kariri do sertão, pois, de acordo com os escritos, as missões no arquipélago de Orocó foram voltadas especificamente para a catequização dos povos Kariri.

Como resultado das pesquisas anteriormente realizadas, questionamentos importantes foram levantados sobre as ocupações do arquipélago de Orocó e, de forma especial, sobre a ilha de Piraçú, com a identificação de vestígios arqueológicos que atestam a longa presença de ocupações indígenas na região.

Com relação às informações históricas e dos relatos dos missioneiros acerca dos povos indígenas do interior do Brasil, as materialidades identificadas

¹⁰ Através da interação humana com o ambiente os quais resultam nos processos que moldam, significam e ressignificam a paisagem através da experiência vividas e humanizadas.

em Piraçú reforçam, mais uma vez, a complexidade dos processos de expansão dos povos indígenas para o interior do Brasil e a forma como essas mudanças estão representadas na grande diversidade da materialidade, ainda hoje existentes nas ilhas, e ressalta ainda a necessidade de análises cuidadosas desses contextos arqueológicos.

Acerca da expansão indígena para o sertão, precisamos ainda estar atentos aos movimentos migratórios em períodos pré-coloniais que podem ter levado, de forma voluntária, à inserção desses povos no sertão através do Rio São Francisco.

Identifica-se na historiografia, a exemplo nos escritos de Cunha (1992), uma grande migração e ocupação de povos indígenas por todo o vale do Rio São Francisco, entre eles, os povos falantes dos troncos Tupi e Jê.

Os artefatos cerâmicos, identificados no sítio arqueológico de Piraçú, a exemplo, urnas funerárias identificadas e pesquisadas anteriormente e que seguiram sendo estudadas na presente pesquisa, deram suporte não apenas para continuidade deste estudo, bem como nortearam os caminhos que aqui foram trilhados na busca de novas interpretações acerca dos processos de ocupações dessa região do Brasil.

No capítulo que se segue, discorreremos sobre as realidades indígenas no estado de Pernambuco, nos contextos atuais e primevos, buscando firmar diálogos com a realidade indígena do estado em que o presente estudo está inserido, atentos, sobretudo, ao protagonismo indígena na formação sociocultural de Pernambuco e do sertão do Nordeste.

3 CAPÍTULO

UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO PROTAGONISMO INDÍGENA NAS OCUPAÇÕES FLUVIAIS DE OROCÓ

*“Nós estamos em guerra.
Eu não sei por que você está me olhando com essa
cara tão simpática.
Nós estamos em guerra.
O seu mundo e o meu mundo estão em guerra. Os
nossos mundos estão todos em guerra.
A falsificação ideológica que sugere que nós temos
paz é pra gente continuar mantendo a coisa
funcionando.
Não tem paz em lugar nenhum.
É guerra em todos os lugares, o tempo todo”.*

(Ailton Krenak, 2019)

3.1 TRONCO MACRO-JÊ - FAMÍLIA LINGUÍSTICA KARIRI - O INDÍGENA NÃO TUPI NO MÉDIO SÃO FRANCISCO

Certamente, ao se deparar com leituras acerca da ocupação indígena no sertão de Pernambuco e, em especial, sobre o período de contato, algo sobre os Kariri estará presente. Se por um lado são escassas as pesquisas que tratam detalhadamente dos aspectos etnográficos, por outro, são exaustivas, na historiografia local, a menção a esses povos de família linguística Macro-Jê.

Quando se fala das ocupações indígenas do sertão de Pernambuco, há também estudos linguísticos expressivos como o dicionário do Catecismo da língua Kariri, escrito por Frei Martinho de Nantes, em 1709, e importantes estudos linguísticos contemporâneos como o do linguista José Márcio Correia de Queiroz, em trabalho intitulado: Um estudo gramatical da língua Dzubukuá, família Karirí (2012). Esta obra trata, especificamente, da língua Dzubukuá Kariri,

que, de acordo com as fontes históricas e etnográficas, eram faladas nas ilhas do médio Rio São Francisco.

O que podemos facilmente identificar dentro destas narrativas documentadas, em um contexto mais amplo, é que existe uma negligência histórica e arqueológica quanto aos povos não Tupis dos sertões do Nordeste. É notável quando há uma vasta bibliografia sobre os povos Tupis, na mesma proporção em que há uma ausência de informações socioculturais dos povos Kariri do sertão, às vezes perpetuando, de forma equivocada, a ausência destes na historiografia oficial do Brasil. Cabe aqui incluir até mesmo na compreensão dos contextos arqueológicos dessa região.

Relatos importantes como o do missioneiro Frei Martinho de Nantes, um dos responsáveis pela criação dos aldeamentos e missões religiosas com povos do dialeto Dzubukua e Kariri, nas missões de Pambu e Aracapá, em 1706; do Inhamum e do Cavalo, em 1746. Estes registros trazem dados sobre as missões religiosas no sertão de Pernambuco e, especificamente, das ilhas de Orocó e do médio São Francisco.

Nesta pesquisa, realizamos um recorte de alguns aspectos socioculturais relatados pelo Frei Martinho de Nantes, em 1706, sobre os povos Kariri do médio São Francisco, especificamente dos indígenas que compunham os aldeamentos localizados nas ilhas do arquipélago de Orocó.

Nantes afirma que os povos Kariri, no médio Rio São Francisco, sobretudo os que fizeram parte do aldeamento religiosos das ilhas no sertão de Pernambuco possuíam uma religião, onde havia “um deus para as culturas que a terra produzia; outro para a caça; outro para os rios e as pescarias, e a todos esses deuses deixavam tempo para as festas em sua honra”. (NANTES, 1979, p.4). Nantes, afirma ainda, nos seus relatos, que as crenças dos povos Kariri aos seus Deuses eram manifestadas através de adorações e sacrifícios, constituídas de danças e pinturas corporais.

Há nos escritos de Nantes uma referência a uma festividade realizada em devoção ao umbuzeiro¹¹ pelos Kariri, festividade ainda hoje existente em várias comunidades locais, árvore típica da caatinga brasileira que permanece com suas folhas verdes durante todo o período do ano, mesmo durante as grandes estiagens de chuvas no sertão. O fruto do umbu é colhido uma vez ao ano e é consumido e beneficiado de diversas maneiras, nessa região, até os dias de hoje. A imagem abaixo foi tirada durante a Festa Anual do Umbu, em 2016, e ilustra esse importante evento para as comunidades locais descendentes dos povos indígenas da região.



Figura 7 - Festa anual do Umbu realizada na Ribeira da Floresta, Parnamirim – PE. (Foto: Jéssica Oliveira, 2016).

O Frei Martinho de Nantes (1706) traz ainda, em seus relatos, informações sobre a estrutura familiar desses povos. Refere-se aos Kariri como “dominados pelas mulheres, sendo a poliandria um costume praticado por eles e o divórcio facilmente concedido”. É na junção desses pequenos e esparsos relatos que vamos conhecendo um pouco mais desses povos e de seus hábitos culturais, mas é necessário estar sempre atentos ao lugar de fala que ocupa o Frei Martinho de Nantes e cientes de que foram retratados nos seus escritos os

¹¹ Cientificamente chamada de *Spondias tuberosa*.

aspectos que lhe foram convenientes apresentar e que eles podem não descrever de forma fidedigna a realidade cultural desses povos.

De acordo com Nantes (1706), as mulheres possuíam um lugar de poder em relação aos seus esposos, os filhos não respeitavam pai e mãe e nunca eram castigados.

As mulheres costumavam dominar seus maridos, os filhos não respeitavam pai e mãe e nunca eram castigados. Conquanto tivessem em cada aldeia um capitão ou governador, só existia autoridade em tempo de guerra (NANTES, 1979, p.4).

Sobre os métodos de cura, Nantes descreveu o uso da fumaça do tabaco e raízes nativas;

Havia entre eles feiticeiros ou, para dizer melhor, impostores, que adivinhavam o que eles pensavam. Prediziam coisas futuras, curavam doenças, quando não as produziam. Podia-se acreditar que alguns deles tinham entendimento com o Diabo, pois não usavam, como remédio, para todos os males, senão a fumaça do tabaco e certas rezas, cantando toadas tão selvagens quanto eles, sem pronunciar qualquer palavra (NANTES, 1979, p.4).

Nantes relata também que, “se acontecesse que o doente não melhorasse, atribuíam a culpa a alguém que o houvesse enfeitizado e que estava impedindo o efeito do remédio, e designavam o culpado, como se tivessem certeza” (NANTES, 1979, p.5) e o mataria sem que ninguém se opusesse.

Assim ninguém estava seguro de sua vida, podendo ser acusado de enfeitizador por algum de seus inimigos. E cuidavam de agir depressa, ao matar ou queimar os que eram acusados de enfeitizadores, para que não fossem suspeitos de serem eles próprios os, responsáveis; deixando morrer e matando algumas vezes seus próprios parentes e, em seguida, os parentes do morto não deixavam, nessas ocasiões, de acusar ou de fazer acusar os responsáveis, que morriam assim miseravelmente, sem qualquer reflexão. O Demônio os conservava nesse erro por meio de sucessos, que pareciam provas incontestáveis e de suas suspeitas; porque, ficando algumas vezes doentes pela convicção de que haviam sido enfeitizados, como o verifiquei, quando se matava o enfeitizador acusado, o doente perdia o temor e recobrava a saúde (NANTES, 1979, p.5).

De forma detalhada, buscou descrever os rituais e cerimônias realizadas pelos indígenas antes de irem à caça ou pesca com ervas nativas e alguns hábitos alimentares, que, de acordo com Nantes, alguns chegavam a durar dias sendo preparados;

[...] Para serem felizes na caça ou na pesca, faziam queimar ossos de animais ou espinhas de peixe e os mestres de cerimônia faziam beber aos jovens o suco de certas ervas amargas e, esfregando várias partes do corpo desses jovens com os dentes agudos de animais, incrustados em cera, misturados com cinza, os faziam penetrar na pele com dores sensíveis durante os dez dias que durava a festa. Era necessário que os moços presenteassem com caças e pescarias os velhos, sem que eles próprios saboreassem um só pedaço, ou não lhes davam durante todo esse tempo, então uma sopa muito rala, feita com farinha de milho ou de mandioca, e passavam a noite cantando e dançando. Regressavam de madrugada à caça e à pesca de sorte que essa dieta e esse exercício acabavam por emagrecê-los (NANTES, 1979, p.6-7).

É possível perceber, nos relatos de Nantes, alguns aspectos particulares dos povos Kariri do São Francisco como festividades, rituais, hábitos alimentares e crenças. Esses relatos, quando avaliados criticamente, são auxílios importantes para a compreensão dos contextos arqueológicos dessas ocupações.

A historiadora Jacionira Silva (2003), em seu estudo intitulado “Arqueologia no médio São Francisco - Indígenas, vaqueiros e missionários” (2003), cita a dificuldade de identificar, através das fontes históricas, as informações quanto aos povos indígenas Kariri do médio São Francisco.

Cariri, Cayriris, Caririzes, Kareriz, Kaririz, Kiriri, Kiririzes, Quiriris. No Nordeste colonial essa denominação geral para as tribos do São Francisco e, em particular para os *tapuias*, era usada em oposição a *caboclos* de língua geral (tupi), como uma distinção entre os dois grupos. Etimologicamente significa silencioso, taciturno, calado. Embora ocupassem uma grande extensão territorial que ia do noroeste da Bahia e Sergipe ao Araripe, provavelmente devido a uma grande mobilidade no seu *habitat*, pouco se sabe desse povo, tendo em vista que as denominações tribais encobriram as etnias. Aparentemente Cariri e Caruru são um mesmo antônimo com grafias diferentes e homofonia igual na língua francesa, por exemplo. Cariri, do ponto de vista linguístico, constitui uma *família reduzida*. Pela dificuldade em identificá-los, estão provisoriamente inseridos no tronco Macro-Jê (Urban 1998 apud SILVA, 2003, p. 172.).

Difíceis de identificar, mas Kariri, conforme apresenta Silva (2003), pode ter sido um termo utilizado pelos colonizadores para diferenciá-los dos Tupi, tratando-se de uma denominação que encobriam as etnias, tal fato, do ponto de vista linguístico, constituiria uma família reduzida. Dentro desse contexto, John Monteiro (2005, p.19-21) afirma que, dos relatos e observações dos cronistas quinhentistas, surgiu “o termo tapuia, reutilizado pelos europeus” e, como já falado anteriormente, servindo “para designar os indígenas que possuíam língua e organização social diferentes dos Tupis e estava fundamentado nas trajetórias históricas diferenciadas dos indígenas”.

Esta definição, estando correta, corrobora para a compreensão da diversidade de grupos étnicos, presentes no sertão do Nordeste, sobretudo em Pernambuco, que teriam, por diversos momentos, a sua história entrelaçada com a dos Kariri. Ainda sobre outras ocupações Kariri do sertão de Pernambuco, Jacionira Silva (2003) apresenta que:

[...] Abacatiara, Abacatuara, Obacatiara ou Dzubucua-Cariri. Tapuias cariris, residiam nas ilhas de Pambu ou Gambu, Oacará, Cavalo, em 1702, e em Arapuá (Irapuá ou Iraquiá) e Inhamum ou Unhunhu, em 1746. Na aldeia de S. Félix, na ilha da Missão ou do Cavalo, foram identificados como Tuxá. Loukotka (apud Hohenthal 1960) identificou-os como os nativos missionados em Canabrava e Natuba. Em 1898, estavam assentados entre Belo Monte e Pão de Açúcar, em Alagoas, na ilha de S. Pedro Dias, cujo nome é uma homenagem a um missionário jesuíta nascido na região, conforme referência anterior (SILVA, 2003, p. 167). Brancararu, Brancararúzes, Bancararu, Pancarús, Pacarás, Pacarus, Pankararu. Estavam situados nas ilhas de Vargem, do Acará e Sorobabel. Também foram referenciados como *cararus*, *cariris* e *acarás*, o que pode significar uma relação entre esse topônimo e o gentílico Pacará e sua variante Pacaru. Provavelmente estiveram em uma das duas missões fundadas na Bahia, por volta de 1698, Cararu e Curral dos Bois, em frente a Petrolândia (Jatinã). Quando sobreveio a divisão da tribo, uma parte recebeu o gentílico Pancaru ou Pancararu, ficando a outra parte com o nome Pancaré ou Pancararé, estabelecida em Brejo do Burgo, em Glória - BA, segundo tradição oral. Por volta de 1802, de acordo com Mario Melo e Carlos Estevão, os Pankararus foram conduzidos à aldeia de Tacaratu e, em seguida, ao Brejo dos Padres. (1957:31) (SILVA, 2003, p. 170).

Nestes levantamentos realizados por Jacionira Silva (2003), a remoção desses povos entre localidades e aldeamentos foram diversas ao longo da

colonização e eles estavam presentes em uma grande extensão do Nordeste que iria do estado da Bahia, passando pelos estados de Pernambuco, Alagoas, Piauí, Sergipe, Paraíba até o atual sertão do Cariri, no estado do Ceará.

Quanto às suas características culturais e formas de se organizarem socialmente, são através dos relatos dos missionários, como os descritos, anteriormente, por Nantes (1706), que é possível termos um panorama básico da dinâmica de vida desses povos. Quanto aos hábitos e materialidades, pode-se observar:

Os Cariris constituíram o grupo de mais alto nível tecnológico dentre os demais do leste brasileiro. Cultivavam mandioca, milho, feijão e algodão, dormiam em rede de 12 a 14 pés por 6 a 7 pés, capazes de conter quatro homens ou ao ar livre em volta de fogueiras, fabricavam cerâmica roletada, construíam cabanas de pau-a-pique cobertas de palha ou ramagem. Os cronistas holandeses dizem que, embora não usassem arcos, utilizavam propulsor de flechas, dardos, uma prancheta com um sulco que servia de suporte chamada *bybyté*, feita em madeira leve, igual à das azagaias, descrita ainda como pedaço de madeira “cavo e escorregadio”, preso à palma da mão para imprimir maior impulso no arremesso das flechas. Aparentemente, os Cariris confeccionavam mais de um tipo de propulsor. Uma outra referência menciona um tubo cortado pelo meio para lançar flechas. O tacape não fazia parte do seu arsenal, assim como nenhuma forma de canibalismo era praticada, embora os holandeses tenham descrito o costume do “moqueamento” dos prisioneiros entre *seus aliados*, ou seja, os *janduins*, o que vem reforçar a hipótese de Pompeu Sobrinho de que os “moqueadores” *janduins* e os Cariris não pertenciam à mesma etnia (MEDEIROS Filho 1984) (SILVA, 2003, p.174).

Nesta descrição do historiador Medeiros Filho (1984), é possível ter um pouco de conhecimento da cultura material dos Kariri, como exemplo, a descrição da cerâmica roletada, da arte de tear o algodão e confeccionar redes, da arquitetura, arcos e flechas em madeira e de alguns hábitos alimentares.

Quanto às questões linguísticas, na figura com esquema abaixo, é possível observar, a partir dos dados do já citado estudo de José Márcio Correia de Queiroz (2012), apresentados na sua tese de doutoramento intitulada “Um estudo gramatical da língua Dzubukuá, família Kariri”, a separação das famílias Macro-Jê, conhecidas entre as línguas ‘vivas e mortas’;

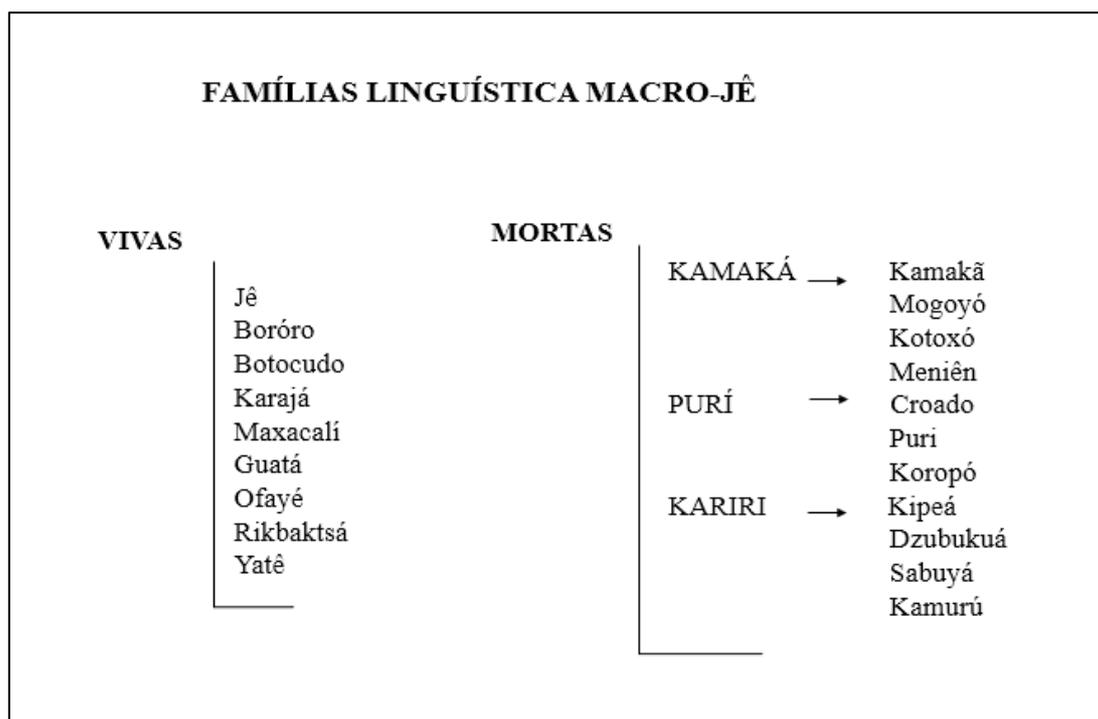


Figura 8 – Estrutura das Famílias Linguísticas Macro-Jê. Fonte: QUEIRÓZ, 2012, p. 40-41.

No mapa abaixo, elaborado através dos dados organizados por Aryon Rodrigues (1999) há a distribuição geográfica das línguas e culturas Macro-Jê no território brasileiro. Pode-se identificar próximo a área aqui estudada, o destaque para a língua Yaathe, falada até o presente pelos povos Fulni-ô do sertão de Pernambuco.



Mapa 6 - Distribuição geográfica das línguas e culturas Macro-Jê por (Rodrigues 1999). Mapa elaborado por Itamar Sales (2020).

Destarte, é sintomático perceber que não precisamos de muito para depararmos com a complexidade e a variedade desses povos. O que sabemos é que um dos nossos grandes desafios pela frente é buscar compreender a história indígena de longa duração do sertão do Nordeste, especificamente as que se cruzam com as histórias do São Francisco.

Diante dessa realidade, a arqueologia, juntamente com dados históricos, etnográficos e linguísticos, pode trazer importantes contribuições para a compreensão dos modos de vida dos povos do sertão, bem como inseri-los dentro da historiografia oficial do Brasil com narrativas mais próximas das realidades dos distintos povos que ocuparam essa região, antes do contato com

os colonizadores; muitos deles resistem até o presente como os Truká, Pankararu, Tuxá e os Fulni-ô.

A distinção feita pelos colonizadores entre Tupi e Kariri Tapuia alimentou uma forma pejorativa de retratar e tratar os povos nãoTupis e contribuiu para deixar à margem da história os povos não Tupis dos sertões, estando enraizado na literatura o termo Tapuia para se referir aos indígenas que, por último, passaram pelos processos de colonização e escravização no interior do Nordeste, negligenciando, quase por completo, a sua diversidade étnica e cultural.

A clareza sobre essa distinção entre Tupi e Tapuia é importante na presente pesquisa para que possamos reconhecer o lugar histórico que os Kariri ocuparam, mas que, às vezes, estão ausentes nas produções documentais para dar lugar ao imaginário do Tapuia que insere os povos não tupis em um imenso vazio coletivo.

3.2 SÃO FRANCISCO INDÍGENA – ETERNO RIO OPARÁ

Dedicamos este espaço para nos situarmos e conhecermos a realidade indígena do estado de Pernambuco no presente ano de 2022. De acordo com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas– FUNAPI, o estado de Pernambuco conta, atualmente, com dezesseis etnias indígenas. Destas, dez tem sua Terra reconhecida oficialmente e as demais em processos de regularização, conforme pode-se observar na tabela que se segue:

Tabela 1 - Terras indígenas em Pernambuco. Dados: FUNAPI, 2019¹².

TERRA INDÍGENA	ETNIA	UF	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Atikum	Atikum	PE	Salgueiro, Mirandiba, Carnaubeira da Penha, Belém do São Francisco	16.290,19	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Entre Serras	Pankararú	PE	Petrolândia, Tacaratu, Jatobá	7.550,09	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Fazenda Cristo Rei	Pankararú	PE	Jatobá	0	Encaminhada RI	Reserva Indígena
Fulni-ô	Fulni-ô	PE	Itaíba, Águas Belas	11.505,71	Regularizada	Reserva Indígena
Fulni-ô	Fulni-ô	PE	Itaíba, Águas Belas	0	Em Estudo	Tradicionalmente ocupada
Ilhas da Tapera/São Félix/Porto	Truká	PE	Orocó	0	Encaminhada RI	Reserva Indígena
Kambiwá	Kambiwá	PE	Inajá, Ibimirim, Floresta	31.495,31	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Kapinawá	Kapinawá	PE	Buíque	12.403,09	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Pankará da Serra do Arapuá	Pankará	PE	Carnaubeira da Penha	15.114,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Pankararu	Pankararú	PE	Petrolândia, Tacaratu	8.377,28	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Pipipã	Aimore	PE	Floresta	63.322,00	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Truká	Truká	PE	Cabrobó	5.769,00	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Truká	Truká	PE	Cabrobó	1.592,90	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Tuxá de Inajá	Tuxá	PE	Inajá	140	Regularizada	Reserva Indígena
Xukuru	Xucuru	PE	Poção, Pesqueira, Pesqueira, Pedra, Alagoinha, Venturosa	27.555,06	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Xukuru de Cimbres	Xucuru	PE	Pedra, Alagoinha, Venturosa	1.166,18	Regularizada	Reserva Indígena

¹² Disponível em: <http://www.FUNAPI.gov.br> - Acessado em 13.11.2019.

O maior número de Terras Indígenas do estado encontra-se na mesorregião do sertão Pernambucano e, de forma mais expressiva, na mesorregião que compõe o Rio São Francisco.

Dentro de um quadro nacional, a região Nordeste é a terceira com a maior regularização de Terras Indígenas do país, seguida das regiões Centro-Oeste e Norte, como se pode observar no gráfico abaixo, com os dados da FUNAPI, no ano de 2019.

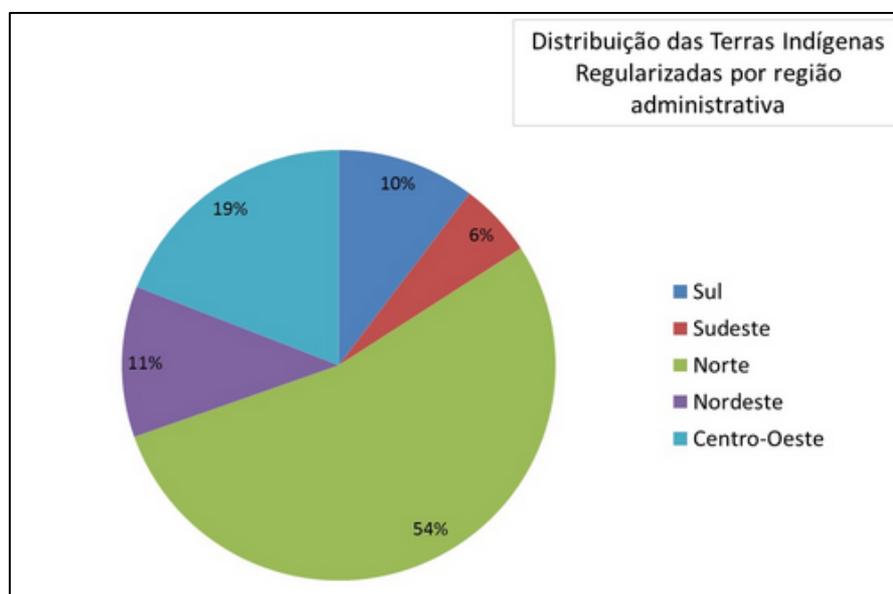


Gráfico 1 - Terras indígenas regularizadas por região administrativa. Fonte: FUNAPI, 2019

De acordo com os dados da FUNAPI, (2010), estima-se um total de 60.995 indígenas no estado de Pernambuco. Um número expressivo destes, aproximadamente, quase metade da população reside fora de seus domicílios e Terras. No entanto, é necessário ter ciência que os dados disponibilizados pela FUNAPI foram coletados há mais de dez anos, fato que pode não refletir, de forma fidedigna, a atual realidade dos povos indígenas do estado nos dias atuais.

Na tabela abaixo, há uma quantificação da localização dos domicílios e percentual nas Terras Indígenas;

Tabela 2 - População Indígena por localização do domicílio e percentual nas Terras Indígenas. Dados: FUNAPI, 2010¹³ - Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Estado	Total	Localização do Domicílio		Percentual nas Terras Indígenas
		Terras Indígenas	Fora das Terras Indígenas	
Pernambuco	60 995	31 836	29 159	52.2

É inegável que até para o reconhecimento legal dessas terras, em dias atuais, inúmeros conflitos foram travados para demarcação e regulamentação das Terras Indígenas, como também é inegável a vasta e densa ocupação indígena pelo estado e, de forma bastante expressiva, nas margens do Rio São Francisco. Na figura abaixo, pode ser observada a localização das Terras Indígenas do estado, elaborada pelo IBGE, no ano de 2015,

¹³ Disponível em: <http://www.FUNAPI.gov.br> - Acessado em 13.11.2019.

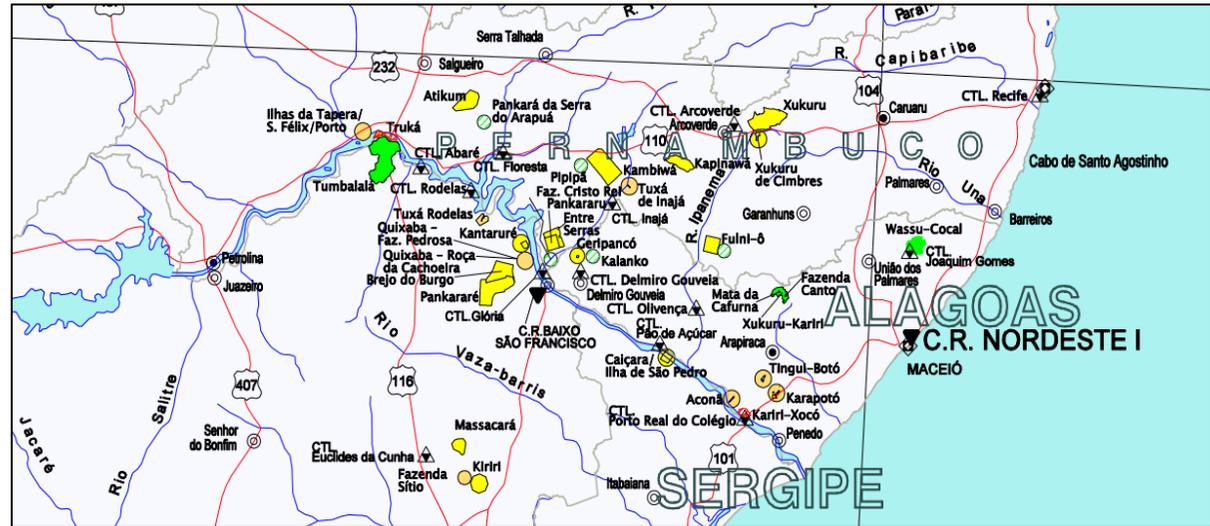
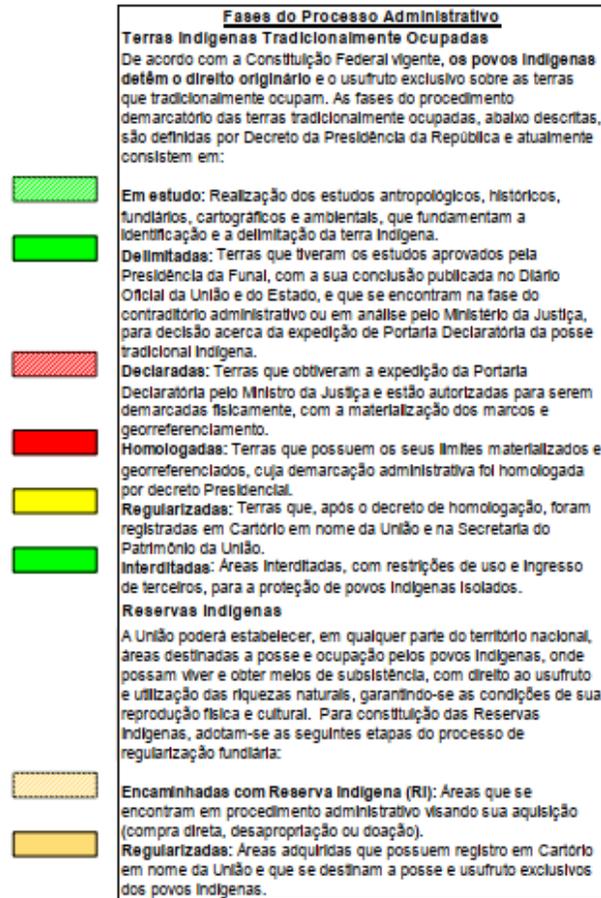


Figura 9 - Localização das Terras Indígenas em Pernambuco. Dados: FUNAPI, 2010 - Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2015.

É notória a densa ocupação indígena por todo o vale do Rio São Francisco, com uma grande concentração no trecho que corresponde ao seu curso médio no sertão do estado de Pernambuco.

Apesar da histórica ocupação indígena, a falta de consenso com relação às demarcações das suas terras ainda se converte em grandes conflitos entre indígenas e não indígenas, em todo o território nacional, e o estado de Pernambuco não vive uma realidade diferente.

O sertão do estado é responsável por abrigar o maior número de povos indígenas e também é o local de realização da presente pesquisa. Próximo da ilha de Piraçú, área central desta pesquisa, situa-se a Terra Indígena dos Povos Truká, localizada na ilha de Assunção – Cabrobó e na ilha de São Félix – Orocó, conforme figura 10, onde há edificada e ainda em uso, um marco religioso que é a Igreja de São Félix, erguida durante o século XVII, em períodos de missões e aldeamentos religiosos no médio São Francisco.

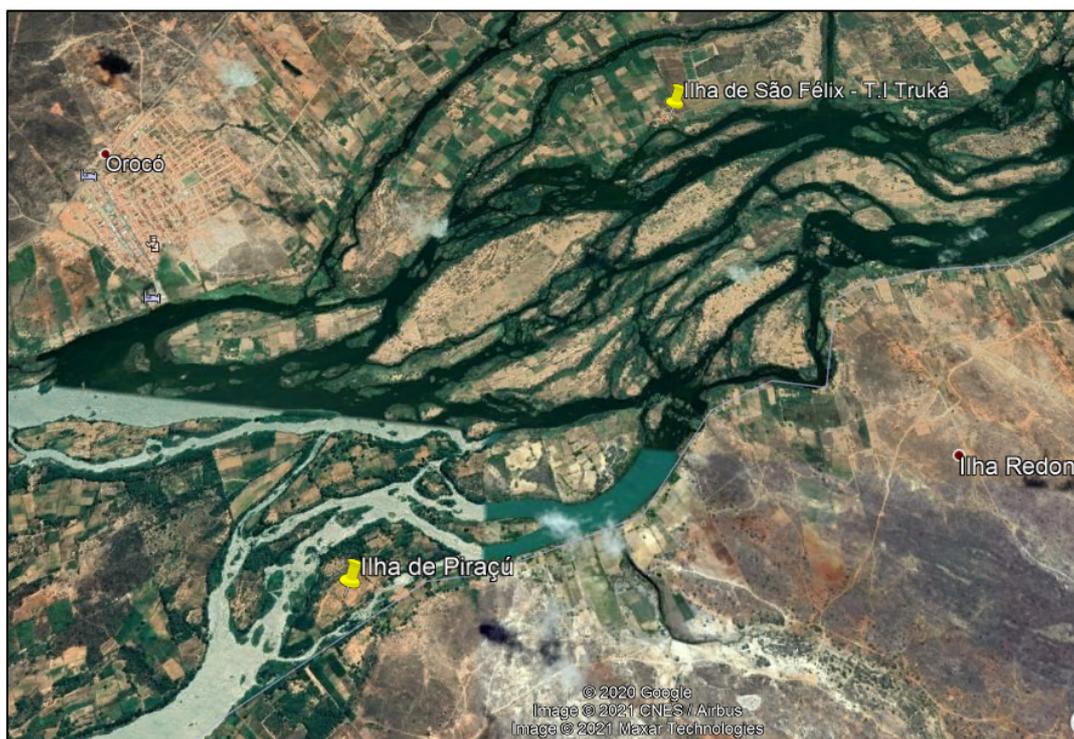


Figura 10 – Imagem de satélite com indicação da Ilha de São Félix T.I. Truká e a Ilha de Piraçú. área da pesquisa. FONTE: Google Earth, 2021.

No mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú¹⁴ (1944), há duas etnias em que as denominações seguem sendo utilizadas por povos indígenas em Pernambuco. São elas: Pankararu e Fulni-ô e, geograficamente, as TIs também estão localizadas na mesma região descrita por Nimuendajú, fato que indica a resistência desses povos em seus territórios.

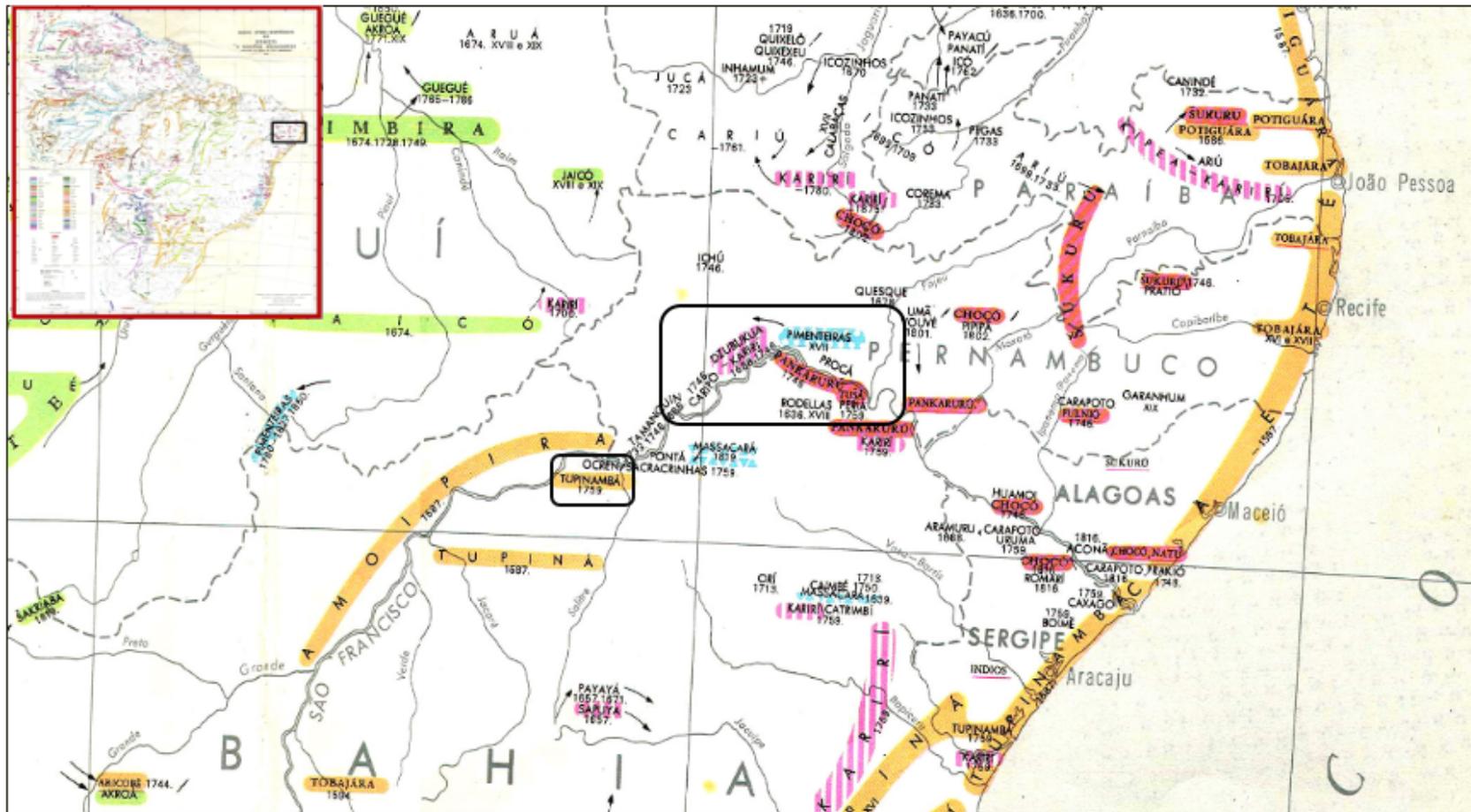
Entretanto, as demais etnias hoje existentes no sertão do estado e que compõem a grande maioria, não são listadas no mapa de Nimuendajú. A ausência dessas etnias todas, em um dos principais documentos referentes à história indígena no país, reflete o vasto, longo e tortuoso caminho percorrido pela etnografia¹⁵ dos povos tradicionais do sertão, por não incluir a diversidade étnica, existente nos registros históricos e, às vezes, inserir vários povos como pertencentes a uma única nação como, corriqueiramente, é possível perceber nos relatos históricos quando denominam os povos não Tupi do sertão como Tapuias.

Outro ponto que é necessário levar em consideração são os distintos processos de transculturação¹⁶ vividos pelos povos indígenas, em busca da permanência de suas vidas e identidades. Muitos desses povos foram dizimados e/ou passaram por violentos processos de apagamento histórico, ao longo da colonização, e são, até o presente, obrigados a ressignificar suas existências em uma luta constante pela sobrevivência e pela garantia de seus direitos básicos.

¹⁴ Curt Nimuendajú (1883-1945) foi um importante etnólogo alemão que percorreu grande parte do território brasileiro por mais de quatro décadas, registrando e mapeando os povos indígenas do Brasil. Infelizmente, seus trabalhos originais foram destruídos no incêndio que aconteceu no Museu Nacional (Rio de Janeiro) no ano de 2018, restando apenas uma cópia digital do seu acervo.

¹⁵ Etnografia: Estudo descritivo de um povo, das diversidades étnicas e de suas características sociais, políticas, econômicas, culturais e simbólicas.

¹⁶ Transformações culturais ocorridas em consequência do contato entre povos distintos.



Mapa 7 - Recorte do mapa etno-histórico de Cart Nimuendajú da região do sertão do Nordeste com destaque dos Dzubukua Kariri (1944), Pimenteiras, Pankaruru e os Tupinambá, presentes próximos a Orocó - PE.

3.2.1 Terra Indígena no arquipélago de Orocó - O Povo Truká Existe e Resiste na ilha de São Félix

Ciente da realidade no estado de Pernambuco, onde a maior parte das Terras Indígenas estão localizadas no sertão, dedicaremos este espaço para reafirmar a identidade indígena viva nas ilhas do São Francisco.

Quando falamos de Terras Indígenas, tratamos da relação intrínseca, entre o espaço físico e metafísico, na medida em que dialogamos com conceitos jurídicos tradicionais, concernentes à legislação agrária brasileira. A Terra Indígena é compreendida por meio do seu viés material e imaterial.

A ilha de São Félix compõe o arquipélago fluvial do São Francisco pertencente à cidade de Orocó que foi declarada Terra Indígena Truká, juntamente com a ilha de Assunção, localizada na vizinha cidade Cabrobó, compondo uma área de 5.769 hectares. O reconhecimento da TI foi declarada pela Portaria MJ nº 26 de 28/01/2002.

De acordo com os indigenistas Luís Emanuel Cunha e Jefferson Amorim Souza, na obra “Monitoramento Sobre As Terras Indígenas Em Pernambuco: Diagnóstico Sobre O Direito De Propriedade Indígena” (2018),

O território do povo Truká encontra-se dividido em quatro agrupamentos indígenas que se distinguem pelo nome da terra: Nossa Senhora da Assunção; Porto Apolônio Sales e Ilhas de Tapera e São Félix; Truká Ilha da Missão; Aldeia Indígena Beato Serafim – Ilha da Vargem. Para efeito de abordagem, apresentaremos cada um desses agrupamentos e suas respectivas situações (CUNHA; SOUZA, 2018, p. 141-161).

O aldeamento indígena da Ilha de Assunção, localizado no município de Cabrobó-PE, é o maior de Pernambuco, com população estimada em 5.791 indígenas, números de 2018, levantados pela Fundação Joaquim Nabuco, abrange também outras ilhotas que formam um arquipélago similar e a poucos quilômetros do arquipélago de Orocó, “incorporando 1.592 hectares homologado pelo Decreto Não Numerado de 05/01/1996. Atualmente, encontra-se em

processo de identificação para ampliação de limites, conforme Portaria nº 146 de 21/02/2008” (CUNHA; SOUZA, 2018, p. 141-161).

Partiram deste território, as primeiras reivindicações de indígenas Truká, em meados de 1940, seguindo conselhos dos Tuxás da cidade de Rodelas-BA, que lhes trouxeram informações sobre o Serviço de Proteção ao Índio - SPI, órgão criado pelo Governo Federal para prestar assistência aos Indígenas. Nas décadas seguintes, entre a luta com o governo estadual e federal, os Trukás viram o SPI se transformar na FUNAPI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas e conseguiram algumas vitórias com demarcações de terras, mas também sofreram com a violência, assassinatos e o tráfico de drogas na região. Em virtude disso, passaram a ocupar as outras ilhas entre Cabrobó e Orocó, mencionadas anteriormente, para Hohenthal,

Dados [...] indicam que os índios Tuxás, que hoje vivem em Rodelas (Bahia), têm tradições que nos levam a pensar terem eles vivido, em outros tempos, nas ilhas onde as antigas missões de Assunção e Santa Maria foram fundadas. Atualmente, um pequeno grupo de índios, que se diz chamar Truká, ainda vive na Ilha da Assunção. Tanto os Tuxás como os Trukás são tribos de canoa (HOHENTHAL, 1960, p. 45).

Compreendemos que estas áreas podem ter sido ocupadas no passado, pelos mesmos Tuxás que auxiliaram os Trukás na busca por assistência governamental, demonstrando que esta relação está longe de ser um processo aleatório, posto que os dois povos são originados de um mesmo tronco étnico, compartilhando tradições culturais, religiosas e sociais, bem como a ligação intrínseca com o Rio São Francisco.

O rio representa a vida dos Trukás, tanto do ponto de vista imaterial, quanto material, o que leva à afirmação da centralidade do rio com seu conjunto de significados-usos. Começando pelo plano “material” da existência, na vida material da comunidade Truká, podemos afirmar como, a vida produtiva e doméstica é algo imbricado à vida fluvial (SCHILLACI, 2018).

Os Trukás do Rio São Francisco exercem como principal manifestação religiosa e cultural, o Toré e sempre são conduzidos pelos “encantos de luz” que se manifestam pela força da natureza e em lugares considerados sagrados. De acordo com suas crenças: “Existem cachoeiras que só eles enxergam e os ensinamentos dos “encantos de luz” são fornecidos em sonhos ou em lugares específicos, como nas águas do Opará” (FLORÊNCIO & SANTOS, 2014, p. 1225). Nesse mundo revelado, os seus ancestrais foram convertidos em espíritos que são sempre conexos a elementos da natureza e são chamados de encantados, a exemplo da Mãe D’água que é associada ao Rio São Francisco, mostrando uma rica cosmologia.

Tanto nas ilhas de Cabrobó, quanto de Orocó, o Toré acontece na aldeia, em dias de quarta-feira e sábado, podendo também ser executado fora das ilhas, quando convidados para apresentações artísticas, festivais ou mesmo protestos, como os inúmeros atos ocorridos no início das obras da Transposição do Rio São Francisco¹⁷.

¹⁷ A transposição do Rio São Francisco é um projeto de deslocamento de parte das águas do Rio São Francisco, nomeado, pelo governo brasileiro, Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.



Figura 11 - Indígenas da Ilha de São Félix, TI do Povo Truká, apresentando o Toré como convidados na Festa do Umbu, Parnamirim-PE (Foto: Vinícius Colares, 2022).

Muito mais que uma dança, o Toré, como manifestação religiosa, segue ritos e preparações específicas com níveis de acesso diferenciados entre iniciados e não iniciados, alguns momentos, quando observados pelo público, são proibidos de serem registrados por fotografias ou vídeos,

As vestimentas são feitas pela própria comunidade, com fios de caroá *Neoglaziovia variegata* (Arruda) Mez. Os participantes usam grandes saias denominadas Kataióbas, sobre suas roupas comuns, junto com o Pujá, um gorro tipo boina sem aba, também produzido artesanalmente com fibra de caroá. Dançam homens e mulheres, idosos, adultos e jovens, em estágio de aprendizagem e reverência aos mais velhos. A festa se inicia pelo começo da noite, depois de um dia inteiro de preparação e concentração, quando são invocados os “encantos de luz”, as forças da natureza, através do deus Tupã, e os espíritos dos antepassados (FLORÊNCIO, SANTOS, 2014, p. 1226).

Durante o Toré, os indígenas fazem o uso do tabaco e da bebida jurema, uma bebida preparada com infusão da raiz da Jurema que também é considerada um ser encantado e tem um papel ritualístico fundamental para auxiliar no contato com outros encantados. Além disso, purificam o ambiente, para afastar espíritos indesejáveis do local e atrair os desejáveis. O uso é contínuo durante as linhas do Toré que,

“são quadrinhas cantadas na roda, geralmente puxadas pelos mais velhos e repetidas pelos demais. Os participantes, em círculos, dançam ao som de seus maracás. O professor, Pajé e reconhecida liderança Truká, Gilberto Francisco da Silva, o Bertinho Truká, apresenta uma linha de Toré em que se busca reafirmar a cultura e resgatar palavras da extinta língua-mãe: “Cadê meu quaqui / Cadê meu maracá / Cadê meu quaqui / Meu quaqui taquaraquá” (FLORÊNCIO, 2020).

O culto à Jurema Sagrada, também é praticado em outro ritual além do Toré, a Mesa, enquanto o Toré é realizado rotineiramente e publicamente, inclusive em exposições fora das ilhas. Servem também como exemplo de afirmação cultural. A Mesa, também conhecida como o Particular, é, como o próprio nome já diz, “um ritual fechado para poucas pessoas, realizado na casa de quem solicita, por algum motivo, como doença ou mal espiritual, ou dos próprios oficiantes” (GARCIA, WANDERLEY, 2021, p. 211-212).

De acordo com a cosmologia Truká, Tupã teria transmitido ao caboclo ancestral, Velho Cá, o conhecimento da Jurema Sagrada que consistiria no preparo do vinho, “a partir da casca da jurema preta sem espinhos, o anujá e a forma de ministrá-lo, dentro dos rituais do Toré e Mesa” (GARCIA, WANDERLEY, 2021, p. 211-212).



Figura 12 - Antônio Cirilo, cacique Truká, paramentado para ritual, Ilha da Assunção, “Cabrobó”, Pernambuco. Foto: Aderbal Brandão Gomes de Sá, 1980.

A perda da língua materna dos povos indígenas do Brasil está entre as maiores violências cometidas pelos colonizadores com o objetivo de apagamento destes primeiros. Os Trukás por descenderem de grupos Macro-Jê Kariri (de acordo com reivindicação deles próprios), estão entre os inúmeros povos que sofreram com isso. Hohenthal, (1960) em sua coletânea sobre os povos do Nordeste Brasileiro, relata contato com os Trukás na década de 50, quando trecho os mais velhos diziam lembrar que seus pais falavam a língua Truká, mas a língua não era usada cotidianamente e, conseqüentemente, foi esquecida remontando essa perda da oralidade há cerca de 100 anos.

Por outro lado, concomitante à luta pela demarcação de terras, os grupamentos do povo Truká que habitam o Rio São Francisco se esforçam para manter sua cultura viva, eles

possuem entre seus líderes, um núcleo cultural formado pelos detentores dos saberes locais, que têm um papel referencial na aldeia, são os Pajés, líderes médicos e espirituais; as Benzedeiras, assim denominadas as mulheres que rezam para curar doenças do corpo e da alma; os Chefes de Terreiro, aqueles que preparam o ambiente para

os exercícios da medicina e religião indígena e os Juremeiros, especialistas no preparo do vinho da jurema (SANTOS, 2016, p. 31)”.

Como já foi dito, o ressurgimento dos Trukás, a partir de suas afirmações e reivindicações como descendentes Kariri, deu-se, inicialmente, na ilha de Assunção, a ilha mãe e se espalhou em novos aldeamentos pelas ilhas próximas, em meados do século XX. Deste modo, descrevemos a seguir o contato feito unicamente no aldeamento da ilha de São Félix, em Orocó-PE, pela proximidade com o local da pesquisa, contato que não teve pretensões etnográficas, mas nem por isso deixa de enriquecer o olhar sobre os Truká.

Logo no início do nosso contato com o arquipélago de Orocó (2014), ainda em fase de conhecimento, visitamos a ilha de São Félix, TI Truká, onde está localizada a igreja de São Félix, uma das últimas ainda preservada nas ilhas do médio São Francisco, a qual está em processo de tombamento pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, assim como o cemitério anexo à Igreja e o Cruzeiro em madeira. A iniciativa decorre em razão do valor histórico e arquitetônico de tipologia religiosa da igreja.



Figura 13 - Cruzeiro em madeira localizado na frente da Igreja de São Félix, TI do Povo Truká (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).



Figura 14 - Fachada da Igreja de São Félix - Ilha de São Félix, TI do Povo Truká (Foto: Jéssica Oliveira, 2014).



Figura 15 - Lateral esquerda da Igreja de São Félix - Ilha de São Félix, TI Truká (Foto: Jéssica Oliveira, 2014).

Construída em alvenaria de pedra por frades capuchinhos, missionários franceses e indígenas da etnia Kariri Truká, em meados do século XVII, esse conjunto arquitetônico religioso é mais um testemunho do papel das ilhas do São Francisco nos processos de colonização dos sertões e se destaca como estrutura arquitetônica de maioria católica, que sincretiza com os rituais envolvendo a Jurema Sagrada.

A visita, para realização de pesquisa de campo, aconteceu em um dia sem cerimoniais, de modo que foi possível perceber que o povoado remete a uma comunidade ribeirinha tradicional, que sobrevive da agricultura de subsistência e da criação de animais como o bode e galinhas, mas, principalmente, do rio com a pesca.

As habitações são basicamente de pau-a-pique e existe, como pode ser visto nas imagens abaixo, produção cerâmica, como jarros para armazenamento de água, chamados popularmente de potes, vasilhame densamente presente nas moradias do sertão do Nordeste, tornando-se uma herança cultural que ultrapassou o universo indígena.



Figura 16 - Edificações de Pau a pique, também conhecido como taipa de mão, taipa de sopapo e taipa de sebe na TI do Truká, Ilha de São Félix (Foto: Jéssica Oliveira, 2014).



Figura 17 - Edificações de Pau a pique, também conhecido como taipa de mão, taipa de sopapo e taipa de sebo na TI Truká, Ilha de São Félix (Foto: Jéssica Oliveira, 2014).



Figura 18 - Vasos cerâmicos com decoração externa utilizados para armazenamento de água e confeccionados na Aldeia Truká, Ilha de São Félix. (Foto: Jéssica Oliveira, 2014).

Na ilha de Assunção, na cidade de Cabrobó, também existe edificada, em estado de arruinamento, uma igreja a qual tem sua construção associada ao período de contato e da fixação das missões religiosas nas ilhas do médio Rio São Francisco, tal qual a igreja existente, citada anteriormente, na Ilha de Santa Maria, conforme imagem que segue.



Figura 19 - Antiga capela dos Trukás em ruínas. Ilha da Assunção, “Cabrobó”, Pernambuco. Foto: Aderbal Brandão Gomes de Sá, 1980.

Os processos brutais impostos à colonização indígena, promovidos pelos colonizadores e missioneiros, impedem que sejam realizados comparativos mais abrangentes com seus ancestrais, no entanto, é sempre na relação desses “povos de canoa” com o rio que esse elo se fortalece, que as resistências históricas são identificadas e que suas lutas permanecem vivas.

O São Francisco, o eterno rio Opará, segue sendo um importante meio de manutenção das vidas e identidades dos povos indígenas dessa região que, muito além dos aspectos básicos de sobrevivência, encontram nessas águas o lugar de suas histórias, memórias e identidades.

A paisagem fluvial do São Francisco é marcada pelas lutas do seu povo, que bravamente resiste e luta pelas suas Terras, incansavelmente, até o presente.

3.3 TUPIS E NÃO TUPIS NO SERTÃO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O termo Tupi foi utilizado pelos colonizadores europeus para se referir aos povos indígenas que ocupavam a costa brasileira durante o período de contato, os quais também eram falantes da língua Tupi.

Tupi e Tapuia, como afirma Francisco Noelli (1996), originou-se sob domínio espanhol, em meados do século XVI, designava de forma genérica para contrapor-se ao termo guarani, reforçando a diferenciação entre os modelos de colonização portuguesa e espanhola.

Os documentos também indicam que estas denominações foram, no mesmo período e contexto, aplicadas para denominar as línguas faladas por estes grupos. No Paragua, já se usava de forma generalizada a designação de *língua Tupi em contraposição ao Guarani*. No período inicial da colonização europeia, *os limites entre as possessões espanholas e portuguesas do sul e sudeste eram uma linha muito vaga, flutuante, representada pelos extremos confinantes entre Tupís e Guaranís* (EDELWEISS, 1947: 57 *apud* CORRÊA, p. 29. 2014).

Outras origens para a denominação do termo Tupi surgem na medida que as pesquisas se aprofundam pela etnografia brasileira; Pompa (2003), citado por Jóina Borges (2010), enfatiza que o termo Tapuia é um conceito móvel; tendo sido, por exemplo, descrito pelo cronista Gabriel Soares de Sousa, no século XVI, como gente mais branda na costa norte brasileira e como praga na Bahia. “Em termos gerais, essas oposições foram utilizadas com uma implicação muito útil aos colonizadores: o Tupi, índio colonial, potencial vassalo, possuía uma antítese, o tapuia, inimigo e obstáculo na efetivação da colonização” (BORGES, 2010, p. 65).

Às vezes, a diferenciação do termo, como já relatado anteriormente, foi utilizada pelos primeiros cronistas coloniais para designar geograficamente e culturalmente esses povos entre os habitantes do litoral Tupi e o sertão dos Tapuias. Mas o termo Tapuia sempre esteve atrelado a uma expressão pejorativa dos índios do sertão adentro. “A zona litorânea, ocupada pelos tupis,

em que os portugueses ‘andavam como caranguejos’; e o sertão, ambiente hostil a ser conquistado, infestado’ por íncolas ‘selvagens’, como aparece descrito em alguns documentos” (BORGES, 2010, p.65).

As pesquisas arqueológicas, até o momento, permitem apontar o estado de Pernambuco como o limite mais ao sul para a presença dos Tupi-Guarani do Nordeste.

Em contrapartida aos estudos arqueológicos até então realizados, que apontam, através de estudos de coleções cerâmicas e sítio arqueológicos, as rotas de expansão dos povos Tupis no sertão do estado de Pernambuco, existe uma vasta documentação histórica deste período que não menciona a presença dos Tupis nessa região do estado durante o período de contato/colonização.

O arqueólogo Ângelo Corrêa (2014, p.259) afirma não ser “claro se as populações responsáveis por conjuntos cerâmicos Tupis, identificados em sítios arqueológicos, perduraram no interior do Nordeste até a chegada dos europeus”, colaborando enfaticamente para a incerteza da temporalidade e da permanência do povo Tupi no sertão. Trata-se de uma ocupação Tupi pré-colonial ou também durante o período pós-contato.

Os registros históricos associados às atividades missioneiras, a exemplo, os relatos do missioneiro Frei Martinho de Nantes (1706), atribuem as ocupações indígenas do sertão do estado de Pernambuco ao povo Kariri, durante o início das atividades religiosas, na região do médio São Francisco. Entretanto, a presença de artefatos arqueológicos, com atributos técnicos identificados como sendo de origem Tupi, às vezes, confronta as informações históricas de cronistas e missioneiros.

De acordo com John Manuel Monteiro (2005), a pluralidade de povos nos assentamentos religiosos do Brasil também serviu para sintetizar a diversidade cultural encontrada pelos europeus do século XVI, resultando em um caótico registro histórico documental dos povos indígenas, implicando até o presente em informações contraditórias.

Quanto à expansão dos Tupinambás, com presença no sertão de Pernambuco, a historiadora Jóina Borges (2010) reafirma a necessidade do aprofundamento das pesquisas arqueológicas para que os dados até o presente levantados, bem como as rotas de migração desses povos para a região Nordeste, possam ser, de forma mais segura, investigados através da união de múltiplas fontes de pesquisa.

Neste cenário, a possível ocupação Tupi pré-colonial, identificada através dos sítios arqueológicos e artefatos cerâmicos, na região do médio São Francisco, torna-se um importante aditivo à hipótese de uma expansão Tupi por regiões do interior do Brasil e estão com data anterior à chegada dos colonizadores.

Diante da necessidade do aprofundamento das investigações arqueológicas, tal como das contribuições levantadas até o presente por outras pesquisas realizadas, não parece coerente desprezar as informações históricas sobre os indígenas pré-coloniais, “pelo motivo da falta de precisão das fontes, pois, como qualquer fonte, em história ou em arqueologia, as crônicas e documentos coloniais requerem análises críticas e comparação de dados” (BORGES, 2010, p.53).

As novas pesquisas que se debruçarem sobre esses povos no sertão do Nordeste precisam reconhecer a possibilidade constante do contato entre os diversos povos que habitaram a região e suas trocas de saberes, não se limitando a tentar encaixar os artefatos em tradições pré-estabelecidas por pesquisas anteriores, mas expandindo-as diante das novas perspectivas apresentadas, “demonstrado que os contatos interétnicos, [...], devem ser analisados como possibilidades recorrentes, pertencentes ao amplo quadro ainda tão desconhecido do período pré-colombiano” (BORGES, 2010, p.60).

Tentar buscar entender os processos de ocupações do litoral e dos sertões do Brasil, cercado sempre de contradições e informações esparsas são uma tarefa complexa, mas o diálogo entre diferentes áreas de conhecimento segue sendo uma alternativa viável e necessária na compreensão das trajetórias percorridas pelos originários do Brasil.

3.4 A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA NO MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO

A ciência arqueológica desenvolvida desde a década de 80, na região do médio Rio São Francisco e, especificamente, no sertão de Pernambuco, traz dados importantes sobre os povos originários dessas terras.

Associados a outros vestígios arqueológicos, os artefatos cerâmicos, identificados e coletados em sítios arqueológicos dessa região, são imbuídos de valores culturais que permitem inferir interpretações acerca dos processos de confecção, uso, desuso e descarte desses objetos através dos diferentes períodos o qual estão inseridos.

Por demandas específicas da presente pesquisa faz-se necessário adentrar no universo das tradições arqueológicas para classificação de conjuntos cerâmicos, identificados no médio Rio São Francisco, de forma recorrente, para que possamos contextualizar, bem como compreender os artefatos cerâmicos, identificados na Ilha de Piraçú, em Orocó.

Neste estudo já foram demonstradas as diversas etnias dos povos indígenas existentes nas margens e ilhas do Rio São Francisco desde o período pré-colonial. A produção cerâmica também se torna produto dessa diversidade. Cerâmicas associadas aos povos Tupis foram amplamente catalogadas nessa região e em uma significativa menor proporção, artefatos cerâmicos também foram arqueologicamente compreendidos como pertencentes aos povos Kariri do sertão do Nordeste.

Buscaremos caracterizar, através dos atributos técnicos arqueologicamente definidos, o que seja uma cerâmica associada aos povos Tupis e o que vem a ser uma cerâmica associada aos povos Kariri, por meio das pesquisas arqueológicas até o presente realizadas na região estudada.

Por se tratar de conjuntos cerâmicos em que as possibilidades interpretativas e classificatórias caminham pelas tradições **Tupi**, **Aratu** e pela fase/tradição cerâmica "**Cabrobó**", daremos ênfase a essas três tradições

arqueológicas, pois elas direcionaram as discussões sobre a cerâmica arqueológica de Piraçú.

A cerâmica Tupi:

No início das pesquisas arqueológicas no Brasil, coordenadas pelo PRONAPA¹⁸, classificaram-se algumas coleções cerâmicas como pertencentes aos povos falantes do tronco Tupi. Para classificar mais amplamente, eram sobretudo as cerâmicas identificadas na costa litorânea do país, uma área fortemente ocupada por esses povos. Nesta perspectiva, um número expressivo de pesquisas arqueológicas se voltaram para buscar compreender a origem, migração e expansão desses povos, resultando em um vasto acervo arqueológico que possibilitou classificar de forma segura os principais aspectos da cerâmica Tupi.

Pesquisas, como as realizadas por José Proença Brochado entre os anos de 1973 - 1984, propõe um modelo de origem e dispersão dos Tupis, com fortes diálogos com os contextos arqueológicos, que ajudam a definir e classificar as tradições e subtradições ceramistas, associadas a esses povos, baseados na distribuição geográfica, relações genéticas entre troncos, línguas e cronologias da recorrência das cerâmicas nos sítios arqueológicos.

O arqueólogo Ângelo Corrêa (2014), com base em um vasto levantamento de dados que resultou na sua tese de doutoramento, afirma que há, pelo menos, três grandes conjuntos de cerâmicas que remetem a diferentes troncos Tupi, que são: Cerâmica Guarani, Cerâmica Tupinambá e Cerâmicas Tupi do Norte assim classificadas:

Cerâmica Guarani: espalhadas pelo sul do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e, provavelmente, Bolívia. Apresenta recorrentemente acabamento de superfície plástico, diferente do alisamento, seja corrugado, ungulado, escovado dentre muitos outros, o acabamento cromático é representado por pintura de linhas pretas e vermelhas sobre fundo claro. As formas mais recorrentes são vasilhas de contorno composto, carenadas, com pescoço e ombro bem

¹⁸ Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, 1960.

marcados, perímetro da boca circular, bordas extrovertidas, carenadas, reforçadas externamente e bases arredondadas ou cônicas.

Cerâmica Tupinambá: espalhadas pelo litoral desde São Luís do Maranhão até a Baía de Paranaguá no Paraná, mas com ampla ocorrência no interior dos estados com litoral e ainda nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e provavelmente Mato Grosso. Apresenta recorrentemente acabamento de superfície plástico diferente do alisamento, seja corrugado, ungulado, escovado, entalhado na borda, acanalado dentre muitos outros, o acabamento cromático representado por pintura de linhas pretas e vermelhas e pontos pretos sobre fundo claro. Ressalta-se que a popularidade dos acabamentos plásticos reduz sensivelmente na região Nordeste [...].

Cerâmicas Tupi do Norte (Politético): com cerâmicas espalhadas por uma ampla área preponderantemente a norte do paralelo 15°, identificados nos estados de Pernambuco Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Rondônia, Tocantins e Goiás.

Apresenta como acabamento de superfície, preponderantemente, o alisamento; em segundo lugar de popularidade, o acabamento cromático, representado por pintura de linhas pretas e vermelhas sobre fundo claro engobado ou diretamente sobre a superfície alisada sem engobo, além disso, há uma tendência para linhas mais grossas e, frequentemente, preenchimento em preto de triângulos, retângulos ou faixas vermelhas no campo principal da pintura. O acabamento plástico, muito raro e pouco diversificado, fica por conta de corrugado, linhas incisivas geométricas, ungulado e entalhado na borda. (CORRÊA, 2014, p. 59).

Geograficamente e de acordo com Corrêa, (2014), há recorrências no estado de Pernambuco das tradições ceramistas Tupinambá e Tupi do Norte.

Com relação aos sítios Tupi, registrados no estado de Pernambuco, a arqueóloga Gabriela Martin (2013) caracteriza as cerâmicas identificadas, sobretudo, no litoral, como pertencente à tradição Tupi-guarani e à sub-tradição pintada, também conhecida como policrômica, caracterizando-as como:

[...] Apresenta desenhos nas cores branca, vermelha, preta e cinza. Os desenhos são complexos, geométricos ou abstratos, formando gregas e cenefas com fino acabamento, aplicados no interior, no exterior ou em ambos os lados do vasilhame. A cerâmica sem decoração é igual à pintada na feitura e nas formas, porém apenas lhe foi aplicada decoração na superfície. Em certos sítios, uma cerâmica de elaboração mais grosseira acompanhada os vasilhames pintados. Tratamento escovado de superfície também aparece, sendo o corrugado, mais comuns nas regiões interioranas (MARTIN, 2013, p. 193).

A seguir, apresentamos alguns exemplares de vasilhas cerâmicas Tupi, identificadas em pesquisas realizadas no estado de Pernambuco nos estudos de Martin, (2013);

Pode-se observar no quadro e na figura abaixo, elaborado pela arqueóloga Gabriela Martin (2013), segundo os dados obtidos dos trabalhos dos arqueólogos Marcos Albuquerque e Velda Lucena (1984), uma disposição das ocupações Tupi-guarani no estado de Pernambuco, em uma correlação as fases da cerâmica arqueológica, os tratamentos de superfícies das vasilhas, as zonas fisiográficas, os tipos de ocupações e cronologia alcançadas para algumas dessas fases.

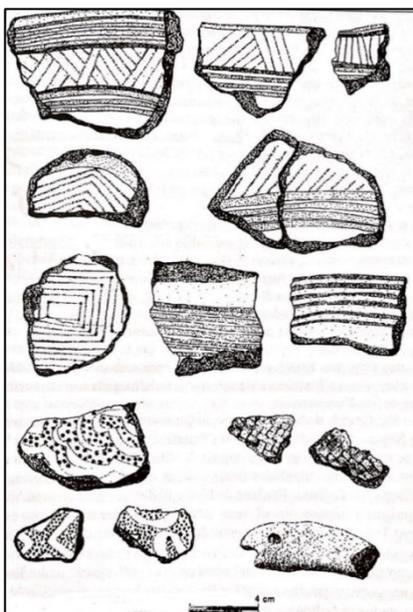


Figura 20 - Cerâmica da tradição Tupi-guarani, sub-tradição Pintada; a, b, c,) Via da Flôr, RN; d) Beberibe, Recife, PE (MARTIN, 2013, p. 194).

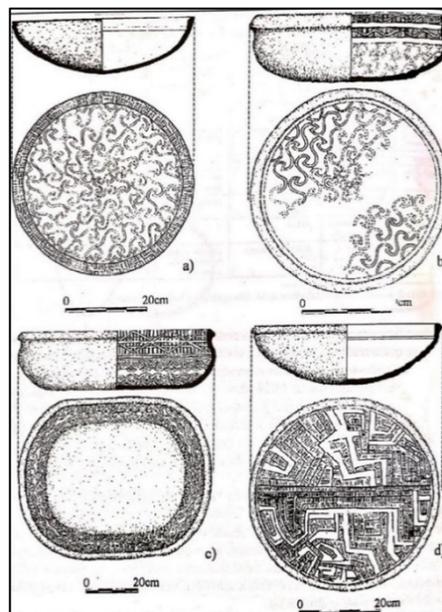


Figura 21 - Sítio Sinal Verde, São Lourenço da Mata, PE (S. Luna, 1991). Cerâmica da tradição Tupi-guarani, Sub-tradição Pintada. Aplique de cerâmica em forma de cabeça de quelônio (MARTIN, 2013, p. 199).

Quadro 1 - Ocupação Tupi-guarani no Estado de Pernambuco, Fonte: Martin, 2013.

Fases	Zonas fisiográficas	Tipo de ocupação	Tratamento de superfície dos vasilhames	Recursos	Cronologia
Tejucupapo	Litoral, Mangue, Ilhas	Habitação única (Ocupação sazonal)	Pintada	Crustáceos, moluscos, pesca, mandioca	
Itapacurá	Restinga	Aldeias	Pintada	Mandioca, pesca	1290-1590 A.P.
Cangasa	Zona da Mata	Aldeia semi-circular	Pintada plástica	Mandioca	
Capibaribe	Zona da Mata	Aldeia	Sem decoração ou pouco decorada	Mandioca	220 A.P.
Croatá	Áreas de brejo no semiárido	Aldeia amplas circulares	Pintada e plástica	Mandioca	
Triunfo	Brejo de Altura no Semiárido	Aldeia	?	Milho (?)	1440 A.P.
Araripe	Semiárido	Aldeias circulares	Pintada, ungulada, borda talhada, ponteada	Mandioca (grãos?)	1610 A.P.

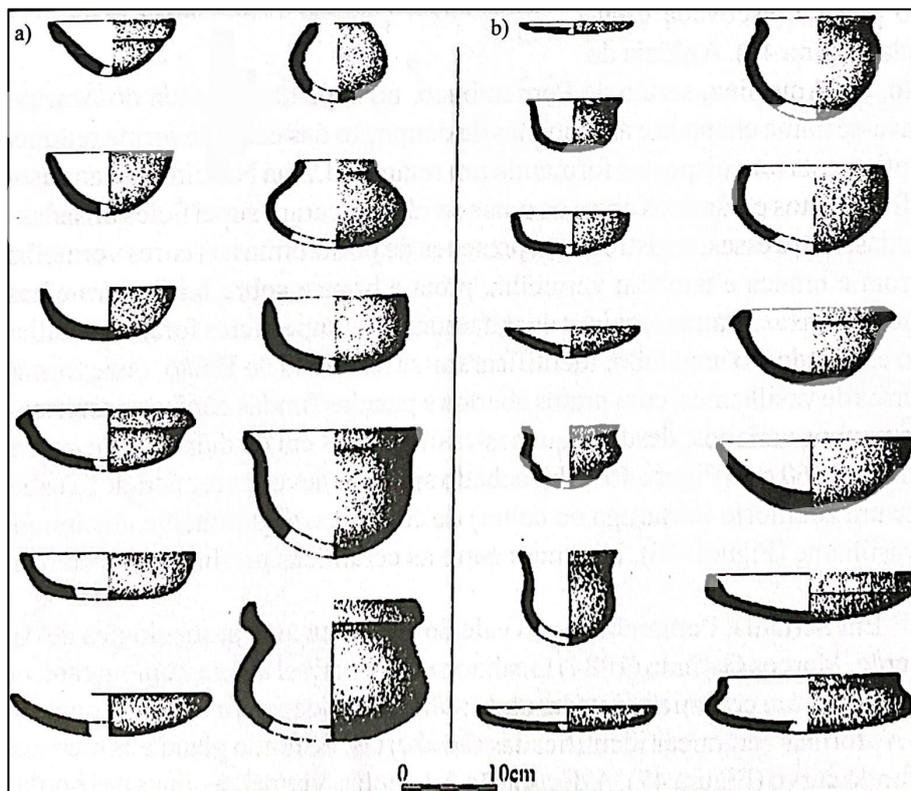


Figura 22 - Formas de cerâmicas da tradição Tupi-guarani de duas aldeias de Pernambuco; a) Aldeia do baião, Araripina, PE; (A. Nascimento, 1991); b) Aldeia Sinal Verde, São Lorenô da Mata, PE (S. Luna, 1991). Fonte: Martin, 2013.

A cerâmica Aratu:

Para a arqueóloga Gabriela Martin (2013), “quanto à cronologia da tradição Aratu no Nordeste, as datas obtidas, situam-se entre 1.000 e 1.500 A.D. na Bahia, em aldeias anteriores às ocupações do Tupi-guarani que devem tê-los expulsado do litoral antes da conquista portuguesa”, (MARTIN, 2013, p.207).

Para Brochado (1984), algumas dessas discussões há muito já permeavam suas interpretações acerca das cerâmicas arqueológicas identificadas na região Nordeste, sobretudo, as caracterizadas como cerâmicas pertencentes à tradição Aratu, a qual, para Brochado, tinha sua origem em tempos pré-históricos tardios que as cerâmicas Tupinambá, que tiveram contato, posteriormente, na zona litorânea;

Sabemos o suficiente sobre a cerâmica tupinambá para desconsiderar a possibilidade de os produtos da subtradição de Aratú serem

Tupinambás. Ao lado dos Tupinambás, que foram os últimos a chegar, os Cariris são os que ocuparam a maior área contínua do Nordeste do Brasil, e eles e outros "Tapuya" (Lowie 1946a: 553-556) também eram conhecidos por ocuparem a costa antes de ser empurrados para o interior pelo Tupinambá. A distribuição da cerâmica da Subtradição de Aratú, a leste do São Francisco, na Bahia e nos estados vizinhos ao norte desse rio, coincide geralmente com a área ocupada pelos Shucuru, cujas mercadorias se diz corresponderem estreitamente à moderna cerâmica do Cariri. (Lowie 1946a: 558). A cerâmica moderna do Cariri teve sua base modelada a partir de um pedaço de argila e sua parte superior foi enrolada e ondulada da mesma maneira que os vasos das fases posteriores da Subtradição de Aratú, como Itanhem, no litoral (BROCHADO, 1984).

Para Brochado (1984), diante da vida totalmente agrícola dos Kariri, é fácil atribuir a eles os grandes vasos da subtradição Aratu. No meio do Rio São Francisco, a “cerâmica da subtradição de Aratu foi aparentemente adotada pelos Kariri, talvez por outros grupos relacionados que estavam migrando, ao mesmo tempo e na mesma direção, ou que foram empurrados para o leste pelos grupos migrantes de Gê” (BROCHADO, 1984).

Gabriela Martin (2013) compreende como características básicas da cerâmica Aratu identificadas no Nordeste os portadores dos seguintes atributos técnicos:

Cerâmica roletada, sem decoração, com superfícies alisadas ou engobo de grafite; em alguns tipos, aparece decoração corrugada-ondulada na borda; Urnas funerárias piriformes, com e sem tampa, de 70-75cm de altura; tigelas menores empregadas como opérculo para cobrir os vasilhames funerários; Panelas semi-esféricas de bordas onduladas; Enterramentos primários em urna, fora das aldeias; Ausência de assadores e de vasilhames planos; Cachimbos tubulares ou na forma funil (MARTIN, 2013, p.207).

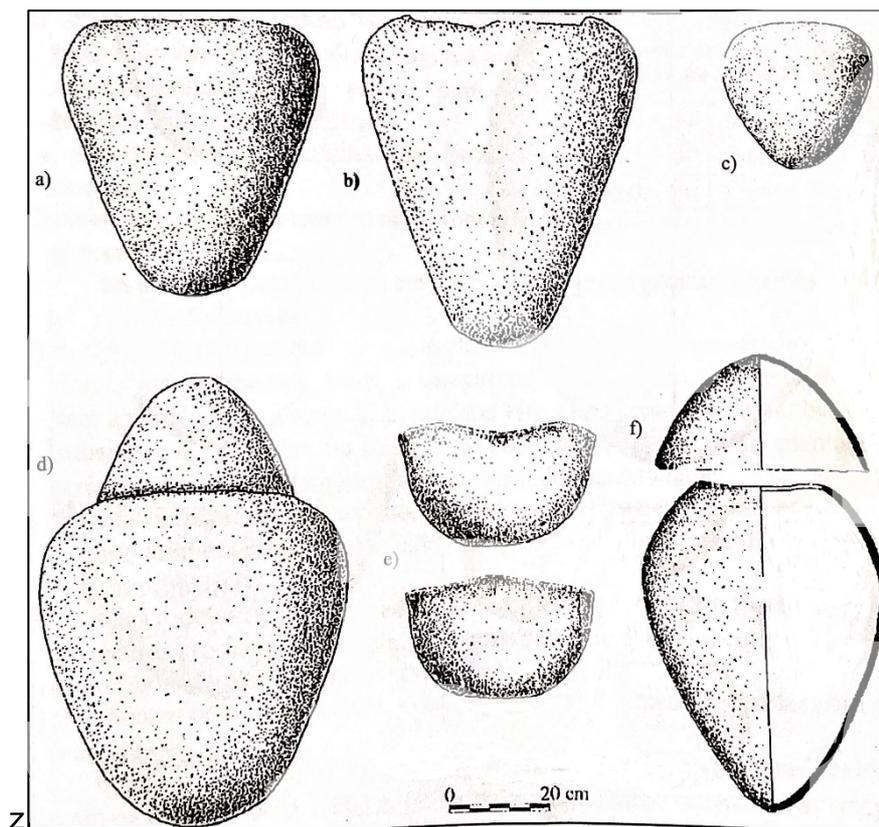


Figura 23 - Cerâmica da tradição Aratu; a, b, c, d, e) urnas e vaso imitando uma cabaça, recôncavo baiano (V. Calderón, 1969, 1971); f) urna funerária de Palmeira dos Índios, AL. (MARTIN, 2013, p. 205).

Quanto às características dos assentamentos onde se identificou cerâmicas arqueológicas da tradição Aratu, Brochado (1984) afirma que:

Um padrão característico de assentamento de Gê é aquele formado por uma grande vila central e pequenos acampamentos sazonais. Esse padrão é replicado nos locais das aldeias da Subtradição de Aratú, pelo menos na Bahia (Aratú), Minas Gerais (Sapucai, Jaraguá e Itaci) e Goiás (Mossamedes). A distribuição de fragmentos de superfície nesses locais sugere um plano de vila de até 9 casas grandes, dispostas em círculo em torno de uma praça central. Outra característica de Gê replicada na Subtradição de Aratú é a existência de grandes áreas dentro de "ilhas" de florestas úmidas, com áreas menores dentro das matas ciliares ao longo de cursos de água que atravessam o Cerrado (BROCHADO, 1984).

As cerâmicas da tradição arqueológica Aratu, foram por vezes associadas aos povos Macro-Jê, como afirma Jonas Gregório de Souza (2015), no artigo intitulado “The Ever-Changing Material Civilization Of The Macro-Jê”;

The Aratu-Sapucaí Tradition has dates that reach colonial times, a territorial extension that coincides with that of many Macro-Jê tribes, and settlements with a circular layout in all identical to the ethnographic ring villages (Robrahn-González, 1996:91-92; Oliveira & Viana, 1999-2000; Prous, 1992:350-35; Brochado, 1984; Wüst and Barreto, 1999). We are left to wonder who else might have produced these ceramics if not the ancestors of the Macro-Jê groups (SOUZA, 2015).

As cerâmicas arqueológicas identificadas na região Nordeste foram classificadas como sendo pertencentes à tradição Aratu, como é o caso do sítio Pedra do Caboclo em Bom Jesus – PE e alguns artefatos cerâmicos identificados durante as pesquisas arqueológicas na região de Xingó no estado de Sergipe, que, através dos atributos técnicos e da organização espacial dos assentamentos, foram classificadas como pertencentes à tradição Aratu.

A cerâmica “Cabrobó”:

Jacionira Silva (2003) aponta um universo de vestígios arqueológicos, anteriormente identificados nessa região do sertão do Nordeste, que nos permite trilhar alguns passos desse universo interpretativo através do diálogo com outras pesquisas arqueológicas. Jacionira aponta que:

Na pré-história do Nordeste, duas tradições cerâmicas foram identificadas, a Aratu e a Tupi-guarani, possuindo umas diversas fases. Em torno da tradição Tupiguarani, desenvolveram-se os primeiros estudos de cerâmica em Pernambuco, empreendidos por M. Albuquerque, nos últimos tempos tendo por objetivo determinar a organização interna das aldeias (1991a,b). No sudeste do Piauí, sem atribuir-lhes qualquer filiação cultural, Maranca (1991) estudou as urnas funerárias da área de São Raimundo Nonato, desde os anos setenta, classificando-as apenas quanto à morfologia. No médio São Francisco, Calderón (1969;1967). Identificou a Tradição Aratu, com as fases “Cabrobó” e Curaçá. A posição dos pesquisadores nos últimos tempos, contudo, tem sido a de se absterem de filiar os artefatos cerâmicos a uma ou outra dessas tradições, enquanto um número

considerável deles não tiver sido bem estudado (MARTIN 1999:193) e definida a relação cerâmica –agricultura (OLIVEIRA 2001 apud SILVA, p. 267. 2003).

De acordo com Jacionira Silva (2003), Valentin Calderón (1967), identificou na região do médio São Francisco a Tradição Aratu, com as fases “Cabrobó” e Curaçá.

Quanto à cerâmica da fase Cabrobó identificada nas ilhas do médio Rio São Francisco, associadas a sítios cemitérios, Valentin Calderón, (1967), afirma:

Ao longo do Rio São Francisco, embora os sítios-cemitérios sejam relativamente frequentes, pouco têm sido os de habitação até agora localizados. Não obstante, os resultados dos trabalhos de campo realizados na área do rio compreendida entre Casa Nova e Belém, permitiram identificar a fase “Cabrobó”, representada por um sítio relativamente grande e outro pequeno, cujo ecologia é tão inóspita e desprovida de plantas comestíveis ou qualquer outro recurso natural, que dificilmente poderia alimentar por algum tempo grupos humanos. Os cemitérios até agora descobertos nas ilhas ou nas proximidades da margem do rio caracterizam-se por enterramentos secundários em urnas globulares ou periformes, cobertas com vasos ou pedaços de outros, não faltando também alguns compostos de diversos pedaços grandes de urnas quebradas formando um invólucro funerário. A decoração destas urnas oferece variadas técnicas, sendo as principais a acanelada, corrugada e espatulada, com bordas diretas e lábios arredondados. No estado atual da pesquisa, parece que a decoração acanelada está sempre associada a vasos próximos à forma globular cuja pasta foi temperada com mica e areia, enquanto a corrugada e espatulada a vasos periformes. Junto com essas urnas aparecem outros tipos de cerâmicas com paredes finas e superfícies polidas. A cerâmica desta fase apresenta características de impressionante uniformidade, tanto no aspecto como no tempero. Dois tipos de cerâmica simples foram identificados: o tipo Assunção Simples, temperado com areia fina. Um terceiro bastante mal representado no sítio-habitação, embora muito abundante nos cemitérios, é o denominado Orocó Simples, temperado com partículas de mica e areia. A decoração é plástica e suas principais técnicas são a corrugada, ungulado e acanelada feita com os dedos. Os vasos são tigelas e panelas, globulares com bordas simples introvertidas, diretas ou extrovertidas e lábios apontados ou arredondados. O método de manufatura utilizado foi o acordelado. As paredes apresentam-se quase sempre alisadas. Os vasos oferecem pouca variedade de formas e sua principal característica é a ausência total de decoração pintada. Em sítios como os da Fase “Cabrobó”, onde o solo está materialmente coberto de seixos rolados e fragmentos de quartzo e outras rochas cristalinas, os indígenas não tinham dificuldades em conseguir artefatos cortantes partir de formas pré-existentes nas quais poucas modificações eram feitas (CALDERÓN, 1967, p. 110-111).

Em sua obra é demonstrada, por meio das figuras abaixo, exemplares de urnas escovadas e corrugadas da tradição Cabrobó



Figura 24 - Urna funerária da fase "Cabrobó". Urna escovada. (Fonte: CALDERÓN, 1967).

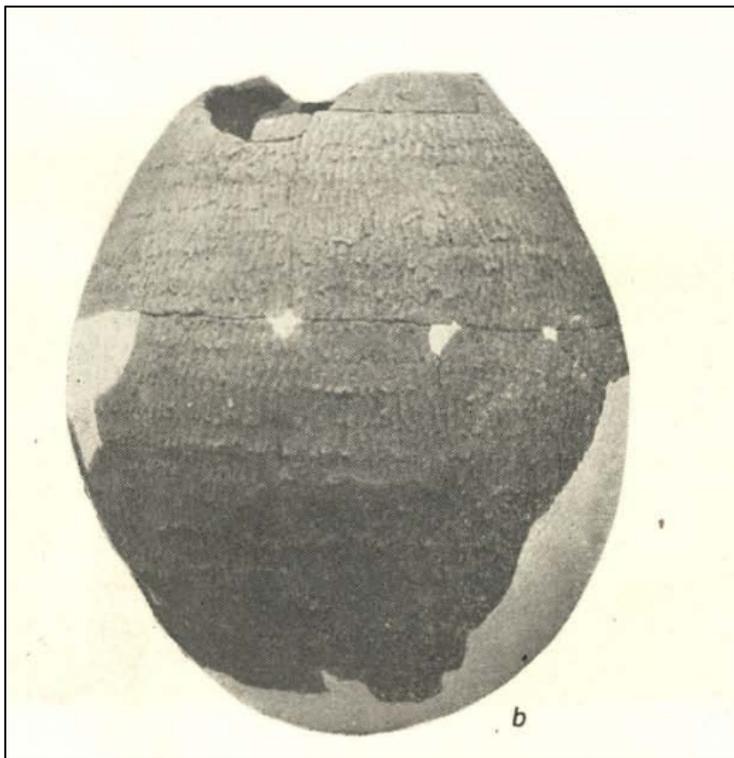


Figura 25 - Urna funerária da fase “Cabrobó”. Urna corrugada. (Fonte: CALDERÓN, 1967).

Quanto à fase Curaçá assim denominada provisoriamente, Calderón afirma:

Outros cemitérios da região sanfranciscana pertencem à fase que provisoriamente, denominamos de Curaçá, com ritos de inumação bem característicos demonstrados pela escavação de dois sítios. Portadores de cerâmica pouco adiantada, praticavam enterramentos em covas rasas, onde o cadáver era depositado em posição fetal, com oferendas em formas de tigelas de confecção grosseira, cuja pasta foi temperada com grande quantidade de areia grossa, ou em posição acocorada em cova circular, com a cabeça protegida por um ou vários vasos, não faltando também, em alguns, oferendas de pequenas tigelas, cachimbos de cerâmica em forma de peixes e tembetás de amazonita (CALDERÓN, 1967, p, 112).

Nas imagens abaixo, observam-se os enterramentos *in situ* identificados por Calderón na região de Curaçá – BA,



Figura 26 - Enterramentos da fase Curaçá. Vista geral de três enterramentos. (Fonte: CALDERÓN, 1967).



Figura 27 - Enterramento da fase Curaçá com cerâmica associada. (Fonte: CALDERÓN, 1967).

Ao buscar aprofundar as pesquisas historiográficas em relação aos dados existentes sobre a fase Cabrobó a qual foi situada na região do médio Rio São Francisco, onde está também localizada a ilha de Piraçú, encontramos no

manual intitulado Índices de fases arqueológicas brasileiras 1950-1971 de Mário F. Simões (1972) os seguintes dados:

Fase cerâmica **Tradição Tupi-guarani** Subtradição Corrugada
Localização geográfica: Ilhas e margens do Rio São Francisco, desde Boa Vista até Itacuruba. Estado de Pernambuco. Referência Original: Calderón, Valentin, 1967: 110-111 (Notas Preliminares sobre as sequências arqueológicas do médio São Francisco e da Chapada Diamantina, Estado da Bahia. In Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados Preliminares ano. 1965-1966. Publ. Avulsas Mus. Pa. Emílio Goeldi, Belém (SIMÕES, 1972, p.19).

É de grande relevância ressaltar que, apesar de Jacionira Silva (2003), atribuir à cerâmica Cabrobó como fase da tradição ceramista Aratu, não há indicação dessa filiação cultural feita por Valentin Calderón (1967), quando anuncia cientificamente a existência dessa cerâmica no médio Rio São Francisco.

No artigo intitulado: Nota prévia, sobre arqueologia das regiões centrais e sudoeste do estado da Bahia (1969), Calderón relata que os contextos de pesquisa na Bahia:

Leva-nos a pensar na existência de duas correntes de tradição tupi-guarani procedentes do interior e anteriores às migrações históricas paralelas à costa, presenciadas pelos primeiros colonizadores. A mais antiga deve pertencer à fase Cabrobó, [...]. A outra, mais recente, bifurcou-se, provavelmente, nas proximidades das cabeceiras do Rio São Francisco, dando origem à fase Coribe, que até agora não foi encontrada nos planaltos centrais da Bahia (CALDERÓN, 1969, p. 145).

Neste artigo, ainda como notas prévias, Calderón sugere que a fase Cabrobó seja mais antiga que a Coribe, e que ambas pertençam à tradição Tupi-guarani, que teriam se bifurcado nas proximidades das cabeceiras do Rio São Francisco.

Gabriela Martin (2013) afirma ter escavado sítios arqueológicos no sertão de Pernambuco e associa o material cerâmico identificado com a fase Cabrobó. Em seu estudo, a mesma apenas insere a classificação dessa cerâmica dentro de uma categoria por ela intitulada como “cerâmicas regionais do Nordeste”, ao tempo em que afirma a fragilidade dessas filiações;

Numerosos sítios de ceramistas pré-históricos no Nordeste estão precisando de estudos metodológicos para que se tente identificar os grupos étnicos autores dos conjuntos cerâmicos aos quais se tem dado genericamente, o nome de fases. Ao não se poder filiá-los tradições como a Aratu e a Tupi-guarani, um número considerável de coleções cerâmicas, produto de sondagens e de coletas de superfície, supostas “fases” acabaram não representando grupos humanos ou culturas relacionadas a outros elementos do registro arqueológico e dentro de um contexto ecológico. Assim, sem uma revisão metodológica, são apenas fragmentos de cerâmicas, aos quais se chamou de “fases” como se poderia haver chamados de “coleções” ou “conjuntos”, já que não representam uma sequência cultural e cronológica (MARTIN, 2013, p.209).

Para explicar essas contradições da compreensão da produção cerâmica no sertão do São Francisco, a arqueóloga Gabriela Martin (2013) traz uma contribuição para a compreensão desses artefatos que ela caracteriza como cerâmicas regionais e ao que o arqueólogo Valentin Calderón classificou como cerâmica da fase Cabrobó. Quanto a essa afirmação, Gabriela Martin caracteriza a cerâmica Cabrobó como sendo;

Calderón chamou de ‘*Cerâmica “Cabrobó”*’ uma cerâmica de formas simples, globulares e ovóides com superfícies escovadas ou alisadas e também acaneladas, espatuladas e corrugadas, com bordas diretas. O aditivo ou antiplástico é de areia fina e grossa. Está representada por urnas funerárias usadas em enterramentos secundários e tigelas e panelas também globulares. A decoração é sempre plástica, com total ausência de pintura. Trata-se de cerâmica coletada no Vale do São Francisco, em cemitérios indígenas situados no município de “Cabrobó” (PE) na Ilha de Assunção que pertence a esse mesmo município. Esse tipo de cerâmica aparece, segundo as pesquisas de Calderón, desde Casa Nova (BA) até Belém de São Francisco (PE). São, principalmente, urnas funerárias isoladas ou em grupos de dois com enterramentos secundários de incineração (MARTIN, 2013, p.213-214).

Ainda sobre a identificação da Cerâmica Cabrobó em outros sítios do médio São Francisco, Gabriela Martin afirma:

Encontrei esse mesmo tipo de urnas rio abaixo, nas ilhas de Zorobabel, Itacuruba e da Viúva, formando parte de rituais de incineração. Pratos abertos e fundo curvo com engobo vermelho estavam associados a essa cerâmica e devem ter servido como tampo das urnas ou para as oferendas funerárias. Essa cerâmica “Cabrobó” corresponde às aldeias de agricultores estabelecidos nas férteis ilhas do médio São Francisco e que entraram em contato com missioneiros jesuítas e franciscanos a partir do século XVII, ao estabelecerem as missões religiosas nessas ilhas. Serão também expulsos das suas terras pelos prepostos da Casa da Torre e pelo implacável avanço das fazendas de gado no vale sanfranciscano. Não temos condições de conhecer a estrutura dessas aldeias nas ilhas pois, intensamente cultivadas com plantações de milho, arroz e hortigranjeiros, foram destruídas suas principais evidências, mas era possível ainda detectar-se, antes da inundação pelo lago de Itaparica, grande quantidade de fragmentos de cerâmica espalhados pelos campos cultivados. A aldeia de Zorobabel esteve situada numa plataforma elevada no centro da ilha, e as urnas funerárias situavam-se na borda da aldeia, algumas enterradas em covas de cinzas. À jusante da cachoeira da Itaparica desaparece a cultura “Cabrobó”, ao menos pelos conhecimentos que, até agora, temos. Na Gruta do Padre, a qual tenho me referido repetidamente, coletei uma pequena urna piriforme de 13cm de altura e 21 de diâmetro e fragmentos de uma outra nas camadas de ocupação funerária do abrigo que, pela sua posição na estratigrafia, pode-se calcular com cronologia de 2000 anos PB, ou seja, muito anterior à cerâmica “Cabrobó”, cujo uso chega ao período colonial (MARTIN, 2013, p.214).

A arqueóloga relata a ocorrência dessas cerâmicas nas ilhas de Zorobabel, Itacuruba e da Viúva, na região do médio São Francisco, “correspondendo às aldeias de agricultores estabelecidos nas férteis ilhas do São Francisco e que entraram em contato com os missioneiros Jesuítas e Franciscanos a partir do século XVII” (MARTIN, 2013, p. 214). Essas ilhas compõem, junto ao arquipélago de Orocó, incluindo também a ilha de Piraçú importantes rotas de expansão e ocupação das populações indígenas da região do médio São Francisco.

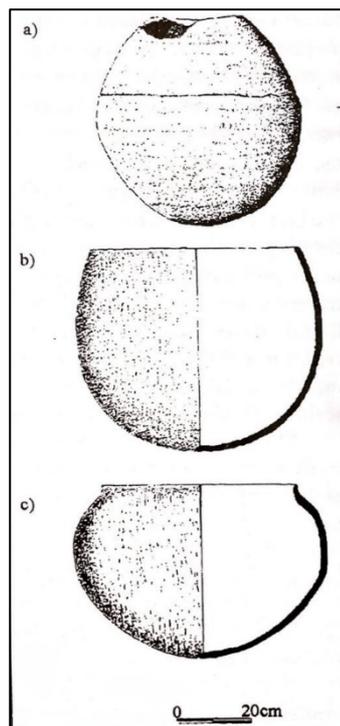


Figura 29 - Urna funerária da Gruta do Padre, Petrolândia, PE. (MARTIN, 2013, p. 212).

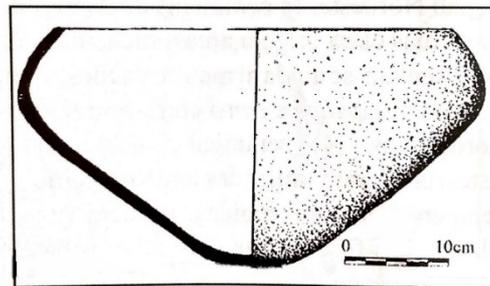
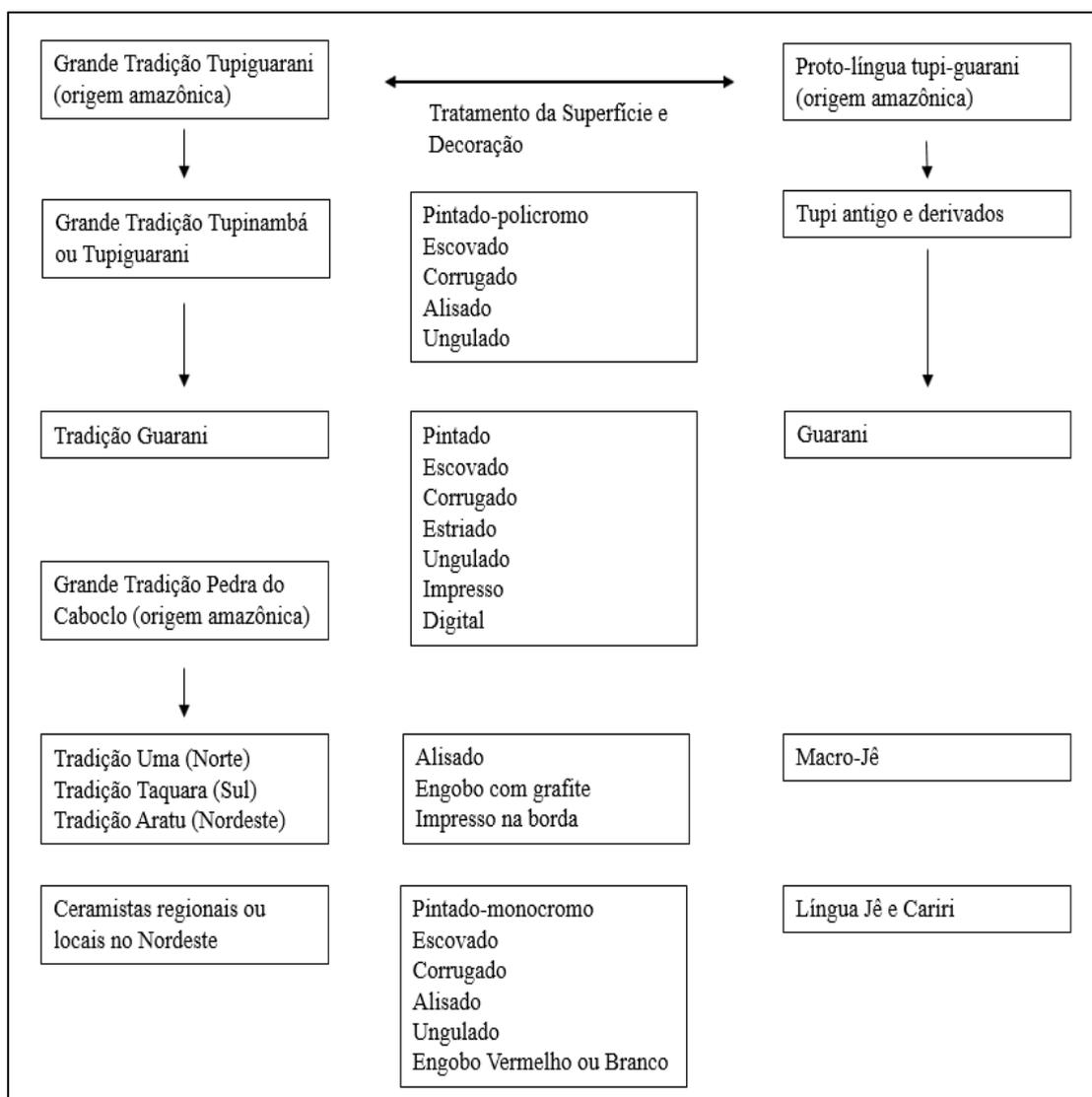


Figura 28 - Cerâmica “Cabrobó”, PE (V. Calderón, 1967); a) Urna Funerária de “Cabrobó”, PE (V. Calderón, 1967, b, c) urnas funerárias de Zorobabel de Itacuruba, PE (MARTIN, 2013, p. 211).

Gabriela Martin (2013) apresenta ainda um quadro com as possíveis relações entre as tradições ceramistas e os troncos linguísticos para essa região do Nordeste:



Quadro 2 – Possíveis relações entre as tradições ceramistas e os troncos linguísticos de acordo com Gabriela Martin (2013, p. 190).

Dentro desse quadro, há uma caracterização para o que foi classificado como ceramistas regionais ou locais no Nordeste, tratando-se de cerâmicas com características: pintada-monocromada, escovada, corrugado, alisado, unguado, engobo vermelho ou branco, as quais são atribuídas aos povos de língua Jê e Kariri.

As características acima citadas coincidem com as identificadas nos artefatos cerâmicos coletados no sítio arqueológico de Piraçú, havendo as mesmas características das cerâmicas regionais apresentadas por Martin, (2013), pois tratam-se de cerâmicas alisadas, com decoração plástica

corrugada, com bordas diretas, lábios planos ou arredondados, o aditivo ou antiplástico é de areia fina e grossa, com presença de mica e, em alguns casos, carvão e calcário, e as vasilhas corrugadas estão também associadas a práticas de enterramentos secundários.

Com base nesses dados, já era de conhecimento a presença de uma cerâmica identificada na região do médio Rio São Francisco, em que Valentin Calderón (1967) delimita a identificação dessas recorrências entre o norte da Bahia, na cidade de Casa Nova, a Belém de São Francisco, no sertão de Pernambuco. Tratando-se de cerâmicas com características morfológicas que não se enquadram nas tradições Tupi e Aratu, identificados de forma recorrente no interior do Nordeste, motivo pelo qual ele as classifica como sendo uma cerâmica da fase Cabrobó que podem ser atribuídas aos povos de língua Jê e Kariri, como posteriormente apresentado por Martin (2013), que ocuparam a região semiárida do médio São Francisco durante o período de contato.

A compreensão da origem das cerâmicas do interior do Nordeste é bastante complexa, sobretudo as que estão associadas às ocupações do período de contato no médio Rio São Francisco.

Gabriela Martin chama atenção ao afirmar que a tendência para o estudo dessas cerâmicas “é a de estudar seus componentes intrínsecos, relacionando-a com os contextos arqueológicos sem filiações prévias, evitando-se tradições estabelecidas com generalizações simplistas” (MARTIN, 2013, p.189). Esse é o caminho que estamos trilhando para a identificação das filiações culturais e linguísticas das cerâmicas identificadas no sítio arqueológico de Piraçú, uma vez que os dados arqueológicos são esparsos, caóticos e, às vezes preconceituosos.

Preconceituosos na medida em que artefatos cerâmicos, os quais podem estar associados a povos Kariri, passaram a ser identificados como pertencentes a outros povos, simplesmente por partir do pressuposto de que elas apresentavam um certo grau mais avançado em sua manufatura e, devido a isso, não condizia com a tese amplamente aceita de que os Macro-Jê eram nômades. Contradizendo essa tese, Souza (2015, p. 210) identifica, em diversos

sítios arqueológicos de grupos Macro-Jê do centro-sul do Brasil, evidências de estruturas que exigiam um planejamento austero e esforço coletivo, sugerindo assentamentos sedentários

[...] os grupos Macro-Jê eram muito diferentes no passado: grupos sedentários com populações densas, grandes aldeias, uma variedade de plantas cultivadas e complexos. Organização política. Muitas das características "negativas" usadas para defini-las foram, de fato, o resultado de mudanças recentes, e arqueólogos e antropólogos devem ser cautelosos para não projetar o presente no passado. Não considero essas mudanças, no entanto, como qualquer forma de "degeneração", mas como uma demonstração da resiliência e capacidade de transformação do Macro-Jê (SOUZA, 2015, p.).

Ainda que tais evidências não estivessem relacionadas aos Kariri, o princípio é o mesmo, o estabelecimento de pressupostos sem o devido aprofundamento.

Brochado (1984) destaca a conotação pejorativa do Jê que, no passado, eram classificados como povos marginais ou como tendo fraco desenvolvimento na agricultura, citando Schwerin (1970: 111), que atribui isso ao fato de que esses povos foram descritos aos colonizadores pelos seus inimigos do litoral, os Tupinambás. O que faz bastante sentido, haja vista a vasta distribuição dos Jê pela área central do Brasil.

A seguir no capítulo 4, trataremos de apresentar a pesquisa interventiva de campo realizada no sítio arqueológico de Piraçú e contextualizá-la com os resultados das pesquisas anteriormente realizadas no sítio, (OLIVEIRA, 2016).

4 CAPÍTULO

ATIVIDADES DE CAMPO E ESTRUTURAÇÃO DOS DADOS ADQUIRIDOS

“Toda experiência de um outro pensamento é uma experiência sobre o nosso próprio”.

(Eduardo Viveiros de Castro, 2009, p.96)

4.1 SÍTIO ARQUEOLÓGICO PIRAÇÚ – CONTEXTUALIZAÇÃO E PESQUISAS ANTERIORES

O sítio arqueológico Piraçú é área de pesquisas arqueológicas desde o início do ano de 2014, como parte do projeto de pesquisa de mestrado intitulado “Os habitantes do rio e as missões religiosas no Sertão Pernambucano: Uma arqueologia da paisagem fluvial do Rio São Francisco - Orocó” (OLIVEIRA, 2016), momento que foi estabelecido o nosso primeiro contato com a arqueologia no arquipélago de Orocó.

Na ocasião, durante a realização da pesquisa de campo, conforme já citado anteriormente, foram realizadas atividades interventivas em três ilhas do arquipélago: A ilha Das Almas, Ilha de Santa Maria e a ilha de Piraçú. A escolha por inserir Piraçú como área de pesquisa, deu-se, especificamente, por se tratar de uma área onde já havia sido identificada pelos moradores locais uma quantidade significativa de artefatos cerâmicos, como urnas funerárias e fragmentos, dispersos em superfície e profundidade, tratando-se de artefatos arqueológicos em bom estado de preservação.

Diante dessa realidade, algumas atividades interventivas foram propostas para serem realizadas na Ilha de Piraçú. A etapa inicial da pesquisa teve como principal objetivo compreender a dispersão horizontal e vertical do

material arqueológico identificado, visando, sobretudo delimitar o sítio arqueológico. Para tal, naquele primeiro momento, realizamos uma prospecção arqueológica de superfície, com caminhamento sistemático em alguns pontos estratégicos da ilha, seguindo, principalmente, as orientações dos moradores locais, que conduziam a equipe para as áreas onde havia recorrência de identificação de cerâmicas arqueológicas.

Após a realização da prospecção de superfície e seguindo a metodologia proposta no projeto de pesquisa, foi iniciada a prospecção de subsuperfície, através da realização de poços-testes, com carácter oportunístico, em locais com presença de artefatos cerâmicos em superfície. A abertura de poços-testes orientou a delimitação da área, bem como a compreensão inicial da estratigrafia do sítio. Curiosamente, dos poços-testes escavados para delimitação do sítio, apenas um (01) foi de carácter positivo, ou seja, com a presença de artefatos arqueológicos em profundidade, contendo três pequenos fragmentos cerâmicos, com dimensões inferiores a 4 cm, identificados nos níveis iniciais do poço-teste.

Em virtude disso, todo o material arqueológico coletado desse sítio e estudado durante a etapa da pesquisa de mestrado são procedentes de doações dos moradores que os recuperaram em suas práticas cotidianas de agricultura e os mesmos seguiram sendo objeto de estudo da presente pesquisa.

A opção pelo recebimento do material arqueológico que havia sido coletado pelos moradores pautou-se na política de mínimo impacto, em que não foram realizadas novas intervenções na área. As doações foram cruciais, uma vez que nos permitiram o acesso a uma amostragem da cultura material ali presente, sem que gerássemos novas perturbações em seu contexto deposicional. O objetivo maior era mantê-lo preservado para que uma pesquisa futura pudesse ser realizada, a qual, felizmente, aqui apresentamos.

A título de conhecimento e contextualização da área do sítio, houve três momentos ao longo da realização da pesquisa de mestrado e de doutorado em que os moradores da Ilha de Piraçú realizaram a entrega de material arqueológico, por eles identificados e coletados na ilha de Piraçú, para que pudssemos estudar e salvaguardar em condições adequadas. Falaremos, com detalhes, de cada um desses momentos separadamente logo abaixo.

É importante ressaltar que todas as atividades de campo contaram com a importante participação dos moradores locais, desde a escolha das áreas que foram escavadas, uma vez que os moradores, às vezes, direcionaram a equipe às áreas de maior potencial arqueológico, que são as áreas onde eles identificavam material arqueológico com maior recorrência, como também participaram do processo da escavação arqueológica e na importante doação de todo o acervo arqueológico por eles já coletado.

Durante os anos de (2013-2023), os moradores de Orocó se mostraram ativos e interessados em realizar a pesquisa conosco, estabelecendo vínculos que perpassam os interesses acadêmicos, fortalecendo-nos enquanto humanos e agregando sentido aos estudos aqui realizados.



Figura 30 - Registro fotográfico das atividades de campo sendo realizadas em conjunto com os moradores locais.

O **Primeiro Momento** em que foi recebido material arqueológico proveniente de Piraçú, deu-se nos contatos iniciais, realizados com a comunidade, através do Padre Francisco José Pereira Cavalcante. Pe. Francisco, há décadas se dedica a realizar diferentes estudos históricos na região e, sabendo do nosso interesse em levar adiante as pesquisas arqueológicas no arquipélago, sempre que identificado algum artefato, a comunidade entrava em contato com ele, que logo me comunicava dos achados, para que pudéssemos ter conhecimento.

Paralelo à realização dessas coletas, sempre houve a preocupação em ressaltar a importância da preservação do local onde esses artefatos foram identificados e os dados que poderíamos pesquisar, para que esses artefatos permanecessem *in situ*. No entanto, por tratar-se de áreas agricultáveis, era difícil manter esses locais isolados até que pudéssemos organizar uma equipe de campo e realizar a coleta sistemática. Nesse caso, já recebíamos o material separado e acondicionado da forma que fosse possível transportá-lo.

No primeiro momento, foram-nos entregues oitenta (80) fragmentos cerâmicos, que foram identificados, de forma inesperada, pelos moradores, durante o manejo da terra. Esses materiais são constituídos por fragmentos de bordas e paredes, com tratamentos de superfícies internas alisadas. Alguns são alisados também na face externa, outros fragmentos possuem decoração corrugada externamente. São cerâmicas com técnica de manufatura acordelada, com a pasta contendo areia fina e mica, em menor quantidade. Há também a presença de carvão e calcário em alguns fragmentos. Esses antiplásticos possuem espessura menor que 1mm e com queimas que variam entre oxidadas, reductoras e com presença de núcleos.

Nas tabelas abaixo, é possível observar parte dos dados dos atributos técnicos das cerâmicas estudadas nesse primeiro momento da pesquisa.

Tabela 3 - Tipologia dos fragmentos cerâmicos.

Fragmentos Cerâmicos	Nº De Fragmentos
Borda	26
Corpo	54

Tabela 4 - Tratamento de superfície interna dos fragmentos cerâmicos.

Tratamento De Superfície Interno	Nº De Fragmentos
Alisado	80

Tabela 5 - Tratamento de superfície externa dos fragmentos cerâmicos.

Tratamento De Superfície Externo	Nº De Fragmentos
Alisado	71

Tabela 6 - Presença de decoração externa nos fragmentos cerâmicos.

Decoração Externa	Nº De Fragmentos
Corrugado	09

Praticamente, todo o material cerâmico coletado, desse primeiro momento da pesquisa, foi reconstituído, totalizando em fragmentos de duas vasilhas, sendo esses fragmentos de partes da borda e da parede, e duas vasilhas cerâmicas parcialmente inteiras.

A análise dos fragmentos da vasilha, demonstrada na figura 31, permitiu-nos compreender que ela foi confeccionada através da técnica acordelada, possui antiplásticos como carvão, quartzo, areia fina e mica. Esses antiplásticos possuem espessura menor que 1mm. Possuem queima com núcleo, com duas faixas claras, alisamento fino nas faces internas e externas. Possuem estrias de alisamento horizontais e há sinais de fuligem nas faces internas e externas. A borda possui morfologia direta, com inclinação vertical e lábio plano. Os fragmentos de borda possuem espessura 0.7cm.



Figura 31 – Fragmentos cerâmicos pertencentes a mesma vasilha, sítio arqueológico de Piraçú (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

Uma outra vasilha cerâmica foi identificada através dos fragmentos de bordas, figura 32. Os fragmentos puderam ser totalmente reconstruídos, formando metade do diâmetro de borda. Trata-se de uma vasilha com as mesmas características técnicas da vasilha anterior, sendo possível identificar pequenas erosões na face externa. A espessura dos fragmentos diminui, significativamente, à medida em que se aproxima do lábio.



Figura 32 - Borda de vasilha cerâmica identificada no sítio arqueológico de Piraçú. Material coletado por moradores locais no ano de 2015 (Foto: Jéssica Oliveira, 2015).

A vasilha da imagem abaixo, figura 33, pôde ser quase totalmente reconstituída. Trata-se de uma vasilha semiesférica, com contorno simples e boca aberta, de técnica de confecção acordelada, queima com núcleo, apresentando duas faixas claras, alisamento fino nas faces interna e externa, é possível identificar, na composição da pasta antiplásticos como mica, areia fina, carvão e quartzo com granulometria inferior a 1mm. Há estrias de alisamento horizontais e borda de morfologia direta, com inclinação vertical e lábio plano. Há fuligem nas faces internas e externa e a espessura da vasilha reduz, significativamente, na medida que se aproxima do lábio. A espessura do lábio é de 0.7cm. Altura aproximada da vasilha são 7,8cm, a circunferência da largura aproximada são 62cm e diâmetro aproximado da borda são 76cm.

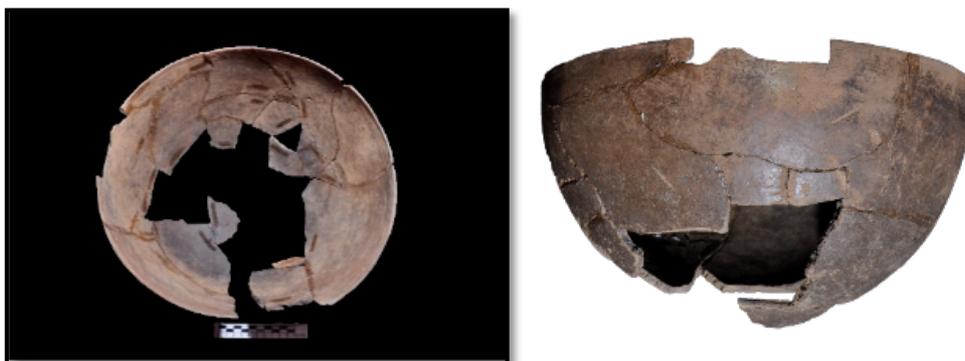


Figura 33 - Vasilha cerâmica identificada no sítio arqueológico de Piraçú parcialmente reconstituída em laboratório. Material coletado por moradores locais no ano de 2015 (Foto: Jéssica Oliveira, 2015).

Refletindo sobre o uso dessa vasilha cerâmica e comparando a outros contextos arqueológicos do estado de Pernambuco e o fato dela ter sido encontrada associada a urna funerária, levanta-se a possibilidade de ela ter sido utilizada como uma espécie de tampa para o fechamento da urna funerária, ou como parte do enxoval funerário, pois essa prática foi posteriormente identificada em enterramentos no sítio Piraçú, havendo uma recorrência dessa prática em contextos funerários indígenas no interior do Nordeste, como já notado no sítio arqueológico Caverna Funerária de Angico, localizado em Bom Jardim, estado de Pernambuco (MARTIN, 2013).

A vasilha, que foi utilizada como urna funerária, apresentada na figura 34, pode ser assim descrita: trata-se de um artefato com técnica de manufatura acordelada, a pasta em totalidade é composta por quartzo, carvão, areia fina e mica, de espessuras inferiores a 1mm, queima com núcleo e duas faixas claras. Possui um alisamento grosseiro na face interna, com estrias de alisamento horizontais também na face interna. Borda direta, inclinada internamente e lábio plano.

Esta vasilha, possui decoração plástica corrugada¹⁹ na face externa, mas pode ser observado que se trata de um corrugado meio indefinido, como se não fosse totalmente acabado (apresentaremos as discussões acerca das particularidades da decoração plástica corrugada presente no conjunto de vasilha cerâmica do Sítio Piraçú no capítulo 5, que apresenta as análises e interpretações do contexto arqueológico do sítio Piraçú). Possui fuligem nas faces internas e externas em grande quantidade como pode ser observado nas imagens abaixo e uma base convexa. A espessura é de 0.8cm, com altura aproximada medindo 46cm, a circunferência da largura aproximada mede 142cm.



Figura 34 - Urna funerária identificada no Sítio Piraçú. Material coletado por moradores locais no ano de 2015 (Foto: Jéssica Oliveira, 2015).

¹⁹ “O corrugado se origina, basicamente, do ato de rejuntar os roletes de barro com os quais se constroem as paredes da vasilha, pressionando um rolete contra o outro, com o uso do polegar ou de um artefato, correspondente; o efeito é uma sucessão de depressões e saliências, que resultam em uma superfície enrugada, que cobre a parede externa do corpo da vasilha, algumas vezes apenas a sua borda, ou pescoço. Efeito semelhante pode ser alcançado imprimindo na superfície previamente alisada, mas ainda moldável, um conjunto de depressões parecidas” (SCHMITZ, 2010, p.10).

Há presença de fuligem nas duas faces, fato que pode ser entendido como sinais de uso de reciclagem, pois, segundo os moradores de Piraçú e responsáveis pela identificação e coleta da vasilha, ela estava associada a fragmentos ósseos, fato que confirma tratar-se de uma urna funerária, com sinais de reciclagem na vasilha. Pela descrição dos moradores, tratava-se de um enterramento secundário.

A arqueóloga Gabriela Martin (2013) explica que a prática de reutilizar as vasilhas cerâmicas do cotidiano para a posterior prática de enterramentos foi algo comum entre os indígenas do Nordeste. Tal fato abre a possibilidade de que essa prática tenha ocorrido também no contexto da ocupação de Piraçú, pois identificamos, na urna funerária, uma grande presença de fuligem em quase toda face externa e interna da vasilha, como observado.

Não foi possível identificar, no registro coletado pelos moradores, se havia algum outro elemento além das vasilhas cerâmicas que compunha o enxoval funerário²⁰. Da mesma forma, nas conversas com os moradores da ilha que realizaram a escavação da urna, não houve indicação da ocorrência de qualquer outro elemento associado, apenas a presença de fragmentos ósseos que foram por eles novamente enterrados como forma de respeito aos antepassados, sendo coletado apenas o material cerâmico, que felizmente nos foi doado para análise e salvaguarda.

Posterior a essa primeira pesquisa de campo e ao recebimento dos artefatos cerâmicos, os moradores da ilha de Piraçú, voltaram a identificar, em outra oportunidade, vasilhas cerâmicas na área do sítio arqueológico. Nesse **Segundo Momento**, como de costume, eles mesmos realizaram a coleta do material arqueológico sem que pudéssemos acompanhar a área de escavação, sendo realizada por nós, posteriormente, apenas a coleta, acondicionamento e análise do material em laboratório.

²⁰ Enxoval Funerário: Adornos, adereços e utensílios utilizados durante a prática de enterramento de indivíduos.

Podemos observar, nas imagens abaixo por eles cedidas, o registro realizado do momento da escavação da vasilha, tratando-se de uma urna funerária com tampa.



Figura 35 - Escavação da urna funerária por morador da ilha de Piraçú, ano de 2016 (Foto: Pe. Francisco José Cavalcante, 2016).

Esses novos achados arqueológicos consistem em três (03) vasilhas cerâmicas, uma delas sendo utilizada como urna funerária e outra utilizada como tampa, conforme pode ser observado nas imagens acima, figura 35. A urna funerária foi identificada ainda com tampa e com remanescentes ósseos. E há uma outra vasilha com as mesmas características da urna funerária que foi encontrada próxima ao enterramento, mas não havia outros vestígios associados, figuras 39 e 40.

Quanto aos atributos técnicos da urna funerária, pode-se afirmar que se trata de uma vasilha cerâmica com técnica de manufatura acordelada, com o mesmo tipo de pasta das demais cerâmicas anteriormente identificadas no sítio, composta por quartzo, carvão, areia fina e mica e espessuras granulométricas inferiores a 1mm. Possui um alisamento grosseiro na face interna, sendo possível identificar as estrias de alisamentos horizontais também na face interna. Possui borda direta inclinada internamente e lábio arredondado, com a morfologia da base sendo convexa. Há, na face externa, decoração plástica corrugada, com as mesmas características da urna descrita anteriormente,

tratando-se de um corrugado “inacabado” e, assim como a urna anterior, possui fuligem nas faces internas e externas, indicando sinais de reciclagem.

Essa urna, é a vasilha com maiores dimensões identificadas no sítio de Piraçú, possuindo: Altura: 68cm; Largura: 162cm, medindo a circunferência do meio da vasilha, diâmetro da borda: 68,2cm e 1cm de espessura.

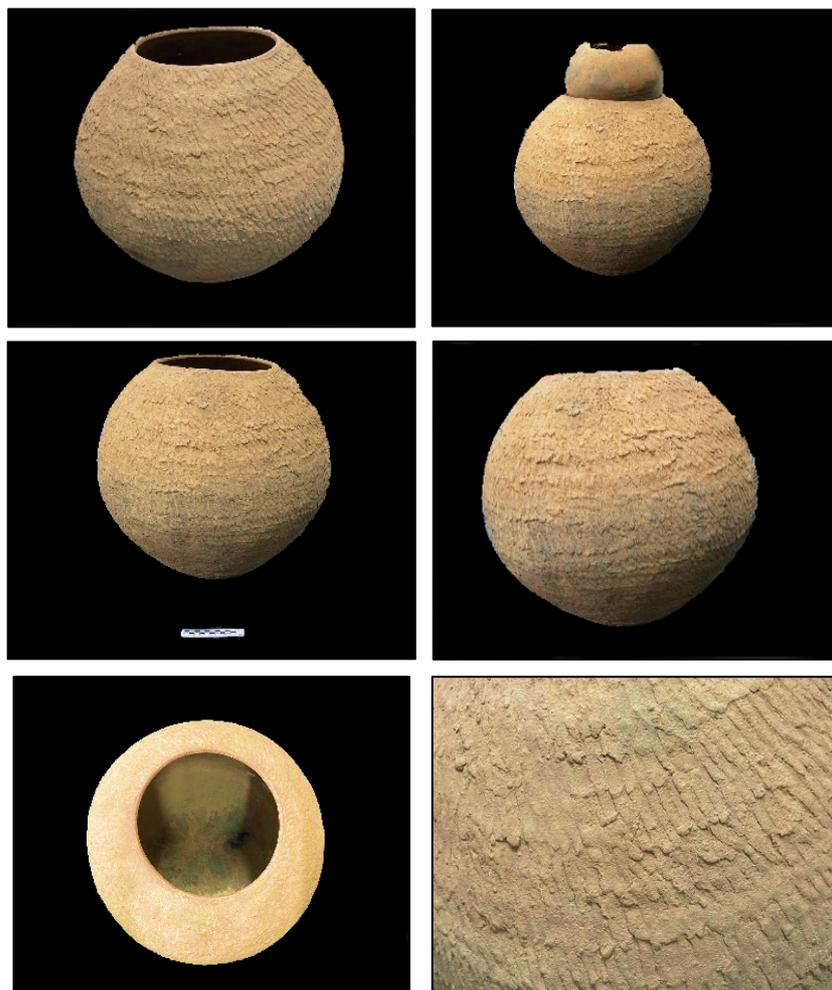


Figura 36 - Urna funerária encontra por moradores na ilha de Piraçú, no ano de 2016 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

Após análises, pôde-se aferir que se trata do enterramento de um indivíduo ainda recém-nascido com o material ósseo bastante fragmentado, como pode ser observado nas imagens que se seguem, figura 37;



Figura 37 - Fragmentos ósseos identificados dentro da urna; trata-se de fragmentos de crânio, costelas e falanges. (parte dos fragmentos identificados) (Foto: Jéssica Oliveira, 2019).

A vasilha utilizada como tampa da urna funerária, figura 38, possui pequenas dimensões, com altura aproximada: 20cm, Largura: 75,2cm e Diâmetro aproximado da borda: 68cm. É uma vasilha de manufatura acordelada, com a pasta composto por carvão, areia fina e mica, com granulometria menor que 1mm. Possui as faces internas e externas alisadas, com um alisamento fino, com estrias de alisamentos horizontais em ambas as faces. Apresenta fuligem nas faces internas e externas, indicando possível uso de reciclagem. Queima com núcleo e duas faixas claras, com borda direta e inclinação vertical, lábio plano e base convexa. A espessura do lábio é de 0.6cm, altura aproximada medindo 20cm, circunferência com 75,2cm e o diâmetro aproximado da borda são 68cm.

É possível observar uma marca linear na face externa, possivelmente consequência do alisamento durante o processo de fabricação da vasilha.



Figura 38 – Vasilha utilizada como tampa da urna funerária encontrada por moradores na ilha de Piraçú, no ano de 2016 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

A outra vasilha identificada associada a urna funerária e coletada pelos moradores possui características semelhantes às urnas funerárias, com decoração externa corrugada, e apresenta também um corrugado não muito definido, com dimensões um pouco menores que a urna identificada com tampa, mas dimensões bastante semelhantes à urna da figura 34.

Como não foi realizado um registro fotográfico do momento da coleta desse material pelos moradores, ou um acondicionamento adequado da vasilha, a imagem abaixo, figura 39, foi realizada quando fomos ao sítio Piraçú, nesse segundo momento, para coletar os artefatos identificados, para que assim, pudéssemos acondicionar, realizar a curadoria e obter uma análise buscando um diálogo com os outros vestígios anteriormente já identificados e coletados.

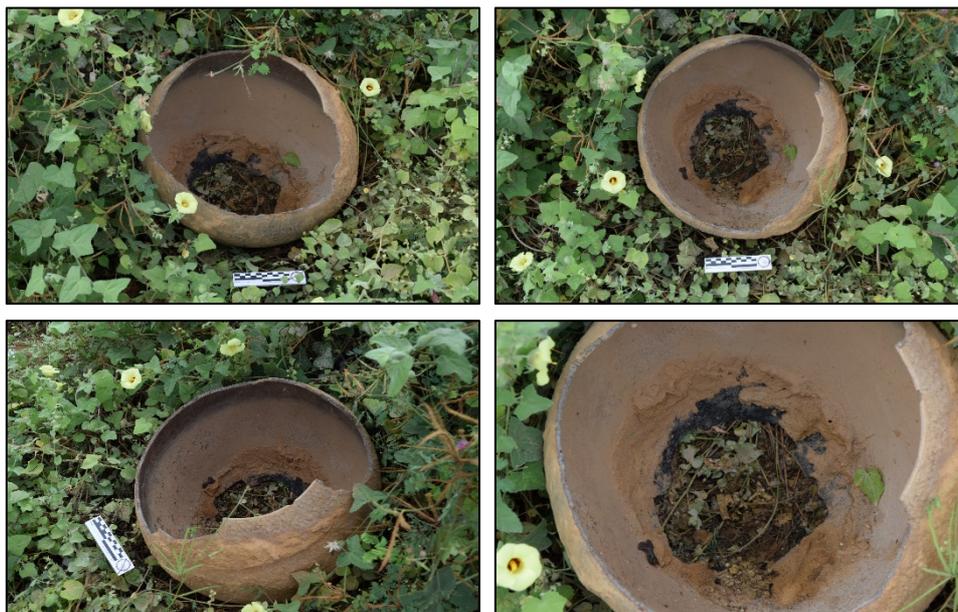


Figura 39 - A vasilha foi guardada pelos moradores, próximo ao local onde foi identificada até que pudéssemos realizar a coleta (Foto: Pe. Francisco José, 2016).

A vasilha identificada associada a urna funerária com tampa, possui grandes semelhanças técnicas as outras urnas funerárias. É uma vasilha com técnica de manufatura acordelada, com a pasta composta por quartzo, carvão, areia fina e mica e dimensões inferiores a 1mm. Queima com núcleo e duas faixas claras, possui alisamento grosseiro na face interna, sendo visível as estrias de alisamento no sentido horizontal. Possui borda direta, inclinada internamente e lábio plano. A espessura do lábio é de 0.8cm, a altura aproximada mede 52cm e a circunferência mede 146cm.

Há presença de fuligem nas faces internas e externas e decoração plástica corrugada na face externa, com o mesmo padrão de corrugado identificado nas demais vasilhas decoradas, como pode ser observado nas imagens abaixo;



Figura 40 - Vasilha cerâmica identificada por moradores na Ilha de Piraçú e associada à urna funerária (Foto: Jéssica Oliveira, 2019).

Como descrito anteriormente, a identificação e coleta do material arqueológico, no sítio de Piraçú, é uma realidade recorrente entre os moradores. Meses antes à realização da pesquisa de campo do doutorado, que se caracterizou por escavações arqueológicas sistemáticas e que constitui parte importante deste trabalho, haviam sido identificados novos artefatos arqueológicos no sítio Piraçú. Iremos chamá-lo aqui de **Terceiro Momento** de coleta, que consistiu na identificação de fragmentos de uma (01) urna funerária, com as mesmas características técnicas e morfológicas das urnas anteriormente identificadas no sítio.

Além do material cerâmico, foram identificados também fragmentos ósseos, tratando-se de uma mandíbula de um indivíduo na fase adulta, com alguns dentes ainda fixos e fragmentos de ossos longos, indicando tratar-se de um indivíduo com idade superior a 40 anos, figura 41.

Todo material arqueológico esteve acondicionado em uma caixa de papelão e dentro de sacos plásticos, até que pudesse recolher e levá-los para a reserva técnica e salvaguardar juntamente com os demais artefatos do sítio.

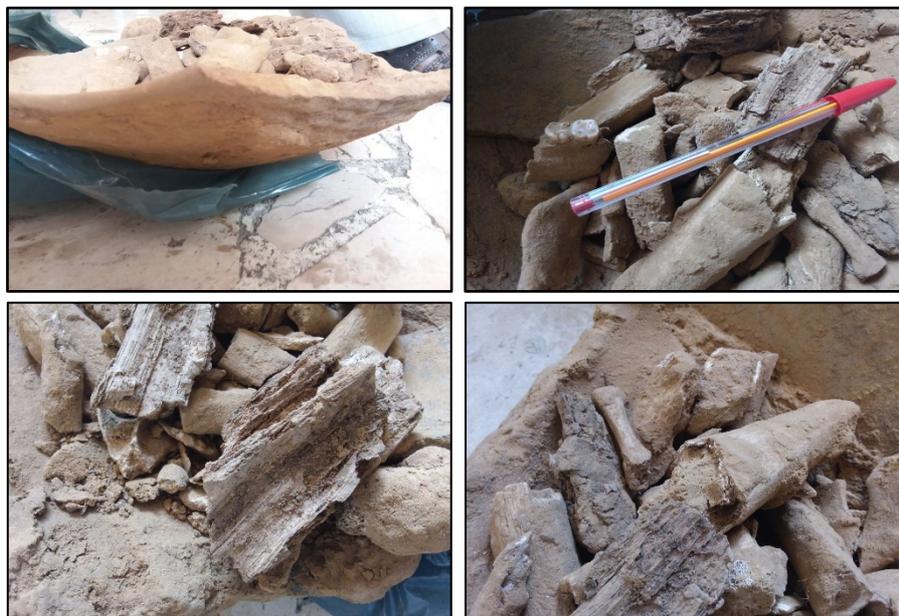


Figura 41 - Fragmentos da urna funerária, fragmentos ósseos identificados no Sítio Piraçú por moradores (Foto: Pe. Francisco José, 2016).

Infelizmente não identificamos a localização exata onde a urna funerária foi depositada, mas os moradores nos direcionaram ao local aproximado onde eles encontraram os vestígios. Trata-se de um local relativamente próximo à primeira urna funerária, identificada na ilha, com remanescentes ósseos de um indivíduo recém-nascido (a urna identificada com tampo) e essa urna também possui as características técnicas bastante semelhantes e o mesmo tipo de decoração corrugada das demais, sendo um tipo de corrugado o qual chamo aqui de indefinido.

A urna funerária, como pode ser observada na figura 42, possui técnica de manufatura acordelada, a pasta é composta por como carvão, quartzo, areia fina e mica com dimensões menores que 1mm. Queima com núcleo e duas faixas claras. Diferente das outras urnas funerárias corrugadas que possuem alisamento grosseiro na face interna, esta possui alisamento interno fino, sendo possível identificar as estrias de alisamento horizontais na face interna. Borda

direta inclinada internamente e lábio plano. É possível identificar fuligem nas faces internas e externas dos fragmentos da urna analisados. A espessura do lábio é de 0.8cm.



Figura 42 - Fragmentos de urna funerária identificada por moradores da ilha de Piraçú (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).



Figura 43 - Fragmentos ósseos identificados dentro da urna funerária (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).



Figura 44 - Dentes permanentes de um indivíduo adulto com grandes desgastes, identificado dentro da urna funerária (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).

1 – Dois molares fixos na mandíbula inferior, com ausência de cúspides, presença de desgaste na oclusal, causado por fatores como bruxismo, mastigação, pela idade do indivíduo, com ausência de cáries, tártaros e sucros, com trincas na parte mesial e na parte vestibular, causado, possivelmente, pela mordida.

2 – Dente segundo molar superior, com ausência de desgaste, caries ou tártaros. Raiz vestibulo mesial fragmentada.

3 – Dente molar inferior, com ausência de cárie e tártaro, com desgaste oclusal, ausência de cúspides e sucros, presença de trincas na parte mesial. A raiz medial está fragmentada.

4 – Dente terceiro molar superior com ausência de desgaste oclusal, tártaro, cárie e trincas, com o ápice da raiz fragmentada.

5 – Dente pré-molar superior, com leve desgaste na cúspide vestibular e com presença de trincas na parede vestibular, com ausência de cárie e tártaro. Pequena trinca de esmalte na parte superior da região distal da coroa do dente, possivelmente causada pós-morte. Há uma mancha de esmalte na região mesial da coroa e uma pequena fragmentação do ápice da raiz.

6 – Dente pré-molar, com ausência de tártaro e cárie, com desgaste na cúspede vestibular. Apresenta trincas na coroa na região vestibular e na região palatina. Há trincas no terço médio da raiz, causado por ações pós-morte.

7 – Dente canino superior, com desgaste na incisal, com ausência de tártaro e cárie, apresenta trinca na coroa na região palatina. Raiz fragmentada do terço média a apical. Há uma fragmentação na raiz da região mesial causada possivelmente pós-morte.

8 – Dente canino superior, com ausência de cárie e tártaro, há desgaste na região incisal, com trincas na coroa, a raiz está bastante fragmentada.

9 – Dente incisivo lateral superior, com ausência de tártaro e cárie, com desgaste na região incisal e palatina, esmalte fragmentado na região da coroa mesial, a raiz se encontra em perfeito estado de conservação.

10 – Dente incisivo lateral, com ausência de tártaro e cárie, com desgaste na região incisal, com presença de trincas na coroa em região lingual, raiz com trinca em região do terço apical causado pós morte.

O alto grau de desgaste observados nos dentes nos levam a refletir sobre os hábitos alimentares do indivíduo, e ao fato de tratar-se de populações ribeirinhas onde há uma alimentação rica em alimentos provenientes do rio. Tal fato pode ter levado a um consumo de micros grãos de areia na mastigação, que podem ter ocasionado o alto grau de desgastes nos dentes, uma vez que se trata de um indivíduo em idade não muito avançada para o nível de desgaste identificado.

O material arqueológico nos permite conhecer, de forma ainda muito preliminar, as práticas de enterramento realizadas pelos indígenas que habitavam as ilhas do arquipélago de Orocó no médio São Francisco, antes ou até mesmo durante a chegada dos missionários / colonizadores na região do sertão pernambucano. Observou-se que os enterramentos, identificados no sítio de Piraçú, são do tipo secundários, em urnas funerárias com decoração plástica corrugada, tanto para indivíduos na fase adulta como para crianças. Uma das

urnas foi identificada com uma tampa, isolando toda a borda da vasilha e há uma completa ausência de enxoval funerário associada às urnas.

Quando optou-se pela realização de uma etapa interventiva durante a pesquisa de campo, já tínhamos uma noção do tipo de vestígios arqueológicos que poderíamos identificar nas escavações, sobretudo, quando tratávamos dos artefatos cerâmicos e da grande possibilidade de identificarmos vestígios arqueológicos associados a práticas funerárias, pois já havia sido coletado deste sítio, através dos moradores, um número expressivo de artefatos cerâmicos, agrupados entre os diferentes momentos de coletas totalizando oito (08) vasilhas cerâmicas;

Tabela 7 – Quantificação dos artefatos cerâmicos coletados no sítio Piraçú por moradores da ilha.

MOMENTOS DE COLETAS	NÚMERO DE ARTEFATOS	PEÇAS RECONSTITUÍDAS
Primeiro Momento	4 vasilhas	1 - Bordas da mesma vasilha (Alisada) 1 - Bordas da mesma vasilha (Alisada) 1 - Vasilha parcialmente reconstituída (Alisada) 1 - Urna parcialmente inteira (Corrugada)
Segundo Momento	3 vasilhas	1 Urna inteira (Corrugada) 1 Vasilha inteira usada como tampa da urna (Alisada) 1 Urna parcialmente inteira (Corrugada)
Terceiro Momento	1 vasilha	1 Urna fragmentada (Corrugada)

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Foi por meio desse acervo já coletado em Piraçú e dos anseios que tínhamos para o andamento da presente pesquisa que as atividades interventivas de campo tiveram um maior aprofundamento, pois já havíamos tido um contato com a materialidade arqueológica que poderíamos identificar, mas, dessa vez, *in situ*. Os dados da pesquisa de campo estão descritos no tópico que se segue.

4.2 PESQUISA DE CAMPO INTERVENTIVA NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE PIRAÇÚ

Durante o desenvolvimento da pesquisa, algumas demandas arqueológicas para o campo foram surgindo. Dentro dessa realidade, a elaboração de um projeto de pesquisa interventiva foi encaminhada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/PE (Nº do Processo: 01498.000736/2019-14), para obtenção da portaria de pesquisa e, assim, uma nova etapa interventiva no sítio Piraçú pode ser realizada.

Parte das demandas existentes para a pesquisa de campo partiu do fato de que, praticamente, todo material arqueológico que tínhamos do sítio foi proveniente de coletas realizadas pelos moradores da ilha, e nesse sentido, não tínhamos ainda um contexto arqueológico preservado ou um material associado que pudéssemos de forma segura submeter a uma análise de datação e, assim, obter uma cronologia mais precisa acerca de qual período de ocupação se trata a materialidade existente.

A interdisciplinaridade da arqueologia permite que vários métodos e técnicas de investigação possam se unir em prol da busca e da compreensão de dados que corroborem para a pesquisa arqueológica. De forma especial, as abordagens que partem de contextos históricos recentes dispõem de outras fontes de informações para uma melhor compreensão dos contextos estudados.

Na pesquisa em tela, as fontes historiográficas auxiliaram, de forma significativa, a compreensão da história recente da ocupação do arquipélago de Orocó, através de fontes cartográficas, relatos históricos dos missioneiros que ali estabeleceram aldeamentos religiosos, bem como a compreensão, de forma parcial, das organizações socioculturais dos povos que ali se fixaram.

Nesse sentido, o nosso ponto de partida foram os dados de campo que já tínhamos adquirido através das pesquisas anteriormente realizadas e, a partir daí, foram criadas estratégias para dar continuidade às atividades interventivas, mas, dessa vez, com um universo maior e mais profundo, com escavações em locais de maior potencial da ilha/sítio.

Um passo importante foi caracterizado pela coleta e a união de informações de diversas naturezas, especificamente aquelas relacionadas com a indicação da presença de vestígios arqueológicos que nos permitissem uma melhor compreensão dos processos de formação do sítio, associada aos levantamentos historiográficos. Citamos, por exemplo, antigos mapas com a localização de ocupações pretéritas ou de estruturas arquitetônicas, referências de cronistas sobre a presença de edifícios específicos ou de áreas de uso, fotos aéreas, dentre outras.

Uma fonte informativa extremamente importante do levantamento foi baseada na tradição oral, nas informações que os próprios moradores traziam sobre a recorrência de identificação de material arqueológico por eles encontrados. A coleta desses dados, junto aos moradores das ilhas, sobretudo dos moradores da ilha de Piraçú, permitiu-nos conhecer, com uma maior riqueza de detalhes, o contexto em que os vestígios arqueológicos foram identificados e assim traçarmos estratégias para as atividades da pesquisa de campo, como locais para execução de uma prospecção sistemática de superfície, bem como as áreas que receberiam as escavações em unidades amplas.

A essa proposta do levantamento oral junto aos moradores, agregamos ainda, observações de caráter oportunístico, relacionadas com a inspeção de áreas que apresentavam características geoambientais favoráveis à ocorrência de assentamentos humanos ou que apresentassem alto grau de visibilidade arqueológica, através da identificação de artefatos em superfície.

Ainda sobre as etapas anteriores da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2014 e 2016, já havia sido realizada uma prospecção arqueológica oportunística, em um perímetro limitado da Ilha. Esta atividade nos permitiu compreender parcialmente a dispersão do material arqueológico previamente identificado na ilha pelos moradores, bem como a possível identificação de novos achados arqueológicos que norteariam as etapas da pesquisa.

Nesse sentido, tínhamos os dados da pesquisa anterior e os dados que os moradores nos forneceram sobre a identificação de novos vestígios arqueológicos.

Munidos de todas essas informações, partimos para a realização de uma prospecção das áreas antes não conhecidas e um retorno às áreas onde já havíamos trabalhado e, nesse momento, além da busca por compreender de forma mais clara a formação do sítio em termos paisagísticos e em dimensões horizontais, buscávamos também delimitar as áreas onde realizaríamos a pesquisa interventiva.

E, através da ampliação da prospecção de superfície para áreas onde ainda não havíamos acessado que conhecemos novas estruturas arquitetônicas que compõem fragmentos importantes do período de intensas atividades agrícolas na ilha. Trata-se de parte da estrutura de uma antiga roda d'água existente na ponta sul da ilha.

Buscamos informações com os atuais moradores da ilha, mas eles não souberam informar a idade exata da construção, apenas que ela está na ilha desde que se tornaram proprietários a pouco mais de 40 anos. Se compararmos essa roda d'água com outras existentes no curso médio do São Francisco, essa construção deve ter sido implantada em meados do Século XX, momento de grande expansão econômica na região.



Figura 45 - Parte da estrutura de uma antiga roda d'água no limite ao sul da ilha de Piraçú (Foto: Jéssica Oliveira, 2019).

A presença dessa roda d'água reflete mais uma etapa da ocupação das ilhas, em momentos distintos e confirma a intensa movimentação agrícola e econômica ao longo dos séculos, ocorrida no arquipélago de Orocó,

demonstrando ser mais um fragmento importante das histórias aqui apresentadas sobre as ocupações da ilha de Piraçú.

Foi imerso nesse universo das longas histórias da ilha Piraçú que fomos traçando os caminhos para a continuidade da pesquisa de campo, dando os primeiros passos para o início das escavações arqueológicas.

As intervenções foram planejadas para serem realizadas de forma sistemática e com total controle das unidades escavadas, pois, pela primeira vez, tínhamos a oportunidade de coletar *in situ* artefatos arqueológicos que, corriqueiramente, chegaram a nós fora do seu contexto de deposição, tendo a oportunidade, sobretudo, de se coletar material que pudéssemos encaminhar para datações.

As escavações foram realizadas por níveis artificiais, em uma Unidade Ampla de escavação e sondagens isoladas. A escolha das áreas que receberam atividades interventivas se pautou dentro de uma realidade em que tínhamos objetivos específicos como realizar escavações nas áreas onde já haviam sido identificados vestígios arqueológicos e distribuir as intervenções entre poço-testes e sondagens nas áreas onde identificamos potencial arqueológico. Etapa importante para que assim pudéssemos ampliar as áreas escavadas, caso apresentasse indicativos da presença de artefatos em profundidade, possibilitando um maior conhecimento da formação vertical do sítio, bem como dos processos de formações estratigráficas.

Como previsto, as atividades iniciais foram voltadas para a realização da prospecção arqueológica de superfície. Após averiguar com atenção os compartimentos geoambientais do sítio, optou-se por iniciar as escavações da Unidade Ampla, que foi seguida por sondagens arqueológicas, plotadas nas orientações norte, sul, leste e oeste, tendo como referência a Unidade Ampla escavada.

A Unidade Ampla de escavação foi plotada onde havia pequenos fragmentos cerâmicos, dispersos em superfície. A identificação desse material é resultado das atividades de prospecção realizadas inicialmente. Essa área também está localizada próximo ao local que, de acordo com relatos orais dos

moradores, foi identificada uma das vasilhas cerâmicas coletadas anteriormente. A Unidade Ampla foi orientada pela abertura de uma quadra com dimensões de 1m², que foi sendo ampliada de acordo com material arqueológico identificado, totalizando nove (09) quadras escavadas.

Quanto às sondagens, elas estiveram com dimensões de 50cm², com espaçamento de 5m entre as sondagens, totalizando oito (08) sondagens escavadas.

As pesquisas historiográficas associadas à pesquisa arqueológica, tanto a realizada através do material doado pela comunidade, como a pesquisa interventiva de campo, permitiram um universo interpretativo maior e mais profundo dos momentos históricos das ocupações do arquipélago de Orocó e mostrou-se de fundamental importância para compreender a organização espacial e o nível de complexidade das ocupações na região do médio São Francisco.

A seguir, apresentamos detalhadamente as atividades interventivas realizadas no sítio, que foram compostas por duas etapas de campo, descrevendo os dados obtidos e o quanto essas atividades se mostraram satisfatórias diante dos objetivos estabelecidos, trazendo dados importantes para a pesquisa aqui realizada e para a manutenção do acervo arqueológico do sítio Piraçú.

4.3 ETAPA DE CAMPO 1 - CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS ESCAVADAS

Após o reconhecimento realizado através da prospecção de superfície no sítio Piraçú, de forma que pudéssemos compreender os pontos mais elevados, as áreas com maior recorrência de identificação de vestígios arqueológicos, foi possível definir a escolha da primeira área a ser escavada.

Por meio dos dados que já havíamos coletados em etapas anteriores das pesquisas no sítio Piraçú, tínhamos noção do que poderíamos identificar durante as escavações e foi munido de todas as informações arqueológicas e históricas coletadas anteriormente que demos início às atividades interventivas no sítio, através da abertura de uma Unidade Ampla de escavação.

Iniciamos as atividades com a delimitação das áreas que seriam escavadas, com quadras de 1m², formando uma Unidade Ampla com doze (12) quadras previstas para serem escavadas, localizadas na área 1 de intervenções.

A primeira Unidade Ampla de escavação (área 1 – Unidade Ampla 1) foi plotada, relativamente próxima à área onde se encontra a residência familiar dos moradores da ilha e próximo ao local onde os moradores já haviam coletado vasilhas cerâmicas, em momentos que antecederam a nossa pesquisa de campo. Além disso, facilmente era possível identificar artefatos cerâmicos em superfície, fato importante para a escolha exata da área escavada.

Seu Guilherme, proprietário da ilha, afirmou ser a área que nunca inundou em nenhuma das enchentes já registradas no Rio São Francisco desde a década de 30. Sendo essa, portanto, também uma das porções mais elevadas da ilha.

A escavação das quadras da Unidade Ampla se deu de forma sistemática, com controle e registro total de todas as atividades realizadas, registradas através de fichas, cadernos de campo, desenhos e um amplo registro fotográfico, pois essa era uma demanda importante da pesquisa de campo, uma vez que tínhamos a possibilidade de, pela primeira vez, realizar a coleta de

artefatos arqueológicos, especificamente de vasilhas cerâmicas *in situ* com todo o seu contexto de deposição preservado, sendo isso de suma importância para que conseguíssemos amostras para obtermos datações absolutas do sítio.



Figura 46 - Início da primeira unidade escavada com dimensões de 1m² (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).

O controle da escavação se deu através de decapagens de 10cm e, ao final de cada decapagem, era realizado o registro de todos os dados coletados para que uma segunda decapagem pudesse ser iniciada e assim sucessivamente.

O local onde foi plotada a Unidade Ampla de escavação é uma área que constantemente é utilizada para a agricultura e que passa por um intenso movimento de revolvimento de solo, a cada período de plantação e colheita, assim como é de uso cotidiano dos moradores da ilha.

As ilhas dessa região são utilizadas, normalmente, para o cultivo de culturas rasas como feijão, cebola e mandioca. O arado do trator alcança, exatamente, a profundidade de maior ocorrência de material arqueológico, que se localiza na profundidade média de 20 a 30cm, estando nessa profundidade a principal camada arqueológica identificada. Nesse sentido, facilmente pode

ocorrer a descontextualização do processo de deposição dos artefatos, em consequência, sobretudo, das atividades agrícolas.

Nas imagens a seguir, figuras 47 e 48, pode-se observar a paisagem do entorno imediato da área da Unidade Ampla, cercada por uma plantação de mandioca²¹. Parte do terreno estava arado para o próximo plantio de mandioca e há também na ilha inúmeras árvores algarobeiras²² ou, como popularmente chamadas “pé-de-algaroba”, essa é uma árvore invasora muito comum na caatinga e em regiões áridas, mas é nativa do Peru, tendo se adaptado muito bem ao sertão por sobreviver com pouca quantidade de água.

A paisagem física de Piraçú é um espelho do retrato da caatinga que vemos cotidianamente no semiárido nordestino, com vegetação de médio porte e esparsa, que passa pela perda da folhagem, durante os longos períodos de seca, voltando a florescer com pouca chuva, tornando assim as paisagens muito diferentes durante os períodos do ano de secas e chuvas. No momento da pesquisa de campo, estávamos no período chuvoso. Nesse sentido, uma vegetação arbustiva se mostra como pode ser observado nas imagens abaixo;

²¹ Cientificamente chamada de *Manihot esculenta*.

²² Cientificamente chamada de *Prosopis juliflora*.



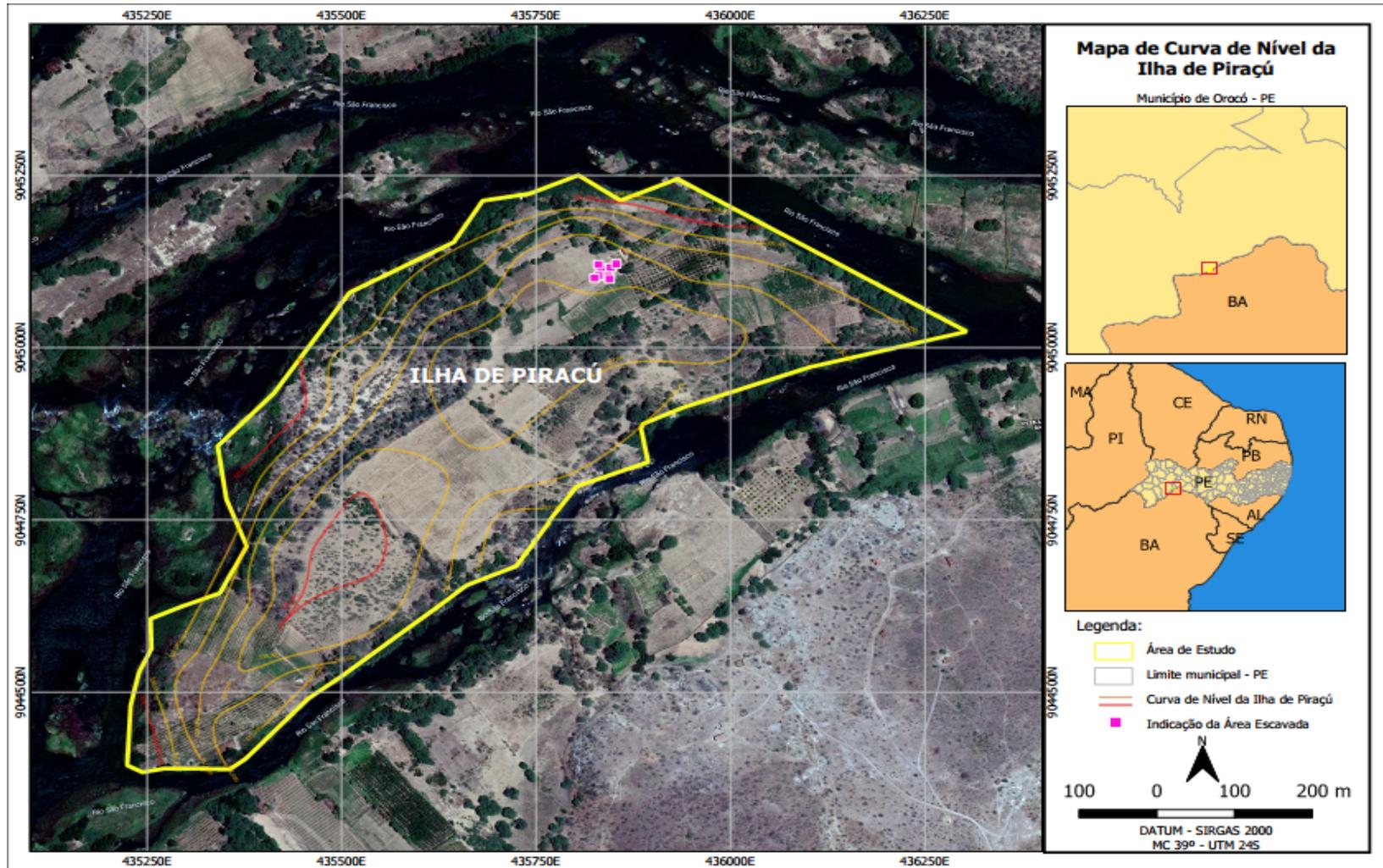
Figura 47 – Vista panorâmica do entorno imediato da área escavada (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).



Figura 48 – Vista panorâmica do entorno imediato da área escavada (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).

É sabido que a área emersa das ilhas possui seus limites indefinidos e delimitados de acordo com a vasão do rio e dos seus afluentes, mas, no presente, esses limites também são definidos através dos ciclos das vasões existentes nas hidroelétricas, localizadas em vários trechos do Rio São Francisco. No caso de Piraçú, esses limites se dão, mais precisamente através do controle determinado pelas hidroelétricas do curso do médio do Rio São Francisco, como a de Sobradinho, o que faz com que, atualmente, a porção mais alta desse território seja um local extremamente atrativo para fixação de moradias permanentes ou temporárias.

A ilha de Piraçú tem, na sua porção mais elevada, uma altitude aproximada de 343m (em relação ao nível do mar) e, na medida que nos aproximamos das margens da ilha, essas suas porções tornam-se mais baixas e a altitude se aproxima de 339m. Essas elevações são fáceis de serem percebidas no mapa de curva de nível da ilha, mapa 8, p. 174.



Mapa 8 - Mapa de Curva de Nível da Ilha de Piracú, com indicação da área escavada, etapa de campo1. (Elaboração: Vitor Colares, 2020).

O fato que podemos constatar é que o local de maior altitude da ilha foi palco de sucessivas ocupações, dentro da longa história do arquipélago de Orocó, sendo também o local de maior recorrência de identificação de vestígios arqueológicos na ilha de Piraçú.

A área escavada é marcada pelo arado do trator durante todo o ano, mas, no momento da realização da pesquisa de campo, o solo estava descansando de uma plantação de cebola para que uma outra safra pudesse ser plantada.

Ao norte da Unidade Ampla, há uma lavoura de mandioca, como pode ser percebido na imagem a seguir;



Figura 49 – Unidade Ampla de escavação e entorno imediato (Foto: Vinícius Colares, 2020).

Como mencionado anteriormente, próximo à área escavada, há edificada a residência da família proprietária da ilha. Nesse sentido, além do constante uso para a agricultura, a área do sítio é utilizada como lugar de moradia e a identificação de vestígios arqueológicos pelos moradores é algo que é tratado por eles com bastante familiaridade, ao afirmarem constantemente que

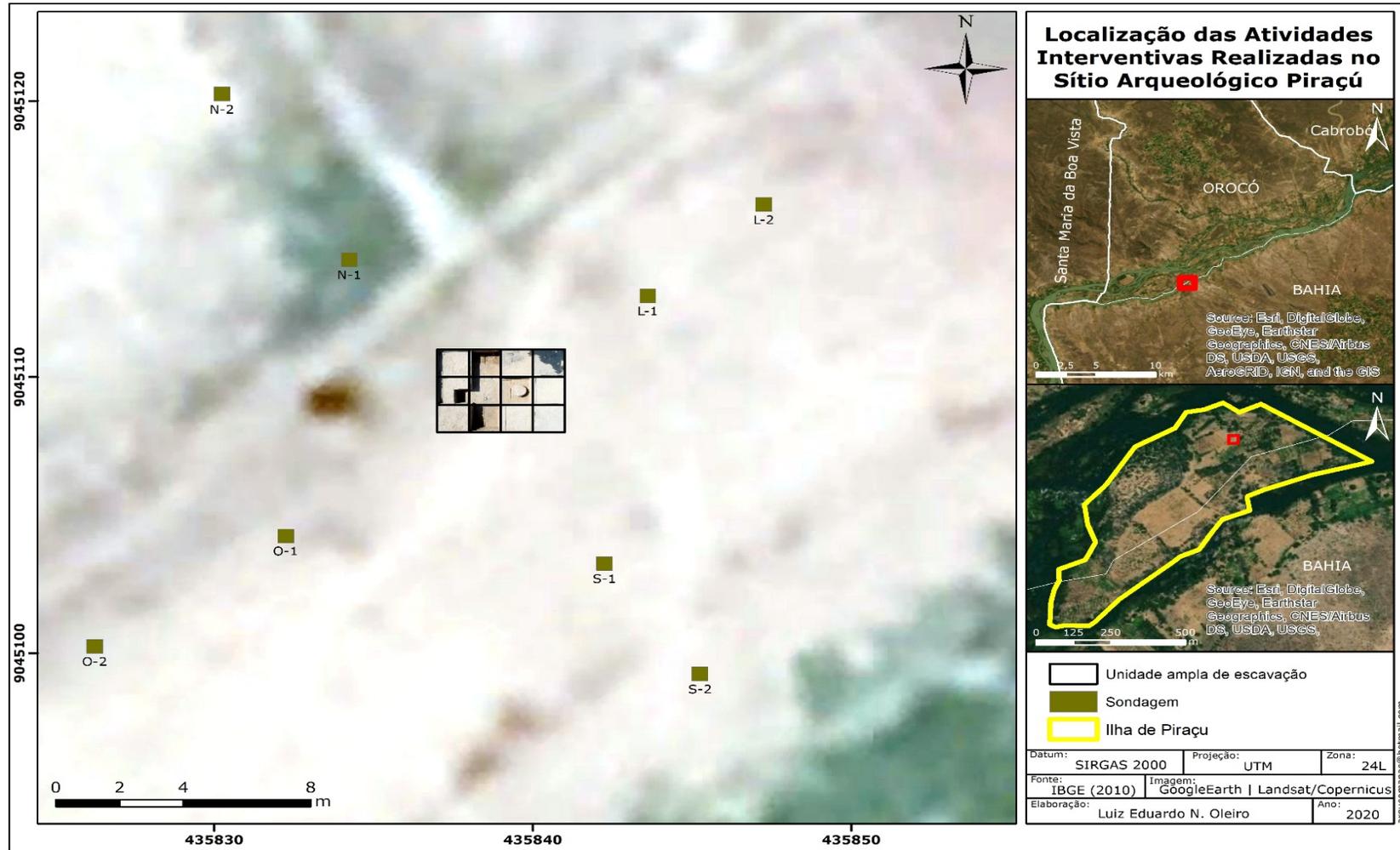
os fragmentos cerâmicos “*são do tempo que os índios moravam na ilha*” (fala do Seu Guilherme, proprietário da ilha de Piraçú, 2020).



Figura 50 - Residência dos proprietários da ilha, localizada próxima à área da escavação (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).

Das doze (12) quadras demarcadas inicialmente para a Unidade Ampla, foram escavadas nove (09), e três (03) não foram escavadas, exclusivamente, em consequência da logística para execução da pesquisa de campo. Trabalhamos no limite do tempo e do nosso orçamento financeiro para execução das etapas de campo e, diante dessa realidade, optou-se por dar ênfase às quadras já iniciadas, onde haviam sido identificados vestígios arqueológicos para que a escavação alcançasse a profundidade desejada e que se pudesse ter um recorte significativo do perfil estratigráfico.

A seguir, apresentamos descrição detalhada das quadras escavadas e de todo material coletado na etapa de intervenções, pois, além da Unidade Ampla, optou-se por abrir sondagens de 50cm² nas direções Norte, Sul, Leste e Oeste da unidade, para que pudéssemos identificar a sequente formação estratigráfica do sítio.



Mapa 9 - Localização das atividades interventivas realizadas no sítio arqueológico Piraçú, etapa de campo 1. (Elaboração: Eduardo Oleiro, 2020).



Figura 51 - Unidade Ampla de escavação - Área 1 e a nomenclatura recebida por cada quadra, que corresponde aos números finais das coordenadas geográficas em UTM (Foto: Vinícius Colares, 2020).

❖ QUADRA: 5838/5109 - Área 1

Primeira quadra escavada na Unidade Ampla, foi também a quadra que norteou a ampliação da escavação da Unidade.

Na decapagem 1, foram identificadas dez (10) fragmentos cerâmicos e um (01) lítico em superfície. Decapagem 2, doze (12) fragmentos cerâmicos. Decapagem 3, foram identificados dois (02) fragmentos cerâmicos. Decapagem 4, três (03) fragmentos cerâmicos e uma estrutura circular que, provavelmente, trata-se de um buraco de estaca, com um sedimento mais friável. Nessa área circular, que está localizado em um solo com alta compactação identificado em toda a quadra escavada, com a única exceção dessa estrutura circular, além de um solo mais friável, possuía também uma coloração mais clara que as demais áreas da unidade.

A grande compactação do solo foi interpretada como sendo um possível piso de ocupação, uma vez que esse solo bastante compacto está presente em toda a unidade e aparece na mesma profundidade em todas as quadras escavadas.

A escavação dessa quadra foi finalizada na decapagem 4, profundidade 40cm, pois precisaríamos analisar dentro de um contexto mais amplo a horizontalidade da dispersão desse solo com grande compactação, o que vem a ser o piso de ocupação. Ao total, foram coletados 25 fragmentos cerâmicos e 1 lítico coletado em superfície.



Figura 52 - Buraco de estaca identificado na Unidade: 5839/5109 - Área 1. (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).



Figura 53 - Mancha escura e fragmentos cerâmicos associados ao buraco de estaca e ao piso com alta compactação, unidade 5839/5110 - Área 1. (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).

❖ QUADRA: 5837/5109 - Área 1

A segunda quadra escavada da Unidade Ampla, foi iniciada pela identificação de três (03) fragmentos cerâmicos em superfície. Nessa quadra,

foram escavadas apenas duas decapagens, por ser uma área onde havia uma deposição de solo maior que nas outras unidades, causando um desnível na superfície, tornando as decapagens espessas para alcançar o nivelamento da quadra.

Foram coletados, na primeira decapagem, quatro (04) fragmentos cerâmicos. Na segunda, apenas um (01) fragmento cerâmico que foi acondicionado para datação. Nesta quadra, foram coletados oito (08) fragmentos cerâmicos.



Figura 54 - Registro do início da escavação da quadra - 5837/5109 - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).

❖ **QUADRA: 5839/5109 - Área 1**

Esta foi a terceira quadra escavada na Unidade Ampla. Em superfície, foram identificados três (03) fragmentos cerâmicos. Logo no início da escavação da segunda decapagem, já pôde ser identificado a borda de uma vasilha cerâmica.

Durante a escavação da decapagem 1, foram identificados doze (12) fragmentos cerâmicos. Na decapagem 2, foi identificada a borda de uma vasilha

cerâmica, e dois (02) fragmentos cerâmicos próximo à vasilha e na decapagem 3, foi dada continuidade à escavação da vasilha, não sendo identificados outros vestígios arqueológicos associados.

A decapagem 4 foi marcada pela identificação da base da vasilha cerâmica e sua coleta e havia também um fragmento cerâmico associado a base da vasilha. Ainda na decapagem 4, foi também identificada a sequência do que consideramos ser o piso de ocupação, com alta compactação identificado na quadra 5838/5109 estando localizado na mesma profundidade. Foram coletados dessa quadra fragmentos cerâmicos para datação que estavam associados à vasilha e no nível em que a vasilha foi coletada, na profundidade de 42cm.

Ao total, durante a escavação da quadra, foram coletados dezesseis (16) fragmentos cerâmicos, um desses acondicionado para datação, uma (01) vasilha cerâmica e coletas amostrais de sedimento de todas as decapagens.

A coleta da vasilha apenas foi finalizada após a realização de um casulo que pudesse garantir a preservação total da peça de forma que evitasse a fragmentação das partes que estavam com rachaduras. A vasilha estava completamente preenchida por sedimento e a escavação do casulo deu-se apenas em laboratório. Observar a elaboração do casulo nas figuras 55, 56 e 57.

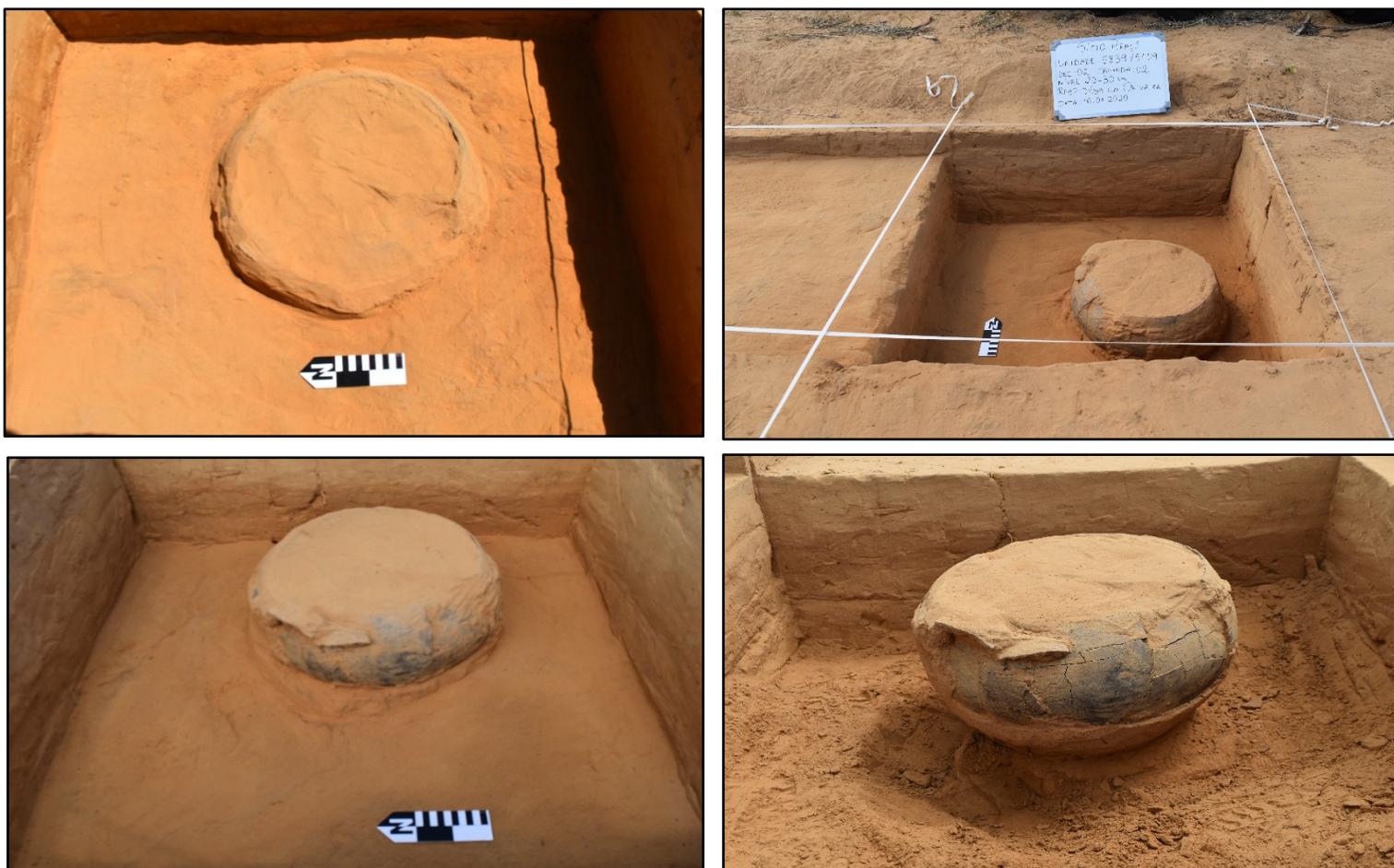


Figura 55 - Vasilha cerâmica identificada na Unidade 5839/5109 - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).



Figura 56 - Realização da coleta da vasilha e acondicionamento para transporte até o laboratório. (Foto: Érika Oliveira, 2020).



Figura 57 - Solo compacto existente na camada onde a vasilha foi depositada. Provável piso de ocupação, unidade: 3839/5109 - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).



Figura 58 - Realização da coleta da vasilha em casulo e acondicionamento para transporte até o laboratório. (Foto: Érika Oliveira, 2020).

❖ QUADRA: 5840/5109 - Área 1

Nesta quadra, foi escavada apenas uma decapagem, sem a identificação de material arqueológico em superfície e/ou profundidade. Como havia uma demanda de dar continuidade à escavação das quadras com a presença de material arqueológico, essa quadra não seguiu sendo escavada pois já haviam sido identificadas duas decapagens com carácter negativo, ou seja, sem a identificação de vestígios arqueológicos.



Figura 59 - Escavação da primeira decapagem da Quadra 5850/5109 - Área 1. (Foto: Bruno Vieira, 2020).

❖ QUADRA: 5839/5108 - Área 1

Na presente quadra, foi escavada apenas uma decapagem, com a identificação de apenas dois (02) fragmentos cerâmicos em superfície, sendo a decapagem 1, negativa.

O objetivo da escavação dessa quadra foi para ampliar a escavação da quadra 5839/5109, onde foi identificada a vasilha cerâmica para que sua coleta pudesse ocorrer de forma mais segura.



Figura 60 - Escavação da decapagem 01 da Quadra 5839/5108 - Área 1. (Foto: Bruno Vieira, 2020).

❖ QUADRA: 5838/5110 - Área 1

Sexta quadra escavada na unidade por ter sido identificados, em superfície fragmentos cerâmicos associados a fragmentos ósseos.

Nessa quadra, foram escavadas 4 decapagens. Havendo na decapagem 1, trinta e seis (36) fragmentos cerâmicos e oito (08) fragmentos ósseos.

A decapagem 2 foi negativa, sem a identificação de material arqueológico.

A decapagem 3 foi também negativa. E, na decapagem 4, foram coletados seis (06) fragmentos cerâmicos, sendo identificado também o solo com alta compactação percebido nas quadras anteriormente escavadas. Esse solo com alta compactação foi identificado na mesma profundidade das demais quadras, com 40cm de profundidade e, na decapagem 4, corroborando com a possibilidade de tratar-se de um piso de ocupação.

Ao total da escavação desta quadra, foram coletados quarenta e dois (42) fragmentos cerâmicos e oito (08) fragmentos ósseos. Um fato que chamou bastante atenção foi que esta unidade teve as decapagens 2 e 3, totalmente negativas voltando a aparecer fragmentos cerâmicos na decapagem 4 e associado ao solo mais compacto do possível piso, fato que reforça tratar-se de um piso de ocupação.



Figura 61 - Fragmento cerâmico corrugado, associado a fragmentos ósseos, localizado na unidade: 5838/5110 - Área 1 (material datado). (Foto: Érika Oliveira, 2020).



Figura 62 - Fragmento cerâmico corrugado, associado a fragmentos ósseos, localizado na unidade: 5838/5110 - Área 1 (material datado). (Foto: Érika Oliveira, 2020).

❖ QUADRA: 5837/5110 - Área 1

Nesta quadra, foram escavadas apenas duas decapagens. As decapagens 1 e 2 foram negativas, sem a identificação de material arqueológico. No entanto, foram coletados, na superfície da quadra, nove (09) fragmentos cerâmicos e ósseos bastante fragmentados, mas as decapagens foram totalmente negativas.



Figura 63 - Escavação da decapagem 01 da Quadra 5837/5110 - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).

❖ QUADRA: 5839/5110 - Área 1

Oitava quadra escavada, e durante a escavação da decapagem 1, dois (02) fragmentos cerâmicos e uma mancha escura, vestígio de uma estrutura de combustão contemporânea. Pequenas estruturas de combustão como essa, são facilmente identificadas na ilha, associadas as atividades de agricultura, queima de resíduos sólidos domésticos ou para preparos rápidos de alimentos.

A escavação dessa unidade não foi dada continuidade, pois tratava-se de uma área bastante perturbada e, devido ao curto espaço de tempo que tínhamos para a realização da pesquisa de campo, optamos por dar atenção às outras unidades com contextos arqueológicos mais preservados.



Figura 64 - Macha de combustão contemporânea identificada na decapagem 2 da Quadra: 5839/5110 - Área 1. (Foto: Bruno Vieira, 2020).

❖ QUADRA: 5838/5108 - Área 1

Esta quadra foi escavada com o objetivo principal de verificar a extensão de piso com alta compactação que havia sido identificado nas outras quadras da unidade. Escavada até a decapagem 4, identificou-se o solo altamente compacto, na mesma profundidade do percebido nas outras quadras.

Na decapagem 1, foi coletado apenas um (01) pequeno fragmento cerâmico.

As decapagens 2 e 3 foram negativas, sem material arqueológico. E, na decapagem 4, foi identificada também a extensão do solo com alta compactação percebida nas outras quadras escavadas, confirmando que esse solo, estendia-se por todas as quadras da unidade que alcançaram essa mesma profundidade.



Figura 65 - Escavação da decapagem, 2 da Quadra 5838/5108 - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).

Com exceção das quadras que foram escavadas até a decapagem 4 e que foram finalizadas após alcançarem o solo com alta compactação, sendo este associado a um possível piso de ocupação, todas as outras quadras tiveram suas escavações limitadas em consequência do tempo planejado e das dificuldades de recursos financeiros, para que a escavação pudesse ser continuada nesse momento. No entanto, temos ciência do alto potencial arqueológico da unidade e da necessidade da sua ampliação, tanto vertical como horizontalmente.

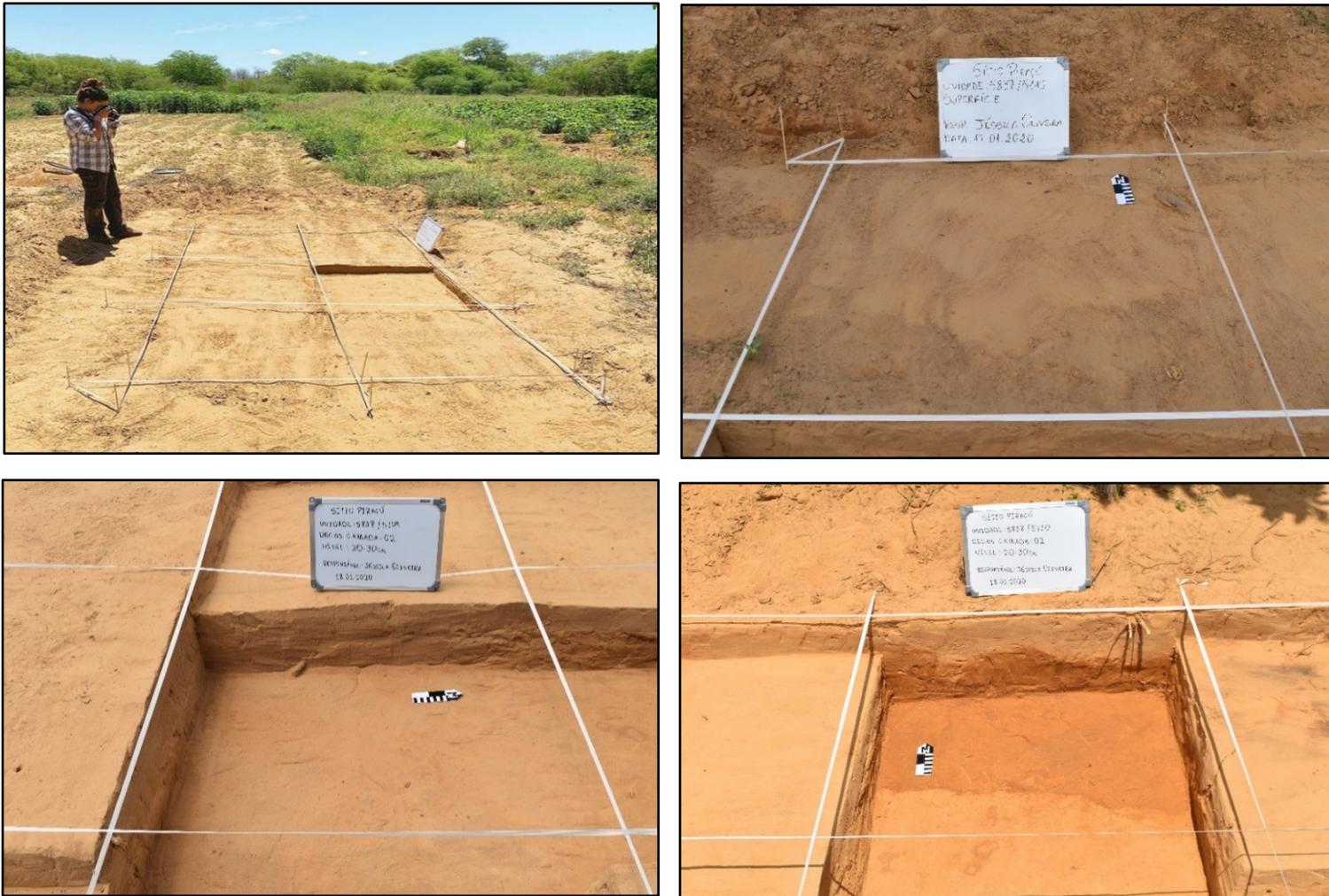


Figura 66 - Registro fotográfico das quadras escavadas na Unidade Ampla de escavação - Área 1. (Foto: Érika Oliveira, 2020).



Figura 67 - Abertura sistemática da unidade de escavação - Área 1. (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).

A Unidade Ampla de escavação foi sendo ampliada à medida em que as quadras escavadas apresentavam vestígios arqueológicos e optava-se pela abertura de uma nova quadra que poderia ser nas orientações: Norte, Sul, Leste ou Oeste, conforme achássemos mais pertinente.



Figura 69 - Escavação da Unidade Ampla - Área 1. (Foto: Vitor Colares, 2020).



Figura 68 - Escavação da Unidade Ampla - Área 1. (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).



Figura 70 - Escavação da Unidade Ampla - Área 1. (Foto: Vinícius Colares, 2020).

Todas as quadras escavadas respeitaram a mesma metodologia proposta para a pesquisa de campo, e foram registradas através de fichas individuais de campo. E, à medida que iam sendo identificados vestígios arqueológicos, as decapagens foram sendo aprofundadas. Entretanto, o nível entre 20 e 30cm foram os níveis com maior identificação de material arqueológico e no nível de 40cm, o solo com alta compactação, área que consideramos a possibilidade de tratar-se de um piso de ocupação.

Um dos achados arqueológicos de maior relevância, foi uma vasilha cerâmica identificada nos primeiros 20cm da Quadra 5839/5109.

Esse artefato constitui, no presente momento, a primeira vasilha identificada em contexto de deposição *in situ* em que pudemos ter o controle total da escavação, bem como realizar a coleta do material a ela associado, tratando-se da primeira datação absoluta dos artefatos cerâmicos do sítio Piraçú.

Um fato importante do contexto da vasilha é que não identificamos, durante a escavação, nenhum tipo de perturbação estratigráfica. A base da

vasilha estava na profundidade de 40cm, decapagem 4, sendo a profundidade onde se identificou o solo com alta compactação em todas as quadras que alcançaram essa mesma profundidade.



Figura 71 - Localização da vasilha na Unidade Ampla de escavação – Área 1. (Foto: Vinícius Colares, 2020).

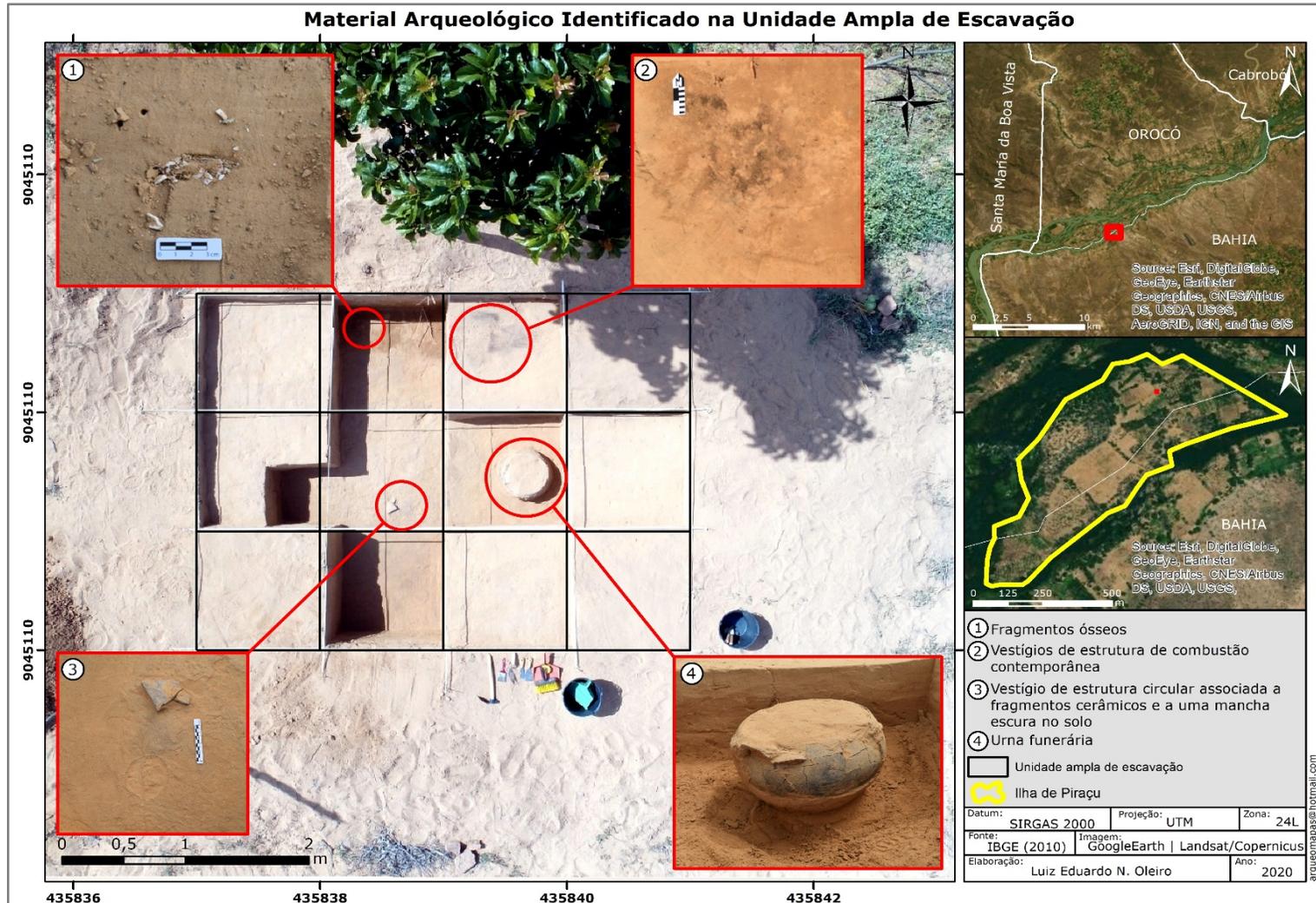
Durante a escavação da unidade, foram identificados fragmentos ósseos de crânio, associados a fragmentos cerâmicos. Todo o material foi coletado.

Foi identificado e coletado também o total de cinco (05) dentes decíduos, que estavam soltos e dispersos na superfície da unidade e coletados ainda na limpeza de superfície (eles serão melhor descritos no tópico sobre curadoria e análise do material arqueológico coletado). Os dentes estavam associados a fragmentos cerâmicos com decoração externa corrugada, o que pode tratar-se de um fragmento de urna funerária, caso exista mesmo um padrão de decoração plástico corrugada associada às urnas funerárias de Piraçú, como observado nas urnas já identificadas.

A identificação do material arqueológico citado acima, durante a limpeza de superfície, reforça o grande revolvimento de solo e a descontextualização do material arqueológico na superfície do sítio.

O material arqueológico, identificado na etapa da pesquisa interventiva de campo, traz importantes dados para a compreensão do contexto arqueológico de Piraçú. Alguns dados aqui merecem destaque, como a identificação de um vestígio do negativo de um buraco de estaca que estava presente na decapagem 3, seguindo na decapagem 4 da Quadra 5838/5109. O fato dessa estrutura está associado a um solo extremamente compacto fortalece a possibilidade de tratar-se de um possível piso de ocupação, pois essa é a mesma camada a qual se identificou a base da vasilha cerâmica, na Quadra 5839/5109. Ainda associada à estrutura circular, foram identificados: uma mancha escura de combustão, e dois fragmentos cerâmicos. Entretanto, a estrutura de combustão identificada na superfície da quadra 5838/5110, trata-se de uma fogueira recente realizada na área, pois estava presente na primeira decapagem da quadra, sendo uma área bastante antropizada, e conforme já citado anteriormente associada ao atual uso da ilha.

Abaixo segue um mapa detalhado, com indicação dos principais vestígios identificados na Unidade Ampla de escavação, durante a realização da primeira etapa da pesquisa interventiva de campo.



Mapa 10 - Localização do material arqueológico identificado na Unidade Ampla de escavação – Área 1. (Elaboração: Eduardo Oleiro, 2020).

Quanto aos perfis estratigráficos da unidade escavada, pode-se afirmar que se trata de uma estratigrafia bastante uniforme, com predominância de um solo areno-argiloso, bastante característico de ilhas fluviais do médio Rio São Francisco. Ao longo da escavação, pode-se observar três (03) camadas sedimentares, identificadas com base na coloração, compactação e granulometria do solo.

O solo da primeira camada é extremamente friável e de coloração marrom claro, com granulometria média.

Na segunda camada, foi possível observar um solo com uma coloração um pouco mais escura e com maior compactação.

A terceira camada possui um solo extremamente compacto com coloração marrom, em um tom mais claro que a identificada na camada anterior.

Os perfis estratigráficos podem ser melhor observados através dos desenhos vetorizados a seguir.

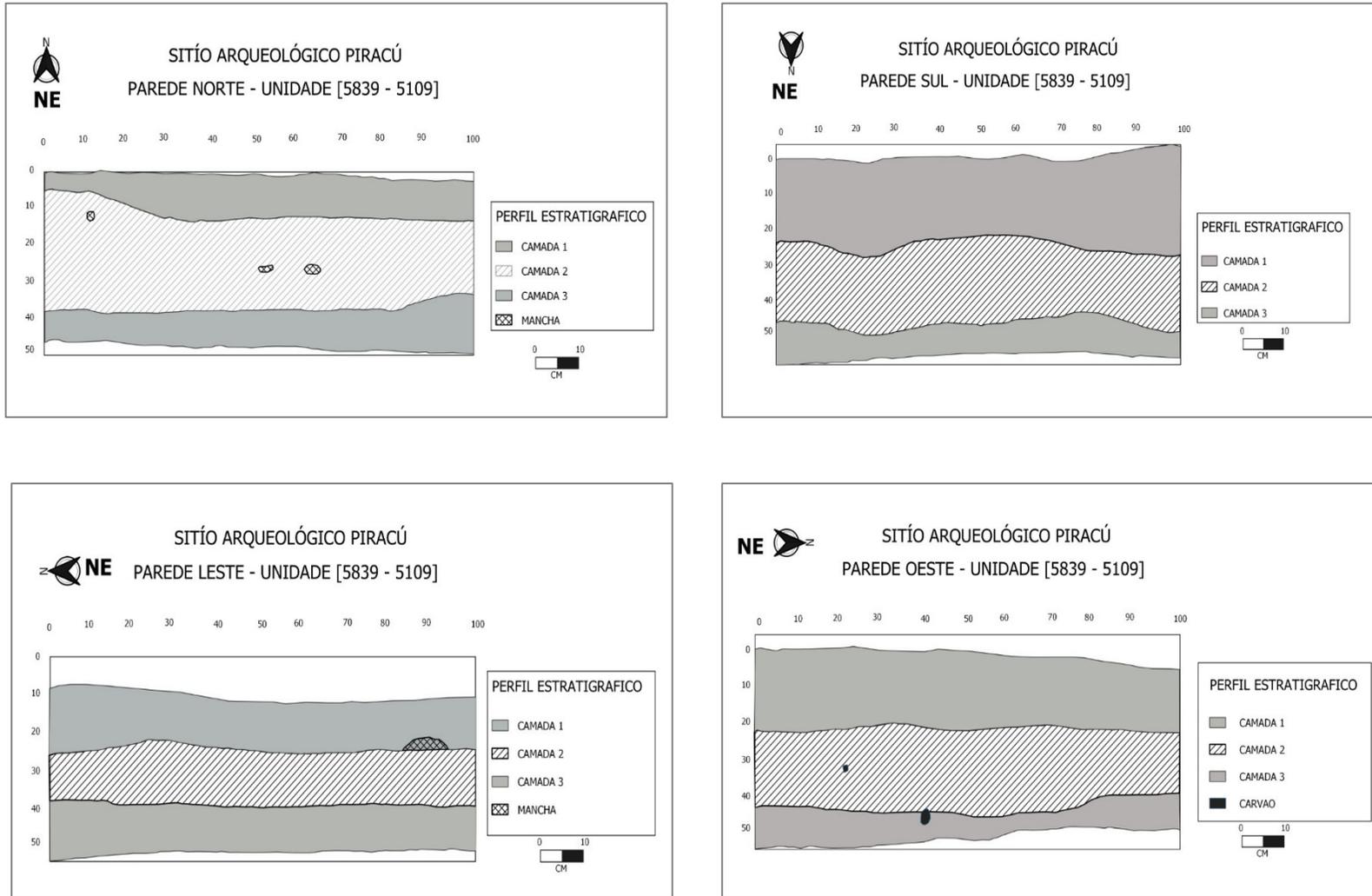


Figura 72 – Vetorização dos perfis estratigráficos da Unidade Ampla de escavação – Área 1 (Elaboração: Flávio Carvalho, 2020).

Partindo dos limites da área da Unidade Ampla de escavação, optamos pela abertura de sondagens, com dimensões de 50cm², nas orientações Norte, Sul, Leste e Oeste, com espaçamento de 5m entre elas.

O objetivo principal das sondagens foi verificar a dispersão do material arqueológico em profundidade, bem como verificar se o solo mais compacto, a que atribuímos a um possível piso de ocupação se estendia por dimensões maiores e fora da área da Unidade Ampla, bem como ter uma compreensão mais completa da estratigrafia do sítio.

Nesse sentido, foram escavadas oito (08) sondagens com profundidade também de 50cm.

Entretanto, em nenhuma delas foi identificado material arqueológico e, apenas na sondagem sul (Sul-02), foi identificado um solo um pouco mais compacto, mas não foi possível atribuir a uma continuidade do possível piso, identificado na Unidade Ampla de escavação, pelo fato de não se tratar do mesmo nível de profundidade e de compactação do solo.



Figura 73 - Escavação das sondagens (Foto: Érika Oliveira, 2020).

Na primeira etapa da pesquisa de campo, obtivemos dados importantes por meio das escavações, como podemos observar, de forma geral, na tabela que se segue;

Tabela 8 – Intervenções realizadas e quantificação do material arqueológico coletado durante a etapa de campo 1.

QUADRA	PROF. ESCAVADA	MATERIAL ARQUEOLÓGICO COLETADO
5837/5110 – Área 1	20cm	Decapagens negativas
5838/5110 – Área 1	40cm	42 frag. cerâmicos e 8 frag. ósseos
5839/5110 – Área 1	10cm	2 frag. cerâmicos
5837/5109 – Área 1	20cm	8 frag. cerâmicos (1 coleta para datação)
5838/5109 – Área 1	40cm	27 frag. cerâmicos e 1 lítico
5839/5109 – Área 1	40cm	17 frag. cerâmicos e 1 vasilha cerâmica
5840/5109 – Área 1	10cm	Decapagem negativa
5838/5108 – Área 1	40cm	1 frag. cerâmico
5839/5108 – Área 1	10cm	2 frag. cerâmicos em superfície
Sondagem – N1 – Área 1	50cm	Sondagem negativa
Sondagem – N2 – Área 1	50cm	Sondagem negativa
Sondagem – L1 – Área 1	50cm	Sondagem negativa
Sondagem – L2 – Área 1	50cm	Sondagem negativa
Sondagem – S1 – Área 1	50cm	Sondagem negativa
Sondagem – S2 – Área 1	50cm	Sondagem negativa
Sondagem – O1 – Área 1	50cm	Sondagem negativa
Sondagem – O2 – Área 1	50cm	Sondagem negativa

Durante todo o período da etapa da pesquisa de campo, contamos com o apoio dos proprietários da ilha de Piraçú, Seu Guilherme e Dona Maria e contamos ainda com a importante contribuição de Daniel dos Santos e de Zé de Severo, moradores da Orocó, que participaram ativamente durante todo o processo de escavação conosco. Auxiliaram tanto no trabalho de campo, nas escavações arqueológicas, como na compreensão do contexto arqueológico pesquisado, ao afirmarem, insistentemente, que aquele solo compacto podia ser mesmo o local onde eles estavam pisando, pois, de acordo com Seu Zé, é o

mesmo piso de 'terra batida'²³ comumente encontrado nas residências de taipa aqui da região do sertão do nordeste.



Figura 74 - Daniel, Dona Maria e Zé de Severo, moradores de Orocó, auxiliando na realização da pesquisa de campo (Foto: Jéssica Oliveira, 2020).

²³ Trata-se de um piso de argila, feito com uma deposição de lama que é fortemente comprimida, ficando com uma aparência uniforme de um solo concretado.

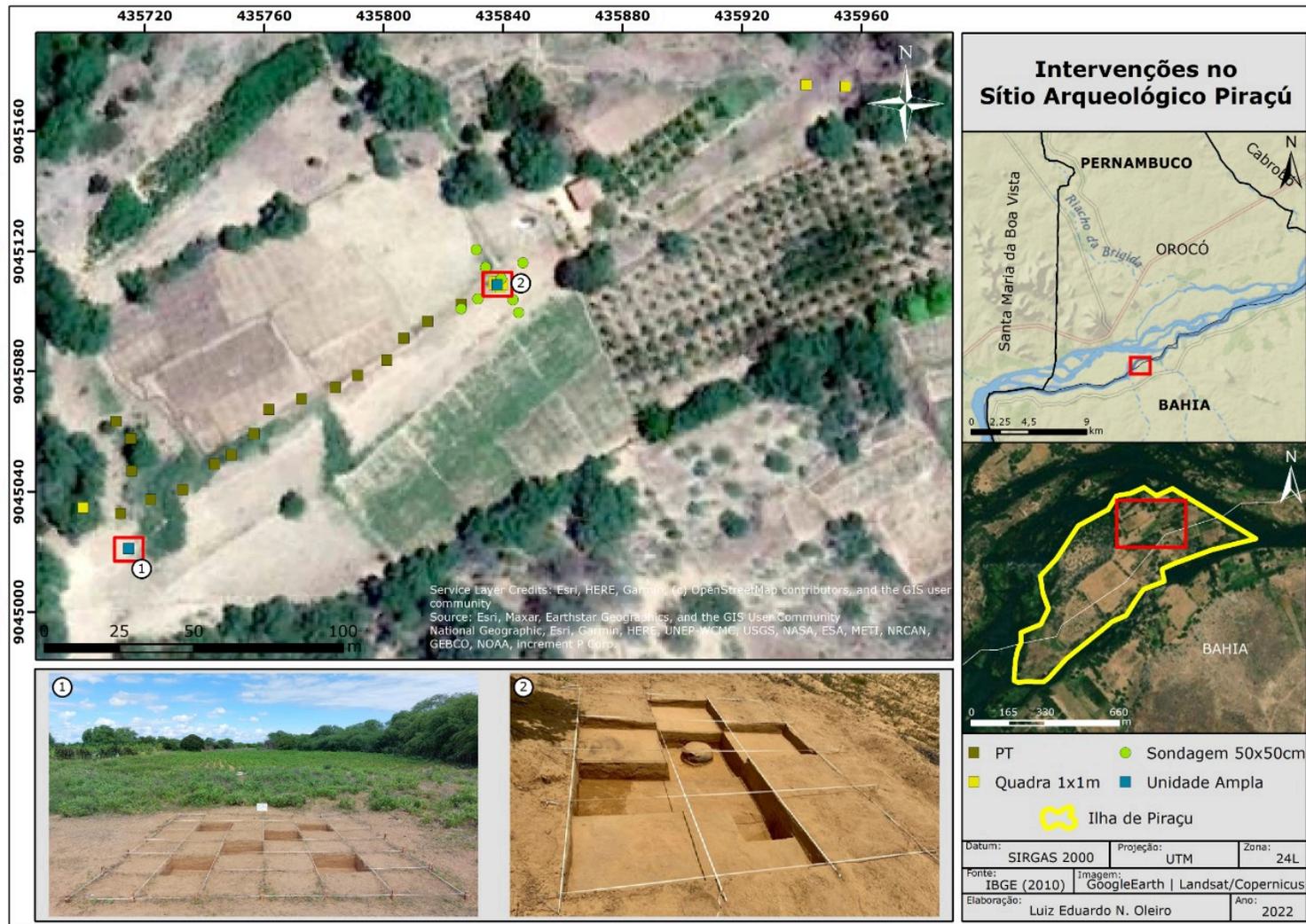
4.4 ETAPA DE CAMPO 2 - CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS ESCAVADAS

Após a execução da primeira etapa interventiva de campo, aqui denominada como Etapa de Campo 1, sentiu-se a necessidade de que outras atividades interventivas fossem realizadas no sítio arqueológico Piraçú, na tentativa de que obtivéssemos um quantitativo maior de artefatos arqueológicos que pudessem subsidiar, de forma mais profunda, o entendimento da área estudada e, nesse sentido, uma outra etapa interventiva de campo foi realizada, aqui denominada de Etapa de Campo 2.

O retorno a campo contou com a importante colaboração dos estudantes do curso de graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, campus Laranjeiras (Semestre: 2/2022), que contribuíram, de forma significativa, para a realização desta etapa da pesquisa de campo.

As investigações e análises da etapa de campo 2 foram caracterizadas pela realização de intervenções de subsuperfície, em diferentes áreas do sítio arqueológico. A primeira intervenção se deu por meio de uma Unidade Ampla de escavação, com a abertura de seis (06) quadras de 1m², seguida da escavação de três (03) quadras isoladas, também de 1m² e da abertura de dezessete (17) poços-testes, com espaçamento de 10m entre eles, objetivando verificar o intervalo entre a primeira unidade ampla escavada durante a etapa de campo 1 e a unidade escavada durante a etapa de campo 2.

No mapa abaixo, pode-se observar a totalidade e localização das atividades interventivas realizadas durante as duas etapas de campo.



Mapa 11 - Indicação das intervenções realizadas durante as etapas de campo 1 e 2 (Elaboração: Eduardo Oleiro, 2022).

A Unidade Ampla foi plotada em uma área onde os moradores já haviam relatado a identificação de artefatos cerâmicos, consiste em essa uma área que ainda não havia sido realizada nenhum tipo de intervenções arqueológicas.



Figura 75 – Marcação da Unidade Ampla – Área 2. Equipe campo composta por estudantes da Graduação de Arqueologia da UFS (Semestre: 2/2022) (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).



Figura 76 – Marcação das quadras da Unidade Ampla – Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

Das quadras plotadas na área da unidade ampla, apenas seis (06) foram escavadas, conforme descrição a seguir:

QUADRA B5 – Área 2

Na Quadra B5, foram escavadas três decapagens por níveis artificiais de 10cm, metodologia que se seguiu nas demais quadras da unidade ampla, alcançando a profundidade total de 30cm. Apresentou solo areno-argiloso, bastante friável e coloração marrom claro nos dois primeiros níveis escavados, com uma camada de transição a partir da decapagem 2, havendo um solo alaranjado a partir da decapagem 3. Esse perfil estratigráfico foi observado em todas as quadras da unidade.

Ao longo da escavação, foram identificados: um instrumento lítico, confeccionado sob um seixo de quartzo na profundidade de 11cm e, nas decapagens 2 e 3, pequenos fragmentos ósseos de fauna. Ainda na decapagem 2, foram identificadas duas manchas de combustão com solo mais compacto em toda a área das manchas, provavelmente resultado do uso recente do solo para agricultura.



Figura 77 - Escavação da Quadra B1 - Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

QUADRA E5 – Área 2

Na quadra E5, também foram escavadas 3 decapagens, alcançando a profundidade total de 30cm de profundidade.

Durante a escavação da quadra, foram coletados quatro fragmentos cerâmicos na decapagem 1, tratando-se de pequenos fragmentos, sendo dois de parede e dois de bordas e três líticos na decapagem 3. Todos os líticos tratavam de pequenos seixos rolados de quartzo, dois deles com fragmentação natural e um em estado bruto, sem fragmentação.



Figura 78 - Escavação da Quadra E5 - Área 2 (Foto: Karla Oliveira, 2022).

QUADRA D4 – Área 2

Seguindo a metodologia prevista para a unidade, a Quadra D4, também alcançou a profundidade escavada de 30cm. Durante a escavação, foram coletados três fragmentos cerâmicos, na decapagem 2, tratando-se de pequenos fragmentos de parede e quatro líticos, sendo uma lasca em sílex coletada na decapagem 3 e três seixos rolados de quartzo, coletados também na decapagem 3, dois possuem fragmentação natural e um estado bruto sem modificação.



Figura 79 - Escavação da Quadra D4 - Área 2 (Foto: Luana Sena, 2022).

QUADRA C3 – Área 2

Durante a escavação da Quadra C3, foram coletados: um fragmento cerâmico de parede na superfície e dois líticos. Trata-se de dois pequenos micaxistos com fragmentação natural. A identificação dos micaxistos remete à mica, presente nos artefatos cerâmicos de Piraçú, pois a mica compõe, em grande quantidade, a pasta das cerâmicas já analisadas.

A Quadra C3, assim como as demais da unidade, foi escavada 30cm e apresentou o mesmo padrão estratigráfico.



Figura 80 - Escavação da Quadra C3 - Área 2 (Foto: Débora Silva, 2022).

QUADRA B2 – Área 2

Conforme previsto na quadra B2, foram escavadas três decapagens, que apresentaram o mesmo padrão estratigráfico, observado nas outras quadras escavadas, no entanto foram todos de carácter negativo, ou seja, sem identificação de vestígios arqueológicos.



Figura 81 - Escavação da Quadra B2 - Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

QUADRA E2 – Área 2

Durante a escavação da quadra E5, foram coletados 2 líticos um na decapagem 1 e outro na decapagem 3, tratando-se de dois seixos rolados, ambos com fragmentação natural.

Na quadra E2, foram escavadas três decapagens, alcançando a profundidade de 30cm e apresentou o mesmo padrão estratigráfico das demais quadras da unidade.



Figura 82 - Escavação da Quadra E2 - Área 2 (Foto: Débora Silva, 2022).

QUADRA Q1 – Área 2

Com o objetivo de verificar a área mais ao norte da unidade, na qual havia pequenos fragmentos cerâmicos dispersos em superfície, optou-se por plotar uma quadra isolada para avaliar o potencial arqueológico o padrão estratigráfico, observado na unidade ampla, estendia-se para outras áreas do sítio.

Na quadra Q1, foram escavadas quatro decapagens por níveis artificiais de 10cm, seguindo o mesmo padrão estabelecido para as demais áreas. Durante a escavação, foram coletados vinte e cinco fragmentos cerâmicos, entre fragmentos de bordas e paredes ainda na superfície. Cinco líticos na decapagem 1, ambos tratavam de seixos de quartzo rolados em estado bruto ou com pequenas fragmentações naturais e quatro fragmentos vítreos na decapagem 1.

Foi observado o mesmo padrão estratigráfico da unidade ampla na área da Quadra Q1.



Figura 83 - Escavação da Quadra Q1 - Área 2 (Foto: Débora Silva, 2022).

QUADRA Q1 – Área 3

Visando verificar as áreas que não passaram por intervenções arqueológicas, nas outras etapas da pesquisa de campo, optou-se por verificar uma porção mais plana e elevada da ilha, que também fica mais próxima ao rio, através da escavação de duas quadras isolada. Tratando-se das Quadras Q1 e Q2, essa área foi denominada de área 3, a terceira área a passar por atividades interventivas no sítio.

Na quadra Q1, foram escavadas três decapagens por níveis artificiais de 10cm, atingindo a profundidade total de 30cm. Apresentou uma completa uniformidade estratigráfica, com apenas uma camada de solo areno-argiloso, de coloração marrom e solo compacto, sem nenhum tipo de perturbação. Todas as decapagens foram negativas, ou seja, sem identificação de material arqueológico.



Figura 84 - Escavação da Quadra Q1 - Área 3 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

QUADRA Q2 – Área 3

Na quadra Q2, foram escavadas três decapagens de 10cm. Apresentou solo bastante uniforme e sem perturbações, o mesmo padrão estratigráfico do identificado na quadra Q1, da área 3, e foi coletado um único fragmento cerâmico identificado na decapagem 1, tratando-se de um pequeno fragmento de parede.



Figura 85 - Escavação da Quadra Q2 - Área 3 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

Como já mencionado anteriormente, além das escavações da unidade ampla e das quadras isoladas, foi realizada a abertura de dezessete poços-testes com o objetivo de investigar a área que era o intervalo entre as unidades amplas, escavadas na área 1 e área 2. Dos poços-testes escavados, apenas dois foram positivos, os poços-testes 1 e 10.

No poço-teste 1, foram coletados dois líticos na profundidade 20-30cm, tratando-se de duas lascas: uma em quartzo e outra em sílex. No poço-teste 10, foi coletado um seixo de quartzo rolado, com fragmentação natural, na profundidade de 20-30cm.



Figura 86 - Realização da escavação dos poços-testes (Foto: Leandro Duran, 2022).

Ao final das escavações da unidade ampla, foi realizada a abertura de um poço-teste central, em todas as quadras escavadas, com o objetivo de verificar a existência de material arqueológico em uma maior profundidade, bem como o comportamento estratigráfico.

Todos os poços-testes foram negativos e apresentaram um solo areno-argiloso, de coloração alaranjada e compacta, aqui compreendido como um solo estéril para a identificação de materialidades arqueológicas, dentro da realidade até o momento apresentada no sítio Piraçú.



Figura 87 - Unidade ampla - Área 2 com o nivelamento das quadras escavadas na profundidade de 30cm (Foto: Débora Silva, 2022).

De forma geral, Piraçú é um sítio com rasas profundidades, onde a camada arqueológica de maior potencial se apresenta entre a profundidade de 10-30cm, havendo um padrão estratigráfico com poucas ou nenhum tipo de perturbações.

Pode-se observar nos desenhos dos perfis que se seguem a identificação de duas camadas naturais de solo, ambas com predominância de

um solo areno-argiloso, com grande uniformidade granulométrica, como o já observado durante as intervenções da etapa de campo 1. É um solo característico das ilhas fluviais do São Francisco.

O solo da primeira camada é extremamente friável e de coloração marrom claro, com granulometria média.

Na segunda camada, foi possível observar um solo com uma coloração um pouco mais escura, ainda na cor marrom e com maior compactação.

Os poços-testes, devido a maior profundidade escavada, apresentaram um solo areno-argiloso de cor alaranjada, compacto e de granulometria média.

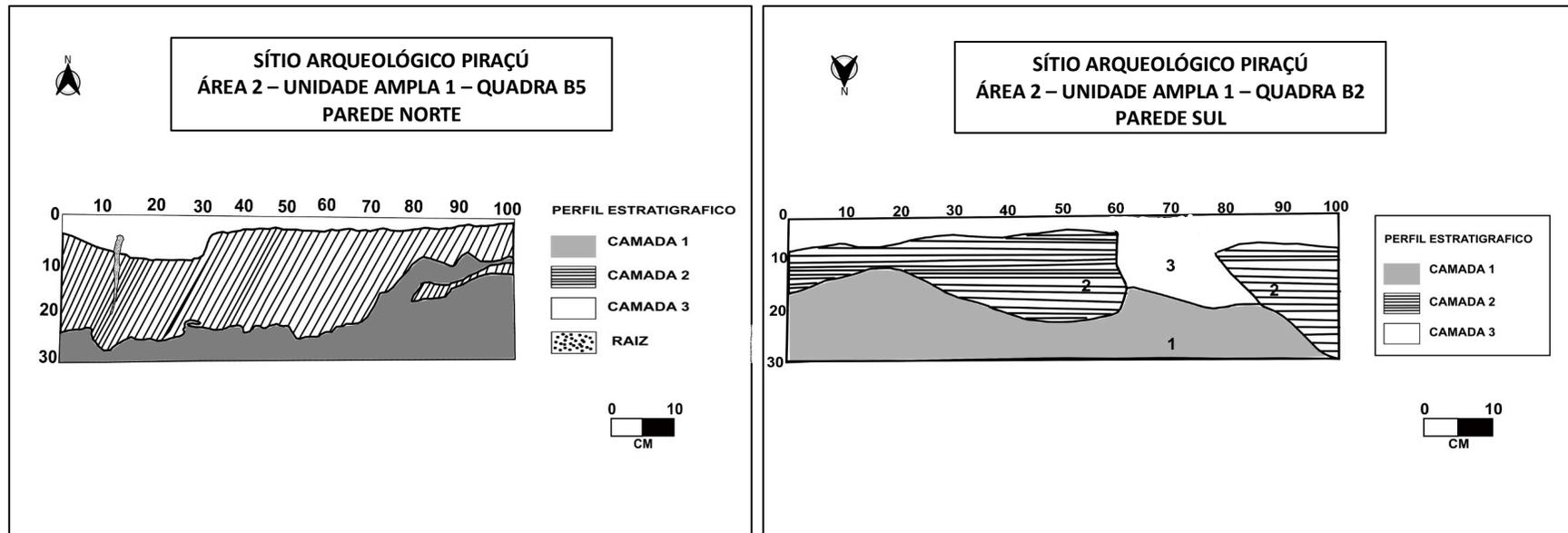


Figura 88 - Vetorização dos perfis estratigráficos da Unidade Ampla de escavação – Área 2 (Elaboração: Flávio Carvalho, 2022).

Na tabela abaixo, há o total de intervenções realizadas e a quantificação de material arqueológico coletado durante as atividades interventivas da etapa de campo 2.

Tabela 9 - Intervenções realizadas e quantificação do material arqueológico coletado durante a etapa de campo 2.

QUADRA	PROF. ESCAVADA	MATERIAL ARQUEOLÓGICO COLETADO
B5 – Área 2	30cm	1 lítico
E5 – Área 2	30cm	4 frag. cerâmicos e 3 líticos
D4 – Área 2	30cm	3 frag. cerâmicos e 4 líticos
C3 – Área 2	30cm	1 frag. cerâmico e 2 líticos
B2 – Área 2	30cm	Quadra negativa
E2 – Área 2	30cm	2 líticos
Q1 – Área 2	40cm	25 frag. Cerâmicos, 5 líticos e 4 vidros
Q1 – Área 3	30cm	Quadra negativa
Q2 – Área 3	30cm	1 frag. cerâmico
PT 1	50cm	2 líticos
PT 2	50cm	PT negativo
PT 3	50cm	PT negativo
PT 4	50cm	PT negativo
PT 5	50cm	PT negativo
PT 6	50cm	PT negativo
PT 7	50cm	PT negativo
PT 8	50cm	PT negativo
PT 9	70cm	PT negativo
PT 10	50cm	1 lítico
PT 11	50cm	PT negativo
PT 12	60cm	PT negativo
PT 13	50cm	PT negativo
PT 14	50cm	PT negativo
PT 15	50cm	PT negativo
PT 16	50cm	PT negativo
PT 17	50cm	PT negativo

Todas as atividades interventivas realizadas, durante as duas etapas da pesquisa de campo no sítio Piraçú, trouxeram dados de extrema relevância para um melhor entendimento da realidade arqueológica da área pesquisada e

subsidiaram, de forma relevante, o aprofundamento da compreensão dos contextos arqueológicos dos artefatos cerâmicos que foram identificados e coletados pelos moradores da ilha, em momentos que antecederam a presente pesquisa.

Nesse sentido, os caminhos metodológicos assumidos para a execução da pesquisa de campo se mostraram bastantes satisfatórios, pois direcionaram para um melhor entendimento da cronologia do sítio através das datações realizadas, que apenas foram possíveis após as coletadas *in situ* de fragmentos cerâmicos coletados, durante as escavações, bem como nos permitiu compreender que o sítio Piraçú é um sítio multicomponencial, com ocupações que vem desde o período pré-colonial, segue durante o período de contato e chega à contemporaneidade.

Esses dados reforçam a necessidade de que o sítio Piraçú, assim como as outras realidades arqueológicas da região, necessitam ser compreendidas sob a luz da arqueologia e da história indígena de longa duração.

4.5 ANÁLISE TÉCNICA DOS ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS COLETADOS DURANTE A PESQUISA INTERVENTIVA DE CAMPO NO SÍTIO PIRAÇÚ – ETAPAS DE CAMPO 1 E 2

O que podemos constatar por meio dos dados arqueológicos coletados durante a pesquisa de campo, é que a ilha de Piraçú passou por sucessivas ocupações, no caminhar do tempo e, dentro dessa realidade, é necessário compreender os vestígios materiais bem como os contextos aos quais estão inseridos, dentro de uma perspectiva de um tempo longo.

Um fator que nos chama bastante atenção é que uma quantidade significativa dos artefatos arqueológicos identificados na ilha de Piraçú estão associados a práticas funerárias, tratando-se, até o momento, de três (03) sepultamentos entendidos através dos seguintes vestígios: Fragmentos ósseos de um indivíduo recém-nascido (urna funerária com tampa); fragmentos ósseos e uma dentição decídua; cinco (05) dentes (identificados durante a limpeza de superfície da escavação da Unidade Ampla – Área 1) e fragmentos ósseos e parte de uma arcada dentária de um indivíduo adulto (urna funerária fragmentada, identificada por moradores). O material ósseo está bastante fragmentado, não permitindo a realização de análises mais detalhadas.

Como já citado anteriormente, outro dado extremamente relevante foi a identificação e coleta de uma vasilha cerâmica *in situ*, durante as escavações da etapa de campo 1, onde foi possível coletar material arqueológico a ela associada, em estágio adequado, para que pudéssemos obter uma datação absoluta do contexto da vasilha.

Ainda sobre os pontos que merecem bastante atenção, ressalto a identificação de um solo com alta compactação, onde caracterizamos como um possível piso de ocupação permanente ou temporária, existente na decapagem 4, na profundidade de 40cm, piso identificado em todas as quadras escavadas nesta profundidade da unidade ampla – Área 1, bem como o negativo de um possível buraco de estaca presente em duas camadas da quadra 5839/5109 – Área 1. Esse fato reforça a possibilidade de tratar-se de um piso de ocupação,

juntamente por não ter sido identificadas perturbações estratigráficas na Quadra 5838/5109 – Área 1, indicando que a vasilha cerâmica identificada *in situ* possa ter sido depositada, no nível de profundidade que a coletamos.

Nesse sentido, pode-se constatar que, possivelmente, há espaços na ilha de Piraçú que possam ter sido destinados para práticas de enterramento devido à quantidade desses vestígios até então identificados, pois, além do material que já tínhamos conhecimento, existem relatos dos moradores de outros artefatos que já foram encontrados por eles, em contextos passados, que foram descartados por não saberem como proceder.

Ainda associado a essas práticas, é possível perceber uma recorrência das vasilhas com decoração externa corrugada, associadas às práticas funerárias, servindo-as como urnas, como é o caso do fragmento de uma urna identificada pelos moradores com sepultamento de um indivíduo adulto e da urna com o sepultamento do indivíduo recém-nascido, a urna com tampa, ambas com decoração plástica corrugada.

Majoritariamente, o acervo coletado durante a etapa de campo é de artefatos cerâmicos. Há pequenos fragmentos ósseos, alguns sendo possível identificar como ossos de fauna, cinco dentes, que foram identificados dispersos em superfícies da área da Unidade Ampla – Área 1 e alguns artefatos líticos, entre instrumentos, lascas e seixos de quartzo brutos sem modificações.

O processo de curadoria e análise do acervo coletado durante as duas etapas de campo 1 e 2, iniciou-se pela escavação do casulo que continha a vasilha cerâmica identificada na Quadra 5838/5109 – Área 1. A vasilha estava quase que totalmente fragmentada, talvez consequência do peso do arado do trator que causa um grande revolvimento do solo, durante as práticas agrícolas rotineiramente realizadas na ilha.

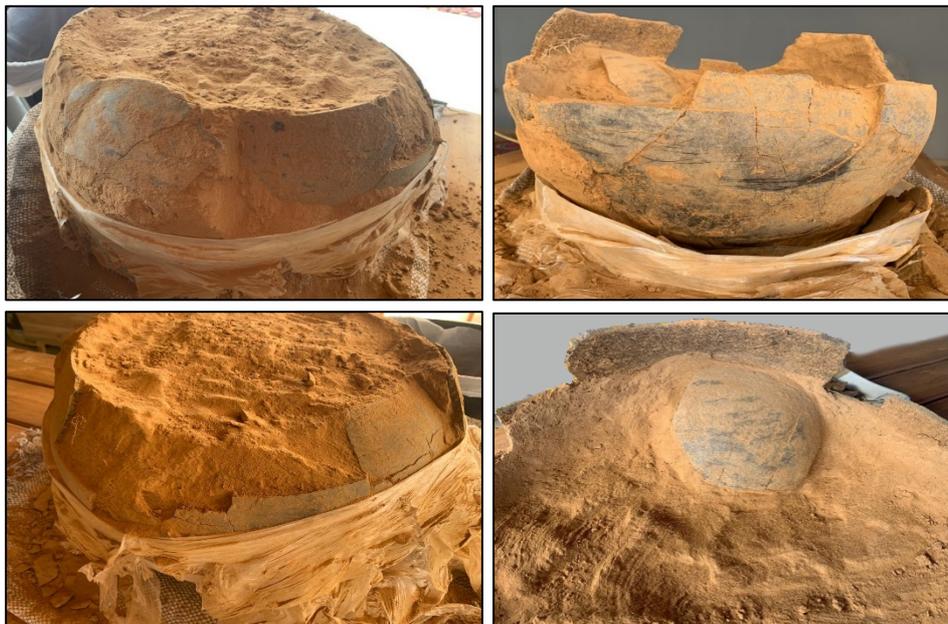


Figura 89 - Curadoria da vasilha cerâmica identificada na Quadra 5838/5109 (Foto: Érika Oliveira, 2020).



Figura 90 - Vasilha cerâmica identificada in situ na Quadra 5838/5109 (Foto: Érika Oliveira, 2020).

Pode-se observar, durante a curadoria da vasilha, que, além da grande fragmentação de toda parte da borda, há a presença de uma base de uma outra

vasilha cerâmica depositada sob a maior, formando uma espécie de reforço da base. A base da vasilha cerâmica depositada possui características técnicas diferentes, assim como um pequeno fragmento cerâmico com engobo vermelho na face interna, identificado também dentro da vasilha maior. Observar as imagens acima, figuras 90.

Quanto aos atributos técnicos, possui técnica de manufatura acordelada, havendo na composição da pasta quartzo, carvão, areia fina e mica, granulometria inferior a 1mm. Possui queima com núcleo e duas faixas claras, não apresenta sinais de erosão e há um tratamento alisado fino nas faces internas e externas. É possível identificar as estrias de alisamento horizontais na face interna. Possui borda direta, com inclinação vertical e lábio plano. A espessura da vasilha afina densamente à medida em que se aproxima do lábio e há presença de fuligem na face externa, indicando um possível uso da vasilha para atividades que envolvam preparo ao fogo. A espessura do lábio é de 0.6cm, altura aproximada, medindo 37cm, a circunferência da largura medida ao meio da vasilha é de aproximadamente 123cm.

A base, depositada sob a vasilha maior, possui as mesmas características técnicas, no entanto há um tratamento na superfície da face interna de coloração bastante escura, assemelhando-se a um brunido. O pequeno fragmento cerâmico identificado dentro da vasilha, possui o tratamento com engobo vermelho, na face interna, diferenciando-se da vasilha maior e da base depositada ao fundo.

Diante do péssimo estado de conservação, a curadoria da vasilha foi finalizada, como o observado na figura 90, pois ela estava se fragmentando totalmente à medida em que seguíamos com a escavação do casulo. Nesse sentido, optou-se por deixá-la com a base e parte da parede sem a realização total da curadoria.

É importante frisar que não identificamos nenhum outro fragmento com engobo vermelho interno ou externo durante a escavação da vasilha, ou presente no acervo já coletado do sítio Piraçú.

De forma geral, o material cerâmico identificado durante as etapas de campo, possui características técnicas bastante semelhantes, com o mesmo tipo de antiplásticos, variando pouco a espessura entre um fragmento e outro, possuindo alisamento fino nas faces internas e externas. Alguns fragmentos apresentam uma grande quantidade de fuligem na face interna, figura 91, e são, em maioria, fragmentos de paredes.



Figura 91 - Fragmentos cerâmicos identificados na Quadra: 5838/5110 com presença de fuligem (Foto: Vinícius Colares, 2020).

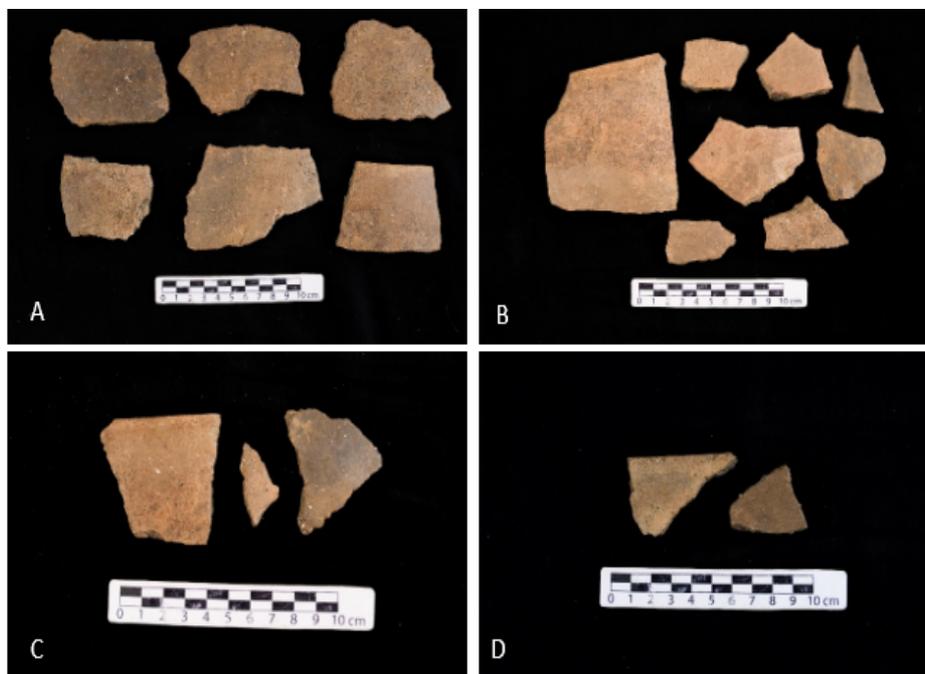


Figura 92 - Fragmentos cerâmicos com presenças de bordas alisadas identificadas nas Quadras: A- 5838/5110, B e C- 5838/5109 e D- 5839/5109 (Foto: Vinícius Colares, 2020).

Nas quadras E5 e Q1 da Unidade ampla – Área 2, foram identificados pequenos fragmentos cerâmicos com decoração plástica escovada e engobo branco.



Figura 93 - Fragmentos cerâmicos com decoração plástica escovada e engobo branco, identificados nas Quadras E5 e Q1 – Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

Pequenos fragmentos cerâmicos com decoração externa plástica corrugada foram identificados durante a escavação da quadra 5838/5110 – Área 1, associados a fragmentos ósseos e cinco dentes decíduos. O fato de, mais uma vez, a cerâmica com decoração plástica corrugada aparecer associada a práticas funerárias, reforça a possibilidade da relação das vasilhas corrugadas serem usadas como urnas funerárias.

A cerâmica corrugada e os fragmentos ósseos e dentes, estavam localizados na superfície da quadra e coletado juntamente com o material da decapagem 1, profundidade 10cm de escavação. Trata-se de uma cerâmica com manufatura acordelada, com a presença de antiplásticos como quartzo, carvão, areia fina e mica, com granulometria inferior a 1mm. Queima com núcleo e duas faixas claras, com alisamento fino na face interna, há sinais de fuligem apenas na face interna. As bordas são diretas, com inclinação vertical e lábio plano, como pode ser observado nas imagens a seguir;



Figura 94 - Fragmentos cerâmicos de borda com decoração externa corrugada identificado na unidade: 5838/5110 associados a fragmentos ósseos (Foto: Vinícius Colares, 2020).

Com relação à quantificação dos dados obtidos através da análise dos artefatos cerâmicos, pode-se observar os gráficos abaixo para uma melhor compreensão da materialidade estudada, já que as cerâmicas somam a maior quantidade de artefatos coletados e subsidiaram, de forma expressiva, a compreensão da área estudada.

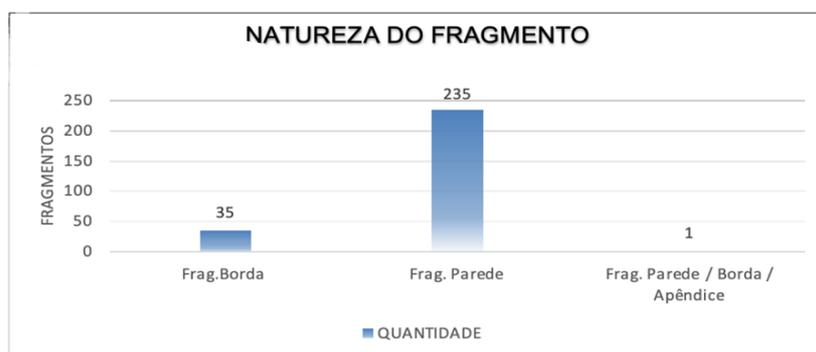


Gráfico 2 - Quantificação da natureza dos fragmentos (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

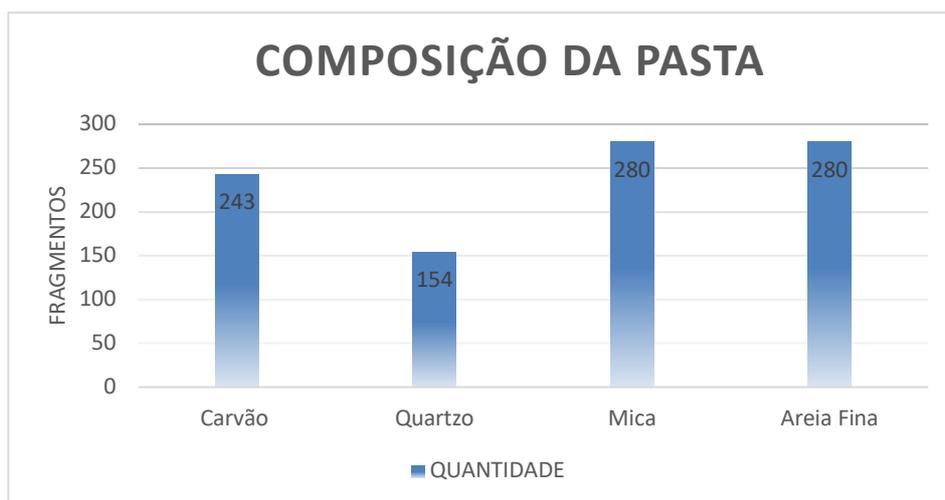


Gráfico 3 – Composição da pasta (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

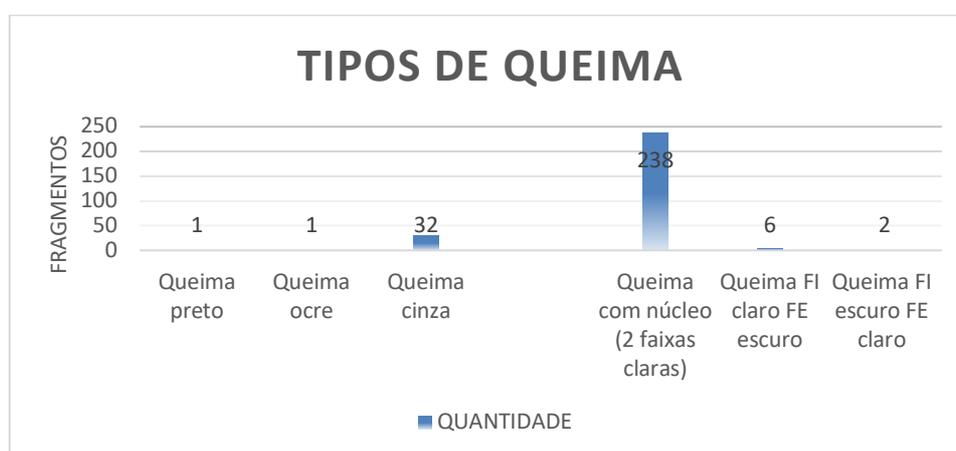


Gráfico 4 - Quantificação dos tipos de queima (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

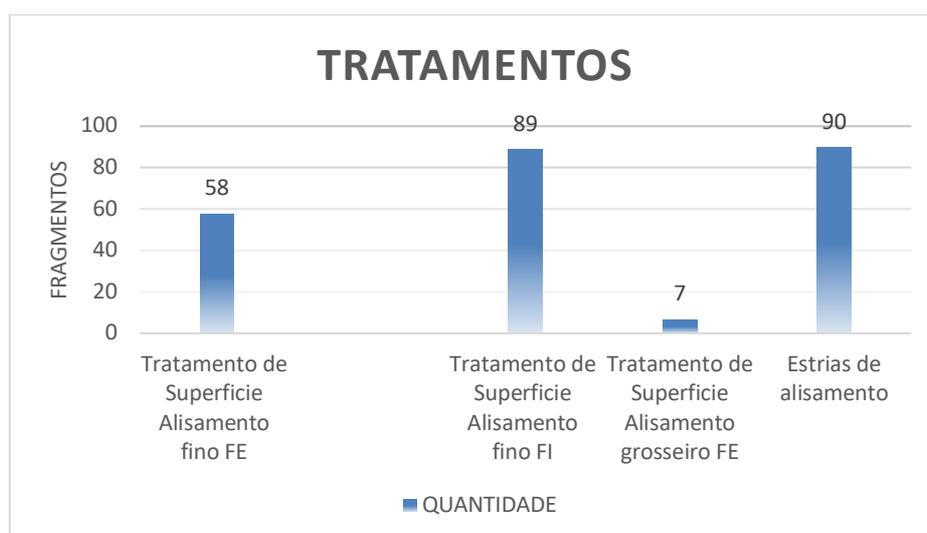


Gráfico 5 - Quantificação dos tratamentos de superfície interna e externa. (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

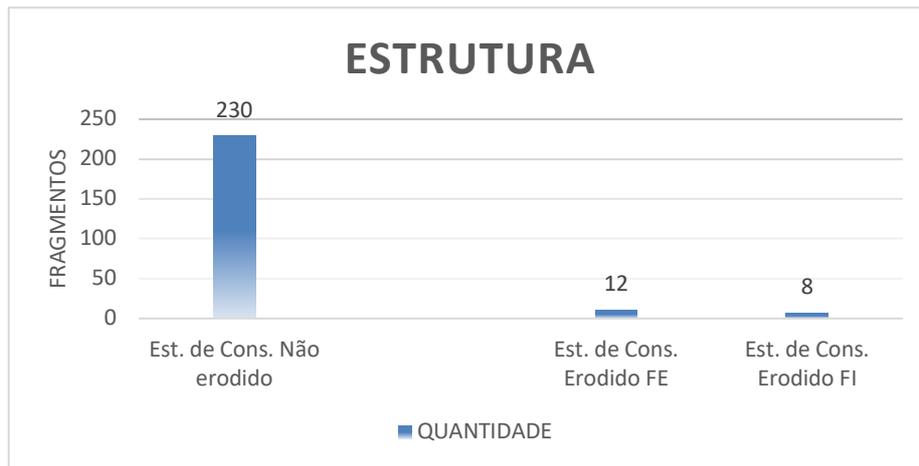


Gráfico 6 – Quantificação do Estado de Conservação (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

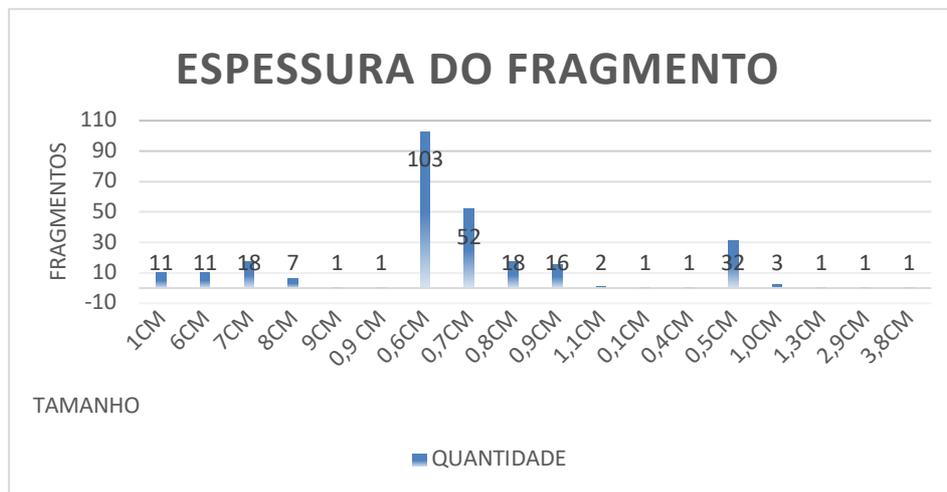


Gráfico 7 – Quantificação da espessura dos fragmentos (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

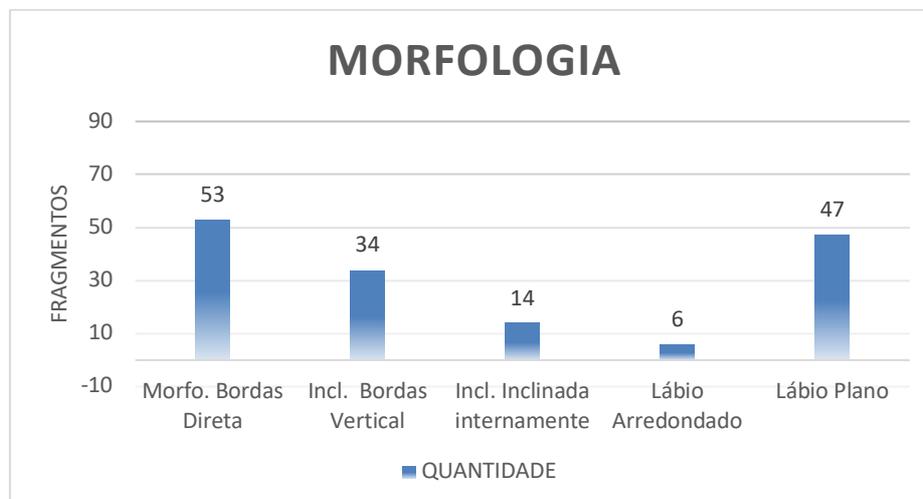


Gráfico 8 – Quantificação da morfologia de bordas e lábios (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

Quanto aos dentes identificados e associados à cerâmica corrugada, trata-se de cinco (05) dentes decíduos, dois caninos, um pré-molar e dois incisivos, de um indivíduo com idade aproximada de 8 a 10 anos.



Figura 95 - Dentes identificados na Quadra: 5838/5110 na camada 01 – prof. 10cm (Foto: Vinícius Colares, 2020).

1 – Dente incisivo central superior, na idade de troca, com ausência de cáries e tártaros, não há trincas, em perfeito estado de conservação. Características de dente permanente, pois apresenta mamelos e sulcos vestibulares, ausência da raiz, conseqüentemente, reabsorvida devido a sua recém formação.

2 – Dente incisivo lateral superior, na idade de troca, com ausência de cáries e tártaros, não há trincas, em perfeito estado de conservação. Características de dente permanente pois apresenta mamelos e sulcos vestibulares, ausência da raiz, conseqüentemente, reabsorvida devido a sua recém formação.

3 – Dente decíduo canino inferior, na idade de troca, com ausência de cáries e tártaros, não há trincas, em perfeito estado de conservação.

4 – Dente canino superior, na idade de troca, com ausência de cáries e tártaros, não há trincas, em perfeito estado de conservação. Características de dente permanente, pois apresenta fossas linguais, ausência da raiz, conseqüentemente, reabsorvida devido a sua recém formação.

5 – Dente pré-molar, na idade de troca, com ausência de cáries e tártaros, não há trincas, há pequenas fragmentações na cúspide palatina, ocasionada, possivelmente, pós-morte. Ausência da raiz, conseqüentemente, reabsorvida devido a sua recém formação.

Quanto aos fragmentos ósseos, não foi possível inferir maiores informações, por se tratar de pequenos fragmentos, em péssimo estado de conservação, como pode ser observado na imagem a seguir:



Figura 96 - Fragmentos ósseos bastante fragmentados, identificados na Quadra: 5838/5110 na camada 01 – prof. 10cm (Foto: Vinícius Colares, 2020).



Figura 97 - Fragmentos ósseos de fauna, identificados na Quadra Q1 - Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

Quanto aos artefatos líticos, foram identificados três instrumentos e lascas, sobretudo na área 2 de escavação, trata-se de artefatos em quartzo e sílex. Ainda durante as escavações foram identificados pequenos seixos de quartzo rolados e dois pequeno blocos de micaxistos.



Figura 98 – Lascas de quartzo e sílex identificadas no PT 1 e na Quadras Q1 - Área2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

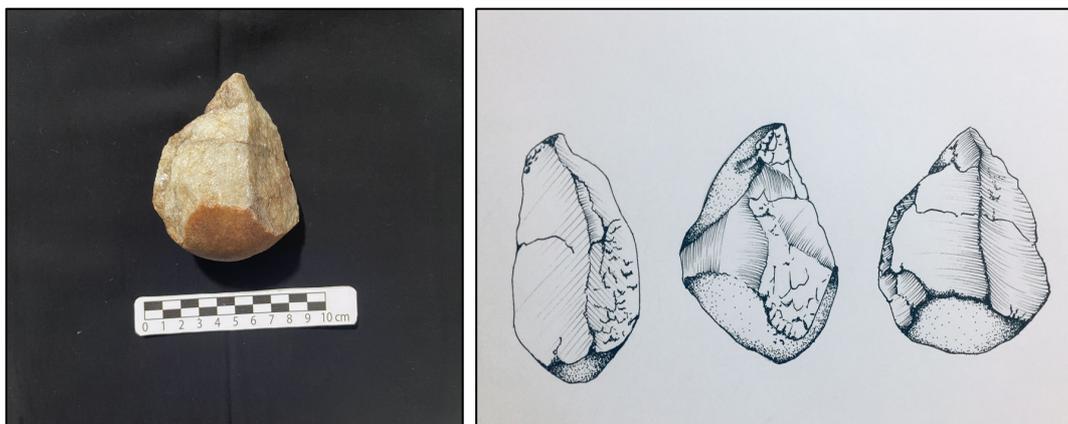


Figura 99 - Instrumento identificado na Quadra B5 - Área 2 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

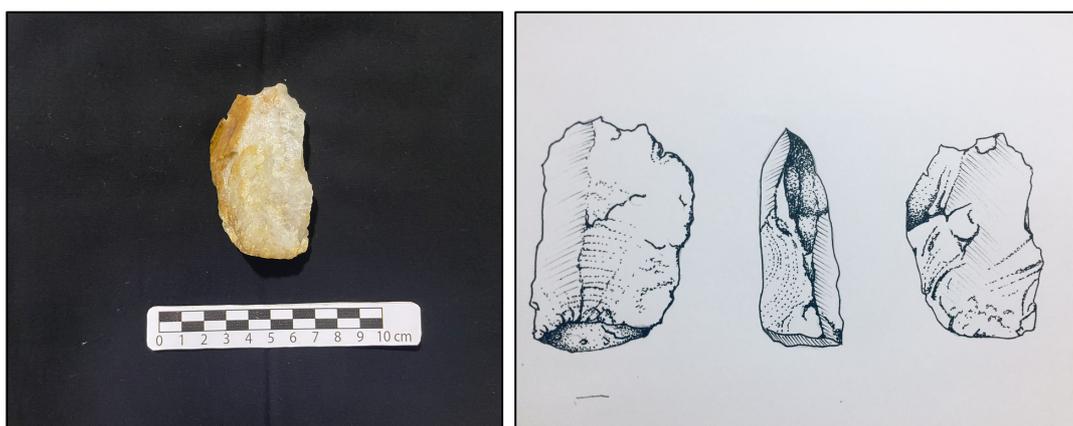


Figura 100 - Instrumento identificado na superfície da Quadra E4 - Área 2 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

Durante a etapa da prospecção de superfície, para o reconhecimento e escolha das áreas escavadas, foi identificado um artefato lítico na área onde foi realizada a unidade ampla de escavação – Área 1, que consiste em um instrumento. Está fragmentado, possui marcas de uso e superfícies polidas e arredondadas, confeccionado através de uma base rochosa de granito, com dimensões de 9cm na maior medida e 6cm na menor medida com, aproximadamente, 2,5cm de espessura.

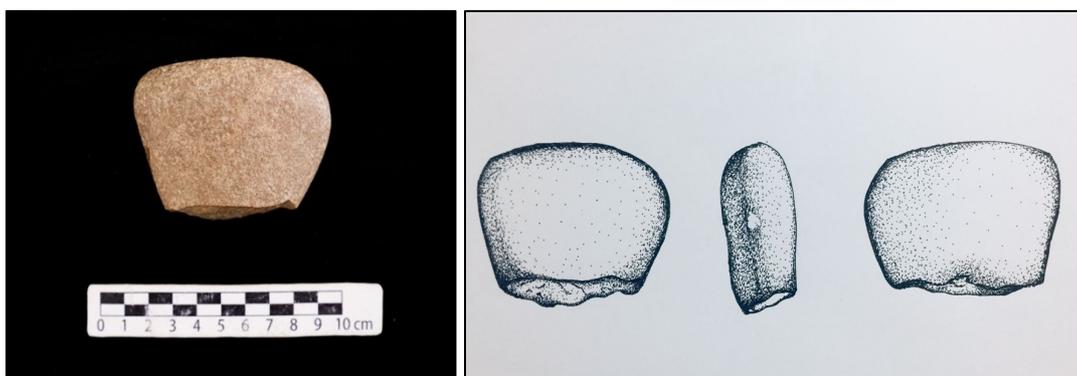


Figura 101 - Lítico identificado em superfície no sítio Piraçú (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

Com relação à quantificação dos dados obtidos através da análise dos artefatos líticos, pode-se observar os gráficos abaixo para uma melhor compreensão da materialidade identificada e coletada no sítio Piraçú.



Gráfico 9 - Quantificação do tipo de vestígio (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

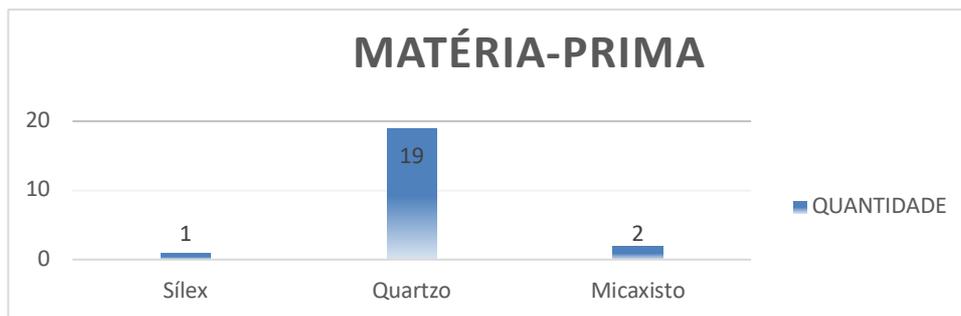


Gráfico 10 - Quantificação do tipo de matéria-prima (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

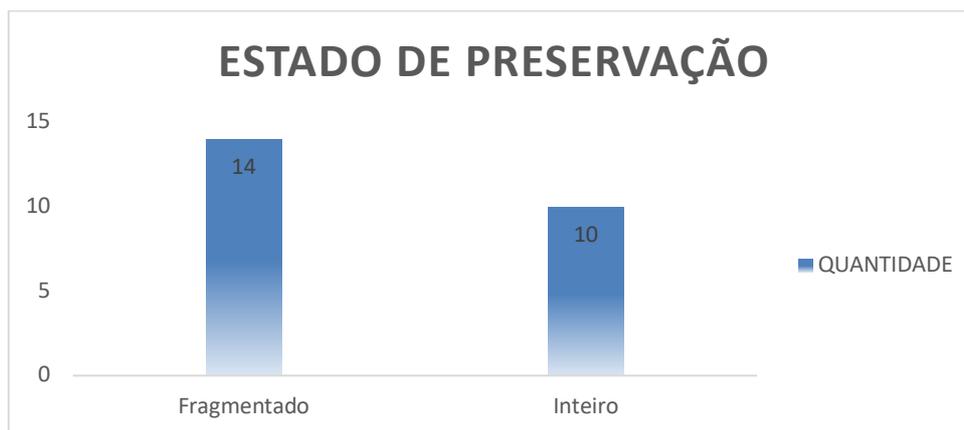


Gráfico 11 - Quantificação do estado de preservação (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

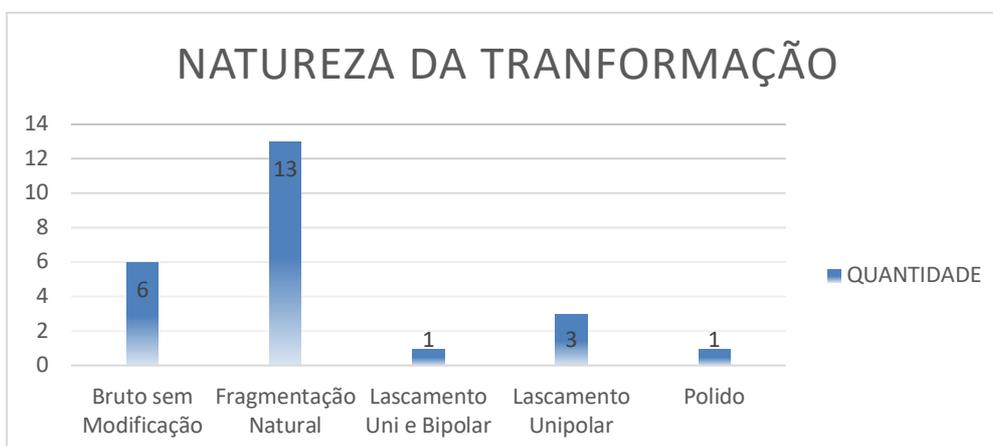


Gráfico 12 - Quantificação da natureza da transformação (Fonte: Jéssica Oliveira, 2022).

Com relação aos artefatos da história recente, foram identificados quatro fragmentos vítreos na Quadra Q1 – Área 2. Trata-se de fragmentos de confecção industrial de pequenas dimensões.



Figura 102 - Fragmentos vítreos, identificados na Quadra Q1 – Área 2 (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

Como parte de um dos principais objetos da pesquisa interventiva de campo, as datações absolutas iriam direcionar cronologicamente o entendimento do contexto arqueológico. Para tal, realizamos as datações por Termoluminescência - TL de duas amostras cerâmicas, coletadas durante as escavações arqueológicas no sítio Piraçú: uma coletada associada à base da vasilha na decapagem 4 da Quadra 5838/5109 – Área 1, e a outra, de um fragmento cerâmico com decoração externa corrugada, associado a vestígios ósseos, identificados na camada 1 da Quadra 5838/5110 – Área 1.

Por meio das análises realizadas em laboratório²⁴, foram obtidos os seguintes resultados para as concentrações medidas dos isótopos radioativos ^{232}Th , $^{238}\text{U}+^{235}\text{U}$, ^{40}K , utilizados para calcular a dose anual, que apresentamos na Tabela 9 e 10, através de datações realizadas no ano de 2020;

²⁴ Laboratório de Datação e Comercio e Prestação de Serviços LTDA. – São Paulo, 2020.

Tabela 10 - Código DAT, amostra, dose anual, paleodose média e idade média.

Código Datação	Amostra	Dose Anual ($\mu\text{Gy}/\text{ano}$)	P (Gy)	Idade (anos)
5355	Cerâmica 5838-5109	2.500 ± 215	0.85	340 ± 45
5356	Cerâmica 5838-5110	3.700 ± 150	1,50	400 ± 45

Tabela 11 - Amostra, Th (Tório), U (Urânio), K (Potássio) e Umidade.

Cod. DAT	Th (ppm)	U (ppm)	K (%)	Umidade (%)
5355	$12,690 \pm 0,833$	$4,330 \pm 0,325$	$0,908 \pm 0,245$	-
5356	$19,584 \pm 0,920$	$4,509 \pm 0,221$	$2,596 \pm 0,162$	-

De acordo com as informações do laboratório quanto as datações obtidas, as cerâmicas ficaram estimadas entre 340 e 400, ou seja, datam de meados dos séculos XVII, mais especificamente entre os anos de 1623 e 1683, um período que remonta a fixação das missões religiosas no médio Rio São Francisco, mas também, a um tempo especificamente de intensa agitação sociopolítica em Pernambuco, a invasão Holandesa que perdurou entre 1630 até 1654 já comentada anteriormente.

Com esses dados em mãos e retomando a discussão histórica do capítulo 2, é possível dispor agora em perspectiva essas informações, e da mesma forma que a aliança com os holandeses possa ter gerado retaliações ainda maiores pelos portugueses, não é difícil imaginar que os Kariri do médio Rio São Francisco sentiram reflexos diretos desses conflitos históricos.

O acervo arqueológico reunido durante as etapas da pesquisa de campo, bem como todos os artefatos anteriormente coletado pelos moradores da ilha de

Piraçú, direcionaram o caminhar da pesquisa, no sentido de que a materialidade e, sobretudo, a cerâmica arqueológica, possibilitou um universo maior e mais profundo de conhecimento dos processos de ocupações da ilha de Piraçú os quais possibilitam o entendimento, mesmo que fragmentado, da dinâmica e modos de vidas dos povos que habitaram essa região em tempo pretéritos, conseqüentemente, ocasionando uma melhor compreensão das ocupações contemporâneas.

5 CAPÍTULO

A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO PIRAÇÚ

“Portanto, a primeira coisa que considere aqui é que a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. Assim as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas, mas, pelo contrário, deliberadamente perseguidas”.

(José Proenza Brochado, 1984).

5.1 CONJUNTO DE VASILHAS CERÂMICAS DO SÍTIO PIRAÇÚ

O acervo de cerâmica arqueológica do sítio Piraçú é composto por fragmentos cerâmicos e por um conjunto de nove (09) vasilhas.

A seguir, apresentamos o conjunto de cerâmicas inteiras e parcialmente inteiras, identificadas no sítio arqueológico de Piraçú, coletadas desde o início das pesquisas realizadas no ano de 2014 (OLIVEIRA, 2016), e durante a pesquisa interventiva de campo do presente estudo.

De forma geral, o conjunto de vasilhas cerâmicas estudadas, apresentam a mesma composição de pasta, com presença de quartzo, carvão areia fina e mica. Possuem tratamento externo alisado fino e decoração plástica corrugada, com alisado fino e/ou alisado grosseiro, sobretudo nas vasilhas que apresentam decoração externa corrugada. As bases são aplainadas e convexas. A queima majoritariamente é composta por núcleo e duas faixas claras.

As vasilhas alisadas externamente possuem morfologias semelhantes, tratando-se de vasilhas semiesféricas de bordas diretas, com inclinação vertical e lábio plano ou arredondado.

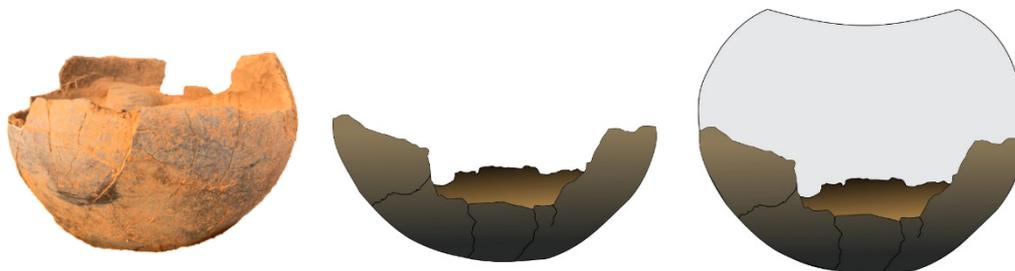


Figura 103 - Vasilha cerâmica, identificada na Quadra 5839/5109 no ano de 2020 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

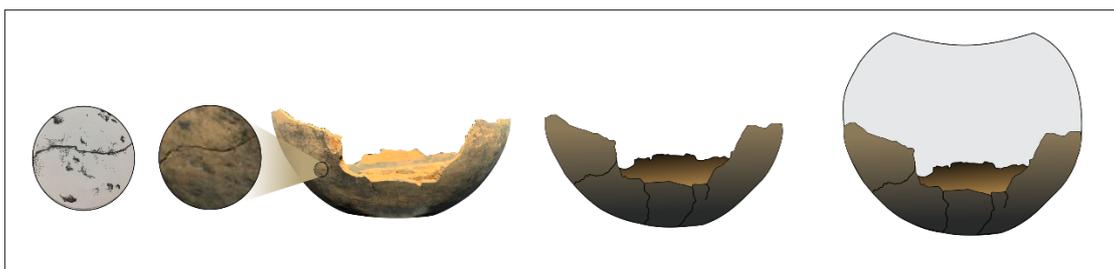


Figura 104 - Vasilha cerâmica, identificada na Quadra 5839/5109 no ano de 2020 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

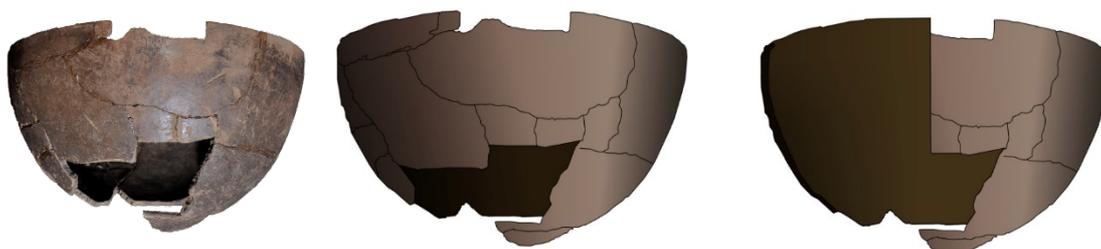


Figura 105 - Vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).



Figura 106 - Vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

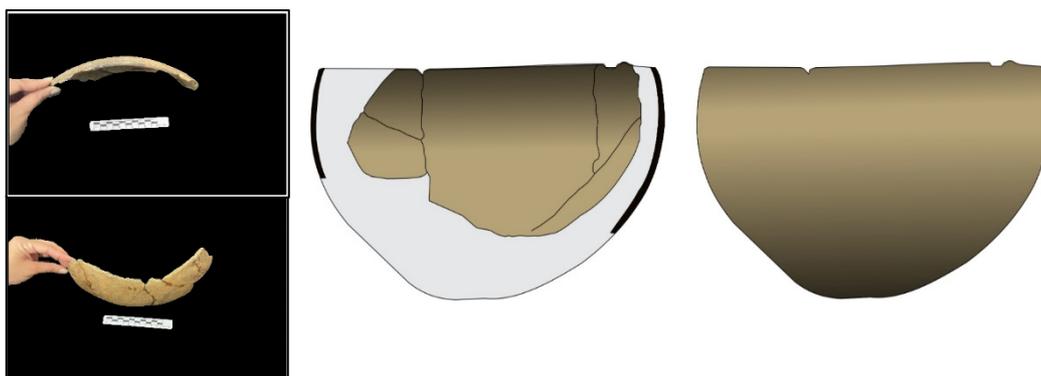


Figura 107 - Vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2020).

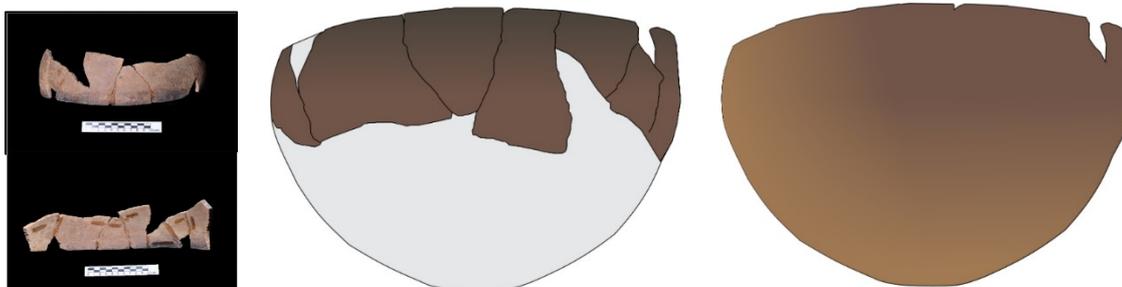


Figura 108 - Fragmentos de bordas de uma vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

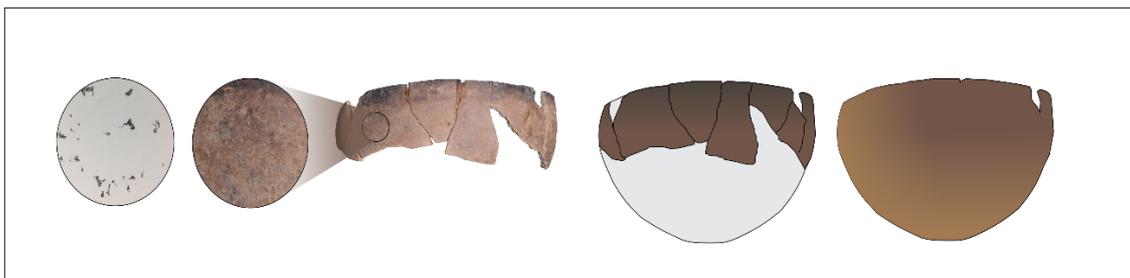


Figura 109 - Fragmentos de bordas de uma vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

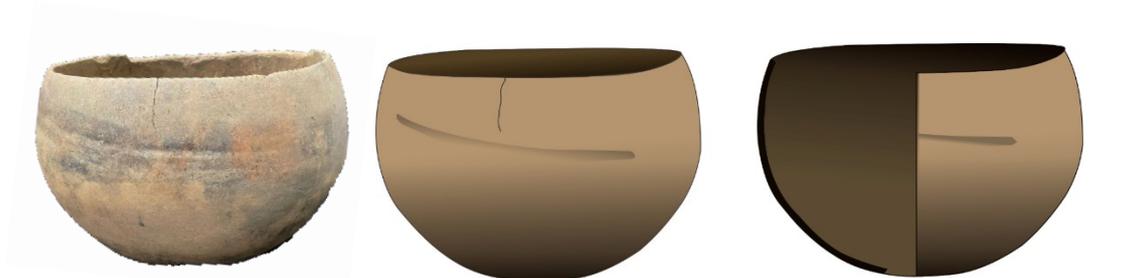


Figura 110 - Vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 e utilizada como tampo da urna funerária (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).



Figura 111 - Vasilha cerâmica, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 e utilizada como tampo da urna funerária (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

As vasilhas que apresentam decoração plástica corrugada também possuem características de pastas semelhantes, com granulometria inferior a 1mm, composta por quartzo, areia fina, carvão e mica. A queima possui núcleo com duas faixas claras. A face interna, a maioria, possui alisado grosseiro, com exceção de uma única vasilha que possui alisado fino na face interna (Figura 108). A morfologia das vasilhas são semiesféricas com bordas diretas ou inclinadas internamente, com lábios planos ou arredondados, com dimensões de largura, altura e espessura que variam pouco entre si.

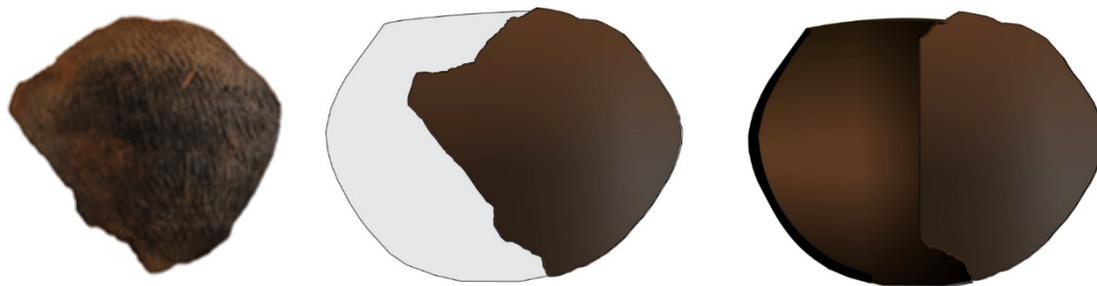


Figura 112 - Fragmento de urna funerária, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

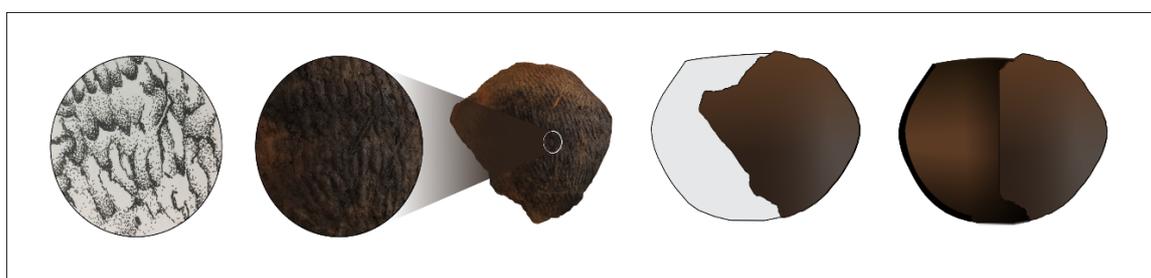


Figura 113 - Fragmento de urna funerária com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

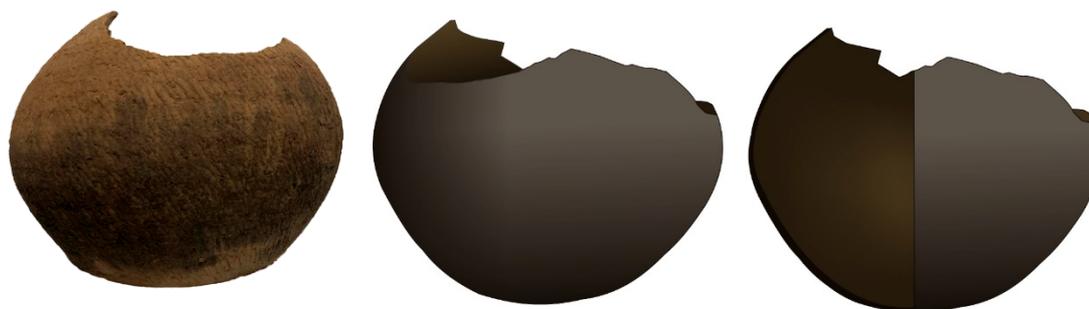


Figura 114 – Vasilha com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

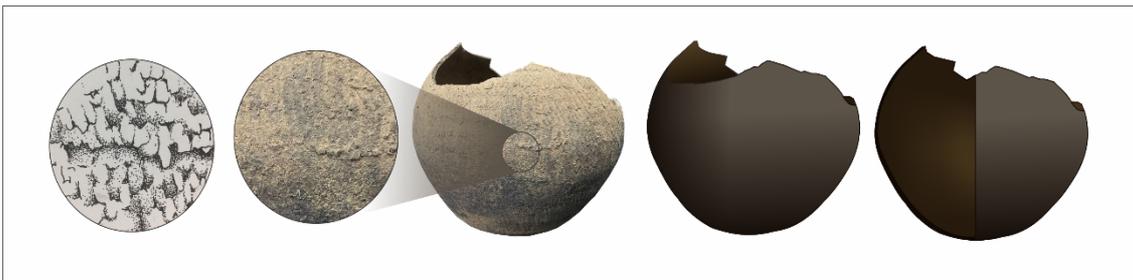


Figura 115 - Vasilha com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

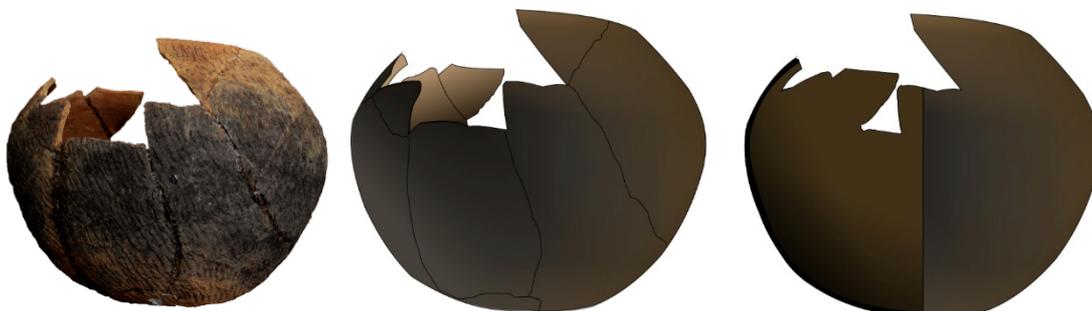


Figura 116 - Vasilha com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).



Figura 117 - Vasilha com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2015 (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

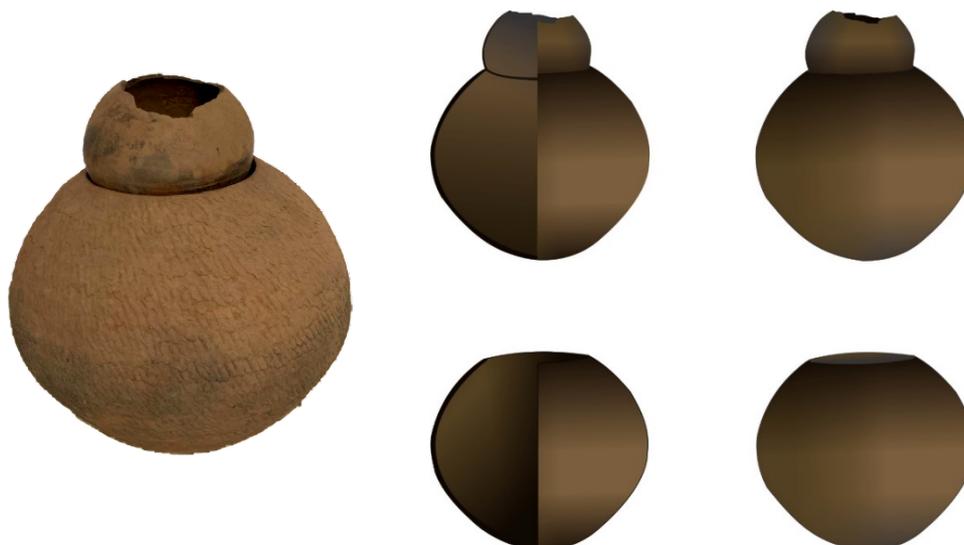


Figura 118 – Urna funerária com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016. A mesma foi identificada com tampo (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).



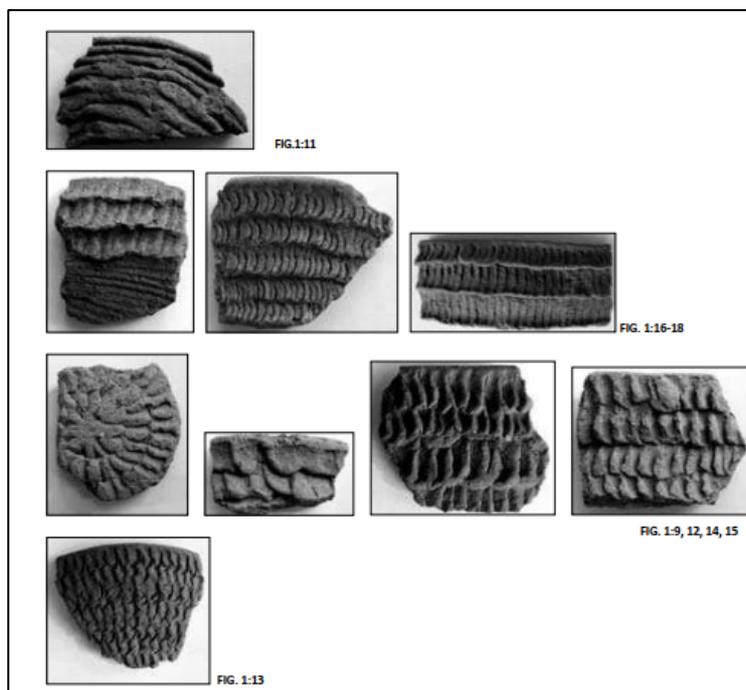
Figura 119 - Urna funerária com decoração corrugada, identificada na ilha de Piraçú por moradores no ano de 2016. A mesma foi identificada com tampa (Elaboração gráfica: Felipe Charles, 2022).

Quanto à decoração plástica corrugada, identifica-se um acabamento meio indefinido, que difere de outros corrugados já identificados na literatura, por exemplo, as cerâmicas corrugadas Tupi ou Aratu. O corrugado do conjunto cerâmico de Piraçú apresenta uma característica de ser mais alongado e aparenta ser elaborado com menos afastamento de argila, pois trata-se de um corrugado que, em algumas partes da vasilha, parece apenas levemente moldado, permanecendo pequenos acúmulos de argila que pode ser um

corrugado alisado ou corrugado espatulado, mas não há um alinhamento geométrico.

Pedro Ignácio Schimitz, no artigo intitulado “A decoração plástica na cerâmica da tradição Tupi-guarani” (2010), identifica sete tipos de decoração corrugada:

De acordo com o visual produzido, os arqueólogos podem falar em **Corrugado Simples** (saliências lineares horizontais sem destaque das marcas de dedos ou espátulas, FIG. 1:11), **Corrugado Simples Ungulado** ou **Corrugado Telhado** (saliências lineares horizontais em que o resultado das pressões individuais se encontra separado por pequenos sulcos, lembrando uma cobertura com telha francesa, FIG. 1:16-18); **Corrugado Complicado** (as saliências e depressões bem marcadas se sucedem formando alinhamentos horizontais sucessivos, FIG. 1:9, 12, 14, 15); **Corrugado Imbricado** (as saliências e depressões não formam alinhamentos horizontais tão claramente separados, mas se “trançam” entre si); **Corrugado Espatulado** (as depressões são mais longas e rasas e muitas vezes cobrem mais de um rolete); **Corrugado Ungulado** (por cima dos Corrugados originais se imprime a borda da unha de forma regular ou irregular, FIG. 1:13); **Corrugado Digitado** (impressões pouco marcadas em cima da massa anteriormente alisada)



(SCHIMITZ, 2010, p.10-11).

O corrugado presente no conjunto cerâmico de Piraçú um pouco se aproxima ao descrito por Schimitz, (2010), como o espatulado, que, de acordo com a sua definição, é um “corrugado com depressões mais longas e rasas e, muitas vezes, cobre mais de um rolete”. No entanto, o corrugado do conjunto cerâmico de Piraçú é menos definido que o espatulado, como pode ser observado nas imagens abaixo:



Figura 120 - Vasilhas com decoração plástica corrugada do Sítio Piraçú.

Essa particularidade na decoração do conjunto cerâmico de Piraçú o diferencia tecnicamente de outros conjuntos cerâmicas com decoração plástica corrugada, identificada em outras regiões do país.

A arqueóloga Cláudia Alves Oliveira no Artigo: “As fronteiras tecnológicas de grupos pré-históricos ceramistas do Nordeste (2009)”, descreve os achados arqueológicos coletados no sítio Toca do Fundo do Baixão da Pedra Furada, na região da Serra da Capivara. Dentre eles, há um fragmento cerâmico com decoração corrugada, com grandes semelhanças as do conjunto cerâmico de Piraçú, tratando-se de um corrugado meio indefinido e com dimensões irregulares e cobrindo mais de um rolete, (Figura A - 121, p. 245), mas não apresenta filiações desse fragmento cerâmico com alguma fase ou tradição arqueológica.

Claudia Alves Oliveira (2003), no artigo intitulado: Os ceramistas pré-históricos do sudeste do Piauí – Brasil: Estilos e Técnicas, identifica também na região da Serra da Capivara, no sítio Barreirinho, uma vasilha cerâmica com decoração plástica corrugada, que ela classifica como “corrugado oblíquo”, no entanto, pode-se perceber que se trata de um corrugado com algumas semelhanças as do conjunto de Piraçú, sobretudo no comprimento e na irregularidade do corrugado, mas a vasilha possui morfologia bastante diferente das urnas de Piraçú, (Figura B - 121).



Figura 121 - Cerâmicas identificadas na região da Serra da Capivara - PI, classificadas por Cláudia Alves Oliveira como decoração corrugada. (A) Sítio Barreirinho "Corrugado Oblíquo". (B) Sítio Toca do Fundo do Baixão da Pedra Furada.

A decoração plástica corrugada, com a variação oblíqua, é caracterizada de acordo com La Salvia e Brochado, (1989), por um corrugado que “não é perpendicular, mas forma pela linha da borda um ângulo diferente do reto” (1989, p. 45).

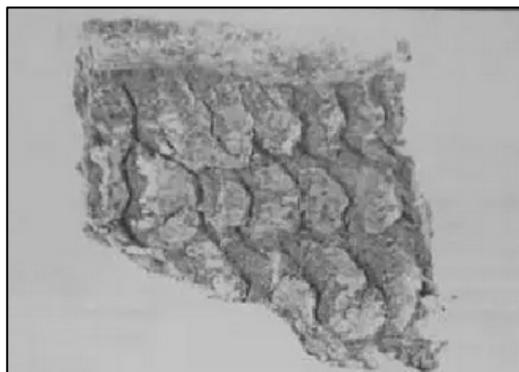


Figura 122 - Exemplo de corrugado oblíquo de acordo com La Salvia e Brochado, (1989, p.48). “As dobras em sua terminação formam uma linha contínua e oblíqua à borda. Corrugado Oblíquo com Intensidade 1.

De acordo com os exemplos acima citados, o conjunto cerâmico de Piraçú ainda possui o corrugado mais indefinido que o espatulado e o oblíquo, pois, em algumas partes da vasilha, o corrugado de tão indefinido pouco aparece. Isso ocorre, sobretudo, quando se aproxima da base da vasilha, como pode ser observado abaixo;

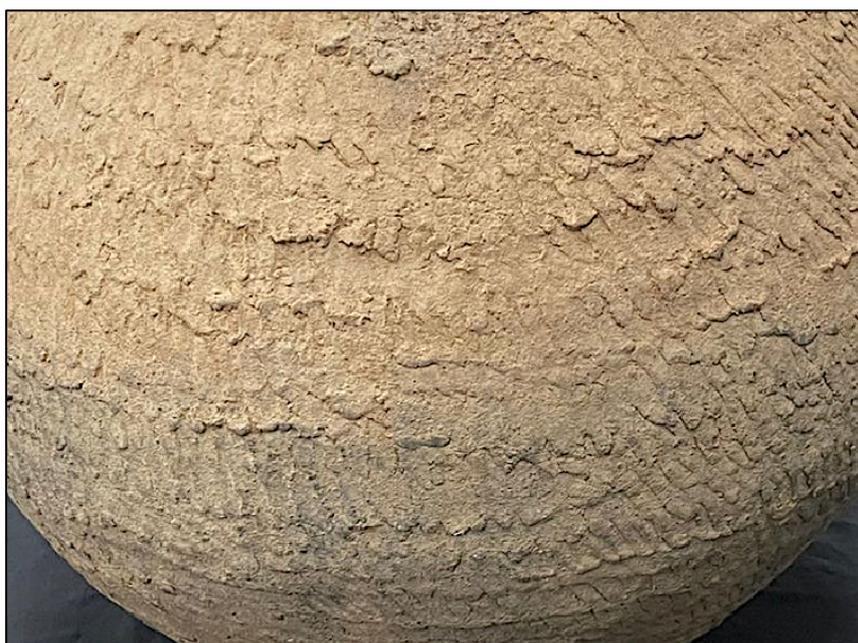


Figura 123 - Corrugado indefinido próxima à base da urna funerária, identificada com tampa no sítio Piraçú (Foto: Jéssica Oliveira, 2022).

Um outro elemento que requer atenção no conjunto cerâmico de Piraçú são as características da pasta. É sabido que, quanto aos estudos classificatórios da cerâmica arqueológica, MEGGERS e EVANS (1970)) e, desde a introdução do PRONAPA no Brasil, que a composição da pasta recebeu uma ampla atenção, devido aos dados que são possíveis se obter por meio da análise de sua composição.

No conjunto cerâmico de Piraçú, trata-se de uma pasta extremamente simples, com predominância de areia e mica e há uma total ausência, por

exemplo, de cerâmica moída e rocha triturada, elementos bastante presentes na pasta das cerâmicas Tupi e Aratu (LIMA & PROUS, 2010).

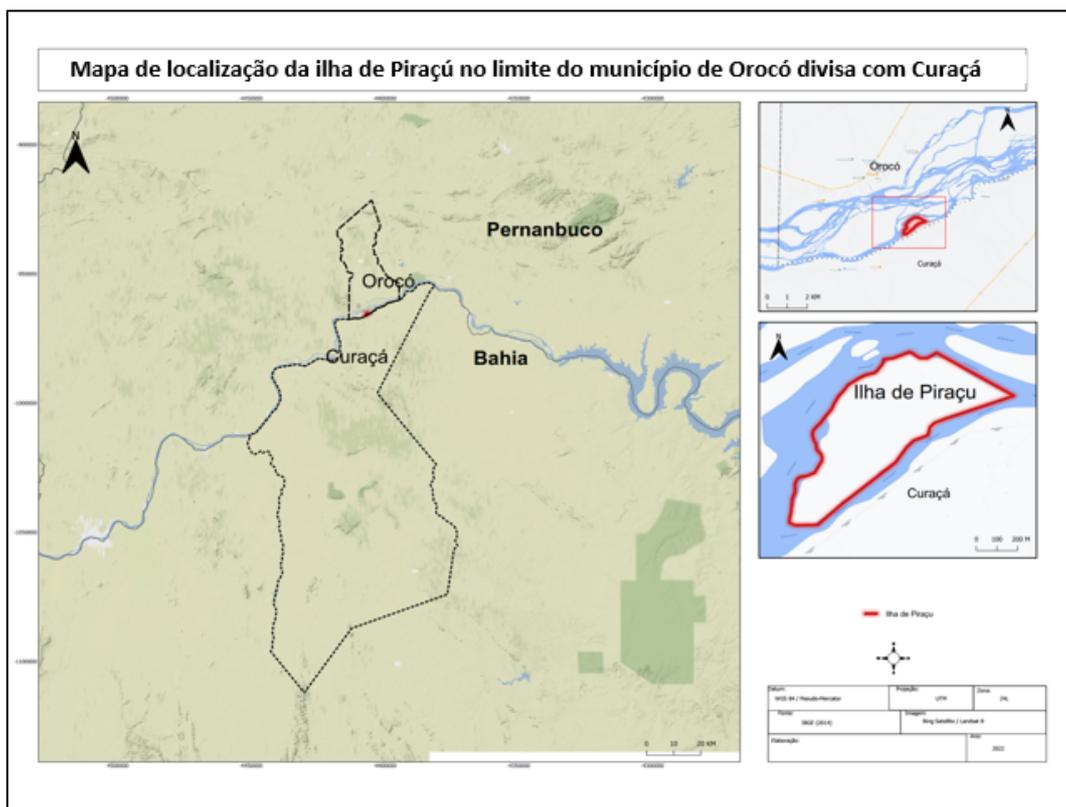
Conforme descrição do capítulo 3, o tópico 3.4 (p.124) apresenta algumas discussões sobre a cerâmica arqueológica do médio São Francisco, sobretudo as cerâmicas das tradições Tupi, Aratu e a cerâmica da fase Cabrobó, identificada por Valentin Calderón (1967), próximo à ilha de Piraçú. Consideramos ser necessário realizar um retorno ao acervo coletado por Calderón. Este resgate é importante, uma vez que o material cerâmico por ele catalogado, apresenta grandes semelhanças ao conjunto de Piraçú.

Para a realização desta análise, realizamos uma visita técnica ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia – MAE/UFBA. As informações coletadas estão apresentadas na seção seguinte.

5.2 VISITA A RESERVA TÉCNICA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – MAE/UFBA

Durante o caminhar da pesquisa, sobretudo, ao que compreende o universo da cerâmica arqueológica já identificada e catalogada no médio São Francisco, é necessário quase sempre um retorno às pesquisas realizadas no período do PRONAPA nessa região. As pesquisas realizadas por Valentin Calderón ganham uma atenção, nesse cenário, pela quantidade de sítios cadastrados e material arqueológico cerâmico coletado, que deram origem a um vasto acervo cerâmico, hoje sob a guarda do MAE/UFBA.

O material coletado por Calderón, na década de 1960, estava localizado na margem direita do Rio São Francisco, na região de Curaçá na Bahia, município limítrofe com ilha de Piraçú, como pode ser observado no mapa abaixo,



Mapa 12 - Localização da ilha de Piraçú, no limite do município de Orocó, divisa com Curaçá (Elaboração: Flávio Carvalho, 2022).

Houve a necessidade de verificar o material, e analisar as semelhanças e diferenças técnicas e morfológicas em comparação ao conjunto cerâmico da Ilha de Piraçú, uma vez que, em sua publicação intitulada: “Notícia preliminar sobre as sequências arqueológicas do médio São Francisco e da Chapada Diamantina, estado da Bahia,” 1967, Calderón classificou a cerâmica arqueológica de Curaçá dentro da fase por ele intitulada de *Cerâmica da fase Cabrobó*²⁵,

A semelhança diante dos atributos técnicos e morfológicos entre o material cerâmico utilizado por Calderón para criação da classificação da fase Cabrobó e os materiais da ilha de Piraçú, chamam atenção, uma vez que estamos tratando do mesmo contexto arqueológico, do mesmo recorte geográfico e de um conjunto cerâmico com a mesma decoração plástica corrugada existente no conjunto cerâmico de Piraçú.

Sobre a criação de fases ceramistas, a arqueóloga Gabriela Martin (2013), na obra História da Pré-História do Nordeste, afirma que:

Numerosos sítios ceramistas pré-históricos no Nordeste estão precisando de estudos metodológicos para que se tente identificar os grupos étnicos autores dos conjuntos cerâmicos aos quais se tem dado, genericamente, o nome de fases. Ao não se poder filiá-los, tradições como a Aratu e Tupi-guarani, em número considerável de coleções cerâmicas, produto de sondagens e de coletas de superfície, supostas “fases” acabaram não representando grupos humanos ou culturas relacionadas a outros elementos do registro arqueológico e dentro de um contexto ecológico. Assim, sem nenhuma revisão metodológica, são apenas fragmentos cerâmicos aos quais se chamou de “fases” como se poderia haver chamado de “coleções” ou “conjuntos”, já que não representam uma sequência cultural e cronológica. Essa deficiência no conhecimento das culturas ceramistas do Brasil não significa, entretanto, responsabilidade de ninguém; é consequência da falta de pesquisas continuadas em grandes áreas do Brasil e do Nordeste em particular (MARTIN, 2013, p. 209).

Cientes dessa realidade, foi necessário um aprofundamento dos estudos acerca da fase Cabrobó, definida por Calderón em 1967, e que, posteriormente, Gabriela Martin (2013), classifica como cerâmica regional, para que fosse

²⁵ Verificar no capítulo 3 a contextualização dessa fase ceramista criada por Valentin Calderón na década de 60.

podéssemos realizar uma análise comparativa com o conjunto cerâmico de Piraçú.

O material analisado corresponde exatamente ao que foi apresentado na publicação de Calderón, em 1967, tratando-se de uma urna corrugada parcialmente inteira. Na figura abaixo, apresentamos a imagem de uma urna funerária, publicada no artigo de Calderón e uma fotografia atual da mesma urna, retirada durante a nossa visita técnica ao MAE/UFBA.

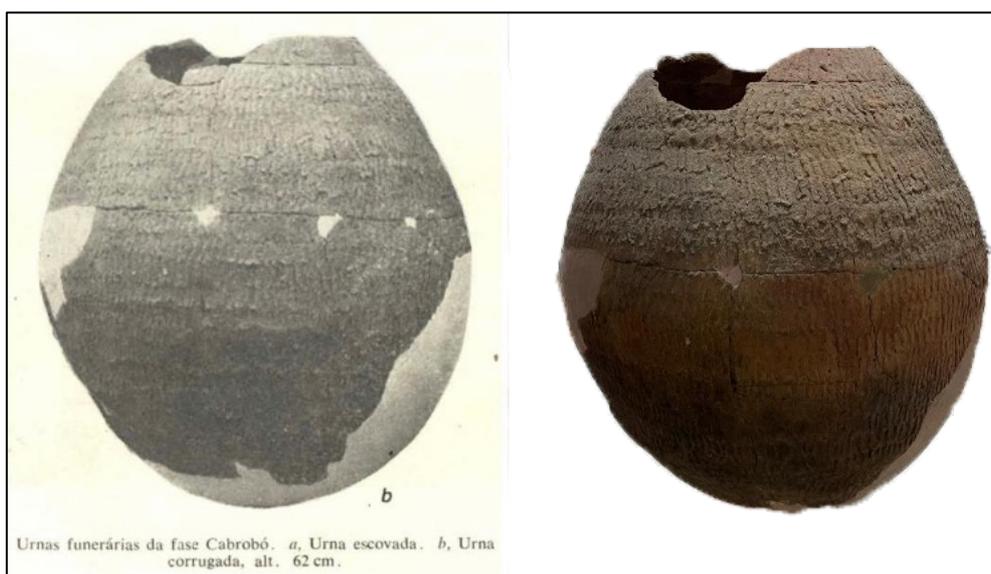


Figura 124 – Urna identificada por Calderón em Curaçá-BA em 1967, classificada como pertencente à fase “Cabrobó”. Imagem apresentada no artigo e a urna na data da visita técnica à reserva do MAE/UFBA (Foto: Jéssica Oliveira, 2021).

A urna (Figura 124) possui técnica de manufatura acordelada, e pasta composta por carvão, areia fina e mica, com dimensões granulométricas inferiores a 1mm. A queima possui núcleo e duas faixas claras, há um alisamento grosseiro na face interna, sendo possível perceber as estrias de alisamento horizontais também na face interna da vasilha. Há fuligem em ambas as faces, indicando uma possível reciclagem/reutilização da vasilha. Possui borda direta inclinada internamente, lábio arredondado e base com morfologia convexa. Espessura do lábio é de 0.9cm, altura 68cm e largura de 170cm.

Ainda no artigo do Calderón (1967), há informações de uma outra urna funerária, por ele classificada como pertencente à fase Cabrobó, mas com decoração externa escovada, diferente da imagem do artigo. No momento da nossa visita à reserva técnica, a urna encontrava-se fragmentada. Foi realizada a análise de um fragmento que representava a metade da vasilha e de outros dez (10) fragmentos menores (Figuras 125 e 126)

Através da análise, foi possível identificar que se trata de uma cerâmica com técnica de manufatura acordelada, a queima possui núcleo com duas faixas claras. Quanto a pasta, foi possível identificar carvão, areia fina e mica. Possui alisamento grosseiro na face interna, e estrias horizontais de alisamento. Há presença de fuligem nas faces interna e externa, indicando uma possível reutilização da vasilha para práticas funerárias. Possui borda direta inclinada internamente e lábio plano. O lábio possui espessura de 0.9cm. As figuras abaixo demonstram imagens da publicação de Calderón e fotografias atuais retiradas durante a visita e análise do material.



Figura 125 – Urna funerária, identificada por Calderón em Curaçá-BA em 1967, classificada como pertencente a fase “Cabrobó”. Imagem apresentada no artigo e a urna na data da visita técnica a reserva do MAE/UFBA (Foto: Jéssica Oliveira, 2021).



Figura 126 - Fragmentos cerâmicos da urna escovada, identificada por Calderón em Curaçá-BA em 1967, classificada como pertencente à fase “Cabrobó”. Acervo reserva técnica do MAE/UFBA (Foto: Jéssica Oliveira, 2021).

É pertinente ressaltar a semelhança da pasta do conjunto cerâmico de Piraçú com as urnas funerárias coletadas por Calderón, da fase Cabrobó. Ambas com poucos elementos na sua composição, sendo observado apenas areia fina, mica e pequenas quantidades de carvões.

A partir das análises realizadas no conjunto cerâmico, identificado por Calderón na cidade de Curaçá, no estado da Bahia (1967), classificada como pertencentes à fase Cabrobó, especificamente sobre a urna com decoração externa plástica corrugada, foi possível identificar semelhanças técnicas e morfológicas com o conjunto cerâmico coletado no sítio Piraçú. Quanto à urna escovada, também classificada como pertencente à fase Cabrobó, identificamos também semelhanças técnicas e morfológicas, no entanto no conjunto cerâmico Piraçú foi identificado apenas pequenos fragmentos cerâmicos escovados (figura 93).

As urnas possuem pasta composta por areia fina, carvão e mica, possuem queima incompleta, com núcleo e duas faixas claras, possuem técnica de manufatura acordelada. O tratamento da superfície interna é alisado grosseiro, sendo possível identificar, em ambas as vasilhas, as estrias horizontais de alisamento. Todo o material de análise apresenta fuligem, que, no caso das urnas, pode ser entendida como sinal de reciclagem.

As urnas com decoração corrugada possuem bordas diretas, inclinadas internamente e lábio arredondado, com bases convexas. A espessura do lábio

da urna corrugada, coletada por Calderón, possui espessura de 0.9cm e a de Piraçú, medindo 1cm de espessura. Ambas possuem a mesma altura com 68m, com uma pequena variação na circunferência medida ao meio da vasilha. A coletada por Calderón possui 170cm de circunferência e a de Piraçú 162cm.



Figura 127 - 1 – Urna da fase Cabrobó, identificada por Calderón em Curaçá. 2 - Urna identificada no sítio Piraçú.

Essas observações sobre as semelhanças nos atributos técnicos, morfológicos e localizações geográficas onde as vasilhas foram identificadas, nos levam a entender que estamos tratando de conjuntos cerâmicos com características bastante semelhantes, que, de acordo com Calderón (1967), pertenceriam à fase Cabrobó mas, quanto à associação feita por Calderón (1969) de que o material cerâmico da fase Cabrobó possa fazer parte da tradição Tupi-guarani, não podemos fazer essa associação direta com o material identificado no sítio Piraçú, pois não há dados cronológicos, históricos, linguísticos, etno-históricos e atributos técnicos que corroborem para que tal associação possa ser feita com clareza.

Cientes de que a fase Cabrobó foi criada de forma preliminar, nos anos 1960, sob demanda do PRONAPA, visando produzir um primeiro universo comparativo do material cerâmico do Nordeste e iniciar um entendimento classificatório do que estava sendo identificado naquele momento, não podemos levar adiante sem criticidade e aprofundamentos científicos essas classificações. Reiteramos a necessidade de rever e corroborar para o aprofundamento dos estudos sobre as classificações de fases e tradições, sobretudo na região Nordeste, como já foi ressaltado pela arqueóloga Gabriela Martin (2013).

Estudos arqueológicos recentes, dedicados à cerâmica arqueológica Tupi, como os desenvolvidos por CORRÊA (2014), insere a urna funerária da fase Cabrobó, identificada por Calderón (1967), dentro dos exemplos de vasilhas cerâmicas Tupinambás, identificadas na região Nordeste. Essa classificação está baseada, sobretudo, na morfologia e acabamento de superfície, no caso em específico, a decoração plástica corrugada compreendida como técnica sinalizadora para a filiação cultural da urna aos povos Tupis.

No entanto, reforçar a existência de uma fase ceramista, com base unicamente no atributo técnico da decoração plástica corrugada, não é o caminho pelo qual seguiremos na presente pesquisa, sobretudo porque o corrugado do conjunto cerâmico de Piraçú, assim como a urna da fase Cabrobó, identificada por Calderón (1967), muito difere do corrugado identificado nos conjuntos cerâmicos Tupis.

6 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DE UMA LONGA HISTÓRIA: A CERÂMICA KARIRI DO MÉDIO RIO SÃO FRANCISCO

[...] Aprendia que tudo estava em movimento – bem diferente das coisas sem vida que a professora mostrava em suas aulas. Meu pai olhava para mim e dizia: “O vento não sopra, ele é a própria viração”.

E tudo aquilo fazia sentido. “Se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta não tem vida”, ele tentava me ensinar.

(Itamar Vieira Júnior. 2018, p.84)

Partimos do princípio de que a análise cerâmica e, com ela, os estudos arqueológicos, deve-se considerar três elementos fundamentais, como apresentado por Orton e Tyers e Alanvince (1997, p. 16), para os autores, os elementos histórico-artístico, a tipologia e o contexto devem perpassar a construção de seus diálogos. Acrescentamos aqui a importância dos estudos etnoarqueológicos para subsidiar a compreensão dos conjuntos cerâmicos para permitir ampliar as possibilidades de investigações, levando em consideração os grupos humanos e suas características dentro da estrutura social e dos processos históricos.

Para Corrêa (2014), a morfologia das vasilhas cerâmicas leva mais tempo para sofrer modificações diferente do acabamento das superfícies que são mais fluídas;

Uma das explicações para uma mudança lenta na morfologia de uma vasilha é o fato da necessidade de que se mude o que se preparado ou como é preparado o produto ao qual ela se destina. Enquanto os acabamentos de superfície são entendidos como mais fluídos, mudando em maior velocidade entre as gerações e grupos familiares, sobretudo os acabamentos que não estão diretamente relacionados de forma física ou simbólica a funcionalidade (CORRÊA, 2014, P. 158).

Os conjuntos cerâmicos com decoração plástica corrugada são constantemente associados aos povos Tupis em estudos arqueológicos. Tal fato fez as nossas análises realizadas no início das pesquisas arqueológicas no sítio Piraçú (OLIVEIRA, 2016), seguirem por essa mesma trajetória, fortalecendo a aproximação desses artefatos a uma possível ocupação Tupinambá pré-colonial no médio sertão do São Francisco.

Contudo, a ausência dos povos Tupis nos registros históricos recentes, durante o período de contato, mais especificamente durante o período de fixação das missões religiosas nas ilhas do médio São Francisco, sobretudo no arquipélago de Orocó, sempre nos deixaram bastante inquietos, uma vez que é noticiado, por meio das fontes historiográficas, da intensa ocupação dos povos Kariri no sertão do São Francisco, em contextos de contato e pós-contato, ainda que existam poucas referências arqueológicas quanto à cultura material e, principalmente, sobre a produção cerâmica desses povos no médio Rio São Francisco.

Claudia Oliveira (2009), afirma ser provável que os Tupis não ocupassem mais o interior do Nordeste até a chegada dos europeus, pois não há registro desses povos na documentação, sendo que as pesquisas apontavam para Pernambuco como sendo o limite meridional para os povos Tupi do Nordeste.

Uma alternativa para reduzir as contradições entre registros históricos e arqueológicos era que obtivéssemos uma datação absoluta do sítio Piraçú, tornando possível, definir em qual momento histórico da ocupação da ilha o conjunto cerâmico estava diretamente associado. E através desta pesquisa obtivemos idades bastante recentes e estávamos realmente tratando com conjuntos cerâmicos do período de contato entre povos indígenas e colonizadores no médio Rio São Francisco, mas precisamente entre os anos de 1623 e 1683²⁶.

²⁶ Idades obtidas como resultado de duas datações realizadas de amostras cerâmicas no sítio Piraçú, através do método de Termoluminescência - TL. (Laboratório de Datação e Comercio e Prestação de Serviços LTDA. – São Paulo, 2020).

Dialogando com as fontes históricas, tal fato reforça ainda mais a possibilidade de estarmos lidando com uma cultura material dos povos Kariri do sertão, que estariam nessa região durante o período de contato e pós-contato com os colonizadores.

Os povos indígenas do médio São Francisco como os Truká, Pankararu e Fulni-ô reconhecem sua origem nos Kariri, bem como seu tronco linguístico que é Macro-Jê. Há família linguística Kariri também da Paraíba ao Rio São Francisco; e Yaathe, variando a grafia entre estudiosos também para latê (que inclui a língua dos Fulni-ô) falada até o presente no estado de Pernambuco (MELATTI, 2020).

Entretanto, a ausência de pesquisas arqueológicas que se dediquem a compreender materialmente as populações indígenas Jês do sertão, trazem-nos algumas limitações interpretativas, dentro de um universo comparativo.

Quanto à contextualização e uma análise interpretativa do conjunto cerâmico de Piraçú, não podemos permitir que os estudos da cerâmica arqueológica ocorram através de análises isoladas dos atributos técnicos, pois tal fato corrobora para análises simplistas e reducionistas dos povos do sertão.

A associação direta da técnica de decoração plástica corrugada, apenas aos povos de origem Tupi em contextos pré-coloniais no médio Rio São Francisco, sem um aprofundamento das investigações e firmando diálogos com outras áreas de conhecimento científico, contribuem para uma compreensão fragmentada dos processos históricos e para um esquecimento/silenciamento de alguns povos indígenas, em detrimento de outros.

O conjunto cerâmico do sítio Piraçú, em carácter cronológico, historiográfico, etnográfico, linguístico, antropológico, geográfico e etnoarqueológico, remete à ocupação indígena dos povos Jês do sertão, em períodos de contato e pós-contato no médio Rio São Francisco, sempre que compreendido sob a luz da história indígena de longa duração.

Com relação às informações históricas e dos relatos dos missionários acerca dos povos indígenas do interior do Brasil, o contexto desta pesquisa

reforça, mais uma vez, a complexidade dos processos migratórios do interior do Brasil e a forma como essas mudanças estão representadas na grande diversidade da materialidade, ainda hoje existente, ressaltando a necessidade de análises cuidadosas desses contextos arqueológicos e, sobretudo, dos contextos indígenas pós-contato e de forma urgente aos contextos indígenas do sertão e interiores do Brasil.

Não cabe continuar com análises simplistas e reducionistas dos contextos históricos e arqueológicos do sertão nordestino, corroborando para a construção de um passado a-histórico, sempre que se referir às ocupações pré-coloniais do Brasil colaborando com o profundo apagamento da história indígena e dos laços de pertencimento desses povos com seu passado.

Como pode ser percebido, os dados arqueológicos até o presente, coletados tanto por pesquisas anteriores realizadas, como pela nossa própria pesquisa, necessitam ser inseridos dentro de um universo interpretativo maior e mais profundo das ocupações do interior do Nordeste e inserir os povos Kariri dentro dos processos históricos e como sujeitos de tais processos, bem como circunscrever suas lutas e resistências frente aos processos colonizantes.

Compreendemos que os artefatos cerâmicos corrugados e associados a práticas de sepultamentos do sítio Piraçú, possam ser produzidos pelas populações Jê - Kariri, uma vez que as datações aqui apresentadas coincidem com a presença desses povos na região estudada, inclusive nos aldeamentos missionários, ocorridos nas ilhas do arquipélago de Orocó, coordenados pelo Frei Martinho de Nantes, em meados do séc. XVII. A identificação de práticas de enterramento tradicionalmente indígenas, como exemplo, os enterramentos em urnas funerárias em períodos cronologicamente recentes, historicamente falando, faz-nos refletir sobre a complexidade e resistências desses povos aos processos colonizantes no interior do Nordeste.

A cerâmica arqueológica de Piraçú, em relação aos atributos técnicos, pode ser fruto dos processos de etnogênese existentes nos aldeamentos religiosos, durante todo o processo de contato, pois é sabido que, nas missões

religiosas, havia a união, por vezes forçadas, de povos de etnias diferentes, como estratégia de dominação por parte dos colonizadores.

Tecnicamente, o conjunto cerâmico do sítio Piraçú e a cerâmica da fase Cabrobó, identificada por Calderón (1967), na mesma região do médio Rio São Francisco, possuem as mesmas características e, diante dos estudos aqui realizados, não podemos atribuir a uma ocupação Tupi pré-colonial, como inicialmente sugerido por Calderón.

A arqueóloga Gabriela Martin (2013), associa a cerâmica da fase Cabrobó como sendo cerâmicas regionais do Nordeste, associadas às aldeias de agricultores ceramistas que estabeleceram contato com os colonizadores através das missões religiosas, fixadas nas ilhas a partir do século XVII (MARTIN, 2013, p. 214). No entanto, não podemos concordar com tal classificação, pois a definição de cerâmicas regionais, reforça o discurso de apagamento e silenciamento indígena. Aqui compreendemos que são cerâmicas associadas às ocupações dos povos indígenas Kariri do sertão nordestino, que mantiveram suas práticas culturais associadas à produção cerâmica em períodos pós-contato,

Quanto a cerâmica indígena pós-contato do médio Rio São Francisco e dos povos falantes de língua Kariri nessa região, podemos afirmar que as cerâmicas classificadas como Cabrobó, ou cerâmicas regionais, assim como o conjunto cerâmico do sítio arqueológico de Piraçú, possuem os mesmos atributos técnicos e morfológicos, e no caso específico dos conjuntos cerâmicos do sítio Piraçú, sugerimos através deste estudo, tratar-se de uma materialidade associada às ocupações dos povos Kariri do médio Rio São Francisco, que construíram suas histórias, identidades e a paisagem dessa região desde o período pré-colonial, pensando sob a ótica de uma história de longa duração dos povos indígenas do sertão nordestino.

O contexto indígena do médio São Francisco, no momento da invasão portuguesa, durante o período de colonização, é marcado pelas histórias dos povos Kariri. Nesse sentido, o contexto das ocupações Macro-Jê do sertão contribui, de forma expressiva, para a macrodiscussão dos processos de

etnogênese, dentro da relação Macro-Jê e Tupi e sobre a discussão da permeabilidade das fronteiras culturais, vistas por meio dos conjuntos cerâmicos arqueológicos.

Através do presente estudo, foi possível identificar que há, na produção cerâmica Kariri, atributos técnicos semelhantes ao que, histórico e arqueologicamente, atribui-se às produções ceramistas dos povos Tupis. Por exemplo, a técnica de decoração corrugada, que se apresenta no conjunto cerâmico identificado no sítio arqueológico Piraçú e que também está presente nas cerâmicas associada aos povos Tupis. No entanto, há uma variação da técnica do corrugado que, no conjunto de Piraçú, apresenta características muito particulares, como foi apresentado no capítulo 5, particularidade aqui compreendida dentro dos processos de etnogêneses que marcam o contato entre diferentes povos e culturas ao longo da história do Brasil.

As especificidades da decoração corrugada do sítio Piraçú acende um alerta nos estudos meramente classificatórios dos artefatos cerâmicos, pois compreendemos que a necessidade do enquadramento dos conjuntos cerâmicos, em fases e tradições pré-estabelecidas, com base unicamente nos atributos técnicos, teve sua importância para se criar um primeiro universo comparativo para o estudo da cerâmica arqueológica, mas, em um segundo momento, no qual insiro o presente estudo, as análises isoladas e meramente técnicas pouco acrescentam sobre as realidades arqueológicas e sobre a construção das paisagens e as experiências vividas dos lugares arqueológicos e, no caso do presente estudo, sobre as ocupações fluviais do arquipélago de Orocó.

Tal fato nos leva a refletir, mais uma vez, que voltar o olhar para compreender a cerâmica arqueológica, na perspectiva da história indígena de longa duração, firmando diálogos com diversas áreas de conhecimento, seja o caminho mais próspero para onde possa seguir a ciência arqueológica.

No caso do contexto arqueológico de Piraçú, a cronologia obtida através das datações por termoluminescência – TL do material cerâmico, situa o presente estudo no período de contato e da fixação das primeiras missões

religiosas no arquipélago de Orocó. Com base nos dados cronológicos, é possível situar o presente estudo dentro de um recorte temporal. De acordo com os dados históricos e etnográficos, bem como dos relatos dos missionários que fixaram missões nas ilhas do médio Rio São Francisco, esse período foi marcado pelas atividades missionárias, voltadas, especificamente, a trabalhar com a catequização dos povos Kariri das ilhas do médio Rio São Francisco (NANTES, 1979).

Nesse momento histórico da fixação das missões religiosas no arquipélago de Orocó, a cartografia histórica não indica a presença dos povos Tupis nos aldeamentos religiosos, ao contrário dos povos Kariri que, desde o século XVII, fazem parte da historiografia presente nos mapas e nas narrativas do médio Rio São Francisco, bem como através das populações indígenas do sertão, cuja origem está atrelada aos povos Kariri, como o caso dos Truká da ilha de São Félix, em Orocó.

Ciente dessas realidades, consideramos coerente inserir a cerâmica identificada, a primeira vez, por Valentin Calderón (1976), na cidade de Curaçá – BA, e por ele classificada como pertencente à fase Cabrobó, assim como as classificações das chamadas cerâmicas regionais, classificadas por Gabriela Martin (2013), bem como o conjunto cerâmico de Piraçú como parte da história dos povos falantes de língua Kariri do tronco linguístico Macro-Jê no sertão do São Francisco. Ciente ainda, de que é necessário compreender cada pesquisador dentro do seu tempo histórico e reconhecer suas importantes contribuições para que pesquisas como esta pudessem ser desenvolvidas. No entanto, optamos por aqui chamar apenas de Cerâmica Kariri Macro-Jê do médio São Francisco.

Por hora, a ausência dos povos Kariri na compreensão dos contextos arqueológicos do sertão, sobretudo, ao que concerne na materialidade por eles produzidas apresenta-se como sendo parte dos processos de silenciamento histórico pelo qual passaram os povos Macro-Jê de todo o interior do Brasil e dos povos indígenas pós-contato. Pouca justificativa se encontra para a ausência destes nas narrativas arqueológicas, mesmo quando lidamos com materialidades indígenas pós-contato, como é o caso do sítio Piraçú.

Tal fato se deve também em consequência de análises realizadas unicamente através de atributos técnicos e na reprodução acrítica das classificações criadas com demandas voltadas quase que somente com o intuito de classificar os vestígios arqueológicos. Dentro dessa realidade, um exemplo claro é inserir quase toda cerâmica, com decoração plástica corrugada pertencentes aos povos Tupi, haja vista que pode ser percebido através dos estudos aqui realizados, que essa prática não seria uma exclusividade desses povos, demonstrando uma das fragilidades mais claras dessas classificações, mas, cotidianamente, percebida em estudos contemporâneos.

Através do presente estudo e dos diálogos firmados com a perspectiva da história indígena de longa duração, foi possível buscar um distanciamento das compreensões, pautadas em elementos meramente técnicos e acríticos, para o entendimento do contexto arqueológico do sítio Piraçú e, assim, procurar uma aproximação com a história dos povos Macro-Jê do sertão e dos povos Kariri que ocupam as ilhas do arquipélago de Orocó até o presente, como é o já citado caso da Terra Indígena dos povos Truká.

No entanto, compreender o conjunto cerâmico de Piraçú como fragmentos da história dos Kariri, dentro do recorte cronológico dos aldeamentos religiosos, faz-nos perceber também, como sendo parte da resistência desses povos frente às políticas opressoras, implantadas durante a colonização. O conjunto cerâmico de Piraçú, em sua maioria, está associado a práticas funerárias realizadas através de enterramentos secundários em urnas, há pouco mais de 400 anos, fato que reflete a resistência desses povos e na permanência de suas crenças e cultura.

A arqueologia, como uma ciência do presente, feita no presente e com consequências no presente, necessita estar preocupada com as narrativas por ela construída. A arqueologia nos permite inserir, no cenário histórico, os diversos povos que constituem a sociedade brasileira, ressaltando seu protagonismo frente às resistências aos processos de colonização (DENARDO, 2022).

A arqueologia tem a urgente demanda de combater o preconceito histórico sobre os povos do sertão, de ontem e de hoje, bem como criar narrativas de carácter histórico libertador, no processo de democratização do conhecimento arqueológico.

Entretanto, romper com o processo histórico de exclusão dos povos do sertão na história do Brasil, não tem sido uma tarefa fácil. Há um silenciamento da diversidade sociocultural existente no Nordeste que fica ainda mais evidente quando nos debruçamos sobre os documentos historiográficos oficiais e, no caso do presente estudo, especificamente, no que concerne às sociedades indígenas. Quanto aos estudos e documentos existentes referentes aos processos de colonização e sobre os povos originários dos sertões do Nordeste, há uma bibliografia que, às vezes, mostra-se desconexa e contraditória.

Os povos indígenas do sertão, especificamente do sertão nordestino, foram, por vezes, excluídos da historiografia oficial e, quando não, tratados como um imenso coletivo de modos de vidas iguais, como se todos partilhassem dos mesmos hábitos, costumes, crenças e línguas. O uso do termo Tapuia para se referir aos povos originários do sertão, ferindo-se aqui ao indígena não Tupi, é uma realidade disto, uma vez que ele já vem imbuído de uma série de preconceitos históricos arraigados e ainda assim foi e é utilizado nas produções científicas brasileiras, dentre as poucas que narram a história desses povos, que, ao longo da história, curiosamente não despertaram nenhum ou pouco interesse etnográfico entre os estudiosos até o presente.

Dentre outras, a ciência arqueológica como uma ciência humana e comprometida com seu papel e retorno social, partilha da importante possibilidade de individualizar as histórias dos povos do sertão, de inseri-las no cenário científico e fora dele, para que assim o saber científico possa furar a bolha acadêmica e alcançar a população em geral, demonstrando as diferentes realidades e modos de vidas dos povos não Tupis do sertão nordestino, construindo, mesmo que a passos lentos, uma ciência menos colonizadora.

Na contramão do aqui desejado, a ciência arqueológica, produzida, sobretudo, na região Nordeste reproduziu, por décadas, de forma acrítica, o

imaginário universo Tapuia para a interpretação dos contextos arqueológicos, induzindo, às vezes, interpretações superficiais sobre as materialidades dos povos indígenas do sertão. No que concerne aos povos indígenas pós-contato, pouco se ouve falar. Tal fato se deve, sobretudo, pela busca incessante pelo 'homem pré-histórico' e por inserir as histórias indígenas anteriores à chegada dos colonizadores ou até mesmo as do período de contato como fruto da pré-história brasileira, sendo esse um dos fetiches arqueológicos que, durante décadas, movimentou a arqueologia do Nordeste.

No entanto, esse discurso como dito ao longo desse estudo, traz consequências duras quanto ao pertencimento dos povos indígenas contemporâneos perante o seu passado, bem como o silenciamento dos povos que não conseguiram resistir ao processo de colonização e manter vivo seu povo, suas histórias e identidades.

Pensar em história indígena de longa duração, na *Longue-Durée* e o tempo longo em que os eventos históricos acontecem, permitem ao pesquisador, aqui especificamente ao arqueólogo, aproximar-se das realidades históricas que constituem a diversidade dos povos originários do Brasil e, sobretudo neste caso em específico, preencher as lacunas históricas sobre as ocupações indígenas do sertão nordestino.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. de, **Descobrimento do Brasil e Povoamento**. Antonio Paim (org.), Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1988.

ALBUQUERQUE, M. **Reflexões Em Torno Da Utilização Do Antiplástico Como Elemento Classificatório Dá Cerâmica pré-Histórica**. CLIO – Revista do Curso de Mestrado em História, Nº 6 –Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CNPQ. Recife, 1984.

ALBUQUERQUE, J. E. DE. **Roulox Baro e o “País dos Tapuias”**. Representações acerca do gentio no Brasil do século XVII. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

ANCHIETA, Pe. José. de. **Textos históricos**. v. 9, São Paulo: Edições Loyola, 1990.

AMOROSO, M. R. Natureza e sociedade nos aldeamentos indígenas do império: diálogos da ordem menor dos frades capuchinhos com a história natural. **Revista de História**, São Paulo, p. 271-301, 2010.

BARBOSA, B. F. **Paranambuco: Poder e herança indígena**. Recife: ed. Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

BARLÉU, G. 1584-1648. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau**: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias Unidas sob o Príncipe de Orange / tradução e notas de Cláudio Brandão. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 432 p. – (Edições do Senado Federal ; v. 43).

BALLE, W.; MOORE, D. Language, culture, and environment: Tupi-Guarani plant names over time. In *Amazonian Indians from Prehistory to the Present: Anthropological Perspectives*, Anna C. Roosevelt, ed. Tucson: University of Arizona Press, 1994.

BALLE, W. **Antiquity of traditional ethnobiological knowledge in Amazonia: The Tupi- Guarani family and time.** *Ethnohistory*, v. 47, n. 2, p. 399-422. 2000.

COSTA, F. A. P. da. **Título Anais de Pernambuco.** Recife-PE. FUNDARPE. 2º ed, 1983.

BORGES, Jóina Freitas. **Os Senhores Das Dunas E Os Adventícios D'além-Mar: Primeiros Contatos, Tentativas De Colonização E Autonomia Tremembé Na Costa Leste-Oeste (Séculos XVI E XVII).** Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **O MEDITERRÂNEO e o Mundo Mediterrânico – Vol. I.** Lisboa, Portugal, edição-2AS817. 1983.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências – A Longa Duração. Tradução de Ana Maria de Almeida Camargo de artigo publicado in *Annales E. S. C.*, n.º 4, outubro-dezembro de 1958. Vol. XXX — **Revista de História** — Ano XVI – 1965.

BROCHADO, J. P. A. **Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no Leste da América do Sul.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984.

BROCHADO, J. P. **A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica da Amazônia.** *Dédalo*. São Paulo, v. 27: p.65-82. 1989.

BROCHADO, J. P. **Um modelo ecológico de Difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América Latina.** *CLIO*, série arqueológica, 4: 85-88. (Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste brasileiro), 1991.

CABRAL, Mariana Petry. “E se todos fossem arqueólogos?": experiências na Terra Indígena Wajãpi. **Anuário Antropológico**, n. II, p. 115-132, 2014.

CALDERÓN, Valentin. **Notícia preliminar sobre as seqüências arqueológicas do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina, Estado da Bahia.** In: PRONAPA - 1. Resultados preliminares do primeiro ano. Belém: Museu P. E. Goeldi, Publ. Avulsas n. 6, p. 107 – 120, 1967.

CARVALHO JÚNIOR, A. D. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte (séculos XVII e XVIII). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 69-99. jan/jun. 2013.

CASTRO, Eduardo B. Viveiros. **Araweté: uma visão da cosmologia e da pessoa Tupi-Guarani**. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Museu Nacional, 2 volumes, 1984.

CASTRO, Eduardo Viveiros. **Metafísica Canibal**. São Paulo. Ed. EBU, 2009.

CORRÊA, A.A. **Pindorama De Mboia E Îakaré Continuidade E Mudança Na Trajetória Das Populações Tupi**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014.

CUNHA, M. C. da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Tony Jarbas Ferreira. **Solos do Submédio do Vale do São Francisco: potencialidades e limitações para uso agrícola**. Petrolina, PE: Embrapa Semi-árido, *Et al.* 2008. (Embrapa Semi-Árido. Documentos, 211).

CUNHA, E. M. C. da. **Sertão, sertões: colonização, conflitos e História Indígena em Pernambuco no período pombalino (1759–1798)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

CUNHA, Luís Emanuel, & SOUZA, Jerfferson Amorim. **Monitoramento Sobre As Terras Indígenas Em Pernambuco: Diagnóstico Sobre O Direito De Propriedade Indígena**. Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, n. 243, p. 141-161, jan./abr., 2018 | ISSN 2447-861X.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Diagnóstico do Município de Orocó**. 2005. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/> Acesso em: 18 jan 2023.

DANTAS, Mônica Duarte. **Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822)**. PENÉLOPE, n. 23, pp. 9-33. São Paulo, 2000.

DENARDO, Thandryus Augusto Guerra Bacciotti. **Porque comunistas deveriam estudar arqueologia**. LavraPalavra, FAPESP, 2022.

XOCÓ, Edriene. *Pelas Mulheres Indígenas*. Thydewá. 2015

FAUSTO, C. **Entre o passado e o presente: mil anos de história indígena no Alto Xingu**. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAPI, Brasília, v.2, n.2, p. 9-51. 2007.

FERRARI, Alfonso Trujillo. *Os Kariri: o crepúsculo de um povo sem história*. No. 3. Escola de Sociologia e Política, 1957.

FLORENCIO, Roberto Remígio. ASPECTOS CULTURAIS DO POVO TRUKÁ DE ASSUNÇÃO: Territorialidades Emergentes. **Revista Científica do UniRios** 2020. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2020/24/aspectos_culturais_do_povo_truka_de_assuncao.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

FLORENCIO, Roberto Remígio; SANTOS, Carlos Alberto Batista. **O Paraíso na Terra tem Dor e Sofrimento: O Povo Truká da Ilha de Assunção em Pernambuco**. 3º Simposio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis, 05 a 07 de novembro de 2014. (janeiro,2014). Nainternet:https://www.researchgate.net/publication/297433537_O_Paraiso_na_Terra_tem_Dor_e_Sofrimento_O_Povo_Truka_da_Ilha_de_Assuncao_em_Pernambuco, acessado em: 08 de agosto de 2022.

FRANCHETTO, Bruna & HECKENBERGER, Michael. **Os Povos do Alto Xingu – História e Cultura**. Rio de Janeiro, 2001.

GARCIA, L. L.W. G. **Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins. A ocupação Tupi no Cateté**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

GARCIA, Loreley Gomes, WANDERLEY, Mayrinne Meira. Rio São Francisco, As Águas Encantadas e o desencanto com a Transposição. **Ciências Humanas: Estudos para uma Visão Holística da Sociedade**, v. III Capítulo 13. p. 211-212. 2021.

GOMES. A. F. **O Papel dos Povos Indígenas Durante a Invasão Holandesa**. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GREENE, K. 1999. **Archaeology: An Introduction**. London: Batsford Ltd, 3º Ed.

HOHENTHAL JR, W. D. As Tribos Indígenas do Médio e Baixo São Francisco, **Revista Do Museu Paulista**, N. S., Vol. Xli. São Paulo, 1960. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Ahoenthal-1960-tribos/Hoenthal_1960_TribosMedioBaixoSFrancisco.pdf, Acesso em: 10 ago. 2022.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 18ª Edição Loyola. São Paulo, 2009.

HALFELD, H. G. F. **Relatório concernente a exploração do Rio São Francisco: desde a cachoeira a Pirapora até o Oceano Atlântico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Empresa das Arte, 1860.

HECKENBERGER, Michael, NEVES, Eduardo Góes. Amazonian Archaeology. **Annu. Rev. Anthropol.** v. 38, p.251–66. 2009.

HECKENBERGER, Michael. **Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana no *longue durée***, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. B. (Eds.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 21-62.

HECKENBERGER, M. ***War and peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the upper Xingu of southeastern Amazonia***. PhD Dissertation - University of Pittsburgh, Department of Anthropology, Pittsburgh. 1996.

HILL, Jonathan (org). ***History, power and identity Iowa***. USA: University of Iowa Press. 1996.

HILL, Jhonatan. **Etnicidade na Amazônia Antiga: reconstruindo identidades do passado por meio da arqueologia, da linguística e da etno-história**. ILHA v. 15, n. 1, p. 35-69, jan./jun. 2013.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología**. Corrientes actuales. Barcelona: Crítica, 1988.

HODDER. Ian. **Interpretive archaeology and its role**. In: Theory and Practice in Archaeology. London: Routledge, 1992.

JACUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos – História indígena do Brasil contada por um índio**. Editora Peirópolis. São Paulo, 2020.

KATER, Thiago & LOPES, Rafael de Almeida. Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de Histórias Indígenas de longa duração. **Revista história**. (São Paulo), DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.174977>. n.180, p. a11720, 2021.

KRENAK, Ailton. **Guerras do Brasil**. Luiz Bolognesi. Curta! 19 de abril de 2019. 25min. Disponível em: NETFLIX. Acesso em: 27 abr. 2021.

LA SALVIA, F. & BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre. Posenato Art & Cultura, 1989.

LIMA, M. G. **O Governo das Almas, A expansão colonial no país dos Tapuia. 1651 – 1798**. Tese (Doutorado em História). Ed. Leiden - Universiteit Leiden, 2004.

LIGHTFOOT, Kent. **Culture contact studies: Redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology**. *American Antiquity*, v. 60, n. 2, p. 199-217. 1995.

LIMA, Tânia Andrade, PROUS, André. **Os ceramistas Tupi-guarani. VOLUME II – Elementos Decorativos**. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010.

LOPES, P. R. do C. **A colonização portuguesa da Ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na Missão Religiosa de Joanes**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

LUCENA, R. de G. **O Desenvolvimento Urbano de Recife no Período Holandês, entre os anos de 1630-1645**. V Colóquio de História, Perspectivas Históricas, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2011.

MACHADO, J. C. F. **O Despertar Do Recife No Brasil Holandês**. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan/jun 2010.

MACHADO, J. S. **Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, p. 57-70. 2009.

MARTIN, G. **“Carta” arqueológica da região de Itaparica – Pernambuco**. Recife, 1998.

MARTIN, G. **Arqueologia Nas Missões Religiosas Do Nordeste Do Brasil**. CDU 571(812/814), 1999.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2013.

MEDEIROS, R. P. Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII. *Revista Clio Arqueológica*. VOL. 28, n2. 2007.

MEDEIROS, R. P. **Política indigenista do Período Pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América Portuguesa**. In: Oliveira, C.M.S; Medeiros, R.P.M. (Org.). *Novos Olhares sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, p. 125-159.

MEDEIROS Filho, Olavo de. (1984). **Índios do Açu e Seridó**. Natal, RN, Brasil: Sebo Vermelho, [edição fac-similar], 2011.

MELATTI, Júlio Cezar. **Aspectos culturais (não linguísticos) dos povos falantes de línguas do tronco Macro-Jê**. In: *Línguas e Culturas Macro – Jê Saberes Entrecruzados*. Org. MIRANDA, Maxwell. BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. SANTANA, Áurea Cavalcante. SOUZA, Suseile Andrade Sousa. Barra do Garças, Mato Grosso, 2020.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2007.

MEGGERS, B. J; EVANS, C. **Como interpretar a linguagem da cerâmica**. Washington: Smithsonian Institution. 1970.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra**; índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 1ª Ed. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995.

MONTEIRO, Jhon Manuel. **Entre o Etnocídio e a Etnogênese e Identidades Indígenas Coloniais**. Pag. Antologia Índios, Departamento de Antropologia, IFCH/Unicamp. 2005.

NANTES, Pe M. **Catecismo da Língua Kariri**. Edição facsimilar, por Julio Platzmann, da primeira edição 1706. Leipzig: B. G. Teubner. 1896.

NANTES, Pe M. de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. Tradução e Comentários de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Companhia Editorial Nacional – MEC, 1979.

NOELLI, F. S. **Sem Tekohá não há Teko. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e subsistência Guarani e suas aplicações a uma área de domínio do delta do rio Jacuí, Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1993.

NOELLI, F.S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi - **Revista de antropologia**, 1996.

NOELLI, F.S. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento. v. 3, p. 285-302, 1999.

NOELLI, F. S. **Os Jê no Sul: roteiro para um modelo alternativo**. In: *Uri e Wãxi, Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Mota, Noelli e Tommasino (org). Londrina: Ed. UEL. 2000.

OLIVEIRA, Jéssica Rafaella. **Os Habitantes do Rio E As Missões Religiosas No Sertão Pernambucano: Uma Arqueologia da Paisagem Fluvial do Rio São Francisco – Orocó**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Universidade Federal de Sergipe. 2016.

OLIVEIRA, Claudia. **As fronteiras tecnológicas de grupos pré-históricos ceramistas do Nordeste**. In Oliveira, Ana Paula de Paula Loures. (org). Estado da Arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupi-guarani. Juiz de Fora: EDUF JF, v. 1, p. 131-150. 2009.

OLIVEIRA, Cláudia Alves. Os ceramistas pré-históricos do sudeste do Piauí – Brasil: Estilos e Técnicas. **Revista FUMDHAMENTOS**, n.3, p. 57-129.2003.

ORTON, Clive; TYERS, Paul. & ALANVINCE. **La ceramica En Arqueologia**. Barcelona, 1997.

ORTON, Clive (1948). **Sampling in archaeology**. Cambridge University Press Cabrimdge, 2000.

PASQUALE, P. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

PEREIRA DA COSTA, E. A. **Anais Pernambucanos** 11. Vol., Recife, Archivo Público Estadual. 1953.

PEREIRA, I. A. M. C. Missões Jesuíticas Coloniais, homogeneidade ou influências? Um estudo comparativo do plano urbano das missões jesuíticas de Chiquito, Mojo, Mayna e Guarani implantadas nas fronteiras da América Colonial Espanhola nos anos de 1607 a 1767. **V Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS**, 2010.

PILETTI, N. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática. 1996.

PIRES, I. M. **A Guerra dos Bárbaros – Resistência e conflitos no nordeste colonial**. Recife: UFPE, 2002.

QUEIROZ, José Márcio Correia de. **Um estudo gramatical da língua Dzubukuá, família Karirí**. 2012. 428 f. Tese (Doutorado em Linguística e ensino) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

RENFREW, C Bahan, P. **Teorias Métodos e Práticas**. Traducción María de Jesús Mosquera Rial Torrejón de Ardoz. Madrid: Akal, 1993.

ROSKAMS, Steve. **Excavation**. Cambridge University Prees. Cambrodge, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3o ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4oed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, J. de S.; OLIVEIRA, T. B. **Breves comentários acerca das missões religiosas no Brasil e na Paraíba**: prospecções e levantamentos primários das antigas missões na Capitania da Parahyba. Campina Grande-PB, 2011.

SANTOS, Carlos Alberto Batista. **Dos Padrões de caça, pesca e uso de uso de animais silvestres pela etnia Truká, no semiárido brasileiro**, Recife, 2016. 139 f, il.

SCHANN. D. P. Fronteiras Territoriais E Identidades Socioculturais: Causas E Significados Da Variabilidade Artefactual dos Registros Arqueológicos. 2007.

SILVA, J. C. **Arqueologia no Médio São Francisco indígenas, vaqueiros e missionários**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, F. A. & NOELLI, F. S. História indígena e arqueologia: Uma reflexão a partir dos estudos sobre os Jê Meridionais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v.27: p. 5-20, 2016.

SILVA, F. A. & NOELLI, F. S. Arqueologia e Linguística: Construindo as trajetórias histórico-culturais dos povos Tupi. **Revista de Cultura e Política**, 2017.

SIMÕES, F, Mário. **Índices de fases arqueológicas brasileiras 1950-1971**. Publicações Avulsas nº18. Museu Emílio Goeldi, 1972.

SOUZA, J. G. **THE EVER-CHANGING MATERIAL CIVILIZATION OF THE MACRO-JÊ A comment on The Material Civilization and Social and Religious Life of the Žè Indians of Southern and Eastern Brazil by Hermann Ploetz and Alfred Métraux**. 2015.

SOUZA, Marcos André Torres. **A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos**. **Revista de Arqueologia**. v. 30. n.01, p.144-153. 2017

SOUSA, Marcos André Torres. A Arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: Problemas e questões. **Revista de Arqueologia**. v. 30, n. 1. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.505>, 2017.

SILVA, Fabíola. **As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica**. Tese (Doutorado em Ciência Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2000.

SILLIMAN, Steven. Entre *A Longue Durée* E *O Short Purée*: Arqueologias Pós-Coloniais Da História Indígena Na América Do Norte Colonial. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. v.13, n. 1, janeiro – junho, ISSN 1981-5875 ISSN (online) p. 2316-9699, 2019.

SCHILLACI, Manuela. **Religiosidade Truká e o Rio São Francisco (Pe): Um Estudo Da Violência Simbólica Das Grandes Obras**. NEPE/UFPE, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31371>, Acesso em 02 agos. 2022.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. Grupo Leya. 2018.

ANEXO I

REGISTRO FOTOGRÁFICO

ETPA DE CAMPO 1

ETAPA DE CAMPO 2



Trechos do Rio São Francisco durante o percurso do porto da cidade de Orocó a Ilha de Piraçú. (Fotos: Jéssica Oliveira, 2020 e 2022)



Etapa de Campo 1 - Escavação da Unidade Ampla 1 – área 1. Sítio Piraçú. (Fotos: Jéssica Oliveira, 2020).
(Érika Oliveira, Bruno Vieira, Denison Santos, Daniel Santos, Zé de Severo).



Etapa de Campo 1 - Escavação da Unidade Ampla 1 – área 1. Sítio Piraçú. (Fotos: Érika Oliveira, 2020)
(Bruno Vieira, Denison Santos, Érika Oliveira, Jéssica Oliveira e meu sobrinho Heitor aprendendo a gostar de arqueologia).



Etapa de Campo 2 - Escavação da Unidade Ampla 1 – área 2. Sítio Piraçú. (Fotos: Jéssica Oliveira, 2022).
(Estudantes da Graduação de Arqueologia da UFS).



Etapa de Campo 2 – Equipe de campo ao final da escavação da Unidade Ampla 1 – área 2, Sítio Piraçú.
Visita a Igreja de São Félix na Ilha de São Félix. (Fotos: Padre Francisco José, 2022).
(Estudantes da Graduação de Arqueologia da UFS. Jéssica Oliveira e Leandro Duran retornando de um dia de campo.



Etapa de Campo 1 - Escavação da Unidade Ampla 1 – área 1. Sítio Piraçú. Equipe de campo (arqueólogos e moradores de Orocó) ao final da escavação da unidade. (Fotos: Vinícius Colares e Érika Oliveira, 2020).
(Bruno Vieira, Jéssica Oliveira, Denison Santos, Érika Oliveira, Daniel Santos, Zé de Severo, Seu Guilherme e Dona Maria)

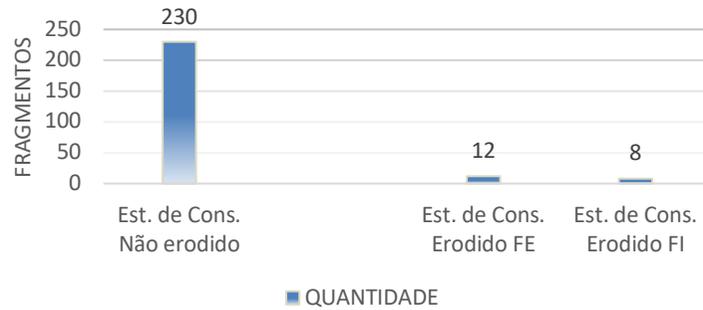
ANEXO II

Gráficos

Análise das coleções cerâmicas

Piraçú	PI	cerâmica	X	X	reconstitu	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.9	Maior medida: 27cm Menor medida: 2.5cm Fragmento do corpo da vasilha. 5 fragmentos reconstruídos.
Piraçú	PI	cerâmica	X	X	reconstitu	Frag. Borda	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.7	Altura aproximada: 20cm Largura: 72cm. Fragmento da borda com 3 peças reconstruídas	
Piraçú	PI	cerâmica	X	X	reconstitu	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.7	Maior medida: 10,7cm menos medida: 2,8cm, fragmento do corpo, 1 fragmento.	
Piraçú	PI	cerâmica	X	X	VAS. 6	Vasilha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.7	Altura do frag: 7,8cm largura aproximada: 62cm diâmetro aproximado da borda: 76cm. Vasilha alisadas nas duas faces. De coloração marrom. Fuligem nas duas faces. Trata-se de 7 fragmentos que bordasreconstruídos, espessura da vasilha afina significativamente nas bordas. marcas de estrias horizontais. Vasilha identificada por moradores da ilha de Piraçú no ano de 2016.	
Piraçú	PI	cerâmica	X	X	VAS. 7	Vasilha	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.5	Altura: 25cm Largura: 91cm Diâmetro da borda:106cm. Vasilha alisada, quase totalmente reconstruída com 29 fragmentos. Fuligem nas duasfaces. Coloração marrom claro. Marcas de estrias horizontais. Pequenas erosões na face externa. A espessura diminui significativamente na borda.	
Piraçú	PI	cerâmica	A3-Q2	9 CM	PI-237	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.1	Maior Medida: 3.3cm menor medida:0.8cm	
Piraçú	PI	cerâmica	A2-Q1	20-30CM	PI-233	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.5	Maior medida: 2.8cm menor medida:0.7cm
Piraçú	PI	cerâmica	A2-QE5	24 CM	PI-232	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.5	Maio medida: 2cm Menor Medida: 0.5cm
Piraçú	PI	cerâmica	A2-QD4	23 CM	PI-230	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.9	MAIOR MEDIDA: 3.1CM MENOR MEDIDA:2.4CM
Piraçú	PI	cerâmica	A2-QE5	24 CM	PI-231	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.7	X Maior medida: 4.5 menor medida: 1.6cm
Piraçú	PI	cerâmica	P1-17	20 CM	PI-241	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.7	maior medida: 2.8 cm menor medida: 1.6 cm
Piraçú	PI	cerâmica	A2-QD4	14 CM	PI-236	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.9	Maior medida: 3.5 cm menor medida: 1.5 cm
Piraçú	PI	cerâmica	A2-QD4	15 CM	PI-234	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.6	Maior medida: 4.4 cm menor medida: 2.2 cm
Piraçú	PI	cerâmica	A2-QD4	15 CM	PI-235	Frag. Parede	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1.0	Maior medida: 4.1 cm menor medida: 1 cm - telha
Piraçú	PI	cerâmica	A2-QE5	10 CM	PI-238	Frag. Borda	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.4	Maior medida: 3.5 cm menor medida: 0.7 cm
Piraçú	PI	cerâmica	A2-QE5	10 CM	PI-239	Frag. Borda	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	0.9	Maior medida: 2,6 cm menor medida: 1,4 cm

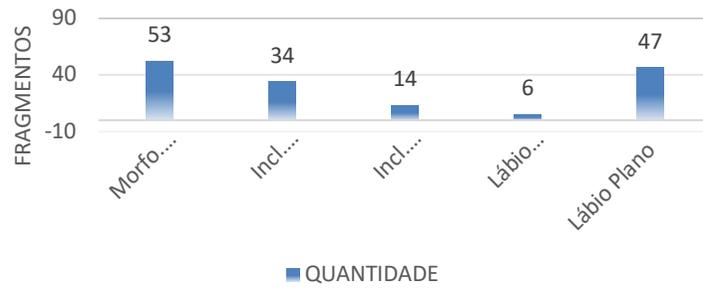
ESTRUTURA



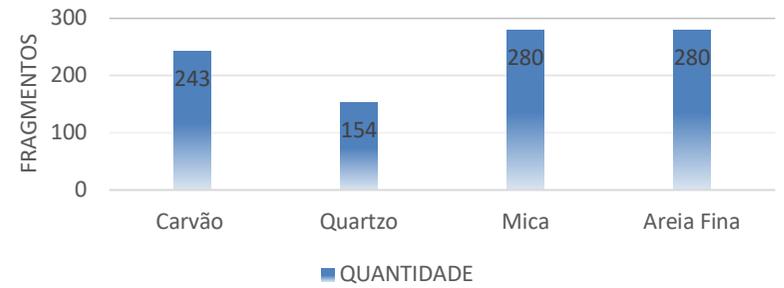
ESPESSURA DO FRAGMENTO

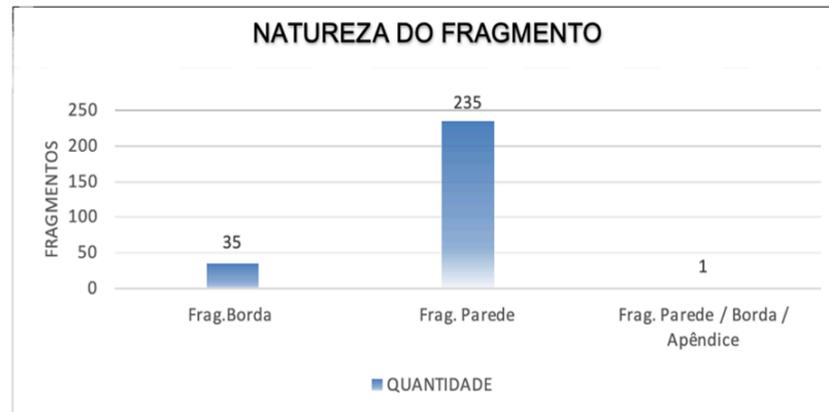
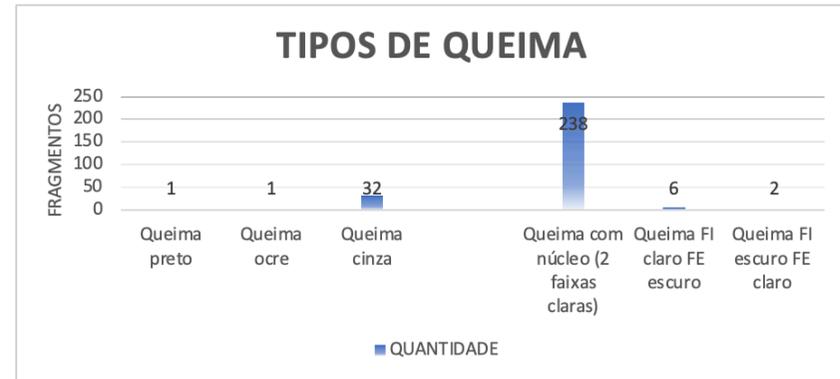
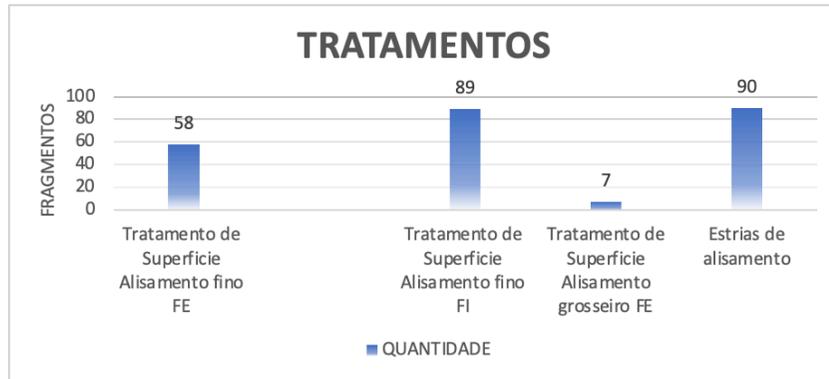


MORFOLOGIA



COMPOSIÇÃO DA PASTA





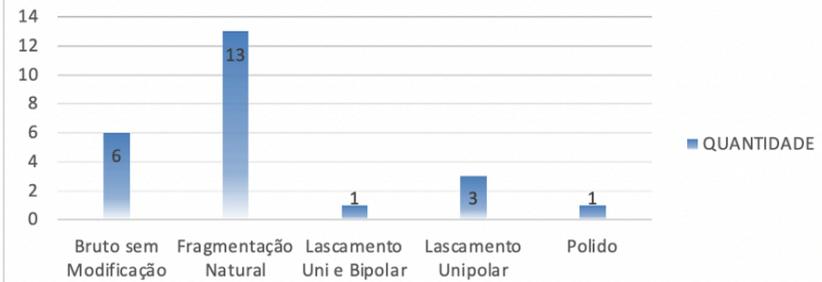
• **Dados da análise dos artefatos líticos:**

SÍTI	Nº DA ETIQUETA	Nº DA PEÇA	UNIDADE DE ESCAVAÇÃO	NÍVEL	MATÉRIA-PRIMA	NATUREZA DA TRANSFORMAÇÃO	ESTADO DE PRESERVAÇÃO	MAIOR MEDIDA	MENOR MEDIDA	ESPESSURA MÁXIMA	SUPORTE	CÓRTEX	TIPO DE VESTÍGIO	TERMINAÇÃO DA LASCA	NÚMERO NEGATIVOS DE RETIRADAS	NÚCLEO	TECNOLOGIA	DIREÇÃO DAS ESTRIAS
PIRAÇÚ	112	PI-267	A2-QE2	17 CM	Sílex	Fragmentação Natural	Fragmentado	2.7	1.7	0.4		>50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	191	PI-268	A2-Q1	Superfície	Seixo	Fragmentação Natural	Fragmentado	2.3	1.6	0.7		>50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	180	PI-266	A2-QD4	23 CM	Sílex	Lascamento Unipolar	Inteiro	2.8	1	0.6		>50%	Lasca	Gume	7		Lascamento	Paralelas e Subparalelas
PIRAÇÚ	188	PI-272	A2-QD4	31 CM	Seixo	Fragmentação Natural	Fragmentado	1	0.7	0.9		<50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	184	PI-271	A2-QD4	25 CM	Seixo	Fragmentação Natural	Fragmentado	2.2	1	0.4		<50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	178	PI-270	A2-QE5	27 CM	Seixo	Bruto sem Modificação	Inteiro	2.6	1	1.3		>50%	Matéria Prima Bruta					
PIRAÇÚ	171	PI-277	A2-QD4	23 CM	Seixo	Bruto sem Modificação	Inteiro	2.7	1.3	1.4		>50%	Matéria Prima Bruta					
PIRAÇÚ	114	PI-269	A3-Q2	8 CM	Seixo	Bruto sem Modificação	Inteiro	2.7	1.6	1.4		>50%	Matéria Prima Bruta					
PIRAÇÚ	114	PI-278	A3-Q2	8 CM	Seixo	Bruto sem Modificação	Inteiro	1.9	1.2	1		>50%	Matéria Prima Bruta					
PIRAÇÚ	136	PI-275	PT-10	20-30CM	Seixo	Fragmentação Natural	Fragmentado	2.9	0.7	0.6		>50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	164	PI-276	A2-QE5	24 CM	Seixo	Fragmentação Natural	Fragmentado	2.7	1.1	1		>50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	101	PI-281	A2-QE2	10 CM	Seixo	Fragmentação Natural	Fragmentado	3.7	0.7	2.4		>50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	101	PI-282	A2-QE2	10 CM	Seixo	Fragmentação Natural	Fragmentado	1.9	1	1		>50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	198	PI-283	A2-Q1	0-10 CM	Seixo	Bruto sem Modificação	Inteiro	2.6	1.6	1		>50%	Matéria Prima Bruta					
PIRAÇÚ	198	PI-284	A2-Q1	0-10 CM	Seixo	Fragmentação Natural	Fragmentado	2.7	0.8	0.9		>50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	198	PI-285	A2-Q1	0-10 CM	Seixo	Bruto sem Modificação	Inteiro	2.2	1.6	1.6		>50%	Matéria Prima Bruta					
PIRAÇÚ	198	PI-286	A2-Q1	0-10 CM	Seixo	Fragmentação Natural	Fragmentado	5.7	3.4	2.2		>50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	58	PI-280	PT-01	20-30CM	Seixo	Lascamento Unipolar	Inteiro	4.3	2	1.2		>50%	Lasca	Gume	1		Lascamento	Paralelas e Subparalelas
PIRAÇÚ	56	PI-274	PT-01	30 CM	Sílex	Lascamento Unipolar	Inteiro	2	0.3	0.3		>50%	Lasca	Gume	8		Lascamento	Paralelas e Subparalelas
PIRAÇÚ	177	PI-288	A2-QE4	Superfície	Seixo	Fragmentação Natural	Fragmentado	6.8	1	2		<50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	163	PI-287	A2-B5	11 CM	Seixo	Lascamento Uni e Bipolar	Inteiro	7	1.8	4.7		<50%	Instrumento				Lascamento	Paralelas e Subparalelas
PIRAÇÚ	185	PI-273	A2-C3	30 CM	Micaxisto	Fragmentação Natural	Fragmentado	3.6	0.6	1.1		<50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	179	PI-279	A2-C3	25 CM	Micaxisto	Fragmentação Natural	Fragmentado	6.5	2.3	3		<50%	Fragmentação Natural					
PIRAÇÚ	2	PI-289	A1-5838/5109	Superfície	Seixo	Polido	Fragmentado	8	4.2	2		>50%	Instrumento					

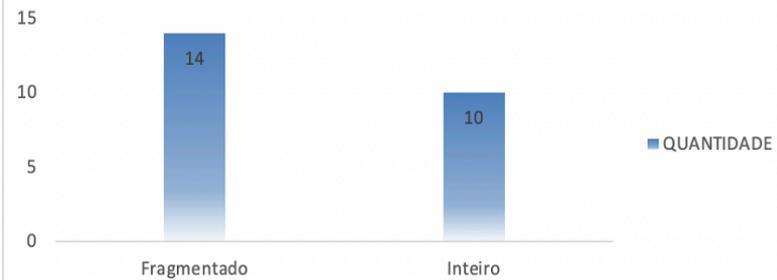
TIPO DE VESTÍGIO



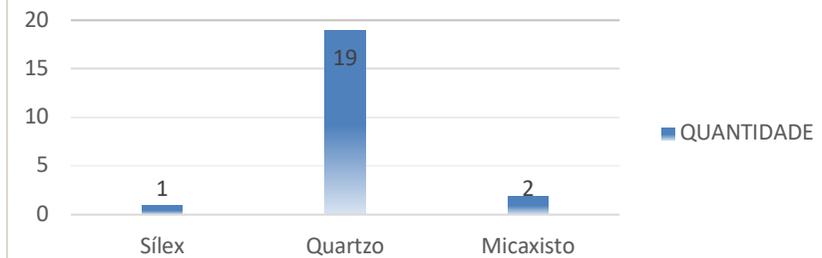
NATUREZA DA TRANSFORMAÇÃO



ESTADO DE PRESERVAÇÃO

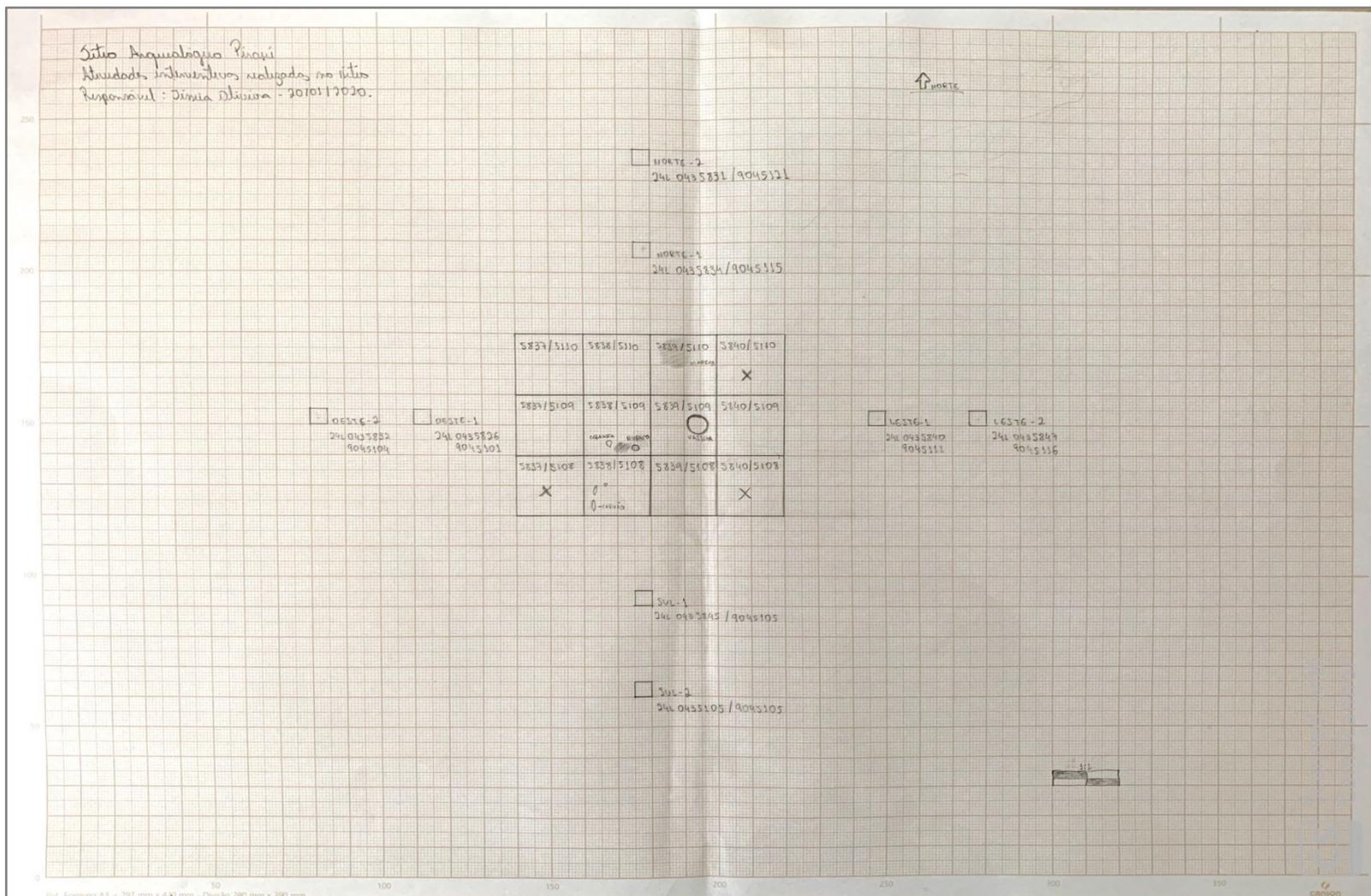


MATÉRIA-PRIMA

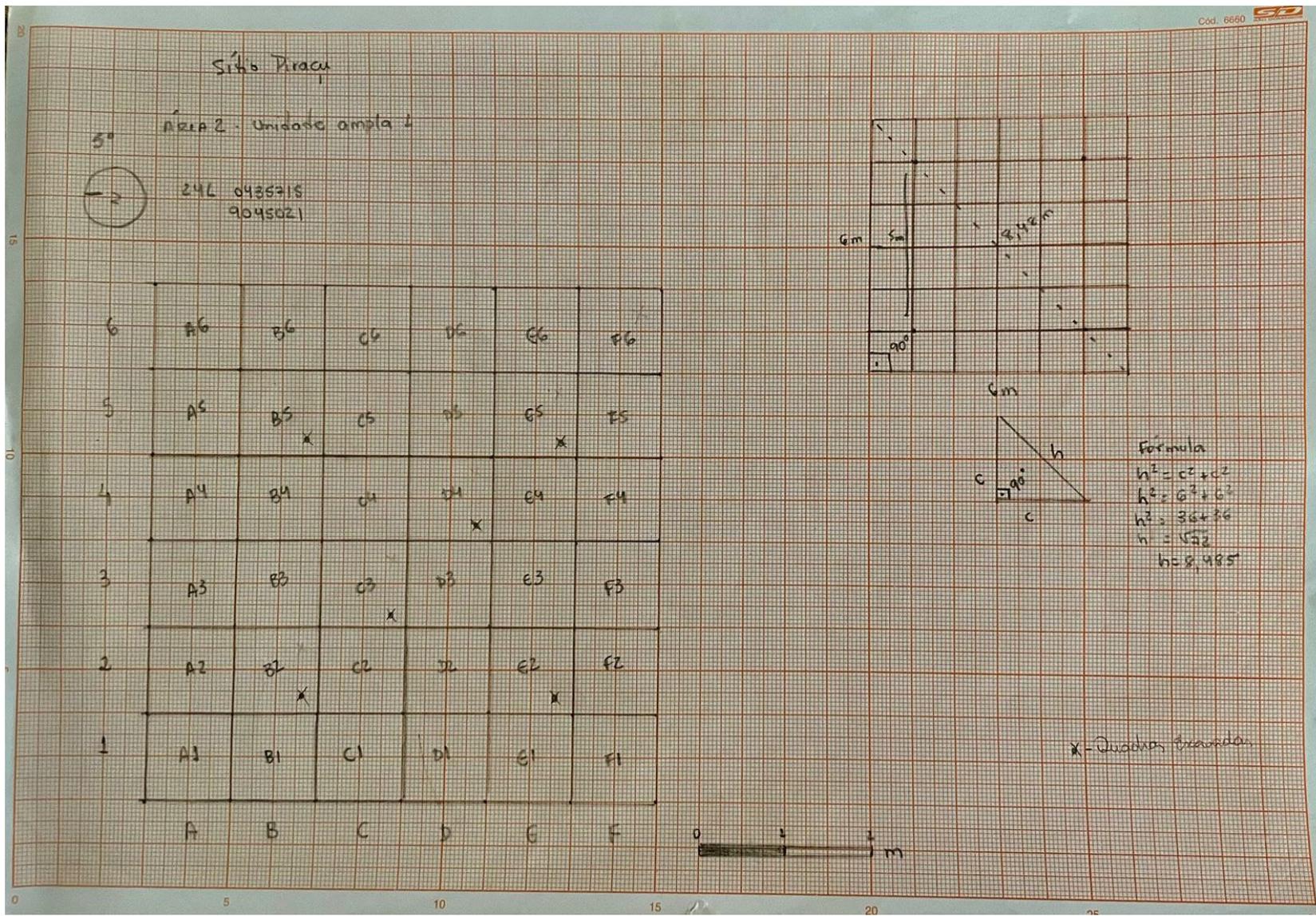


ANEXO III

CROQUIS DE CAMPO
MAPAS HIDROGRÁFICO, SOLOS
E RELEVO DE OROCÓ

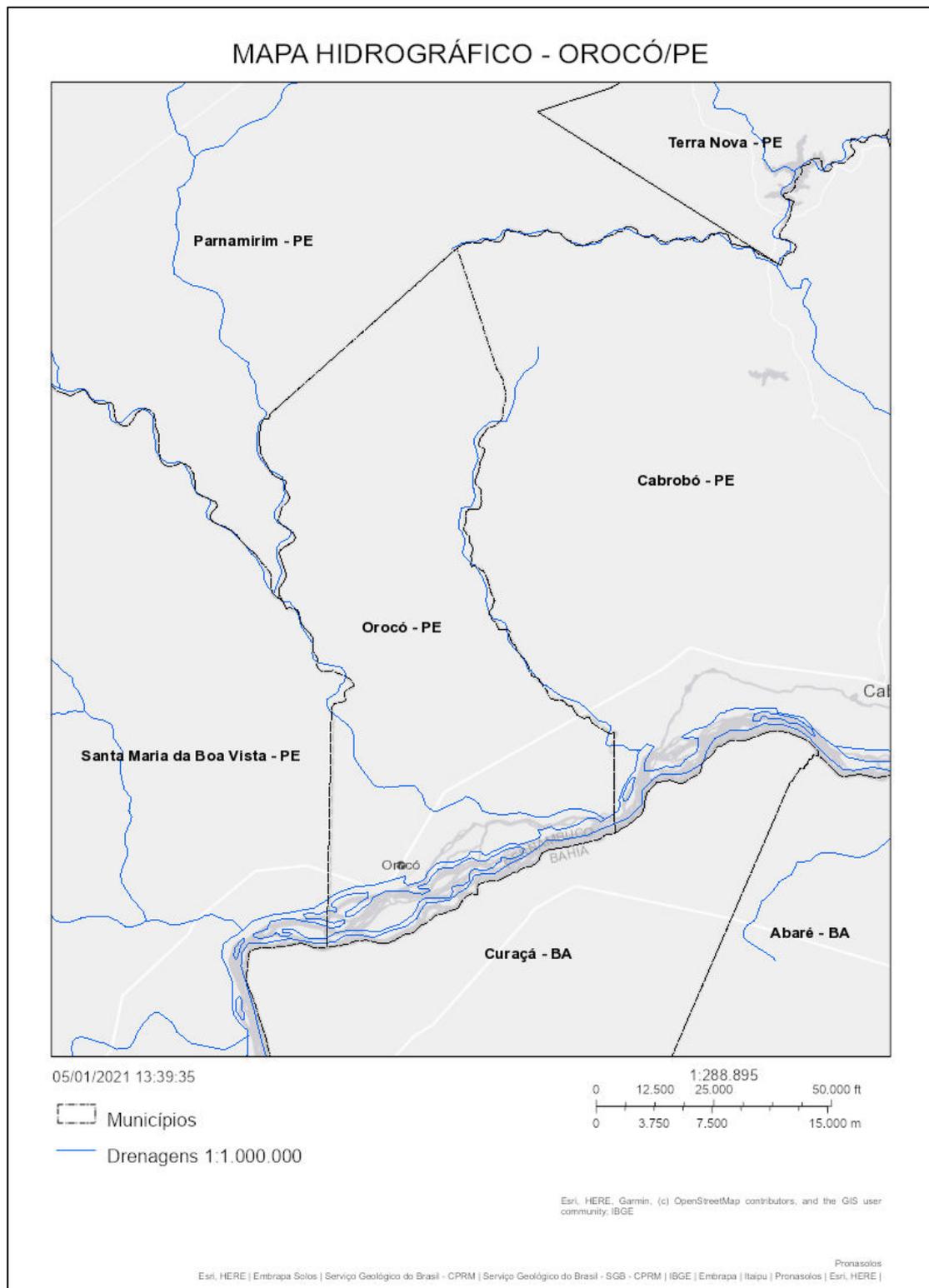


Croqui da área escavada: Área 1 - Unidade Ampla de Escavação 1.



Croqui da área escavada: Área 2 - Unidade Ampla de Escavação 1.

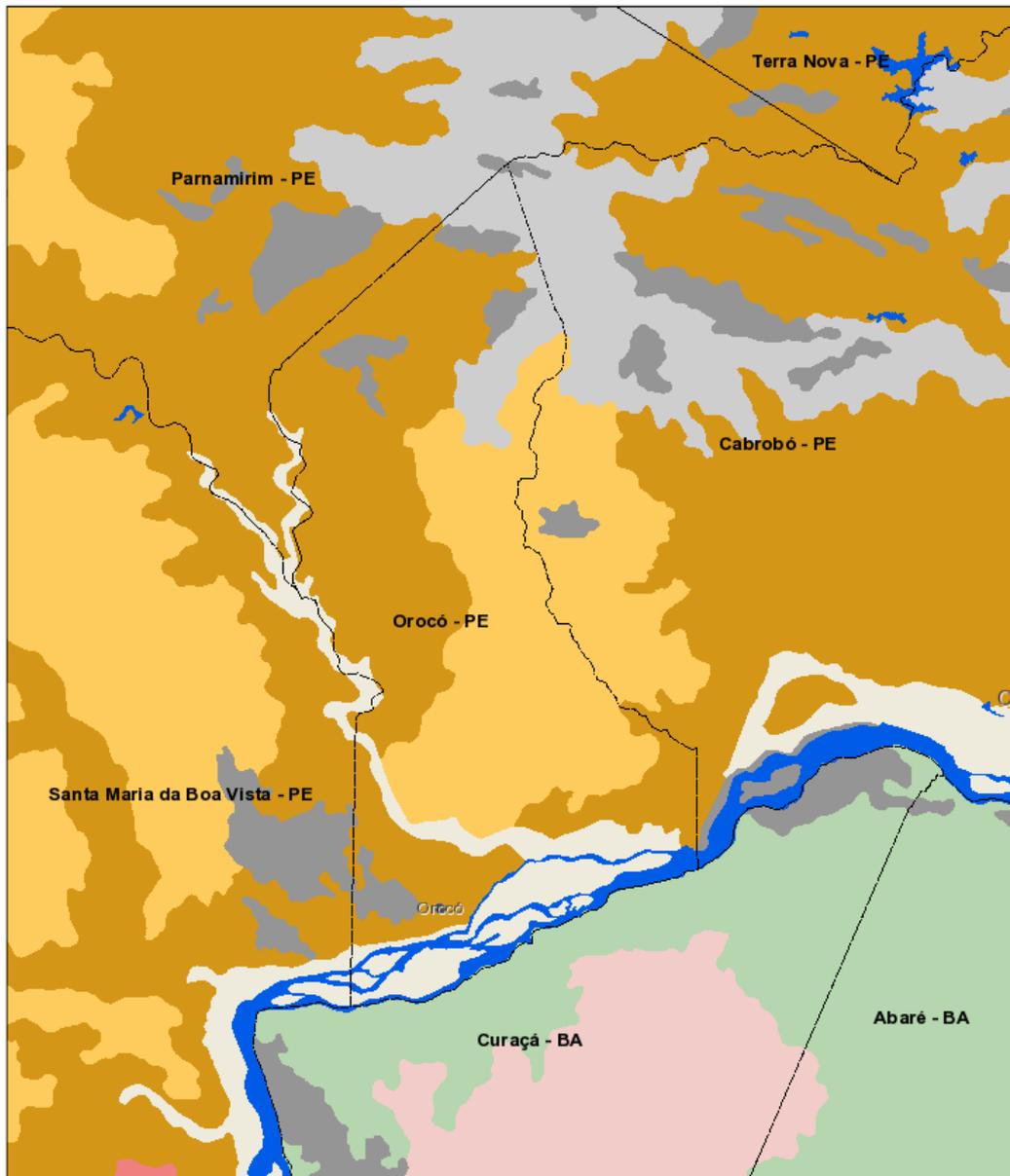
- **Mapa hidrográfico da região de Orocó - PE**



Elaboração: Vitor Colares, 2020.

- **Mapa de solo da região de Orocó - PE**

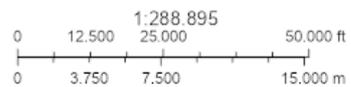
MAPA DE SOLOS - OROCÓ/PE



05/01/2021 13:41:17

pronasolos.pronasolos.Solos_Brasil_250k_20200603

- PLANOSSOLOS HÁPLICOS
- ARGISSOLOS AMARELOS
- ARGISSOLOS VERMELHOS
- NEOSSOLOS LITÓLICOS
- NEOSSOLOS REGOLÍTICOS
- NEOSSOLOS FLÚVICOS
- LUVISSOLOS CRÔMICOS
- LATOSSOLOS AMARELOS



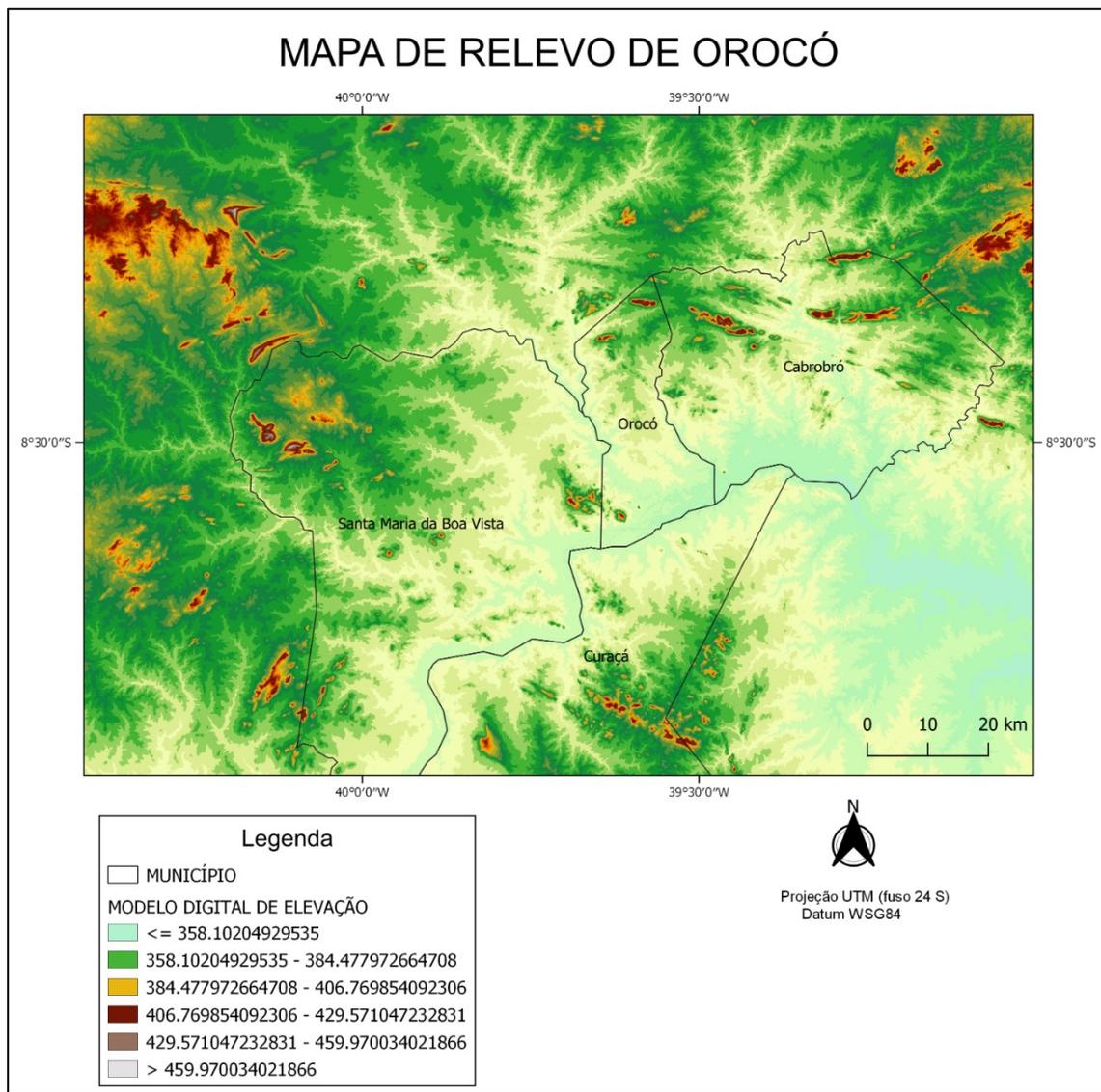
Esri, HERE, Garmin, (c) OpenStreetMap contributors, and the GIS user community, IBGE

Pronasolos

Esri, HERE | Embrapa Solos | Serviço Geológico do Brasil - CPRM | Serviço Geológico do Brasil - SGB - CPRM | IBGE | Embrapa | Itaipu | Pronasolos | Esri, HERE |

Elaboração: Vitor Colares, 2020.

- **Mapa de relevo da região de Orocó - PE**



Elaboração: Vitor Colares, 2020.